TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

2

TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

2

Volume 1 – Número 2
Outras Expressões
São Paulo, dezembro de 2012

Copyright © Outras Expressões

Outras Expressões
Imagem da capa
Arte da capa e Projeto Gráfico Krits Estúdio
Revisão Dulcinéia Pavan e Juliano Carlos Bilda

Editor Responsável pela Edição
Edane de Jesus França Acioli

Organização da edição
Carla Kelen de Andrade Moraes
Edane de Jesus França Acioli
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Lindomar de Jesus Sousa Silva
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Romero Ximenes
Tânia Miranda

Entrevista
Edane de Jesus França Acioli
Lindomar de Jesus Sousa Silva
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Lilian Cristina Holanda Campelo
(Jornalista)
Secretária: Rose da Silva Monteiro

Conselho Editorial
Alison Castilho
Carla Kelen de Andrade Moraes
Céline Raimbert
Edane de Jesus França Acioli
Genival Carvalho
José Guilherme de Carvalho
Leonardo Malcher
Lindomar de Jesus de Sousa Silva
Maria Albenize Farias Malcher
Mauro André Castro
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Pedro Chaves Baía
Roberto Araújo Martins
Tânia Miranda
Wolfgang Hees

Conselho Científico
Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho
Armando Lírio de Souza
Farid Eid
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Heloisa Fernandes
José Aroudo Mota
Josep Point Vidal
Maria das Graças da Silva
Maria do Socorro Gonçalves Ferreira
Maria Goretti da Costa Tavares
Maria Marize Duarte
Mario Vasconcellos Sobrinho
Martine Droulers
Milton Cordeiro Farias Filho
Roberto Marinho A. Silva
Romero Ximenes
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Saulo Baptista
Vilma Barban

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T315 Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões.- v.1, n.1
-- São Paulo : Outras expressões, 2012-
v.. : il. : 23 cm.

Semestral
ISSN 2238-7641

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências sociais aplicadas – Periódicos. I. Outras Expressões, Ed;

CDD 300 (05)

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: dezembro de 2012

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta revista pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

Editora Outras Expressões Ltda.
Rua Abolição, 201 | Bela Vista | 01319-010
São Paulo – SP | Tel (11) 3105 9500 | 3522-7516
livraria@expressaopopular.com.br
editora.expressaopopular.com.br

Revista Terceira Margem Amazônia
BR 316, Km 06, Rua Macapá, 628 | 67015-790
Ananindeua – PA | Fone (+5591) 3255 3855
contato@revistaterceiramargem.com
www.revistaterceiramargem.com

SUMÁRIO

7 Editorial

9 Apresentação

CORPUS

ARTIGOS

13 Sucessão na Assembleia de Deus em Belém do Pará (1997): uma análise dos atos retóricos
Saulo Baptista

31 Bandeira 3 – Impresso alternativo na Amazônia em tempos de ditadura
Camila Barros, Rogério Almeida

47 Perspectivas do gênero memórias literárias: o papel do outro na escrita
Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler

69 Saberes e práticas educativas socioambientais de camponeses da Amazônia paraense: relações de convivências de casas de farinha
Cirlene do Socorro S. da Silva, Maria das Graças da Silva

85 Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das Ilhas de Abaetetuba/PA
Denison da Silva Ferreira

107 Fronteira capitalista, campesinato e trabalho: apontamentos na Amazônia
Fabiano de Oliveira Bringel

119 A população do campo e as consequências da migração incentivada no Sudeste paraense
Rosemeri Scalabrin, Ana Lúcia Assunção Aragão

145 Analisando o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em Belém/PA
Carla Kelen de Andrade Moraes, Michele Lima de Souza

165 A coleta seletiva como estratégia de territorialização dos catadores de materiais recicláveis nas cidades:a experiência de Bragança/PA
Edane de Jesus França Acioli, Ocimar Marcelo Souza de Carvalho, Paulo Fortes Neto

189 Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais: uma análise das mudanças no Lixão do Aurá – Belém
Roberto Araújo Martins

NOTA DE PESQUISA

207 Plantas medicinais, ervas aromáticas e produtos para usos imateriais na Feira da 25, em Belém do Pará
Elielson Soares Farias, Gutemberg Armando Diniz Guerra

RESENHA

219 Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global
Por Armando Lírio de Souza, Everson Luan Monteiro Castro do Carmo

225 TESES E DISSERTAÇÕES

PRÁXIS

ENTREVISTA

233 O ensino profissionalizante na Amazônia: o caso da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA
Por Edane França Acioli, Lilian Campelo, Lindomar de Jesus Sousa Silva, Ocimar Marcelo Souza de Carvalho

DEBATES

245 A UHE Belo Monte e os povos do Xingu: repetindo histórias já contadas
Antonia Melo Silva, Dion Márcio C. Monteiro

253 Instruções para colaboração

EDITORIAL

A revista *Terceira Margem Amazônia* pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região.

O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de *Corpus* e *Práxis*. O *Corpus* será estruturado em quatro seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações. A *Práxis* agrupa duas seções destinadas a expor ideias e práticas no formato de entrevistas e debates.

Por que *Terceira Margem Amazônia?* A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar outro caminho, acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o lócus privilegiado pela revista. *Terceira Margem* é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica do certo ou errado. É na perspectiva de pensar de forma interdisciplinar a Amazônia e compreender toda a sua diversidade, que o nome Terceira Margem foi escolhido para expressar o pensar Amazônico, a partir de suas várias matrizes e do que é peculiar à região. Foi uma expressão usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (*dos rios*), e sim, por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (*nos rios*).

Edane Acioli
Gutemberg Guerra

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a revista Terceira Margem Amazônia apresenta para o público em geral o seu segundo número. Uma publicação fruto da produção científica de pesquisadores que trazem debates sobre a realidade social, ambiental e política da Amazônia.

A revista é composta, na primeira parte (Corpus) por dez artigos abordando temas diversos, uma nota de pesquisa, uma resenha, três resumos de teses e três resumos de dissertações. Na segunda parte (Práxis) aborda uma entrevista e um trabalho aberto ao debate.

Abrindo o número, apresentamos o artigo de Saulo Baptista que analisa, a partir dos atos retóricos, o processo de sucessão na presidência da Assembleia de Deus em Belém do Pará, ocorrida em 1997.

O artigo de Camila Barros e Rogério Almeida faz um resgate histórico sobre o jornal *Bandeira 3* editado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, de cunho alternativo, que circulou em Belém no período da ditadura militar.

O artigo de Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler apresenta uma experiência pedagógica com o gênero memória literária, na qual o professor se coloca como um outro a influenciar o texto do aluno, e como este ouve essa voz para a reelaboração de seu texto.

A agricultura familiar é o foco do artigo de Cirlene do Socorro S. da Silva e Maria das Graças da Silva, que trazem uma discussão sobre os saberes ambientais e as práticas socioeducativas construídos e reconstruídos nas relações de convivências que se estabelecem nas casas de farinha. Já os ribeirinhos são trazidos por Denison da Silva Ferreira com a abordagem da dinâmica socioespacial tendo como foco a complexidade e a trajetória histórica dos mesmos.

O campesinato na Amazônia, a fronteira capitalista e as consequências do processo migratório são temas tratados nos artigos de Fabiano de Oliveira Bringel e de Rosimeri Scalabrin e Ana Lúcia Assunção Aragão. O primeiro reflete sobre como o sistema capitalista desqualifica e requalifica o trabalho do camponês impondo um novo sistema societal. No segundo, as autoras analisam o processo de ocupação da Amazônia incentivada como política governamental imposta pelo modelo de desenvolvimento econômico e as consequências sociais e ambientais desse processo.

No âmbito de política pública educacional, o artigo de Carla Kelen de Andrade Moraes e de Michele Lima de Souza analisa o Programa de Apoio e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) implementado na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra).

Dentro de duas abordagens distintas, os resíduos sólidos e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis são temas de discussão. A primeira, no artigo de Edane de Jesus França Acioli, Ocimar Marcelo Souza de Carvalho e Paulo Fortes Neto, em que realizam, a partir do estudo de uma cooperativa de catadores (Bragança/PA), uma análise sobre o processo de territorialização espacial do catador nas cidades através da coleta seletiva, tendo como suporte de análise, os marcos regulatórios legais. No segundo artigo, Roberto Araújo Martins analisa a problemática do lixo a partir das ações realizadas no âmbito do Projeto de Biorremediação de Aterro Sanitário, sob o arcabouço neoinstitucionalista.

Na Nota de Pesquisa, os autores Elielson Soares Farias e Gutemberg Armando Diniz Guerra apresentam dados de observações de um estudo realizado na Feira da Rua 25 de Setembro (Belém/Pa) sobre as relações sociais que envolvem o comércio das plantas, ervas e óleos medicinais nessa feira.

Essa edição traz a resenha do livro "Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global", de Carlos Antônio Brandão, elaborada pelos autores Armando Lírio de Souza e Everson Luan Monteiro Castro do Carmo.

Também apresenta três resumos de teses de doutorado e três resumos de dissertações de mestrado concluídos em 2012.

A seção Entrevista apresenta o tema ligado ao ensino profissionalizante na Amazônia e seus aspectos de interiorização do ensino através do exemplo da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – Efac. O entrevistado convidado para tratar do tema foi o professor Fernando Sarmento Favacho, ex-aluno, professor, pesquisador e diretor da antiga Escola Agrotécnica e atual diretor geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (Ifpa), *campus* Santarém. A entrevista foi conduzida por membros do conselho editorial da revista: Edane França Acioli, Lindomar de Jesus Sousa Silva e Ocimar Marcelo Souza de Carvalho, que contaram com o apoio da jornalista Lilian Cristina Holanda Campelo.

A seção Debate apresenta um artigo assinado por Antonia Melo Silva, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) e Dion Márcio Monteiro, pesquisador do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (Iamas), que traz reflexões sobre a luta dos atores sociais da região do Xingu contra a polêmica construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Assim, ficam os nossos agradecimentos aos autores e colaboradores que, juntos, construíram esse exemplar, e desejamos a todos uma excelente leitura.

Carla Moraes
Edane Acioli

CORPUS

SUCESSÃO NA ASSEMBLEIA DE DEUS EM BELÉM DO PARÁ (1997): UMA ANÁLISE DOS ATOS RETÓRICOS

Saulo Baptista[1]

Resumo

Este artigo trata do processo de sucessão na presidência da Assembleia de Deus em Belém do Pará, ocorrida em 1997, quando um líder veterano trouxe "de fora" um líder da nova geração para substituí-lo na direção da "igreja-mãe" do movimento assembleiano no Brasil. É apresentado o contexto dessa mudança e como este pode ser configurado como uma *situação retórica*. Descreve-se a solenidade de posse do novo presidente e os *atos retóricos* correspondentes, como tentativas de solução do problema de *legitimação* criado pela escolha de um sucessor, em circunstâncias que fugiam às regras da tradição daquela igreja. Conclui-se com uma análise dos discursos e uma breve avaliação dos efeitos desses atos retóricos.
Palavras-chaves: Assembleia de Deus. Igreja-mãe. Liderança. Situação Retórica. Atos Retóricos. Análise do discurso. Legitimidade. Legitimação.

Abstract

This paper presents the process of presidential succession of the Assembly of God Church in Belém – Brazil, in 1997, when the veteran president has nominated a new generation minister to succeed him in leadership of main-church. Furthermore, this paper presents the context of this succession and how it may be configured as a "rhetorical situation". It also describes the ceremony of investiture of the new president of the Assembly of God Church and the corresponding "rhetorical acts" to solve the problem of legitimacy created by the choice of a successor when the rules of the church-tradition were broken. It concludes with an analysis of speeches and an assessment of the effects of these "rhetorical acts".
Key-words: Assembly of God. Main-church. Leadership. Rhetorical situation. Rhetorical acts. Analysis of speeches. Legitimacy.

1 Doutor em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo); Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Pará); docente efetivo da Universidade Estadual do Pará.

Introdução

A Assembleia de Deus - AD em Belém do Pará, "igreja-mãe" de um dos ramos clássicos do pentecostalismo brasileiro[2], tem vivido complexo processo de mudança organizacional, na passagem de uma liderança tradicional, que a vinha conduzindo durante 29 anos, desde 1968 até 1997, personificada no pastor Firmino da Anunciação Gouveia, para uma liderança "moderna", trazida de Manaus, na pessoa do pastor Samuel Câmara.

A escolha de um sucessor que veio "de fora", somada a um conjunto de empreendimentos que esse novo líder vem implementando, desde sua posse, sem possuir a mesma história de relacionamentos no âmbito estadual, com pastores, diáconos e demais lideranças da igreja, tem trazido tensões na vida das comunidades e algumas vezes disputas acirradas nas eleições para a presidência da Convenção Estadual, onde um tipo de liderança tradicional é mantido pelo pastor Gilberto Marques de Souza, outro líder que o pastor Firmino Gouveia trouxe de Pindamonhangaba (SP), no final de 1978, tendo promovido, inclusive, sua ordenação a pastor no dia 1º de janeiro de 1979.

A estrutura de poder da AD no Pará era mantida sob controle e hegemonia do pastor Firmino, mesmo quando este não acumulava os cargos de presidente da igreja de Belém, a "igreja-mãe", com o de presidente da Convenção Estadual, visto que os ocupantes desta eram pessoas da sua total confiança e, na prática, se submetiam a suas determinações, como era o caso do seu pastor-auxiliar, Josias Camelo da Silva, presidente da convenção em 1985 e, ao mesmo tempo, vice-presidente da igreja de Belém. O pastor Gilberto Marques, que se mantém na presidência da convenção há alguns anos, embora sendo um líder com espaço próprio, sempre respeitou o seu mentor e procurava agir de comum acordo com ele.

Essa harmonia nas relações de poder, entre a igreja de Belém e a Convenção Estadual, foi perdida, a partir da posse do atual presidente da "igreja-mãe" em Belém, pastor Samuel Câmara. Neste artigo, faremos uma análise dos discursos que marcaram a despedida do pastor Firmino e a posse do pastor Samuel Câmara na presidência da igreja de Belém e concluiremos com uma breve avaliação desse processo de sucessão, atendo-nos apenas aos efeitos buscados com os referidos discursos.

2 As primeiras denominações pentecostais que se implantaram no Brasil foram: a Congregação Cristã no Brasil, em São Paulo (1910) e a Assembleia de Deus, em Belém/Pará (1911). Para informações mais detalhadas sobre as origens dessas igrejas, sugerimos, dentre outros, os seguintes estudos: Campos (1999), Campos Júnior (1995), Freston (1994 e 1996) e Siepierski (1999).

A transição

A AD de Belém ostenta uma história de relativa estabilidade organizacional. Trata-se de uma instituição que se consolidou muito cedo e se expandiu, nas primeiras quatro décadas, sob a direção de missionários norte-americanos de origem sueca, os quais, concomitantemente, iam preparando seus sucessores, arregimentados entre os convertidos brasileiros mais dedicados à instituição e com maior potencial de liderança.[3] Para ilustrar essa corrente sucessória, podemos observar o quadro de presidentes, com a duração de cada mandato:

Gunnar Vingren ..... 1911 a 1924
Lars Erik Samuel Nyströn ..... 1924 a 1930
Nels Julius Nelson..... 1930 a 1950[4]
Francisco Pereira Nascimento..... 1950 a 1959[5]
José Pinto de Menezes..... 1959 a 1961[6]
Alcebíades Pereira Vasconcelos..... 6.3.1961 a 31.12.1968[7]
Firmino da Anunciação Gouveia..... 1968 a 1997[8]
Samuel Câmara..... desde 1997

O segredo dessa estabilidade da Assembleia de Deus está no modelo centralizado de controle do poder, na imposição de uma hierarquia, cuja legitimidade apela para argumentos de transcendência – o presidente e os líderes subordinados a ele são "os ungidos do Senhor" para exercerem o cargo que ocupam – e na disciplina rígida que se mantém entre líderes e liderados.

Estes ingredientes organizacionais explicam a longevidade dos mandatos dos pastores-presidentes. A gestão do pastor Firmino, de longe a mais longa de todas, forjou, por isto mesmo, ao longo de quase três décadas, um estilo segun-

3 Em 1913, apenas com dois anos de fundada, a Assembleia de Deus já contava com obreiros nacionais (Borges, 1997, p. 168).

4 Desde 1924 até 1930, Nels Julius Nelson já exercia o cargo de copastor, ao lado de Samuel Nyströn.

5 De 1931 até 1950, Francisco Pereira Nascimento foi o copastor, junto ao presidente Nels Nelson.

6 Desde 1953, José Pinto de Menezes trabalhava como pastor-auxiliar de Francisco Nascimento. Segundo a história oficial da igreja, José Menezes, depois que assumiu a presidência, teve problemas de saúde, os quais o levaram a cumprir o mandato mais curto da história da AD de Belém. Mesmo assim, conviveu com o núcleo do poder central de 1953 a 1961.

7 De 26/6/1943 a 10/1/1946, Alcebíades Vasconcelos foi copastor de Nels Nelson. Portanto, convivia ao lado do presidente da igreja, o sueco Nelson, antes mesmo da assunção dos dois primeiros brasileiros que assumiram o pastorado da Igreja-mãe de Belém, Francisco Nascimento e José Menezes.

8 Foi pastor-auxiliar de Alcebíades Vasconcelos, desde 5/1/1965.

do a personalidade do seu líder, associado a ingredientes de uma dominação burocrática, no sentido weberiano.[9]

A era Firmino caracterizou-se pela expansão. Recebeu a igreja com 12 locais de culto e entregou-a com mais de 170 congregações espalhadas na área metropolitana de Belém. Foi, também, uma administração de grandes projetos. Construiu um templo gigante, com nave para cinco mil pessoas sentadas, e dependências para múltiplas atividades, como administração, música, educação religiosa, ação social, lazer, biblioteca, livraria, e ainda apartamentos, cozinha, frigorífico etc. Comprou uma rede de rádio e televisão, recorrendo a campanhas de arrecadação de fundos, principalmente através de milhares de carnês para pequenos contribuintes. A adesão dos membros a essas campanhas superou as previsões, possibilitando a aquisição de um imóvel, em ponto estratégico, próximo à entrada da cidade pela rodovia Belém-Brasília, onde foi construído auditório e instalações para grandes eventos de massa. É o chamado "Vale da Bênção", composto por edificações no meio de áreas verdes. Diariamente são feitos ali cultos e sessões de "cura divina". Nos anos 1970, foi construído um prédio com dezenas de salas de aula, onde funciona o Seminário Teológico da AD-Belém. Nesse mesmo imóvel foram instalados os estúdios e a torre de transmissão da TV Boas Novas.

Ao ingressar na mídia televisiva, o pastor Firmino estava inaugurando um processo de modernização que exigiu, desde o primeiro momento, estrutura física e administrativa, bem como equipe de profissionais, maiores e mais complexas do que a existente para administrar as frentes de trabalho convencionais de uma igreja. Ele percebeu isto e foi mais além em sua avaliação. Achou que era chegada a hora de iniciar o processo da sua própria sucessão e passou a procurar alguém que o substituísse na direção da igreja de Belém e dos novos empreendimentos midiáticos.

Em Manaus, já havia uma experiência maior na área de comunicação de massa, comandada pelo pastor Samuel Câmara. Era a Rede Boas Novas (RBN), composta de emissoras de rádio e televisão, além de canais de satélite (Jesus Sat). Neste contexto, dá-se o encontro dos dois líderes, quando o pastor Câmara

9 Para Weber, há três *tipos ideais* de dominação: o *domínio legal ou burocrático*, racional, impessoal, calcado em regulamentos e na legitimidade de chefes escolhidos na forma da lei; o *domínio tradicional*, baseado na crença dos seguidores na santidade das tradições e na eficácia dos costumes, e o *domínio carismático*, que se apoia nas virtudes do herói, seu caráter providencial e sua capacidade, que são venerados pelos seguidores; ele pode ser um demagogo, um estadista, um ditador, um herói militar, um revolucionário ou um guru religioso. Como são tipos ideais, eles não existem em estado puro, no mundo da vida (Weber, *in:* Cohn, 1991, p. 128-141).

foi a Belém, em setembro de 1996, para tratar de assuntos do sistema de comunicação RBN e firmar uma parceria com a igreja de Belém, nessa área. Na ocasião, o pastor Firmino fez uma sondagem ao seu futuro sucessor: *"O senhor está pronto para me substituir? O senhor aceitaria me substituir? 'Ele olhou para mim – revela o pastor Firmino – muito espantado e disse: – Eu não digo nem 'sim' e nem digo 'não'"* (Borges, 1997, p. 253, destaque no original). Segundo esse biógrafo, o fato se repetiu em outras três oportunidades.

> O pastor Firmino lhe pergunta outra vez: *"E aquilo que eu lhe falei...?"* Teve como resposta: *"Eu continuo dizendo nem 'sim' nem 'não'"*. Na terceira vez, referindo-se ao convite ele responde ao pastor: "Pastor Firmino, fica com Deus e com aquilo que Deus revelou ao irmão." Na quarta vez o pastor Firmino lhe pergunta de novo, e tem como resposta o seguinte: Eu já avisei a igreja de Manaus que posso sair a qualquer momento, mas o senhor, pastor, fique à vontade. A resposta aquieta e tranquiliza o coração do pastor Firmino Gouveia (Borges, p. 254, destaque no original).

Estes antecedentes da substituição do pastor Firmino pelo pastor Câmara caracterizam uma situação de fato que abrigava um certo potencial de problemas. As sucessões na presidência da AD de Belém se davam, historicamente, de forma "lenta, gradual e segura". O sucessor era geralmente nomeado co-pastor do pastor-presidente, cargo no qual permanecia por alguns anos, como se estivesse em estágio probatório, tempo em que assimilava as sutilezas do exercício desse poder. Devido a essa convivência e visibilidade perante o povo assembleiano, ele passava por um longo processo de credenciamento e legitimação, de modo que o rito de passagem da posse tornava-se uma solenidade homologatória, já esperada por todos.

No caso sob análise, Câmara era um líder "de fora", que vinha tirar espaço dos pretendentes locais. Ao receber e aceitar o convite para substituir o líder tradicional Firmino, sem que este tivesse elaborado um processo de transição em moldes assimiláveis pelos seus cortesãos paraenses, Câmara estava se tornando sujeito de uma situação incômoda. A este caso se aplica o conceito de *turbulência ambiental* da abordagem sistêmica das organizações. Segundo Tereza Halliday, "somente quando as condições ambientais preocupam ou ameaçam a organização é que elas são definidas como problemáticas e delas nasce uma 'exigência' de solução" (1996, p. 70). Estamos diante de um fato – uma sucessão – e de uma interpretação desse fato, compondo um quadro que exige solução, dentro da instituição Assembleia de Deus. "Somente quando uma situação incomoda, quando alguém a define como problemática e se importa com ela a ponto de sentir a premência de corrigi-la pelo discur-

so é que ela se caracteriza como situação retórica" (1996, p. 70). Essa *situação retórica* é definida pelo teórico da análise do discurso, Lloyd Bitzer, como: "um complexo de pessoas, acontecimentos, objetivos e relações provido de uma exigência que pode ser resolvida, no todo ou em parte, se o discurso introduzido na situação puder influenciar o pensamento ou a ação dos circunstantes de modo a efetuar-se uma mudança positiva dessa exigência" (*Apud* Halliday, 1996, p. 69).

A "exigência" mencionada trata-se de um problema com o qual a organização não pode conviver, sob pena de abalar, enfraquecer ou até perder sua *legitimidade*[10]. Os recursos a serem empregados nesses casos são *ações simbólicas*, "um conjunto de atos retóricos e atos administrativos com os quais porta-vozes e dirigentes procuram fomentar a crença na legitimidade organizacional" (1996, p. 68).

Essas ações simbólicas são "mediadas por símbolos linguísticos, pictóricos e outros, para promover ajustamentos ao ambiente (físico, social, ideativo) e/ou transformação nele" (1988, p. 125).

No caso da sucessão presidencial, que estamos analisando, as ações mais emblemáticas foram os discursos de posse e as demonstrações de apoio e solidariedade aos principais atores do processo. Como essas ações simbólicas estavam respondendo a demandas de uma situação retórica, elas corresponderam a *atos retóricos*. Segundo Karlyne Kohrs Campbell:

> um *ato retórico* é uma tentativa intencional, criada e elaborada para superar os obstáculos numa dada situação, com uma audiência específica, sobre determinada questão, para conseguir um determinado objetivo. Um ato retórico cria uma mensagem, cujo teor e forma, começo e fim são nela marcados por um autor humano, com um propósito, para uma audiência (*Apud* Halliday, 1988, p. 125).

Os atos retóricos

O último domingo de janeiro de 1997, dia 26, fora marcado para a despedida do pastor Firmino Gouveia do comando da "igreja-mãe" em Belém. Essa data vinha antecedida de muita expectativa. Muitos não acreditavam que ele fosse abrir mão do cargo, pois continuava com todo o vigor à frente das múltiplas atividades

10 "Legitimidade organizacional – a aceitabilidade de uma organização pela sociedade de acordo com os valores, necessidades e interesses dos grupos dominantes nesta mesma sociedade" (Halliday, 1987, p. 99).

da igreja, apesar dos seus setenta e dois anos bem vividos, como registra o "biógrafo autorizado", Jonas Borges (1997). Não obstante, ali estava o líder fazendo a sua peça oratória de despedida, diante de uma plateia que há décadas o ouvia e obedecia e tinha dificuldade de acreditar no que estava acontecendo, o último ato do pastor Firmino como pastor da igreja, antes de empossar o seu sucessor.

A solenidade de posse ocorreu no dia seguinte, segunda-feira, 27 de janeiro de 1997. Após algumas músicas executadas pelo coral, solista e bandas, o pastor Firmino apresentou as personalidades presentes, com destaque para o representante da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), para os sogros do pastor Câmara e para os pastores que compunham o ministério da igreja de Belém. Em seguida, ele pediu paciência ao auditório, porque iria relatar experiências desde quando iniciou como missionário da igreja, em 1958, em Tocantinópolis (Goiás). Falou dos heróis da AD que influenciaram sua carreira. Do acidente de carro que sofreu, junto com o seu antecessor, pastor Alcebíades Vasconcelos, e como foi preparado desde aquele momento, quando estava hospitalizado, para ser o seu sucessor. Falou dos apoios que sempre recebeu como líder da AD no Pará. Mencionou sua breve permanência como missionário na Guiana Francesa. E concluiu sua alocução com uma pergunta que ele próprio respondia:

> *Por que estou saindo? Porque tenho um compromisso com Deus, que no dia que Ele me revelasse o meu substituto, o homem para administrar e apascentar esta igreja, eu tomaria a decisão sem consultar, nem carne nem sangue. Pois, se eu fosse consultá-los*, diz à igreja, *vocês me diriam não... então queridos irmãos, é isso aí...* Virando para o seu substituto diz: *Pastor Samuel, o senhor recebe esta igreja como pastor, numa época em que está passando a melhor fase da sua história nesses 29 anos, porque eu não sei o passado. Paz na igreja, paz no ministério, amor e Espírito operando no ministério...* (Borges, 1997, p. 257-258, destaque no original).

Após vários agradecimentos, transfere a direção da solenidade ao pastor Anselmo Silvestre, representante da CGADB, que lê um texto do profeta Jeremias: "Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração, que vos apascentem com conhecimento e com inteligência" (Jeremias, cap. 3, vers. 15, *in:* Bíblia, 1991). Para o pastor Silvestre, esse texto se aplica aos pastores que presidiram a igreja de Belém, até aquela data. Termina com uma oração, encomendando a Deus o pastor Câmara, que estava sendo empossado. Ainda houve um discurso de uma senhora leiga, membro da igreja, exaltando as virtudes do demissionário. Ela leu Malaquias, cap. 2, vers. 5 a 7, e afirmou que ali estava o retrato do pastor Firmino. O texto lido foi o seguinte:

> Meu concerto com ele foi de vida e de paz; e eu lhes-dei para que me temesse; e me temeu, e assombrou-se por causa do meu nome. A lei da verdade esteve na sua boca, e a iniquidade nunca se achou nos seus lábios; andou comigo em capaz e em retidão, e apartou a muitos da iniquidade. Porque os lábios do sacerdote aguardarão a ciência, e da sua boca buscarão a lei, porque é o anjo do Senhor dos exércitos (Bíblia, 1991).

Antes de introduzir a peça retórica do pastor Câmara, novo presidente empossado da AD de Belém, é importante lembrar que "pelo critério pragmático, a retórica é encarada como ação persuasiva, no sentido estrito, visando surtir determinados efeitos. Ao escolher este critério, o pesquisador crítico enfatiza a relação entre o ato retórico e seus objetivos, e pergunta até que ponto o ato foi *eficaz* em responder às necessidades do retor, da situação e da audiência" (Halliday, 1988, p. 130). *Retor* é "aquele que age retoricamente; comunicador que produz e/ou apresenta mensagens retóricas" (Halliday, 1987, p. 100).

O discurso do pastor Câmara teve como objetivo persuadir o público a acolhê-lo e somar esforços na condução da AD de Belém e de todas as frentes de trabalho do multiministério criado pelo pastor Firmino e seus antecessores. Ele estava diante de um *problema retórico*, uma situação desfavorável, "um conflito ou desequilíbrio entre a perspectiva ou posicionamento de um público face a um tema, questão ou situação e a perspectiva ou posicionamento que o retor gostaria que esse público tivesse" (Halliday, 1987, p. 100).

O ato retórico do pastor Câmara foi composto de várias partes. Abrangeu demonstrações de apoio, de prestígio, de solidariedade e do carinho que ele desfrutava das "ovelhas" que estava deixando no Amazonas; incluiu o reconhecimento ao trabalho da rede de comunicação que ele comandava, agora reforçada com o sistema de rádio e televisão da igreja de Belém e foi concluído com uma prédica, cujos tópicos procuravam resolver a situação retórica vivenciada pela Assembleia de Deus, como examinaremos a seguir.

Primeiro ele apresentou e agradeceu às autoridades do estado do Amazonas e do Pará, que estavam prestigiando a sua posse. Em seguida ele destacou os serviços de telecomunicação da *Rede Boas Novas* e dos canais de satélite *Jesus Sat*, que estavam naquele momento,

> levando 'ao vivo' para toda esta Nação, onde há possibilidade de ser sintonizada, especialmente para os estados do Amazonas e Rondônia e, também, para este Pará, através do rádio, da televisão, permitindo que o Brasil todo possa se juntar a nós, neste momento belíssimo, momento de união, momento de amor, momento de história, momento de vitória do povo do Senhor Jesus (Borges, 1997, p. 262).

Prosseguiu a solenidade, saudando uma caravana composta de 83 pastores, obreiros e outros acompanhantes, que o surpreenderam, vindos de Manaus, onde ele havia servido por cerca de dezesseis anos, nove desses como pastor da principal Assembleia de Deus da capital amazonense. Saudou seus pais, seus sogros, que se deslocaram do interior de São Paulo para a sua posse, alguns obreiros do interior do estado do Amazonas e alguns recém-convertidos da igreja de Manaus, todos reunidos para apoiá-lo. Disse ele:

> (...) este momento não é um momento de separação. É um momento de união, de entrelaçamento, de aliança. É um momento de pacto, em que nós ministros da Igreja Assembleia de Deus, que vivemos no norte do país, temos a chance de dizer que estas fronteiras tão diferentes, de dois dos maiores estados brasileiros, não são suficientes para nos separar, mas sim para nos unir, fazendo-nos vitoriosos, para que a gente possa dizer que, somos uma família só, em Cristo Jesus, o Filho de Deus (Borges, 1997, p. 264).

Quando se dirigiu aos seus colegas pastores de Belém, prestou-lhes reconhecimento e admiração pelo trabalho realizado e pressupôs que eles estavam coesos, em comunhão uns com os outros e com seus líderes na missão. "Sabendo que todos oraram e apoiaram o nosso pastor Firmino que, com segurança e bastante maestria e sabedoria de Deus, tem conduzido este momento de transição, do modo mais seguro possível" (1997, p. 264). Depois, fez menção especial ao copastor da igreja de Belém, Sales Batista, à esposa deste, "ao pastor Edes, que tem sido um excelente amigo cooperando na gestão logística da administração da Igreja" (1997, p. 264). A preocupação em quebrar os focos de resistência à sua pessoa como novo presidente estavam evidentes no discurso do pastor Câmara.

Falou que aquela era a noite de Deus, do Espírito Santo e da Igreja. Mas queria destacar que aquela era

> a noite de alguém que já venceu, de alguém que diante de nós caminhou 29 anos e ao contrário do habitual proceder no Brasil todo – com exceções, é claro – soube sentir a hora, o seu tempo. E, convicto disso, revela seu caráter cristão e, diante da Igreja diz: 'Meu tempo findou. Há alguém que Deus preparou'; e pôde, diante de todos vocês, fazer isto que está sendo feito neste momento (Borges, p. 265).

Como última parte desse ato retórico, passou a apresentar uma prédica com três tópicos, cujos fundamentos bíblicos foram os seguintes:

> Oh! Quão bom e quão agradável é viverem unidos os irmãos. É como o óleo precioso sobre a cabeça do sacerdote que desce até a orla de seu vestido. Como o orvalho de Hermon, que se espalha e desce sobre todos os que estão ao seu redor, por-

> que onde há união o Senhor ordena a sua bênção e a vida para sempre (Salmo 133).
> Mas o que ocorreu foi o que foi dito pelo profeta Joel. Acontecerá que nos últimos dias, diz o Senhor, derramarei do meu Espírito sobre toda carne; vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos mancebos terão visões, vossos velhos sonharão sonhos; e também do meu Espírito derramarei sobre os meus servos e minhas servas naqueles dias, e profetizarão. E farei aparecer prodígios em cima, no céu; e sinais em baixo na terra, sangue, fogo e vapor de fumo (Atos dos apóstolos, cap. 2, versos 17 a 19).
> Porém o rei disse: não se alegra aquele que se cinge como aquele que vitorioso se descinge da batalha (I Reis, cap. 20, verso 11).

Começando pelo último texto, ele exaltou a figura vitoriosa do presidente que se despedia, pastor Firmino, e a si mesmo se identificou como aquele que estava sendo cingido para a batalha. Em seguida, falou:

> Meus irmãos amados! Estes três versos que transmitimos, saídos de nosso coração, em consonância com a palavra de Deus, representam os sentimentos que vemos nesta noite. O primeiro – de união, de intercâmbio, de parceria, de aliança, de pacto. (...) Estamos diante de um casamento indissolúvel, de duas Igrejas, dois líderes, que reconhecem que a família do Senhor Deus é tão grande e que precisa viver unida. (...)
> Hoje, nós colocamos abaixo as fronteiras das cidades, de gerações. Estamos dizendo, Senhor! Tu que olhaste a Igreja como um todo e colocaste o povo no meio dela. Tu que contas com ela unida, sem fronteira de estado, cidade, nem país, hoje te alegras com o pastor Firmino e com a Igreja em Belém, porque caíram as fronteiras do orgulho. Senhor! Bom é viver unidos os irmãos. É agradável, porque quando há esta união, o sacerdote é ungido e a vida e a bênção existem no meio do povo.
> Por isso, meus irmãos, hoje, não sei como, mas graças a Deus, aqui estamos. Não vim aqui tomar o lugar – como ele disse: alguém está dizendo. De jeito nenhum! Nós estamos unidos. Viemos aqui para fazer algo mais, não algo menos. Viemos aqui para que nossas forças – belenenses, paraenses – sejam reconhecidas. Forças capazes de poder influenciar outros lugares do Brasil, pela união e amor do Senhor. Nenhum ministro, nenhum pastor, nenhum diácono, nenhuma mulher é dispensável nesta hora, quando estamos unindo terra, unindo gente, unindo obra. Não temos como fugir disso. (...)
> Eu gostaria que vocês soubessem que nenhum de vocês é dispensável. Vocês têm uma parte importante: membros, jovens, crianças, anciãos da terceira idade, músicos, diáconos, dirigentes, mulheres, homens... Bom é vivermos unidos na graça do Senhor Jesus, o Filho eterno de Deus. E, se nós rompemos fronteiras, não só do egoísmo e, hoje estamos dizendo que é possível o Amazonas dar um pastor ao Pará ou o Pará dar um pastor ao Amazonas e as igrejas caminharem juntas em projetos que abalem o trono de satanás, então, estamos vivenciando essa união.
> O que o Amazonas sozinho não pode fazer, junto com o Pará, faz. O que o Pará sozinho não pode fazer, junto com o Amazonas, faz. Junto com o Maranhão, junto com o

Acre. Aliás, essa é a visão do Pai lá de cima. Ele está esperando esta hora. A primeira lição: 'união'. Hoje, eu agradeço vocês que vieram do Amazonas, porque é longe e muito cara uma passagem. Ninguém faria isso se no coração de vocês não tivesse o amor de Deus. (...)

A segunda lição desta noite é a lição de *recomeço.* Sabem os irmãos que nós estamos aqui, no berço do pentecostalismo no Brasil. Temos aqui a chamada Igreja-mãe. Temos o lugar do pioneirismo, onde, em 1910, dois homens sem nenhum tipo de recurso e de expressividade, desembarcaram no porto de Belém, ficaram numa praça (Praça da República), comeram algumas frutas que apareceram; pisaram nas ruas desta cidade. Eles nem viam nem sonhavam que a semente que lançavam, um dia iria atingir o Brasil e o mundo, como hoje sabemos. (...)

Fomos chamados para andar por essas mesmas ruas e viver nos mesmos tempos. Tempos bonitos, tempos novos. São tempos de recomeço, não tenho a menor dúvida. Hoje não somos apenas dois – os que aqui chegaram – somos 200 mil, aqui em Belém. (...)

O que está acontecendo aqui, meus irmãos, não é só isso. Aliás nem é 'isso'. O que está acontecendo aqui, de fato, é o resultado de uma promessa, saída da boca de Jesus, quando sozinho, com pouca gente ao seu lado, disse: *'Eu edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela'*. (...)

Esse texto que diz que o Senhor derramaria do seu Espírito sobre toda carne, é tido somente como 'o Senhor que batiza', 'o Senhor que dá línguas' e, às vezes – o nosso povo da Assembleia de Deus é batizado, tem dons, fala línguas, mas não respeita os jovens, não respeita as crianças. Os jovens, por sua vez, não respeitam os mais velhos. Os pastores antigos pensam que os mais novos são contra eles e, a desunião se estabelece, dando lugar ao ciúme.

O Espírito de Deus antes de ser um Espírito que batiza, é um Espírito de união e que quebra as barreiras. É um Espírito que junta crianças a um ancião, jovens e adultos e, ainda diz: Eu estou contigo; o que tu não podes fazer, eu faço; o que não quero fazer, deixando para ti, tu podes fazer... A maior lição do Espírito de Deus é a unidade da igreja, o pacto, a aliança. (...)

Juntos, todos nós, vamos fazer com que o inferno esqueça que é capaz de nos encher de espíritos que nos façam esquecer de que somos *uma igreja só*, comprovação essa que faz medo a todo exército satânico. Não faz medo ao inferno o batismo com o Espírito Santo**.** *O medo é de ver gente cheia de fogo e que, junte-se em uma fogueira que domine o mundo todo*. Isso sim faz medo ao inferno!

Estou chegando aqui para servir, para ver o que falta ser feito, para ser servo, para colaborar, para fazer essa união, o pastor junto com vocês. Eu particularmente, não sou absolutamente nada! Mas o Senhor Jesus é o nosso Senhor. Ele é tudo! Quando a gente está no meio da bênção do Senhor Jesus, nada, nada, nada mesmo nos separará.

Por isso, enfatizamos que estamos no recomeço. Belém do Pará foi o começo da obra pentecostal no Brasil. Aqui no norte tudo começou. Hoje, o norte está fazendo algumas loucuras santas e abençoadas. Sozinho somos esmagados. Mas, juntos, vamos fazer o que Gunnar Vingren, Daniel Berg e Samuel Nyström fizeram e que outros deram continuidade. (...)

Nesta noite, amados irmãos, quero vos dizer uma coisa: quando saírem deste recinto, saiam e olhem para uma Belém, que tem um lugar alto, com um nome mais alto ainda, o nome de Jesus, lá na torre de nossa televisão. E, se perguntarem: quem colocou esse nome lá em cima?... Posso lhes afirmar que não foram os anjos, nem demônios. Foram os crentes da Assembleia de Deus em Belém! – Foram vocês todos. Sabem por quê? Porque vocês se juntaram, se uniram. Juntos, vocês levaram prodígios ao céu – no espaço. (...)
Lembremo-nos que o pastor Firmino diz: a torre é de Jesus! A torre é bonita, maravilhosa... Vejam só! Lá no hotel, liguei a televisão. Não a televisão que não presta, mas a televisão 'Boas Novas', da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Belém do Pará. Estou lá no último andar e penso: Como é que o evangelho está chegando aqui, junto a mim? Como é que está saindo daquela torre de Jesus e chegando aqui? Quanto inferno, quantos demônios no meio do caminho estão sendo destruídos para que este evangelho através da televisão chegue até você?... Sabe de uma coisa, você pode pensar: são prodígios no céu. E mais: um dia, aqui no Norte, loucamente, sem dinheiro, sem nada, sentados um dia, juntos dissemos: vamos para o satélite – 30 mil quilômetros além da terra... Não tínhamos dinheiro, mas juntamo-nos ao pastor, dizendo – se você for eu vou! (...)
E, agora, meus irmãos! Enquanto nós estamos aqui, está voando sinal para 30 mil metros, descendo para todo o Brasil, porque nos unimos, meus amados irmãos. (...)
Eu estou chegando para plantar outras sementes. Mas, para cuidar, também, das sementes que foram plantadas por homens antigos, plantadas com lágrimas e sofrimentos.
Citando estes homens, temos primeiramente Gunnar Vingren, que foi o primeiro pastor, tendo ao lado o outro pioneiro Daniel Berg; o segundo Samuel Nyström; o terceiro Nels Nelson; o quarto, Francisco Pereira do Nascimento; o quinto, José Pinto de Menezes, o sexto, Alcebíades Pereira Vasconcelos. E, com maior duração no pastorado, o sétimo pastor, Firmino da Anunciação Gouveia. Agora, estou vindo no desaguar do rio Amazonas, de Manaus, descendo este fabuloso rio. Descendo como num tronco de árvore, parando neste porto, de Belém.
Agora minha oração a Deus é para que Ele me ajude a ser digno daquilo que esses homens fizeram, e passaram juntos com a igreja. (...)
Amados! Autoridades que vieram de Manaus e meus irmãos. Eu fico, mas vocês vão prosseguir. Deus lhes abençoe muito. A vitória nossa aqui, será também de vocês e, a de vocês lá, será nossa aqui. Deus vos abençoe no vosso regresso, com o futuro pastor da vossa igreja que lá está. Contem conosco. Quero dizer mais que nesta noite, não estamos e nem viemos aqui, para uma sucessão burocrática e simples. Viemos aqui para a aliança do Senhor. A aliança da sua igreja, do seu povo (...) (Borges, 1997, p. 266-275, destaques no original).

Análise dos discursos

O pastor Samuel Câmara estava diante de um problema retórico com algumas facetas, como o bairrismo alimentado historicamente por paraenses e amazonenses, a tensão entre o antigo e o novo, as crises que toda mudança

provoca etc. Todavia, o problema retórico fundamental, que ele logo percebeu, foi a suspeição à sua legitimidade. Ele era aceito com reservas. Os paraenses o recebiam pelo respeito à decisão do seu líder tradicional, o pastor Firmino. O pastor Câmara não era *persona grata* no sentido pleno do termo.

Quando Tereza Halliday escreveu sobre a retórica das multinacionais em busca de legitimação (1987, p. 21-6) demonstrou que uma pessoa (ou organização) tem que apresentar credenciais, se pretende conseguir aceitação no ambiente em que vai atuar. Assim acontece com um diplomata ao se apresentar em outro país, com um vestibulando que pleiteia ingresso em alguma faculdade, com um candidato a uma vaga de emprego. "Credenciais são, pois, qualidades que dão crédito a quem as possui. 'Crédito' significa 'segurança na verdade de alguma coisa'. (...) As credenciais são instrumentos de legitimação" (1987, p. 21). A autora aponta sete tipos de credenciais que apareceram "no discurso autoafirmador das empresas multinacionais: sua identidade, seu *status*, suas realizações, capacidade, opiniões, sentimentos e objetivos" (1987, p. 21).

Nos atos retóricos realizados durante a posse do pastor Câmara, encontramos essa apresentação de credenciais. Isto aconteceu desde a evocação de experiências que o pastor Firmino fez, ao descrever o seu longo tempo de serviço na Assembleia de Deus. Sua identidade estava servindo agora para credenciar a medida tomada de escolha do sucessor. Se o povo assembleiano sempre confiara nele, que agora confiasse nessa última decisão, a escolha do sucessor, como a melhor solução que ele podia oferecer, tanto no que se referia ao momento como no que dizia respeito ao nome indicado.

O pastor Anselmo Silvestre, representante da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), também usou o recurso da identidade, quando dignificou todos os presidentes da AD como pastores "segundo o coração de Deus" (Jeremias 3, p. 15). A senhora leiga (Pérola), que falou em nome dos membros da igreja, exaltou a pessoa do pastor Firmino, apresentando seu caráter, suas realizações e sua capacidade de lideranças como credenciais para justificar a grandeza daquela situação que estava sendo vivida pela instituição. Mas foi o pastor Samuel Câmara quem mais recorreu a esse instrumento de apresentação de credenciais naquele momento histórico. E não poderia ser de outro modo, pois era ele o pivô do problema retórico vivenciado pela Assembleia de Deus, naquele momento.

A fim de demonstrar seu *status*, como homem público, grande liderança religiosa e pessoa querida no seio da família, Câmara fez questão de reapresentar às autoridades paraenses e amazonenses, os pastores de outras igrejas, os

pastores do ministério da AD de Belém, a caravana de 83 pastores, familiares e amigos, que vieram de Manaus para sua posse.

Ele realçou sua capacidade e folha de realizações, quando deu destaque à rede de rádio e televisão sob seu comando, a mesma que estava transmitindo o evento para as emissoras da Assembleia de Deus espalhadas pelo Brasil. Associou a esse sistema de alta tecnologia uma metáfora. Quando a mensagem do evangelho sobe da torre da TV Boas Novas para o satélite, uma multidão de demônios é esmagada, nesses 30 mil quilômetros percorridos pelas ondas hertzianas. Para quem conhece o imaginário pentecostal, esse argumento deixa de ser metáfora e assume uma concretude de significado literal, ancorada na fé em um mundo povoado de forças demoníacas que estão em permanente batalha contra as hostes celestiais. A rede de comunicação ganhou outra metáfora, na mesma prédica: a de ser uma rede de união do povo assembleiano em todo o território nacional.

O retor[11] Samuel Câmara sintetizou seu objetivo à frente da igreja: "Fazer a obra do Senhor, em todo lugar". Isto iria acontecer com a união de todas as forças da AD do Pará, do Amazonas e de outros lugares. O modelo invocado para a consecução dessa obra foi o dos heróis fundadores e dos que formavam a cadeia sucessória na presidência da igreja-mãe em Belém.

Toda sua peça de oratória foi construída sobre os sentimentos: de gratidão e reconhecimento ao líder que saía, de fraternidade e comunhão de toda a "família" assembleiana, de exaltação aos heróis que construíram a Assembleia de Deus. O tema união foi recorrente em toda a sua prédica, indicando que a solução do problema retórico estava condicionada à formação de um consenso em torno da escolha do seu nome para a presidência da AD de Belém, feita pelo respeitável líder pastor Firmino. A partir da identidade e autoridade desse líder, Samuel Câmara procurou reforçar suas credenciais, a fim de conquistar a *legitimação*[12] para ocupar o cargo de presidente da igreja da capital paraense, de cuja investidura ele era ator naquele momento. Ou seja, o ator buscou no autor a legitimação para sua representação e representatividade.

---

11 "Retor – aquele que age retoricamente; comunicador que produz e/ou apresenta mensagens retóricas" (Halliday, 1987, p. 100)

12 Adaptando o conceito de legitimação organizacional, oferecido por Halliday (1987, p. 100), definimos legitimação como "o processo de fomentar e manter a legitimidade através da apresentação de credenciais que justifiquem a existência, as atividades, o comportamento e os objetivos" dessa liderança que está emergindo no mesmo processo.

Quando o pastor Câmara falou de *recomeço*, ele estava retomando o modelo do movimento pentecostal, que tenta recriar o "batismo com o Espírito Santo", as emoções, o "dom de línguas", e todas as suas consequências, verificadas em atos de proselitismo e de formação de uma comunidade exaltada, fervorosa e fanática mesmo, em tudo aquilo que realiza. Esse recurso à tradição institucional foi sacralizado na peroração do retor, através de argumentos bíblicos do derramamento do Espírito sobre toda carne, com sonhos e visões de velhos e jovens, filhos e filhas, porque, disse o Senhor Jesus: "Eu edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" – lembrava o orador. Apesar da grande dose de exaltação e otimismo, o novo presidente não escondeu as dificuldades que estavam presentes no seio da igreja, quando falou de desunião e ciúme entre pastores antigos e novos, mas foi bastante breve nessa menção. A quase totalidade do tempo foi dedicada em realçar as virtudes da Assembleia de Deus e dar um tom ufanista ao seu ato retórico.

Toda retórica organizacional visa construir uma realidade através de palavras. Essa realidade é elaborada com *alegações cativantes* e *apelos* (Halliday, 1987, p. 24-26). São exemplos da primeira categoria, no presente caso, frases do tipo:

> 'somos uma igreja só';
> 'o Senhor Jesus é o nosso Senhor';
> 'quando a gente está no meio da bênção do Senhor Jesus, nada, nada, nada mesmo nos separará';
> 'vocês levaram prodígios ao céu' (referindo-se à torre da TV Boas Novas).

Os apelos foram formulados, com ênfase maior na necessidade de todos se unirem para a continuidade e ampliação da obra da igreja não só em Belém, mas no Brasil e, quiçá, em escala mundial:

> 'nenhum de vocês é indispensável';
> 'bom é vivermos unidos na graça de Deus';
> 'fomos chamados para andar por essas mesmas ruas e viver nos mesmos tempos [dos nossos heróis]... tempos de recomeço';
> 'vamos fazer que o inferno esqueça que é capaz de nos encher de espíritos'.

Todos os apelos foram do tipo emocional, *pathos*, segundo a classificação aristotélica de análise dos atos retóricos (Halliday, 1987, p. 25) e recorreram ao recurso externo da fé em um poder transcendente.[13] Também fizeram alusões a "uma herança cultural comum, nomes respeitados, figuras históricas, provérbios, eventos e personagens familiares" (1987, p. 32).

Conclusão

A análise desse processo de transição no governo da Assembleia de Deus de Belém, como situação retórica, permitiu-nos perceber que havia sido criada uma situação problemática, quando a escolha do novo presidente não foi realizada nos moldes tradicionais, que consistia em preparar um pastor-auxiliar, nomeá-lo copastor da igreja, mantê-lo nessa função até estar preparado e reconhecido pelos seus pares para assumir a função de titular.

Uma avaliação desse processo sucessório atípico indica que a situação incômoda foi resolvida naquele momento da posse através dos atos retóricos realizados. A prova está em que o pastor Samuel Câmara continua detendo o controle da AD de Belém, dirige a Rede Boas Novas e é, atualmente, a liderança mais conhecida da Assembleia de Deus do Pará, no âmbito social regional e nacional. O mais importante é que ele conseguiu ampliar a rede de congregações, das 170 que havia recebido do pastor Firmino para mais de 300 templos, na área metropolitana de Belém, entre janeiro de 1997 e fevereiro de 2002.

Apesar dessa forte liderança, o pastor Samuel não tem conseguido estender sua influência para o âmbito estadual interno. Por três vezes ele tentou ser eleito presidente da Convenção Paraense e sempre foi derrotado pelo pastor Gilberto Marques que sempre vem obtendo maioria no colégio eleitoral, composto por pastores do interior do estado do Pará. Mesmo na jurisdição da igreja de Belém, há muitos insatisfeitos com o estilo de liderança do pastor Câmara, conforme tivemos ocasião de verificar em entrevistas realizadas no âmbito da nossa pesquisa de mestrado. Contudo, ele consegue ser aprovado pela maioria da liderança e membresia da igreja em Belém.[14]

---

13 "A transcendência é o cerne da legitimação religiosa, no sentido mais amplo. É o processo pelo qual a realidade de uma instituição é definida como sendo fundamentada na realidade última do universo" (Halliday, 1987, p. 43, com base em Berger, Peter. *The sacred canopy*. N. Y.: Doubleday, 1967, p. 36-37).

14 Estas avaliações acerca da extensão dos campos de influência dos líderes Samuel Câmara e Gilberto Marques nas Assembleias de Deus do Pará foram feitas em 2005. Portanto, devem ser consideradas dentro desse limite histórico.

Finalmente, podemos afirmar que a decisão arrojada do pastor Firmino, de entregar a presidência da igreja para uma liderança da nova geração, projetou a Assembleia de Deus de Belém em outra etapa de sua história, com aceleração no crescimento e fortalecimento do projeto de mídia, bem ao estilo do seu novo pastor. Não é nossa intenção discutir os méritos ou deméritos dessa modernização, suas linhas ideológica e teológica, seu papel na inserção da igreja como ator social e político e outros aspectos que mereceriam abordagens específicas. Contudo, concluímos afirmando que esse processo trouxe, como ingredientes mais visíveis, uma presença maior da igreja no campo da política, utilização mais intensa dos seus meios de comunicação de massa, estímulo à educação continuada dos pastores veteranos, incentivo para os novos buscarem formação universitária e liberalização em alguns hábitos e costumes, esta, talvez, a área que tem provocado mais controvérsias no interior da igreja.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1991.

BORGES, Jonas. *Firmino Gouveia, um empresário de Deus*: sua vida e sua obra. Belém: Semin, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado*: organização e *marketing* de um empreendimento neopentecostal. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio; Umesp, 1999.

CAMPOS Jr., Luís de Castro. *Pentecostalismo*: sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática, 1995.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro, *in:* ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios*: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Pentecostalismo*: seminário Unipop. Belém: Unipop, 1996.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. *A retórica das multinacionais*: a legitimação das organizações pela palavra. São Paulo: Summus, 1987.

_____. *Atos retóricos*: mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: Summus, 1988.

_____. *Discursos legitimantes*: a construção retórica da realidade em quatro atos de comunicação pública. Recife: Imprensa Universitária/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1996.

SIEPIERSKI, Paulo D. A emergência da pluralidade religiosa (Parte 1). *Reflexão e Fé*: revista teológica do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Recife, ano 1, n. 1, ago. 1999. (Nova Série).

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*, in:* COHN, Gabriel (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. 167 p. (Grandes cientistas sociais, 13).

BANDEIRA 3 – IMPRESSO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA EM TEMPOS DE DITADURA[1]

Camila Barros[2]
Rogério Almeida[3]

Resumo

Bandeira 3 foi um boletim que circulou em Belém do Pará no ano de 1975. Aglutinou intelectuais, jornalistas, cartunistas, fotógrafos e ilustradores em torno de uma iniciativa considerada do campo do jornalismo alternativo. A publicação contemplou em suas páginas pautas sobre a Amazônia não privilegiadas na grande mídia. O presente artigo recupera parte da experiência da publicação.
Palavras-chave: História. Amazônia. Jornalismo. Regime Militar.

Abstract

Bandeira 3 (*3 Flag*) was a report circulated in Belém in 1975. Brought together intellectuals, journalists, cartoonists, photographers and illustrators around an initiative considered the field of alternative journalism. The publication included in its guidelines on the Amazon page does not privileged in the mainstream media. This article reviews part of the experience of the publication.
Keywords: History. Amazon. Journalism. Military Regime.

1 Fragmento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no Curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama), habilitação em jornalismo, segundo semestre de 2011.

2 Jornalista, autora do TCC *Comunicação na Amazônia: Bandeira 3 – uma experiência alternativa no Pará (1975)*. Correio eletrônico: camilab.jor@gmail.com

3 Orientador do TCC, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea\Ufpa). Correio eletrônico: araguaia_tocantins@hotmail.com

Introdução

O Estado de exceção marcava a atmosfera política do país quando a primeira versão do *Bandeira 3* (*B3*), uma publicação de viés alternativo, circulou na capital no Pará entre os anos de 1971 e 1972, como encarte do jornal Província do Pará. Os planos de integração econômica do regime militar redefiniam os cenários econômico, político e social da Amazônia, enquanto militantes do PC do B agitavam uma guerrilha na região do Araguaia, sudeste do Pará e Norte do Tocantins (antes território do estado de Goiás). Dias delicados. A segunda experiência do *B3* ocorre em 1975, a partir de um coletivo de jornalistas e intelectuais experimentados e outros jovens, sob a coordenação do jornalista Lúcio Flávio Pinto. Quando da retomada do jornal, a Guerrilha do Araguaia havia arrefecido. É sobre este momento do boletim que o presente artigo vai se debruçar.

A historiografia contemporânea sobre a produção jornalística enquadrada como alternativa registra o momento da ditadura (1964-1985), como o mais eloquente. A tese de Kucinski (1991) tornou-se uma referência sobre o tema, e classifica essa produção em três linhas: a existencial, a política e os jornais satíricos. Ao analisar o conteúdo do *B3*, capas, editorial e temas abordados, é possível arriscar-se em classificar o jornal como político, mas, desprovido de laços orgânicos com movimentos sociais, partidos políticos ou alguma corrente doutrinária, como era comum nos anos do regime militar. O quadro do jornal era composto por pessoas da classe média, preocupadas com pautas relevantes sobre a Amazônia, e que não eram contempladas na imprensa comercial da época, realidade que permanece a mesma ainda hoje. A grande mídia não realiza uma cobertura sistemática sobre a região, apesar de ser tema dos mais variados interesses locais ou não. Atualmente, em Belém, não existe nenhuma sucursal dos principais diários do país.

Bandeira 3 em detalhes

O *B3* foi, em primeira instância, um encarte dominical veiculado no jornal *A Província do Pará*[4] nos anos de 1971 e 1972. Crítica e humor foram ingredientes do jornal, algo inspirado no *Pasquim*, do Rio de Janeiro. Quanto ao

4 Periódico fundado em 25 de março de 1876, que circulou em Belém do Pará como jornal diário. Durante o ciclo da borracha pertenceu ao então intendente de Belém, Antônio Lemos. Em 1947, integrou o grupo dos Diários Associados, tendo sido vendido em 1997 para o grupo paraense dono da Editora Cejup. Em 2001 deixou de circular, quando foi novamente vendido. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Prov%C3%ADncia_do_Par%C3%A1>. Acesso: 10 ago. 2011.

Província, era um jornal antigo e muito conservador, nesse sentido, o encarte proporcionou uma inovação atenuadora desse conservadorismo. No entanto, era difícil mantê-lo devido ao custo que ele acarretava e, por essa razão, foi necessário abrir mão do caderno.

Em 1975, Lúcio Flávio[5] resolveu refundar o jornal *B3*. O alternativo era um trabalho paralelo à função que exercia no jornal *O Liberal*, e como correspondente do *Estadão*. Em formato tabloide, com edições semanais, os números tinham vinte e quatro páginas, tiragem de dois mil exemplares e diagramação moderna, na época em que a impressão em *offset* era uma novidade. Em entrevista o editor informa que:

> Então, no *Bandeira 3* eu ainda tentei fazer um jornal para competir com a grande impressa, porque ele era semanal, e eu tinha vindo de São Paulo. Nessa época, em 1972,

5 Lúcio Flávio Pinto é considerado a maior autoridade jornalística sobre a Amazônia. Tem 15 livros publicados e já participou de inúmeras coletâneas. Trabalhou nos principais veículos de comunicação do país, entre eles o *Estado de São Paulo*, por 17 anos. A obra de Pinto tem sido uma fonte de investigação nos mais diversos campos de pesquisa. O reconhecimento do trabalho se traduz nas premiações que o mesmo já recebeu: *Esso*, por seis vezes, dois *Fenaj*, da Federação Nacional dos Jornalistas. Em 1988 o *Jornal Pessoal* foi considerado a melhor publicação do Norte e Nordeste, pelas abordagens jornalística, política e investigativa que faz sobre a Amazônia. Em 1997, ganhou o prêmio *Colombe d'Oro per la Pace*, dado anualmente pela organização não governamental italiana Archivio Disarmo a personalidades e órgãos de imprensa que tenham uma contribuição significativa na promoção da paz. Em 2005, foi premiado com o *Internacional Press Freedom Award*, da organização nova-iorquina *Committe to Protect Journalists* (CPJ), dado a jornalistas que tenham se destacado na defesa da liberdade de imprensa. Colaborou com várias publicações consideradas alternativas no período da ditadura (1964-1985), entre elas o *Resistência*, editado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). O interesse público é o norte de sua obra, e que por isso tem contrariado os mais variados setores. Por denunciar desvio de verba pública, grilagem de terras e deslizes do judiciário, coleciona processos de políticos, agentes do judiciário, empresários e grileiros de terras. Por conta de uma matéria foi agredido fisicamente em espaço público por Ronaldo Maiorana, um dos executivos das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que repete o sinal da TV Globo. Além de TV as ORM controlam TV aberta, a cabo, rádios AM e FM e os jornais *O Liberal* e o *Amazônia Jornal*. O jornalista trabalhou no jornal *O Liberal* quando o patriarca da família ainda era vivo. José de Souza Martins, sociólogo da USP é um dos intelectuais com quem mantém correspondência. Em 1990, Fabíola Imaculada de Oliveira defendeu a dissertação de mestrado na ECA\USP *Jornalismo científico e a Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros*. O *Jornal Pessoal* foi um dos casos estudados. Já, em 2008, Maria do Socorro Furtado Veloso defendeu também na ECA\USP a tese *Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia*: 20 anos do *Jornal Pessoal* (1987-2007), sob a orientação do professor Laurindo Leal Filho.

> o jornal começou o *offset*. Até então a impressão era quente, com a tipografia. *Folha de São Paulo* (1972) e *O Liberal* (1973) foram os primeiros que entraram com o sistema *offset*, impressão a frio, que tinha muitos mais recursos gráficos do que a tipografia. E eu tinha trabalhado em São Paulo com o *offset*, e *O Liberal* tinha o *offset*, mas não treinou os gráficos para usar os recursos.

Na primeira edição, em janeiro de 1975, o jornal destacava como furo jornalístico (informação que a grande imprensa não divulgou) a antecipação do plano para o desenvolvimento do estado elaborado pelo novo governador imposto pelos militares, Aloysio Chaves. A questão sinaliza a responsabilidade e o compromisso da linha editorial do *B3* com o leitor, ao publicar as diretrizes de quem estava prestes a administrar o Pará. A elaboração de plano de governo por um estado da federação era algo inédito naqueles dias.

A existência efêmera marca a vida das publicações alternativas. No caso do *B3*, uma das justificativas para explicar a breve vida do boletim, é creditada à falta de recursos financeiros por conta da ausência de publicidade. Conforme informação do editor, o público do *B3* era constituído pela classe média, universitários, entre outros, e o jornal "vendia muito para empresários, acadêmicos e estudantes. Ele, no ponto de vista de público, foi um sucesso. As primeiras edições acabaram rapidamente, porque era uma novidade" (Pinto, entrevista realizada em 2011).

Em 1991, Lúcio ainda tentou retomar a iniciativa. O projeto era para trazer à tona uma edição histórica, tendo em vista seu conteúdo. Nesta edição, Lúcio Flávio expôs à opinião pública uma carta cheia de insultos escrita por Hélio Gueiros[6].

A edição de número zero circulou em maio de 1991, contendo na íntegra a correspondência de Hélio a Lúcio, escrita da forma mais baixa e chula, repleta de palavras de baixo calão. Os argumentos descritos para contestar as declarações feitas por Jader Barbalho em entrevista dada ao jornalista em *A Província do Pará*, onde ele relatava a situação em que encontrou as contas do estado

6 Hélio Gueiros tinha a atividade política intensa, onde desempenhou vários cargos, como deputado federal, senador, prefeito e governador do estado do Pará. Além das atividades políticas foi professor e advogado. Gueiros também exerceu o jornalismo como profissão. Junto com Magalhães Barata ajudou a fundar o jornal *O Liberal*, na década de 1950. Na redação de *O Liberal* exerceu a função de repórter, redator, secretário, editorialista, colunista, redator-chefe e diretor-superintendente. Foi redator e editor na *Folha do Norte* durante a segunda fase de *O Estado do Pará*. Na época da fundação do *Diário do Pará,* no início da década de 1980, foi seu principal articulista e ainda redator e apresentador do programa "Em Primeira Mão", na TV Marajoara. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio_Gueiros>. Acesso: 12 ago. 2011.

depois da gestão de Hélio, misturavam-se com expressões grossas, todas com a intenção de atingir o ex-aliado político (Jader Barbalho) e o jornalista.

A identidade do tabloide

A conservação dos documentos deste fragmento da história recente, pelas instituições responsáveis, é precária. Um barbante amarrava todas as edições do *B3*[7] na seção Pará, da biblioteca pública da Fundação Cultural Tancredo Neves (Centur), um órgão do setor de cultura do estado. O mesmo quadro se repete com outros documentos, alguns já sem condições para a consulta.

O jornal alternativo *B3* circulou pela primeira vez em sua segunda versão em 1975. As 24 páginas tinham a impressão em *offset*, uma diagramação moderna e tiragem de dois mil exemplares por edição; exceção da primeira (n. 1), que teve 32 páginas. O *B3* se desenvolveu em três fases, correspondendo a oito edições: a primeira fase (15 de janeiro a 18 de fevereiro de 1975) com cinco edições; a segunda (19 de agosto a 2 de setembro de 1975) com duas; e a terceira fase produzida 16 anos depois, com apenas uma edição, datada de 11 de maio de 1991.

O editorial da primeira edição inserido na contracapa, explica em que contexto o alternativo era produzido, e que proposta o mesmo defendia:

> Pouco resta a dizer sobre este primeiro número do Bandeira 3, além do que está nas páginas seguintes ou do que profetizam as pessoas ouvidas nesta página. Este é um jornal profissional feito em condições amadorísticas sem suporte financeiro e sem uma estrutura física adequada, ele procura apenas ser um atestado das possibilidades de um jornalismo moderno numa área nova e rica. Quer entrar no cérebro de todos os que os lerem (ampliando sempre mais o universo de leitores) para esclarecer, propor e participar dos dramas diários, pessoais e gerais. Não quer ficar de braços cruzados à espera do dia mitológico que há de vir. Cada um fará seu próprio julgamento do que queremos pelo que fizemos. Neste primeiro número, excepcionalmente, em 32 páginas. A partir do segundo, em 24, os limites das possibilidades e do desafio. Criamos a nossa existência. A sobrevivência vai depender exclusivamente do leitor, (*B3*, 1975, p. 2).

7 Algumas publicações da época merecem registro. O *Varadouro*, produzido em Rio Branco, estado do Acre e o *Resistência*, sediado em Belém. O primeiro virou um tributário da memória da agenda política dos seringueiros; o segundo exerceu um papel significativo junto às representações populares no Pará. *Varadouro* rivaliza com o *Resistência* em importância no campo do jornalismo alternativo na Amazônia. O boletim acreano foi o canal de comunicação dos seringueiros contra a jagunçada dos fazendeiros. O *Vara*, como o trata o seu editor da época, Elson Martins, circulou entre 1977 e 1981. Já foi objeto de dissertações e tese de doutorado. No sudeste do estado vale ser mencionado *O Grito* da PA 150 e no oeste, *O Lamparina*.

A partir das palavras descritas acima, o editor dá o pontapé inicial, mostrando ao público paraense as intenções em contemplar pautas de interesse público do cenário amazônico. O *B3* continha um tom de crítica e ironia, escrachado já no nome. Sobre isso, o editor esclarece que:

> Era esse o nome do suplemento dominical que publicamos encartado em *A Província do Pará*, entre 1971 e 1972. O nome se inspirava num bando que assaltava motoristas de táxi. Os bandidos atuavam depois da bandeira branca, onde estava o marco da légua, delimitando a primeira légua patrimonial de Belém. A partir desse ponto os motoristas podiam usar a bandeira 2. Por isso o bando era da bandeira 2. Aí, por ironia, fizemos o *Bandeira 3*, que durou uns 30 números. Achei que devia continuar a tradição (Pinto, entrevista realizada em 2011).

A análise de todas as edições do *B3* indica alguns temas centrais da linha editorial do jornal: grandes projetos na Amazônia, questão ambiental, reorganização urbana e aspectos culturais de Belém. Em relação aos grandes projetos ocorrem desdobramentos, que passam pela análise do Programa Grande Carajás[8], as tensões que o mesmo acarretou na luta pela terra e o choque com as culturas milenares das populações locais. Chama a atenção não ter encontrado matéria sobre a Guerrilha do Araguaia, pois em 1975, o Exército realizava as derradeiras operações.

Projeto Gráfico do *B3*: capas, contracapas, iconografias

Esta análise tem como ponto de partida a criatividade mostrada nas capas das edições do *B3*. As ilustrações representavam o que a escrita nem precisava mostrar, tendo em vista que a imagem reproduzida na capa tinha relação direta com a principal manchete do jornal. As capas e primeiras páginas funcionam como vitrine da publicação, que por meio de "chamadas" de matérias, fotos, manchetes e *slogans*, indicam a ênfase em determinados temas e questões (Cruz; Peixoto, 2007, p. 262).

A edição de n. 1 traz as chamadas das matérias e manchetes que enfatizam diversos temas em questão, em particular o Programa Grande Carajás, instalado no sudeste do estado. Há uma coerência na organização do número inaugural do

8 A região de Carajás, sudeste paraense, abriga a maior mina de minério de ferro do mundo e a maior hidrelétrica do país, Tucuruí. O lócus abrigou o maior garimpo a céu aberto do mundo – Serra Pelada, e tem notoriedade internacional pela intensa disputa pela terra, sendo o local no Brasil onde mais se matou gente envolvida na defesa da reforma agrária e meio ambiente. É conhecido mundialmente o Massacre de Eldorado (1996), onde a PM executou 19 sem-terra. Desmatamento e trabalho escravo são outras chancelas que marcam a região.

B3. Uma longa entrevista com o professor e histórico ativista do meio ambiente Camilo Vianna, dialoga com as matérias que tratam sobre a instalação de grandes projetos extrativistas de madeira e minério, e mesmo a redefinição do espaço da capital do estado, e as questões que impactavam a vida das populações indígenas. Um dos temas tratados na entrevista com o ambientalista é a especulação imobiliária em Belém, e a pressão sobre as áreas verdes. Em um trecho da entrevista o professor dispara "todos parecem contrários à arborização da cidade".

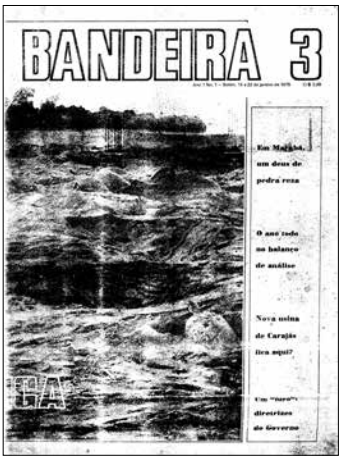
Sobre a cena cultural da cidade, o *B3* ilumina a produção em dramaturgia do jovem estudante de letras Marco Antonio Rodrigues de Oliveira, então com 25 anos. A peça intitulada "A Ameaça" conquistou um prêmio nacional de autores amadores em 1970. A revista *Veja* e o *Jornal da Tarde* cobriram o fato. Depois disso, a peça foi encenada por um grupo de teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC\SP).

Ainda na mesma edição o *B3* alerta sobre uma peculiaridade religiosa ocorrida nos Sudeste do estado. "Em Marabá um deus de pedra reza" mostra a devoção de romeiros que chegam de vários cantos do estado, e até mesmo de outras regiões, como do Ceará para render adoração a uma pedra, assim citada na matéria: "O 'Divino da Pedra' – um fragmento rochoso, de faces polidas, vulgarmente chamado de gorgulho, com aproximadamente 15 centímetros de diâmetro – é o novo santo responsável por milagres de todos os tipos". Trata-se de um fragmento rochoso sob a responsabilidade de um garimpeiro de nome José Calixto de Souza, que identifica na pedra, representações divinas. A região abrigou inúmeros garimpos, sendo o mais famoso, o Serra Pelada.

A segunda manchete intitulada "O ano todo no balanço de análise", faz referência a uma avaliação sobre os acontecimentos no ano de 1974 divididos em tópicos, onde são abordadas as seguintes temáticas: Amazônia, Estado, Política, Internacional, Livros, Teatros, Artes, Polícia e Futebol. Quanto aos anúncios merece registro a propaganda do escritório de advocacia de Asdrubal Mendes Bentes. Compra, venda e legalização de terras era a especialidade da assessoria do advogado, que veio mais tarde a tornar-se expressivo político das fileiras conservadoras. Bentes depois dirigiu a instituição responsável pela questão fundiária no regime militar, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins (Getat). Duas empresas de construção também anunciaram nesta edição, a Construtora de Negócios Ltda – Condusa e Crésio Demétrios dos Santos.

A construção da nova usina siderúrgica de Carajás também tem destaque na capa da primeira edição – "Nova usina de Carajás fica aqui?" e, a matéria considerada pelo editor como de maior relevância – "Um 'furo': diretrizes do Governo", Lúcio Flávio teve acesso a um documento em que Aloysio Chaves, no-

meado governador pelos militares, mostrava o seu plano de governo. O ex-Reitor da Universidade Federal do Pará (Ufpa) estava pronto para assumir o cargo.


BANDEIRA 3

Em Marabá, um deus de pedra reza

O ano todo no balanço de análise

Nova usina de Carajás fica aqui?

Um "roteiro" diretrizes do Governo

9

NOVO GOVERNO VAI ELABORAR NESTE SEMESTRE PLANO PARA DESENVOLVER O ESTADO

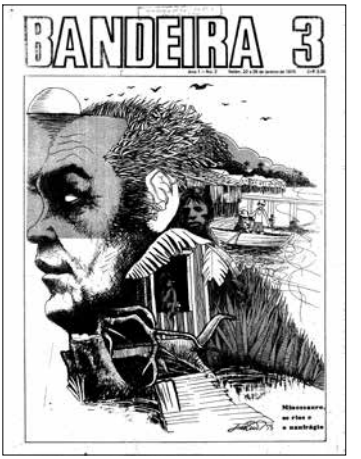
Jornal *Bandeira 3*, Ano I, n. 1, página 9 e a capa, 1975, Belém/PA.

O *B3* antecipava o programa do novo governo em uma análise demonstrando que Aloysio Chaves criticava o centralismo do governo militar. Por mais que fizesse parte do regime, ele queria marcar época e a publicação antecipou este plano de diretrizes, o que teve uma repercussão nacional, fazendo com que o então governador, aprovado em Assembleia Geral, tivesse que se explicar ao presidente Ernesto Geisel. Essa foi considerada uma das, senão, a maior façanha do alternativo *B3*. O editor explica que:

> Nenhum jornal resistiu ao governo, todos aderiram. Ninguém usou de censura aqui. Todos, voluntariamente, aderiram ao regime. Então, eu contava histórias políticas que a grande imprensa não abordava, temas novos, como ecologia, grandes projetos, violência, conflitos de terra (...) A maior façanha do Bandeira 3 foi antecipar o programa do novo governo. O novo governador era o Aloysio Chaves, em 1975, que foi eleito pela Assembleia Legislativa. Não tinha votação direta nessa época. Aloysio Chaves, que tinha sido reitor da Universidade Federal e presidente da Justiça do Trabalho, aqui. Embora ele fosse do regime militar, ele queria marcar uma época. Então, ele foi o primeiro governador que fez um programa antecipado de governo. Ele criticava o governo federal, porque o governo federal deixava para os estados os planejamentos alocativos, só colocar as verbas, enquanto que o planejamento inovativo era monopólio federal. Isso em pleno governo do general Geisel. Então, eu publiquei o plano de diretrizes do governo, e teve uma repercussão nacional. O *Estado de São Paulo* publicou um editorial dizendo: 'Finalmente um governador criticou o centralismo do poder do regime militar'. Então, teve uma crise.

> Teve repercussão nacional o furo do *Bandeira 3*. Então, eu queria mostrar que mesmo um jornal alternativo poderia ir à frente da grande imprensa. Era um furo que a grande imprensa poderia ter dado, mas não dava por falta de fonte, por falta de gente para cobrir, por falta de diretriz editorial (Pinto, entrevista realizada em 2011).

A segunda edição do *B3* contempla a cena cultural da capital paraense, demonstrada em uma entrevista realizada com um dos nomes mais relevantes da literatura produzida na Amazônia, Benedicto Monteiro. O escritor e político de oposição ao regime estava prestes a lançar *Minossauro*, o segundo volume de uma trilogia que começou com *Verde Vagomundo*, uma importante obra de ficção sobre a Amazônia. Umas das especulações de Lúcio Flávio Pinto na entrevista é o retorno de Benedicto à literatura, por conta da cassação do mandato político que ele exercia, além de toda uma conversa em torno da produção do livro em que aborda vários aspectos da realidade do homem da floresta, como os problemas humanos, sociais e econômicos. Nesta edição é especificado o cenário típico da população tradicional da região do Baixo Amazonas, oeste do estado.

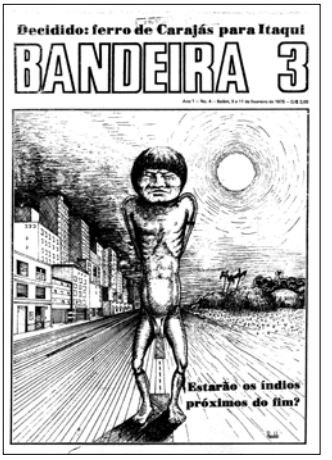


Capas do jornal *Bandeira 3*, Ano I, n. 2 e n. 3, 1975, Belém/PA.

Na terceira edição os jornalistas destacam o esporte, não como entretenimento, mas com uma informação chocante, as "Injustiças do Futebol". A ênfase é dada a uma longa entrevista com o atleta Fernando Jacó Neves, que trata sobre a carreira e o afastamento do jogador dos quadros do Clube do Remo. A dispensa dele foi anunciada de uma forma pouco comum, por meio da imprensa (rádio e jornal), e não diretamente pela presidência do clube. O jogador explica na entrevista concedida à equipe do jornal, sobre situações corriqueiras

de times de futebol, tais como a relação dos jogadores com o treinador, a forma como recebeu a notícia do afastamento do clube, *doping* e planos futuros.

A capa da quarta edição remete à situação da população indígena. Trata da proposta do Ministro do Interior, Mauricio Rangel Reis, que sugere a modificação do estatuto indígena. Esta traria a emancipação dos índios, que sairiam da tutela da Fundação Nacional do Índio (Funai). A condição imposta era que falassem português, tivessem mais de 21 anos e mostrassem que estavam adequados à cultura dos brancos. Desta forma, passariam a viver com todos os diretos e deveres de um cidadão comum. Temas relacionados com os povos indígenas ainda hoje são secundados na grande imprensa. São as tragédias relacionadas com a saúde nas aldeias e as situações de conflito que costumam pautar a grande mídia. Em geral, ela refunda algumas impressões registradas nas narrativas inaugurais dos primeiros viajantes, aventureiros e naturalistas, entre outros. Nestas, em linhas gerais, tais populações são tratadas como uma representação do atraso.



Jornal *Bandeira 3* Ano I, n. 4, página 19 e a capa da mesma edição, 1975, Belém/PA.

Outro destaque da edição é a polêmica sobre como seria feito o escoamento do minério de ferro extraído do sul do Pará, se deveria sair pela ferrovia ou hidrovia que eram as duas formas apresentadas no período. Os governos do Pará e Maranhão decidiram construir uma ferrovia que ligava Carajás ao Porto de Itaqui, no Maranhão.

O uso do Teatro da Paz, uma edificação remanescente do ciclo da borracha (1879 a 1912) é o tema central da quinta edição do *B3.* A reportagem critica a forma como o "grande elefante branco" era tratado, e que passava pela quarta

reforma. A observação mostra que o teatro recebia atrações de fora em grande número, e pouco dava oportunidade para os artistas e companhias da região. A atividade cultural local não era valorizada dentro deste espaço. O que evidencia o aspecto provinciano da elite de Belém.

Capas do jornal *Bandeira 3*, Ano I, n. 5 e n. 6, 1975, Belém/PA.

A ultraconservadora organização *Tradição, Família e Propriedade*- TFP[9] é o tema central da sexta edição do *B3*. Nela um jovem estudante conta como se livrou da entidade, que o próprio define como laboratório de lavagem cerebral para impor sua doutrina anticomunista. Ele avalia pontos que considera positivos e os pontos negativos da entidade. A reportagem é um registro da maneira como a TFP procurava recrutar adeptos na região amazônica. A edição trazia, ainda, reportagens a respeito da realidade das comunidades tradicionais da região, a partir do destaque em manchetes: "O fim da vida do 'caboclo'?", "As violências e os 'peões' do sul do Pará", "Reza proibida para o colono" e problemas urbanos da capital, em "As fantásticas histórias com nosso subúrbio".

A tumultuada eleição do deputado Gerson Perez, pela Arena[10] (Aliança Renovadora Nacional), escolhido por unanimidade pelos membros do diretó-

9 A TFP – Ass. Brasileira da Defesa da Tradição, Família e Propriedade foi criada no final dos anos 1930 por Plinio Correia de Oliveira para combater grupos esquerdistas do país. Após a morte de Plínio, foi o padre Adolfinho que ressuscitou a organização. Disponível em: <http://desciclopedia.ws/wiki/Tradi%C3%A7%C3%A3o,_Fam%C3%ADlia_e_Propriedade>. Acesso: 14 ago. 2011.

10 Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar, instituído a partir do golpe militar de 1964.

rio regional do partido, é destacada na sétima edição do *Bandeira 3*. A temática indígena e grandes projetos também são abordados pelo alternativo.

Capa do jornal *Bandeira 3*, Ano I, n. 7 e o comercial da Ceasa – página 16, da edição de n. 05, 1975, Belém/PA.

Nas capas do *B3*, não era comum o uso de imagens fotográficas, mas mostravam um cenário a partir de ilustrações, de Luis Pinto, irmão de Lúcio. Ilustrações, acompanhadas ou não de manchetes, criavam uma extensão das temáticas centrais que abordavam a realidade da Amazônia.

> A ideia foi minha (aliás, o *Bandeira 3* era propriedade privada minha). Tínhamos excelentes ilustradores: o Luiz Pinto, o Haroldo Melo, o Edil e o Hamilton Bandeira. Então achei que ficaria mais original fazer uma capa gráfica, com traço (à maneira do que sempre fiz no *Jornal Pessoal*). Dá um impacto maior. Um desenho, um cartum, uma imagem valem mais do que mil palavras. Uma boa ilustração vale por um editorial. É informação compacta, densa. Queria causar impacto imediato (Pinto, entrevista realizada em 2011).

As contracapas eram destinadas aos editoriais, ao expediente e às cartas enviadas pelos leitores. Além disso, havia ainda, um espaço dentro do alternativo para uma coluna intitulada "Balaio", onde, em poucas linhas, eram publicadas notas sobre o cotidiano, assinadas pelos colaboradores. Outro aspecto demonstrativo do Jornal *B3* é o quadro de representação fotográfica, exclusivo de uma página intitulada fotografia.

> É frequente a convicção de que o praticante das artes visuais em geral (fotografia, cinema, um certo teatro que andam fazendo por ai precisa apenas de técnica e sensibilidade. No campo específico da fotografia, esse preconceito está próximo do fim, mesmo

> em lugares de remota atualização em Belém. O fotógrafo é um criador e se ele está criando num século como o nosso vai precisar de algo que inspiração, sensibilidade e técnica: precisa também de doses substanciais de cultura. Porque ele não é um debiloide que aperte um botão de uma máquina: ele pensa. E quando ele pensa, ele opta: a melhor foto pode não ser a que simplesmente traspõe para o negativo e deste para o papel uma paisagem. Com sua foto, ele diz coisas, participa da vida, intervém com uma opinião: a própria foto, não é um trabalho naturalista, mas um produto da impressão do fotógrafo sobre os acontecimentos. Ademir Silva está muito próximo desse estágio – e há algo mais importante: ele está preparado em atingi-lo. Tanto em momentos que exigem o tirocínio do repórter (foi um dos raros fotógrafos que conseguiu apanhar o milionário Daniel Heith Ludwing desprevenido e fotografá-lo) como naqueles trabalhos que exigem conhecimento e habilidade (a composição de laboratório), ele tem demonstrado um alto nível profissional (*B3*, Ano I, n. 05, página 23, 1975).

Não diferente de todos os demais jornais, inclusive os considerados "grandes", o *B3,* para ter sobrevivência, precisava de propaganda. O alternativo veiculava anúncios das mais variadas especialidades, desde os pequenos anunciantes aos grandes investidores como o próprio governo. Os anúncios eram de várias dimensões, alguns tomavam conta de toda a página, como por exemplo o anúncio da Central de Abastecimento (Ceasa).

A frequência das propagandas em relação aos anunciantes era escassa em alguns casos, ou seja, nem sempre uma propaganda divulgada em um exemplar era necessariamente exibida em outro, inclusive, havia edições que mostravam um anunciante por edição. Diante desse quadro pode-se constatar o quanto os anunciantes eram pouco comprometidos com o projeto, razão essa, que mais uma vez, vale enfatizar, contribuiu para o término do alternativo.

Equipe, produção e distribuição

A equipe do alternativo não era pequena. Inicialmente, 25 profissionais engajados estavam diretamente envolvidos na produção do jornal. Depois os números aumentaram. Lúcio Flávio Pinto era o editor. As editorias seriam divididas por temáticas: "Nacional/Internacional" cabiam a Guilherme Augusto; "Amazônia" a Raymundo Costa; "Cidade" a Raimundo José Pinto (irmão mais velho de Lúcio); "Especial" a Walter Rodrigues e "Artes/Espetáculos" a Regina Alves. O repórter fotográfico do tabloide era Ademir Silva. Na diagramação, o *B3* contava com a colaboração de Antonio Carlos Guimarães. A ilustração era de Luis Antonio Pinto.

Eram repórteres: Nélio Palheta, Paulo Roberto Ferreira, Elias Pinto Jr., Fernando Lima e Francisco Guerra. Mas a redação do *B3* se estendia por municípios do Pará e do Brasil. No estado, eram correspondentes Manuel Dutra, em Santarém e José Ademir Braz, em Marabá. Em Manaus (AM), havia a cola-

boração de Manuel Lima. Outro repórter responsável pela cobertura dos fatos na região Norte, era o jornalista Elson Martins, sitiado em Macapá (AP). Do Rio de Janeiro (RJ), as reportagens eram enviadas para a redação, em Belém, por Hamilton Bandeira. Na capital paulista (SP), eram correspondentes Sérgio Buarque e Palmério Vasconcelos.

Além das editorias e dos correspondentes espalhados pelo território brasileiro, ainda havia a participação dos colaboradores, Osmar Pinheiro, Luís Otávio Barata, Hanna Karina Bujnowska, Walter Bandeira, Isidoro Alves e Haroldo Melo.

Essa equipe se manteve até a quinta edição do alternativo. No sexto exemplar, o número aumentou consideravelmente com o reforço de Kátia Mendonça e Gilson Dumont, na redação. Na ilustração, aderiram ao projeto Walter Pinto e Raimundo Darcio. Outros que passaram a colaborar com a produção jornalística do jornal foram João de Jesus Paes Loureiro, Mariano Klautau de Araujo, Zélia Amador de Deus, Nelson Romero Silmancas e Helio Mairata. No quadro do *B3* temos uma espécie de elite intelectual de Belém. Atualmente muitos são professores universitários, e outros são profissionais respeitados em suas carreiras. João de Jesus Paes Loureiro é doutor da Ufpa que assina várias publicações que buscam interpretar aspectos sobre a cultura produzida na Amazônia. Loureiro também assina livros de poesia e recentemente um romance. Zélia Amador também é professora, assim como Regina Alves e Mariano Klautau e o finado Walter Bandeira.

A redação do *B3* funcionava numa pequena sala, na Rua 13 de Maio, em pleno centro comercial de Belém. O tabloide era composto e impresso em preto e branco, na Gráfica Deeltaque que funcionava nas dependências do jornal *O Liberal*. Nessa época, Lúcio era correspondente do *Estado de São Paulo*, chefe da sucursal em Belém e editor da coluna Repórter 70 (do mesmo jornal). O editor foi amigo do patriarca da família Maiorana, que controla *O Liberal*, e repete o sinal da TV Globo, possui rádios AM e FM e TV por assinatura. Lúcio hoje mantém uma peleja jurídica com os herdeiros.

Projeto editorial: movimentos e posicionamento político na conjuntura

Neste item, Cruz & Peixoto indicam "o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio de uma leitura mais detida e cuidadosa de seus 'conteúdos', problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa" (2007, p. 266).

O *B3* expunha em suas matérias aspectos sociais e culturais da capital, registro de assuntos voltados às políticas de Estado de integração, e temáticas

relacionadas aos problemas indígenas, além de privilegiar temas de cunho ambiental, quando ainda não era moda se tratar do assunto.

A publicação contemplou ainda a divulgação da agenda cultural registrada na cidade belenense, e as transformações que os processos econômicos da ditadura engendraram na capital e interior do Pará.

Uma correspondência (quase) censurada

O exemplar de número zero (1991) apresenta-se como uma forma de ressuscitar o *B3*. No entanto, esta foi a última tiragem do que acreditava-se ser uma das melhores alternativas de um jornal independente para registrar os fatos da região paraense, dando enfoque à Amazônia num sentido geral.

A edição, além de outras matérias, vem com uma informação em que o editor considera razão para transformar a capa numa imagem de luto, tendo em vista o conteúdo desta. Trata-se de uma carta que lhe foi enviada da forma mais grosseira possível pelo ex-governador do estado, Hélio Gueiros. Não cabe aqui descrever o conteúdo pornográfico desta correspondência, no sentido de dar valor às expressões baixas com as quais Hélio se dirige ao jornalista.

Outras importantes experiências editoriais comandadas por Lúcio Flávio vieram após o *B3*, entre elas o *Agenda Amazônia*, o boletim *Informe Amazônico*, de 1980 e o *Jornal Pessoal*, que há 25 anos é publicado quinzenalmente pelo jornalista.

Bandeira 3

A resposta que Gueiros não recebeu

Capa do *Bandeira 3,* Ano I, n. 0 e a Carta-resposta a Hélio Gueiros, página 9 da mesma edição, 1991, Belém/PA.

Considerações finais

O *Bandeira 3* é reconhecido como um dos projetos de impresso alternativo implantados no Pará durante a ditadura militar. Ele agregou a tantos outros reconhecimentos, o mérito de ter servido de laboratório para jornalistas que vieram a se tornar referência na profissão anos depois. Além de ter registrado uma série de dinâmicas econômicas, sociais e políticas que redefiniram a região econômica, política e socialmente.

Comprometido com a realidade amazônica, o jornal garantiu aos leitores o exercício do direito à informação. O *B3* pautou assuntos que não eram abordados pela grande imprensa. Durante as sete edições, é possível observar que eram publicizadas aos leitores, temáticas sobre as contradições sociais, tanto da cidade quanto do campo, onde havia a incidência de conflitos pela terra.

E pontuou fatos relevantes no momento da integração da região amazônica ao resto do país, a partir de grandes projetos; por isso, em algumas edições, há sempre referência à região de Carajás.

Referências

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história.* São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários.* Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.

BANDEIRA 3

PINTO, Lúcio Flávio**.** *Bandeira 3*, Belém, n. 1, 15 a 22 de janeiro de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n. 2, 22 a 28 de setembro de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n. 3, 29 de janeiro a 5 de fevereiro de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n.4, 5 a 11 de fevereiro de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n. 5, 12 a 18 de fevereiro de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n. 6, 19 de agosto de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n. 7, 2 de setembro de 1975.

_____. *Bandeira 3*, Belém, n. zero, 11 de maio de 1991.

_____. Pará, 2011. 1 cassete sono (60 minutos).

PERSPECTIVAS DO GÊNERO MEMÓRIAS LITERÁRIAS: O PAPEL DO OUTRO NA ESCRITA

Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência pedagógica com o gênero memória literária em que se mostrará como o professor se coloca como um outro a influenciar o texto do aluno, como o aluno ouve essa voz do outro e como reelabora seu texto a partir dessa voz. Não menos importante estará o outro, o entrevistado, que cede sua experiência de acontecimentos e lembranças, sua afetividade, sensibilidade e subjetividade ao aluno que escreverá suas memórias. A base teórica do trabalho se centra na análise de gênero textual considerando Bakhtin e Marcuschi e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa; para a reflexão sobre o *outro* se usa o caráter polifônico do signo linguístico de Bakhtin, além de outros autores, como Nelita Bortolotto acerca do papel do outro nas escritas de memórias literárias. Como metodologia, seguiu-se a proposta do Ministério da Educação orientada pelo livro da Olimpíada de Língua Portuguesa (2010), mas com a cautela de adaptação para a realidade local, em que os discentes do 8º ano da Escola Francisco de Assis Rosa de Jesus, em Breu Branco-PA realizaram entrevistas com pessoas mais velhas, após orientação docente em sala de aula, escrita e reescrita de memórias literárias com o tema "O lugar onde vivo". Quanto ao resultado, uma avaliação preliminar da produção textual dos alunos aponta que o texto do aluno é carregado de "vozes alheias" (outro), que lhe ajudam a tecer a memória literária.
Palavras-chave: Gênero textual. Memórias literárias. O outro.

Abstract

This article has as aim to present an educational experience with the literary memoir which is going to be showed how the teacher position itself as another

1 Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Pará (Uepa), na linha "Saberes Culturais e Educação na Amazônia". Correio eletrônico: zalinedocarmo@yahoo.com.br

one to influence the students' text, the way the student listens some others' voices and the way they redesign their texts as from those voices. The other is not going to be less important, the interviewed, who hands his experience of knowledge and regards over, his affection, sensibility and subjectivities to the students who will write their memories. The theorical base of the work is now focused on the textual gender analisis considering Bakhtin, Marcuschi and National Curriculum Parameters (PCNs) of Portuguese Language; for the reflection about the OTHER it is used as a polyphonic character of Bakhtin's liguistic sign, beyond the others authors, like Nelita Bortolotto about her part in wrintings of literary memoirs. As methodologies, the purpose of Minister of Education has been abided by the Portuguese Language Olympics book (2010), however the caution of adaptation for the local reality, in which eighth grade students of the Francisco de Assis Rosa de Jesus school in Breu Branco-PA made interviews with older people, after the teachers orientation in class, writing and rewrite of literary memoirs with the theme "The place where I live". Regarding to the results, a preliminar evaluation of the students textual production points that their text is loaded of "Other voices", which helps to create the literary memoirs.
Keywords: Textual gender. Literary memoirs. The other.

Introdução

Trabalhar questões de gêneros textuais não é uma questão tão simplória quanto parece. Não se pode nem deve pegar um texto e tentar manipulá-lo como único detentor do saber, "empurrando" aos alunos um conhecimento pré-moldado. Para tratar questões de gêneros textuais é necessário um conhecimento por parte do docente, sua leitura de texto e mediação do conhecimento aos futuros escritores. Quando se trabalha com o gênero memórias, a tarefa ganha proporções maiores, pois passa a envolver o mundo de sensações e emoções dos seres humanos, suas percepções de mundo.

Neste artigo, apresenta-se uma experiência pedagógica com o gênero memória literária em que se tentará mostrar como o professor se coloca como *um outro* a influenciar o texto do aluno, como o aluno ouve essa voz e reelabora seu texto. Não menos importante estará o outro, o entrevistado, que cede sua experiência de acontecimentos e lembranças, sua afetividade, sensibilidade e subjetividade ao aluno que escreverá as memórias.

Na primeira parte do artigo, há uma discussão acerca de relações de ensino e aprendizagem escolar baseadas em gênero textual na qual se conceitua gênero e sua diferenciação com tipos textuais, além de comentários sobre a diversidade de gêneros que, às vezes, impede a escola de realmente efetivá-los como objeto de ensino, polifonia. Para embasar teoricamente este item, considera-se Bakhtin e Marcuschi, intercalando-os com o que dizem os PCNs de Língua Portuguesa sobre essas questões.

Na segunda parte, buscam-se como fontes para definição do gênero memórias literárias, a mestra em linguística e doutora em educação Nelita Bortolotto, o filósofo Walter Benjamim e os conceitos apresentados pela Segunda Olimpíada de Língua Portuguesa.

Por fim, apresenta-se a metodologia e análise do papel do outro na escrita de memórias literárias dos alunos do 8º ano (7ª série) da Emef Francisco de Assis Rosa de Jesus, no município de Breu Branco/PA. Quanto à análise das produções textuais, uma avaliação preliminar aponta que o texto do aluno é carregado de "vozes alheias" (outro), que lhe ajudam a tecer a memória literária.

Discutindo relações de ensino e aprendizagem escolar baseadas em gênero textual

Ler e escrever são duas aprendizagens essenciais de todo sistema de ensino. Um cidadão que não tenha essas duas habilidades está condenado ao fracasso escolar e à exclusão social. Por isso, o desenvolvimento da leitura e da escrita é a preocupação maior dos professores. Engana-se quem pensa que o objetivo da escola limita-se a facilitar o acesso ao código alfabético. Compreender e produzir textos são atividades humanas que implicam dimensões sociais, culturais e psicológicas e mobilizam todos os tipos de capacidade de linguagem que vai de saber ler todos os tipos de textos a analisar, avaliar, interpretar os mais diversos gêneros textuais.

Muitos estudiosos até hoje debatem e discutem os gêneros e a diferença entre gênero e tipo textual. Mikhail Bakhtin (2003) foi o primeiro a empregar a palavra *gêneros* com um sentido mais amplo, referindo-se também aos textos que empregamos nas situações cotidianas de comunicação. Para ele, todos os textos que produzimos, orais ou escritos, apresentam um conjunto de características relativamente estáveis, tenhamos ou não consciência delas. Essas características configuram diferentes textos ou *gêneros do discurso*, que podem ser caracterizados por três aspectos básicos coexistentes: *o tema*, *o modo composicional* (a estrutura) e o *estilo* (usos específicos da língua).

> O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (Bakhtin, 2003, p. 261-262).

Em *Gêneros textuais: definição e funcionalidade,* Luiz Antônio Marcuschi (2005) menciona que mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Sobre a riqueza e a diversidade dos gêneros, Bakhtin (2003, p. 262) afirma "a riqueza e a diversidade dos gêneros são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana (...)". Porém, acentua que para haver comunicação produtiva, um texto possui algumas regularidades que o circunscrevem como um anúncio, um texto científico, publicitário entre outros. Essas regularidades não significam fechamento, mas condição para que haja interação, pois se a cada vez em que nos comunicássemos um novo gênero fosse composto, não haveria uma comunicação possível.

No que diz respeito ao conceito de gêneros, os PCNs de Língua Portuguesa integram os gêneros como objetos de ensino, priorizam o texto como única realidade concreta de manifestação linguística nas práticas sociais.

> Todo texto se organiza dentro de um determinado gênero em função das intenções comunicativas (...). Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura (...). A noção de gênero refere-se, assim, a família de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneos, como visão geral da ação, à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado (Brasil, 2001, p. 21-22).

A grande diversidade de gêneros textuais, às vezes, impede a escola de realmente efetivá-los como objeto de ensino, para tanto há necessidade de

selecioná-los para que sejam de fundamental importância na construção da participação cidadã do aluno. Enquanto objeto de ensino, os gêneros transportam-se para a prática de uso que facilita a correspondência entre o modo de ensinar, como ensinar e para que ensinar, por meio de uma metodologia revitalizadora que garante autonomia ao sujeito para desenvolver as várias praticas de linguagem presentes nas situações de uso.

Convém mencionar que o trabalho pedagógico com gêneros textuais ainda passa por processo de gradativa evolução, uma vez que, tratar a língua materna como homogênea e voltada para o código é algo muito mais simplório do que tratá-la como prática discursiva e heterogênea na medida em que atuaria na identificação histórico-social dos sujeitos que estariam envolvidos em uma dada situação comunicativa e teria como elo de comunicação a interação entre os enunciados. É desse ponto que se preconiza o conceito de gêneros e tipos textuais, causa de grandes transtornos no ensino da língua, principalmente porque acabam incidindo semelhanças quanto às definições para algumas práticas pedagógicas que os tomam como sinônimos.

> Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.* Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, *outdoor*, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante (Marcuschi, 2005, p. 22-23).

Nessa visão, o que pode atenuar é que, de acordo com Marcuschi (2005) a expressão *"tipo de texto"* é equivocadamente empregada e não designa um tipo, mas sim um *gênero de texto.* Quando alguém diz, por exemplo, "a carta pessoal é um tipo de texto informal!", ele não está empregando o termo *tipo de texto* de maneira correta e deveria evitar essa forma de falar. Uma *carta pessoal* que você escreve para sua mãe é um *gênero textual,* assim como um *editorial, horóscopo/receita médica, bula de remédio, poema, piada, conversação casual, entrevista jornalística, artigo científico, resumo de um artigo, prefácio de um livro.* É evidente que em todos estes gêneros

também se está realizando tipos textuais, podendo ocorrer que o mesmo gênero realize dois ou mais tipos. Assim, um texto é em geral tipologicamente variado (heterogêneo).

Portanto, entre as características básicas dos tipos textuais está o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto. A rigor, pode-se dizer que o segredo da coesão textual está precisamente na habilidade demonstrada em fazer essa "costura" ou tessitura das sequências tipológicas como uma armação de base, ou seja, uma malha infraestrutural do texto. Como tais, os gêneros são uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por sequências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas, mas relacionadas entre si.

A Polifonia

Um dos elementos chaves na discussão em torno de gêneros textuais e que se destaca na teoria da linguagem de Bakhtin é a *palavra do outro.* O autor esclarece que todo discurso não é uma obra fechada e acabada de apenas um indivíduo, mas é um processo heterogêneo, conjunção de discursos entre eu e o outro. "Nossas palavras não são 'nossas' apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam" (Tezza, 1988, p. 55).

> Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo: ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta (Bakhtin, 2003, p. 297).

Desse modo, o dialogismo é a característica do funcionamento discursivo em que se encontram presentes várias instâncias enunciadoras. É a presença destas várias instancias que constitui a dimensão polifônica do discurso. Os textos polifônicos se caracterizam pela falta de acabamento e de solução do herói. A posição do autor em relação ao herói é dialógica, proporcionando, do início ao fim, autonomia e liberdade interna. O texto, não sendo fechado, permitirá ao leitor maior produção de sentidos – a polifonia.

Ou seja, a polifonia é o elemento que harmoniza a diversidade de vozes independentes produzindo diferentes efeitos de sentidos repercutindo múl-

tiplas ideologias. Portanto, o dialogismo constitui a linguagem e os textos, embora existam textos nos quais a diversidade de diálogos se mostra, enquanto que em outros, os monofônicos, ela se disfarça. É possível constatar que, mesmo os conceitos sendo próximos, há diferenças sensíveis entre dialogismo e polifonia. Todavia o que os relaciona é a concepção sociointeracionista da linguagem.

No movimento de interação social, os sujeitos constituem os seus discursos por meio das palavras alheias de outros sujeitos (e não da língua, isto é, já ideologizadas), as quais ganham significação no seu discurso interior e, ao mesmo tempo, geram as réplicas ao dizer do outro, que por sua vez vão mobilizar o discurso desse outro, e assim por diante. A noção de interação verbal via discurso é gerada pelo efeito de sentidos originado pela sequência verbal, pela situação, pelo contexto histórico social, pelas condições de produção e também pelos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores. Ou seja, além dos aspectos linguísticos as condições de produção do discurso são definitivas para compô-lo; e isso não se aplica somente à interação verbal face a face, mas adentra o discurso romanesco.

Segundo Clark e Holquist (1998, p. 257 *apud* Rechdan, 2011, p. 03), o livro sobre Dostoiévski constituiu o ponto essencial para o conceito de polifonia, pois o pensador russo observa que o romancista estabelece uma relação única com suas personagens, os quais têm voz própria e o mínimo de interferência da parte dele como autor, criando, assim, um novo gênero denominado por Bakhtin de polifônico, porque apresenta muitos pontos de vista, muitas vozes, cada qual recebendo do narrador o que lhe é devido.

Na *polifonia*, o dialogismo se deixa ver ou entrever por meio de muitas *vozes polêmicas*; já, na monofonia, há, apenas, o *dialogismo*, que é constitutivo da linguagem, porque o diálogo é mascarado e somente *uma voz* se faz ouvir, pois as demais são abafadas. Fiorin (2006, p. 165 *apud* Brochado; Pinto, 2007), porém, ao examinar o conceito de dialogismo, ressalta que é preciso afastar dois equívocos recorrentes na interpretação bakhtiniana: a) dialogismo equivale a diálogo, no sentido de interação face a face; b) há dois tipos de dialogismo: o dialogismo entre interlocutores e o dialogismo entre discursos. Desse modo, esclarece, em primeiro lugar, com base nos enunciados de Bakhtin, que dialogismo não se confunde com interação face a face, isto é, o dialogismo não se reduz ao diálogo como forma composicional. O diálogo é uma das manifestações do dialogismo. Quanto ao segundo ponto, não há dois dialogismos entre interlocutores e entre discursos. O dialogismo é sempre entre discursos, enquanto que o interlocutor só existe enquanto portador do discurso.

Assim, sintetiza em dois sentidos aquilo que é efetivamente dialogismo em Bakhtin: é o modo de funcionamento real da linguagem e, portanto, é seu princípio constitutivo; é uma forma particular de composição do discurso. Portanto, todo discurso dialoga com outro discurso, manifestando-se em enunciados.

A produção de sentidos gerada pela heterogeneidade discursiva – as várias vozes – concebe a monofonia ou a polifonia. O texto ou romance monofônico pode ser entendido como aquele que possui vários personagens, portadores de posições ideológicas independentes, mas que acaba expressando uma ideologia dominante. Dessa forma, embora nesses romances muitos personagens falem, todos eles exprimem uma cosmovisão unificada. Já no texto ou romance polifônico cada personagem tem autonomia, exprime a própria concepção, pouco importa se ela coincida ou não com a ideologia do autor da obra. A polifonia acontece quando cada personagem se manifesta com a própria voz, expressando o pensamento individual. Existindo determinado número de personagens, existirão diversas posturas ideológicas as quais repercutirão de maneira a serem ouvidas particularmente. Sobre o embate das várias vozes ocultadas ou reveladas no texto, Diana Luz Pessoa de Barros (1994, p. 06) comenta: "Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir".

O gênero memórias literárias: a indagação do aluno

"Professora, como eu começo o texto?"

O ouvido apurado de professores identifica rapidamente a situação social de uso desse enunciado proferido, após a mãozinha do aluno ser levantada, esperando "a vez" para a professora atender a pedidos sussurrados e, muitas vezes, até apreensivos "(...) eu não sei escrever texto, não sei como iniciar (...)".

Sobre o assunto, Nelita Bortolotto (2011) menciona o caso de uma personagem consagrada de Monteiro Lobato, a boneca de pano Emília – do Sítio do Picapau Amarelo – que se vê na dificuldade de começar a escrever as Memórias da Marquesa de Rabicó.

> Tinha o seu tema escolhido. Mas 'Emília, de testinha franzida, não sabia como começar'. E falou: 'Isso de começar não é fácil. Muito mais simples é acabar. Pinga-se um

> ponto final e pronto; ou então escreve-se um latinzinho: *finis* (caricatura de fechamentos de textos dirigidos ao público infantil) 'e ... fim'). Mas começar é terrível'. E novamente vieram as estratégias para iniciar a narrativa. Tinha o título, mas e depois? (Bortolotto, 2011, p. 06).

Todo professor, principalmente o de língua portuguesa, já se deparou com situações semelhantes. Escrever memórias literárias é como rememorar um cenário para o entrecruzamento de espaços e tempos, é através delas que nos tornamos sujeitos da experiência coletiva – por serem vivenciadas sempre na relação com os outros – mas também individual – pois cada acontecimento é produtor de diferentes significados para os que os vivenciam.

> A rememoração articula a dimensão sensível da memória ao ato de lembrar, o que torna comunicável a experiência. Na rememoração as lembranças estão sujeitas a atualizações, releituras e reelaborações, fruto de reflexões sobre o acontecimento lembrado (Pérez, 2003, p. 5, *apud* Rosa; Ramos, 2008, p. 03).

Para o filósofo Walter Benjamin, a memória não significa apenas acontecimentos e lembranças, mas sim experiência, afetividade, sensibilidade, subjetividade, esquecimento, entrecruzamento de sujeitos e, principalmente, experiências vividas. O ato de rememorar possibilita que dimensões pessoais que foram perdidas com o avanço do mundo moderno e capitalista sejam recuperadas na relação temporal entre passado, presente e futuro. Rememorar é partir de indagações e trazer o passado como possibilidade de construir rumos atentos para presente e futuro.

> A memória não é um instrumento para exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio sutil no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava (Benjamin, 2004 *apud* Clara; Altenfelder, 2010, p. 18).

O "homem que escava" rememora o passado e deixa-se levar por cenários e situações reais ou imaginárias. Com isso, as histórias passadas e registradas por palavras, gestos, sentimentos, podem unir moradores de um mesmo lugar e fazer que cada um sinta-se parte de uma mesma comunidade. "Isso porque a história de cada indivíduo traz em si a memória do grupo social ao qual pertence" (Clara; Altenfelder; Almeida, 2010, p. 18). Esse encontro, portanto, torna-se uma experiência humanizadora.

Rosa e Ramos (2008) comentam que, ainda numa perspectiva benjaminiana, na sociedade capitalista, com o intenso transitar entre as pessoas e a mecanização de nossos atos pelo tempo, muitas vezes, nos esquecemos de observar o lugar por onde passamos, as pessoas com as quais conversamos e deixamos de experimentar odores exalados nos diferentes ambientes, nos quais costumamos estar cotidianamente.

Em outras palavras, as ações repetitivas do dia a dia passam a tornar o mundo pobre no narrar das experiências. Absorver tudo sem pensar no que está sendo visto e feito, sem tirar disso experiência, mas apenas vivência e reprodução, é o modo que vivemos hoje, num sistema maquinário que nos impede de partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco.

> Cada escola, cada casa, cada cidade possui determinados odores para quem ali vive – alguns sentidos de forma particular e outros num contexto coletivo. Essa condição possibilita que memórias sejam revividas e ressignificadas à medida que o sujeito da experiência possa, de olhos fechados, identificar determinado lugar por seus odores característicos (Rosa; Ramos, 2008, p. 04).

Dessa forma, o gênero literário conhecido como memórias compreende outro olhar que está além do autor e leitor, é o do entrevistado (pessoa que cedeu entrevista relatando dados marcantes do seu passado – dados pessoais e biográficos e valiosos depoimentos históricos em que se registram fatos políticos e sociais, paisagens, costumes e tendências artísticas). Nesse momento considera-se a voz do *outro* (entrevistado), como ousadamente fez o Ministério da Educação (MEC) na 2ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa (2010) em que o aluno (escritor de memórias) propunha-se a conversar com pessoas mais velhas observando a expressão dada ao modo como os fatos narrados eram sentidos e vividos (cômica ou tragicamente). O interessante era que as lembranças fossem fortes e significativas para quem as contasse.

O trabalho com lembranças, entre outras coisas, estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho, permite mostrar o valor de pessoas que vêm da maioria desconhecida do povo, traz a história para dentro da comunidade ao mesmo tempo em que extrai história de dentro dela, propicia o contato entre gerações e pode gerar um sentimento de pertencer ao lugar onde se vive, contribuindo para a formação de seres humanos mais completos e para a constituição da cidadania.

Análise: o papel do outro em memórias literárias

Narrar memórias é uma habilidade que se aprende. Depois de recolher memórias das pessoas mais velhas da comunidade, os alunos do 8º ano da Escola Francisco de Assis Rosa de Jesus, localizada na rua Parauapebas s/n, no bairro Novo Horizonte, na cidade de Breu Branco/PA, na Região Amazônica, puderam reconstruir/recriar essas memórias, sem precisar fazer uma transcrição exata da realidade, pois o ato de narrar é sempre uma criação. Quando se narra um acontecimento de forma literária, o imaginário do narrador atua sobre as memórias recolhidas, transformando-as. Ao transformá-las procurando dar-lhes uma "vida" da qual o leitor possa compartilhar, o narrador destaca alguns aspectos mais envolventes e suprime outros.

A cidade de Breu Branco foi erguida a partir da doação de algumas casas de madeira para a população pela Eletronorte. Cerca de 1.200 pessoas foram transferidas para essas habitações, dando origem ao município, localizado à margem direita da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O município de Breu Branco foi criado através da Lei n. 5.703 de 13 de Dezembro de 1991, sancionada pelo então governador Jáder Fontenelle Barbalho, e tendo sido desmembrado dos municípios de Tucuruí, Moju e Rondon do Pará, com sede na localidade de Breu Branco, que passou à categoria de cidade, com a mesma denominação. Sua instalação aconteceu no dia 1º de janeiro de 1993, com a posse do prefeito, do vice-prefeito e vereadores eleitos no pleito municipal de 3 de outubro de 1992.

A Emef Francisco de Assis Rosa de Jesus, já citada, foi fundada em 2001, construída pelo governo do estado do Pará em parceria com a Eletronorte. Atualmente possui 765 alunos matriculados do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde. Seu quadro de funcionários é composto por um diretor, um vice-diretor, dois técnicos pedagógicos, uma secretária, três auxiliares de secretaria, um professor da sala de informática, um auxiliar pedagógico, 29 professores, quatro vigilantes patrimoniais e sete funcionárias de apoio. A gestão escolar segue os princípios democráticos, para discutir, deliberar, planejar e executar as ações.

Foi neste ambiente escolar que as memórias literárias foram trabalhadas. Seguiu-se, para tanto, a proposta do Ministério da Educação orientada pelo livro da Olimpíada de Língua Portuguesa (2010), mas com a cautela de adaptação para a realidade local. Vale lembrar que a Olimpíada é um programa de caráter bienal e contínuo. Constitui uma estratégia de mobilização que

proporciona aos professores da rede pública, oportunidades de formação. Em anos ímpares, atende diversos agentes educacionais: técnicos de secretarias de educação que atuam como formadores, diretores, professores. Em anos pares, promove um concurso de produção de texto para alunos do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

No entanto, a pesquisa aqui realizada não teve a intenção de participar do concurso, somente seguir as estratégias de sequência didática desenvolvida para estimular a vivência de uma metodologia de ensino de língua que trabalha com gêneros textuais. Essas atividades sugeridas pelo MEC foram importantes, pois estimularam o aluno a desenvolver habilidades de leitura e de escrita previstas nos currículos escolares.

O tema abordado foi "O lugar onde vivo" e requereu leituras, pesquisas e estudos, que incitaram, nos alunos, um novo olhar acerca da realidade. Certamente havia várias maneiras de iniciar os alunos no estudo e na produção do gênero textual memórias, mas optou-se por uma conversa inicial em que ouvissem dois trechos de livros de memórias, que estavam no CD que acompanha o livro do professor: *Transplante de menina,* de Tatiana Belinky e *Parecida mas diferente,* de Zélia Gattai. Foi explicado que todos têm episódios de vida para lembrar: uma festa, uma travessura, um passeio, uma viagem, um costume. Alguns deles, importantes e marcantes, mereceriam ser registrados.

Seguindo, pois, as sugestões do MEC formaram-se oito grupos de quatro alunos, os quais elaboraram oito perguntas que nortearam a entrevista semiestruturada e posterior gravação. Com o vídeo (entrevista) fez-se um seminário com os grupos em que eles apresentaram as memórias recolhidas dos antigos moradores do Breu Branco para, a partir daí, iniciarem a escrita do texto.

O outro

Ao escrever as memórias, o aluno se desdobrou em narrador e personagem, num jogo literário muito sutil, narrando os fatos de uma época, olhando-a do ponto de vista de observador geral dos momentos que narra, mas também olhando para si mesmo como personagem que viveu os acontecimentos narrados, recriados pelas lembranças suas e dos outros. É possível reconhecer quando o autor se coloca como narrador das memórias pelo uso da primeira pessoa: "eu me lembro", "vivi numa época que...". Podemos reconhecer o narrador-personagem nas memórias quando o autor descreve suas sensações

e emoções narrando fatos dos quais ele é o centro, mas que envolvem outros personagens das memórias.

Veja o quadro a seguir:

Quadro I – Fragmento de texto dos alunos do 8º ano da Escola Francisco de Assis Rosa de Jesus

FATOS	FRAGMENTOS DO TEXTO – COMO O ALUNO NARROU O FATO
O remanejamento do Breu Antigo (aquele que atualmente está submerso em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí) para Tucuruí.	"(...) Teve uma época que foi muito ruim, porque fomos remanejados para Tucuruí e perdi meus pais. Foi no ano de 1980" (Aluno A)
O modo de sobrevivência na infância.	"(...) Naquela época eu tinha apenas 10 anos de idade, mas eu era mais feliz do que hoje. As pessoas eram mais amigas umas das outras. Eu convivia com os meus pais, eles nos sustentavam, fazendo farinha, pescando, caçando,... Eu ajudava bastante nas coisas de casa com a minha mãe. Antes a gente não comprava frutas, agora se as pessoas quiserem comer banana e outras frutas tem que 'meter a mão no bolso' para poder pagar" (Aluno B)

A partir desses dois fragmentos dá para observar que o aluno torna a voz do entrevistado, a sua própria voz, permeando o texto de significados.

Koch e Elias (2009) falam que "a compreensão da escrita passa pela compreensão das relações interlocutivas, pelo acabamento que vem de fora, ou seja, do outro, que interage com o que é escrito pelo autor, que contempla, dá sentido na e pela relação de contato entre sentidos" (p. 7).

Logo, o aluno tem essa compreensão da escrita, pois teve o contato com o interlocutor (entrevistado) permeando suas sensações e emoções ao se relacionar na escrita com o que o entrevistado cedeu. Mas o aluno foi além, interagiu ao ampliar o contato com seu interlocutor, criou um narrador-personagem que "falasse" no texto.

> O narrador em primeira pessoa é o narrador-personagem ou narrador-testemunha. No caso de memórias literárias teremos, geralmente, o narrador-personagem, que tem por característica se apresentar e se manifestar como *eu* e fala a respeito

> daquilo que viveu. O narrador em primeira pessoa conta a história dele sempre de forma parcial, considerando um único ponto de vista: o dele (Clara; Altenfelder; Almeida, 2010).

O narrador-personagem pode ser reconhecido pelos pronomes de primeira pessoa (eu, meus, nós...) e pela forma como os verbos se apresentam, sua terminação verbal (fomos, perdi, tinha, convivia, ajudava...). Há também a presença de uma palavra típica da linguagem informal (a gente) que, aqui, serve para confirmar outras vozes que compartilharam do fato narrado (pais, vizinhos, amigos, conhecidos...).

Na escrita de memórias outro aspecto que é importante é a descrição do espaço e a sua situação temporal.

Quadro II – Fragmento de texto dos alunos da Escola Francisco de Assis Rosa de Jesus: descrição de tempo e espaço

DESCRIÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO
Na época que eu morava no Breu de antigamente era um matagal, só tinha um caminho estreito para passar e nesses matos tinham tiriricas (um tipo de mato que corta a pessoa) (...) (Aluno C).
Breu Branco, na época, era um povoado pacato, atrasado, sem informação, pequeno, com apenas uma rua. O povo de lá vivia da agricultura, pesca e castanha. Lá tinha um *campi*nho, dois pequenos times (...), uma praia (...) (Aluno D).
O Breu Velho era um povoado, eu vivia em uma casa de barro pequena, modesta, o chão era de terra. Só tinha duas ruas, onde eu e meus amigos brincávamos todo dia (...) (Aluno E).
(...) O Breu Velho era muito pequeno, (...) tinha só duas ruas, (...) pouco morador, (...). Havia também o campo de futebol (...) e uma ferrovia que passava por dentro (...) (Aluno F).

Quando o aluno descreve o povoado, ele utiliza as observações que fez enquanto conversava e ouvia o entrevistado como material para produzir um texto que reconstrói não apenas o momento da entrevista. Os alunos transformaram as respostas da entrevista feita com senhores e senhoras idosas da região em um texto de memórias literárias. "Em geral, o início de um livro ou mesmo de um capítulo de memórias literárias, é dedicado a situar o leitor no tempo e, principalmente no espaço em que se passam as lembranças do narrador" (Clara; Altenfelder; Almeida, 2010, p. 56).

A voz do aluno se faz perceber como entrecruzamento da voz do entrevistado, pois o aluno escreve como se tivesse realmente vivido na época "do Breu Velho", há aproximadamente 25 anos (1985), época que por sinal os alunos ainda não eram nem nascidos. O "Breu Velho" a quem os entrevistados fazem a descrição, não corresponde ao local onde fica o Breu Branco, mas a um lugar que hoje, inundado, deu origem à praia do Breu. Era, na verdade, uma pequena vila que ficou submersa em decorrência da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, em 1985.

Emprestando os conceitos da análise do discurso discutido por Sírio Possenti (2009), comprova-se a existência de um outro a influenciar o aluno.

> Parece que se pode dizer que tais análises mostram claramente, em relação ao sujeito do discurso que, de duas uma: ou ele não está sozinho, ou não executa seu papel uniformemente. Em qualquer dos casos, definitivamente, ele não é uno. Ou seja, o discurso que produz não é um produto exclusivo de um pretenso sujeito uno e não submetido a condições exteriores (Possenti, 2009, p. 48).

O que se quer argumentar é que nesse momento da narrativa, o aluno (sujeito do discurso) descreve com detalhes um lugar, como já dito, que ele nunca viu ou vivenciou, por isso que se torna percebível o discurso do entrevistado, pois se considera que aquilo não é do aluno (sua experiência, seus sentimentos), mas um discurso embasado em outra voz, aquela da entrevista, que aponta os detalhes do lugar "(...) tinha duas ruas (...) uma estrada de ferro em que as crianças brincavam (...)" (ver quadro 2). Fazendo uma analogia ao texto de João Cabral de Melo Neto, o sujeito não está sozinho, ele precisará sempre de outros "galos" que teçam com ele "uma manhã" (o texto).

O sujeito de Bakhtin, um sujeito histórico, social, ideológico, é também corpo. É um sujeito construído na linguagem, construído pelo "outro". Em Bakhtin (Rechdan, 2010), o sujeito tem um projeto de fala que não depende só de sua intenção, mas depende do "outro" (primeiro é o "outro" com quem fala; depois o "outro", ideológico porque é tecido por outros discursos do contexto) e, ao mesmo tempo, o sujeito é corpo (são as outras vozes que o constituem). Segundo Compagnon (*apud* Rechdan, 2010),

> toda enunciação produz concorrentemente um enunciado e um sujeito. Não há sujeito anterior à enunciação ou à escritura, e, em seguida, uma enunciação, à maneira de um atributo ou de uma modalidade existencial de um sujeito; mas a enunciação é constitutiva do sujeito, o sujeito advém da enunciação.

Portanto, o sujeito de Bakhtin se constitui na e através da interação e reproduz na sua fala e na sua prática o seu contexto imediato e social. Segundo esse autor (1992, p. 35), "A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência individual é um fato socioideológico." Ela é um inquilino do edifício social dos signos ideológicos. O signo ideológico por excelência é a palavra, segundo Bakhtin (1992, p. 36).

Bakhtin (*apud* Rechdan, 2010) desenvolve uma concepção de sujeito em que o "outro" desempenha um papel crucial: "Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro." Devido a isso, a palavra não é monológica, mas plurivalente, e o dialogismo, uma condição constitutiva do sentido. Isso confirma, então, a voz do outro (entrevistado) que emprestou aos alunos suas lembranças e emoções acerca do lugar e poderá servir como fonte de pesquisa para historiadores que buscam registros do antigo lugar.

Além da descrição do tempo e do lugar nas entrevistas percebe-se que alguns fatos são recorrentes e lembrados com certo saudosismo. Observe o quadro a seguir:

Quadro III – Lembranças recorrentes dos moradores do Breu Branco entrevistados (em vídeo) pelos alunos

Nome e idade do entrevistado	Fatos lembrados
Acidone Olímpios de Lima – 80 anos	Descrição do Breu; Infância; Um acidente; Sobrevivência.
Valdir Sousa Filho – 60 anos	Descrição do Breu; Infância; Remanejamento; Operação Curupira.
Francisco Vilar de Araujo – 70 anos	Descrição do Breu; Infância; Estrada de ferro; Remanejamento; Um acidente.

Raimundo Albuquerque de Almeida – 62 anos	Descrição do Breu; Infância Amigos e esposa.
Consuelo da Conceição Torre – 58 anos	Descrição do Breu; Infância; Local onde morava; Estrada de ferro.
Manoel Montana da Silva – 70 anos	Descrição do Breu; Infância; Estrada de ferro; Assassinato de um homem; Remanejamento; Campo de futebol.
Josefa da Silva Leite – 66 anos	Descrição do Breu; Infância; Estrada de ferro; A reunião da comunidade; Remanejamento; Plantação de mudas de eucalipto; Novenas de santos.
David Coutinho Pereira – 37 anos	Descrição do Breu; Infância; As brincadeiras.

Desses fatos lembrados, os alunos selecionaram os seguintes: a representação da infância; a representação da estrada de ferro e a representação do remanejamento.

Quadro IV – Comparação entre entrevista e o texto escrito

Entrevista	Como ficou no texto de memórias
Meu pai saia, né, todo dia na parte da manhã para trabalhá na roça, alguma vez eu ia. E minha mãe saia depois pra buscar água no poço ali para tomar banho (Francisco Vilar de Araujo, 70 anos).	(...) Meu pai saia todo dia pela parte da manhã para trabalhar na roça, algumas vezes eu também ia. Minha mãe saia tarde para buscar água no único poço da vila para a gente tomar banho. Nós vivíamos felizes e tranquilos. Ah! Como era bom aquele fim de tarde com aquele ventinho no rosto, o sol desaparecendo aos poucos (...) (Aluno E).

Eu pensei que nunca íamos sair de lá, mas não foi bem assim. Logo veio a ferrovia onde eu e meus amigo brincávamos de pique-esconde, depois veio a história do remanejamento e o sossego acabou. Muita pessoas saía de suas casa chorando porque não ia mais voltar (...) (David Coutinho Pereira – 37 anos).	Em meus pensamentos nunca iríamos sair daquela vila, mas não foi bem assim. Logo veio a grande ferrovia onde eu e meus amigo brincávamos de pique-esconde, depois veio o tão temido *remanejamento* e o sossego acabou. Muitos choravam a perda de seus lares onde viveram felizes (...) Minhas lembranças quase afundaram junto com o Breu Velho(...) (Aluno F).
A ferrovia era bem... é bem... de Tucuruí a Jatobá e fazia parte de cinco vilas, cidades só era Tucuruí... O trem passava um dia sim e um dia não... nós vinha brincar bola... sempre tinha perigo de andar pelo trecho (Francisco Vilar de Araujo, 70 anos).	Lembro-me como se fosse hoje daquela imponente ferrovia que passava por dentro da vila. Era perigosa, mas muitas crianças brincavam perto, inclusive eu. Ainda ouço os gritos de minha mãe ao querer tirar-nos da estrada de ferro (Aluno G).

Nesses fatos e como comumente acontece ao utilizar a memória, sempre se faz um jogo do "agora" com o "ontem", do "aqui" com o "ali", o texto narrado ficará marcado por esse vai e vem, com uma contínua comparação do passado com o presente. Uma vez que o autor lembra, ele usa verbos que expressam o ato de lembrar para mostrar esse vai e vem da memória: "rememorar", "reviver", "rever". Esses verbos são usados, ora no presente ("Eu me *lembro*..."), ora no pretérito ("Minha mãe *saía* tarde para buscar água..."). Usa pronomes possessivos ou oblíquos da primeira pessoa: "*Meu* pai saia todo dia na parte da manhã para trabalhar na roça...", "*Minha* bola...", "Lembro-*me* com saudade...".

Neste momento de "transformação" da entrevista em memórias literárias percebe-se que o aluno fez o seu acabamento, aquele em que ele selecionou os fatos marcantes, excluiu marcas da oralidade (por exemplo, o *né*) e acrescentou expressões que demarcassem emoções percebíveis somente na expressão de quem narrava os fatos cara a cara.

Na entrevista em que o aluno se coloca diante do entrevistado como ouvinte e observador nota-se, por exemplo, certo ar de saudosismo demarcado por um olhar distante, um leve suspiro e mudanças na expressão facial. Mas no texto escrito, essa sensação só poderia ser revelada pelo uso da interjeição e dos sinais de pontuação: "*Ah!* Como era bom aquele fim de tarde com aquele ventinho no rosto, o sol desaparecendo aos poucos (...)".

Convém fazer uma observação, que por detrás desta seleção há o professor, o *outro* que se autorreconhece como primeiro leitor das produções textuais dos pupilos, ora para contemplar ora para se colocar como revisor de texto,

apontando – com a tão temida caneta vermelha – as pequenas incorreções gramaticais. Mas como "contemplador de texto" o docente lê, analisa, compreende, reflete, dá palpites, aponta melhorias e, por consequência, eleva o aluno à categoria de *outro* também, porém do seu próprio trabalho, porque com as observações do outro (o professor) o aluno passa a ver com olhares diversos sua produção inicial.

> Em decorrência, postula-se que a leitura de um texto exige muito mais que o simples conhecimento linguístico compartilhado pelos interlocutores: o leitor é, necessariamente, levado a mobilizar uma série de estratégias tanto de ordem linguística como de ordem cognitivo-discursiva, com o fim de levantar hipóteses, validar ou não as hipóteses formuladas, preencher a lacunas que o texto apresenta, enfim, participar, de forma ativa, da construção do sentido. Nesse processo, autor e leitor devem ser vistos como 'estrategistas' na interação pela linguagem (Koch; Elias, 2009, p. 7).

E assim aconteceu com esses alunos e alunas que rememoraram as lembranças e emoções dos entrevistados idosos do antigo Breu, aquele que deixou saudades ao ser inundado, e o professor possibilitou ao discente o olhar que vem de fora, aquele que observa e seleciona, segundo suas leituras, o que deverá ser usado. Com isso, nota-se que "nenhum homem é uma ilha completo em si mesmo. Todo homem é um pedaço do continente, uma parte do todo..." (poeta inglês John Donne).

Considerações Finais

Ao se fundamentar nos pressupostos teóricos de Bakhtin e na concepção interacionista da linguagem pode-se observar que os sujeitos interagem entre si para com o produtor do texto realizar o tecido da memória literária, ora este se fazendo "leitor" da entrevista, que também é um texto, mas falado, ora sendo o escritor, num jogo sutil de compartilhamento de informações, sentimentos, sensações e representação de acontecimentos.

Nas produções textuais analisadas dos alunos do 8º ano da Emef F. Francisco de Assis Rosa de Jesus notou-se uma concepção dialógica de língua que privilegia os sujeitos e seus conhecimentos em processo de interação. Assim, temos que o lugar mesmo de interação é o texto cujo sentido não está lá, mas é construído, considerando-se, para tanto, as "sinalizações" textuais dadas pelo autor e os conhecimentos do leitor, que, durante todo o processo de leitura e produção, assumiu uma atitude "responsiva ativa" e tomou como suas as "falas" de pessoas desconhecidas.

As memórias escritas por esses alunos tornaram-se, portanto, carregada de "vozes alheias" que se entrelaçavam à do escritor para expressar através do texto escrito as sensações vivenciadas por antigos moradores do Breu que hoje se encontra submerso. A consciência individual não poderia trazer à tona informações sobre o lugar em que viviam esses moradores, pois informações deste tipo não foram registradas em livros ou outro meio que guardasse informações históricas de um Breu que ajudariam as pessoas a conhecerem mais sua própria origem. A consciência individual é um fato socioideológico, logo precisa do outro para se realizar.

Bakhtin desenvolveu uma concepção de sujeito em que o "outro" desempenha um papel crucial: "Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro". Isso confirma, então, a voz do outro (entrevistado) que emprestou aos alunos suas lembranças e emoções acerca do lugar e poderá servir com fonte de pesquisa para historiadores que buscam registros do antigo lugar. Não menos importante esteve a "voz do professor" que emprestou seus conhecimentos de revisor de texto e pôs-se com os alunos a reescrever suas, agora, memórias.

Com isso, pode-se concluir que como diz João Cabral de Melo Neto "Um galo sozinho não tece uma manhã:/ ele precisará sempre de outros galos./ De um que apanhe esse grito que ele/ e o lance a outro; de um outro galo/ que apanhe o grito que um galo antes/ e o lance a outro; e de outros galos (...)". É dessa forma que os locutores/interlocutores precisam uns dos outros para tecer o texto, pegando a "voz de um galo" e lançando a outros que a resgatem dando mais sentido e aperfeiçoando-se gradativamente. Nosso texto é entrelaçado de vozes dos outros.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, D. L. P. Dialogismo, polifonia e enunciação, *in*: FIORIN, J. L. (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994. (Coleção Ensaios de Cultura).

BORTOLOTTO, Nelita. O papel do outro nas escritas de memórias literárias: discutindo relações de ensino e aprendizagem escolar, *in*: *Na ponta do lápis*, n. 16. São Paulo, 2011,

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

BROCHADO, S. M. D.; PINTO, V. M. R. Leitura e dialogismo: múltiplas vozes discursivas, *in*: *Anais do 16o*. Cole, v. 1. Campinas: Unicamp, 2007.

CEREJA, William R., MAGALHÃES, Thereza C. *Português Linguagem*. 8º ano. 5ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

CLARA, Regina Andrade; ALTENFELDER, Anna Helena; ALMEIDA, Neide. *Se bem me lembro…*: caderno do professor: orientação para produção de textos. São Paulo: Cenpec, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*: os sentidos do texto. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade, in: A.P. DIONISIO *et al*. (orgs). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RECHDAN, M. L. A. *Dialogismo ou polifonia*. Disponível em: http://www.unitau.br/pr¬ppg/publica/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf. Acesso: dez. 2010.

ROSA, Maria I. P. e RAMOS, Tacita A. Memórias e odores: experiências curriculares na formação docente. *Revista Brasileira de Educação*. [*on line*]. 2008, vol. 13, n. 39, p. 565-575. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300012.

TEZZA, Cristovão. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin, *in*: FARACO *et al*. *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier, 1988.

SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS SOCIOAMBIENTAIS DE CAMPONESES DA AMAZÔNIA PARAENSE: RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIAS DE CASAS DE FARINHA[1]

Cirlene do Socorro S. da Silva – Seduc/Grupema[2]
Maria das Graças da Silva – Uepa[3]

Resumo

Este estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado, da Universidade do estado do Pará, na linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia e ao Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (Grupema). Busca contribuir com estudos relacionados à educação, ambiente e cultura e tem como foco os saberes ambientais e as práticas socio-educativas construídos e reconstruídos nas relações de convivências que se estabelecem nas casas de farinha de uma comunidade camponesa nomeada por seus moradores de Santo Antonio do Piripindeua. A área de pesquisa está localizada no município de Mãe do Rio/PA, na mesorregião do nordeste paraense. A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, com utilização de recursos de um estudo de caso, como entrevista semiestruturada, observação participante e fotoetnografia dos espaços das casas de farinha. A produção de dados permitiu a construção de uma cartografia de saberes que emergiram da organização dos espaços das casas de farinha, sua apropriação e do fazer farinha. Nesses espaços, as práticas do "fazer farinha" informam e materializam saberes que são socializados nas relações de convivências familiares e de cooperação.

1 Este texto foi aprovado para comunicação oral no VI Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto-Portugal na área temática Ambiente e Sociedade, ora apresentado de forma ampliada com algumas alterações.

2 Socióloga, mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará – Linha de pesquisa: Saberes culturais e educação na Amazônia. Professora (Seduc-PA), integrante do Grupo Pesquisa Educação e Meio Ambiente (Grupema). Correio eletrônico: cirlesilva@yahoo.com.br

3 Socióloga, doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/Brasil), professora adjunta III da Universidade do Estado do Pará (Uepa), líder do Grupo de Pesquisa Educação e Meio Ambiente (Grupema). Correio eletrônico: magrass@gmail.com

Nesse sentido, esse estudo, ora apresentado, focaliza o cuidar das casas de farinha como saber orientador e orientado por meio de processos formativos dos agricultores, sujeitos de reflexão e ação, organizadores de estratégias que favorecem sua formação e a transformação dos espaços das casas de farinha como espaços de trabalho, de vida ou de educação. Enfim, ambiente de convivência.
Palavras-chave: Saberes socioambientais. Práticas educativas. Territorialidades. Casas de farinha.

Abstract

This study is linked to the Graduate Program in Education, Master of the University of Pará, in the line of research: Cultural knowledge and education in the Amazon and the Research Group on Education and the Environment (Grupema). Seeks to contribute to studies related to education, environment and culture and focuses on socio-environmental knowledge and practices constructed and reconstructed in the relations of (con) living in homes that are established flour a farming community named by the inhabitants of Santo Antonio do Piripindeua. The study area is located in the municipality of Rio Mother-PA in the middle region of the northeastern Pará. The research is characterized as a qualitative approach, using features of a case study, such as semi-structured interviews, participant observation, photoethnographic spaces of flour mills. The production data allowed the construction of a mapping of knowledge that emerged from the organization of the spaces of flour mills, ownership and flour. In these spaces, the practices of "flour" materialize knowledge that inform and are socialized in the relations of (con) family experiences and cooperation. Thus, this study presented here focuses on the care of flour mills to know how to coach and guided through the formative processes of farmers subject of reflection and action, organizers of strategies that favor its formation and transformation of the spaces of the houses of flour as spaces for working, living or education. Finally, environment (con) experience.
Keywords: Knowledge socio-environmental. Educational practices. Territoriality. Bed and flour.

Introdução

O presente estudo referencia-se na dissertação de mestrado em Educação intitulada *Casas de farinha: espaço de (con)vivências, saberes e práticas*

educativas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, e vinculada ao Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente – Grupema – (Silva, 2011). Busca contribuir com estudos relacionados à educação, ambiente e cultura e analisa os saberes ambientais e as práticas socioeducativas construídos e reconstruídos nas relações de convivência que se estabelecem nas casas de farinha de uma comunidade camponesa nomeada por seus moradores de Santo Antonio do Piripindeua. A área de pesquisa está localizada no município de Mãe do Rio/PA, na mesorregião do nordeste paraense, microrregião do Guamá, distante aproximadamente 28 km da sede do município e cerca de 200 km da capital do estado.

As casas de farinha, quase sempre foram vistas apenas como espaços de produção econômica, espaços onde são beneficiadas as raízes de mandioca que passaram anteriormente por um processo de plantio e colheita. Esse processo envolve a realização de várias etapas e atividades, como descascar, ralar, prensar, peneirar, torrar, entre outras, que permitem chegar ao produto final, que é a farinha. Por meio desse produto, camponeses têm construído suas condições de reprodução material de existência.

Embora existam ocorrências de casas de farinha em centros urbanos, é comum, estarem localizadas no espaço rural, caracterizado, na maioria das vezes, como sinônimo de atraso. Nesse sentido, Moreira (2003, p. 117) considera que as imagens culturais hegemônicas sobre o rural, em oposição aos sentidos conferidos ao urbano, "carregaram as noções de agrícola (apenas produção) como atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado e de comportamentos resistentes a mudanças".

Como é sabido, o modelo que orientou o processo de ocupação e apropriação do rural, especialmente o amazônico, nas últimas décadas, de acordo com Becker (1994) esteve ancorado num projeto que se orientava ou ainda se orienta pela ideia de que a única possibilidade de "desenvolver" esse espaço seria a partir de sua inserção no sistema capitalista global do pós-segunda guerra mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário e os Estados nacionais mantêm as funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção desse espaço, não importando a que custo fosse: cultural, social ou político.

Essa forma de olhar a Amazônia servia para justificar a subalternização das populações que historicamente vivem na região com modos de vida "tradicionais", como os índios, ribeirinhos, agricultores familiares, seringueiros, populações quilombolas e outros grupos sociais com modos de vida estruturados a partir de lógicas econômicas divergentes da lógica capitalista.

Dessa forma, é importante esclarecer que estamos tratando aqui, de acordo com Moreira (2007), de uma redefinição de espaço rural, não mais apenas como espaço de produção agrícola, mas, entendido, na perspectiva de mundo contemporâneo onde se tem atores com interesses diversos construtores de um campo de forças onde variadas relações de trabalho estão a ele associadas, enquanto campo sociocultural.

Para Berger e Luckmann (2003), as sociedades elaboram conhecimentos dos processos sociais associados à dinâmica da natureza e da vida, e realizam as apropriações desses saberes. Estudos dos processos produtivos das casas de farinha que estão territorializadas em espaços rurais não podem ficar reduzidos a uma visão economicista de produção de bens materiais, porque esses processos também são produtores de cultura.

O reconhecimento do espaço rural enquanto espaço de relações e de produtor de cultura também pode ser referenciado em Brandão (2007), que afirma não haver grupo humano estável que, além de ter sua vida social, não tenha também a sua memória, a sua história e a sua cultura. Para esse autor, essa complexa teia e trama que envolve esses conhecimentos consistem na experiência de uma cultura, de sua partilha recíproca e de seu aprendizado, e está contida nas diversas formas dos seres humanos ocuparem o planeta, socializarem a natureza e criarem modos de vida.

Neste sentido, a criação de um produto, como a farinha de mandioca, possui uma história relacionada com um determinado estilo de vida de grupos sociais da região amazônica, configura-se como um produto imbricado em contextos socioculturais e naturais peculiares. Nesse estudo, procuramos transgredir a ideia de que casa de farinha é apenas espaço de produção. Acreditamos que o fazer farinha é um ato de criação. Em sendo assim, a casa de farinha é um espaço onde se produz não apenas a matéria (farinha), mas também cultura e educação, e, ao produzir cultura e educação, o ser humano está se produzindo enquanto ser multiplicador desse saber camponês.

Segundo Barth (2000, p. 123), os fenômenos complexos precisam ser estudados em suas múltiplas singularidades, pois as pessoas estão inseridas em "mundos diferentes, parciais, simultâneos, nos quais se movimentam". Para ele, nessa tarefa, é necessário o pesquisador elaborar um método de processos sociais e considerar que a cultura é compartilhada por uns e não por outros; que os atores, estão sempre posicionados, e esses posicionamentos favorecem ações diferenciadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, caracterizada como qualitativa e de campo, que de acordo com Minayo (2000, p.105), o campo "é o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico

correspondente ao objeto da investigação". Utilizou-se para a produção dos dados os seguintes procedimentos: a observação participante, fundamentada na necessidade de registrar os relatos detalhados de situações raramente obtidos, apenas por entrevistas; a entrevista semiestruturada que permitiu a liberdade de retirar perguntas, modificar a ordem, ou mesmo improvisar outras. Foram dez entrevistas ao todo e os critérios para a seleção dos sujeitos entrevistados: a) experiência, tempo e conhecimento dos saberes para produzir farinha; b) amostragem por gênero, pois em algumas situações havia papéis diferenciados no fazer farinha, detalhe relevante na análise de estudos culturais.

Adotamos a fotoetnografia também como fonte de informação. Achutti (1997) define esta técnica de pesquisa de campo como uma técnica que pode ser usada como outra forma de narrativa que, somada ao texto etnográfico, enriquece e possibilita a difusão dos resultados obtidos. Neste sentido, a fotografia teve a função de registro, de documentar as ocorrências cotidianas, no fazer da farinha. Para Martins (2008, p. 26) essa técnica "amplia e enriquece a variedade de informações de que o pesquisador pode dispor para reconstituir e interpretar determinada realidade social (...). Revela também o ausente, dá-lhe visibilidade como realismo da certeza".

Para análise dos dados utilizamos algumas técnicas da análise do discurso. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana, para Orlandi (2005, p. 15) "essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive".

Nessa análise, admite-se que a realidade não existe como algo dissociado, mas fruto de um emaranhado de relações sociais complexas e contraditórias construídas historicamente, ou seja, ela é um produto social materializado pelos sujeitos por meio da linguagem. Pois, como afirma Orlandi (2005, p. 43) "toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: diretrizes presentes e dizeres que se alojam na memória". Então, procuramos analisar e interpretar as conversas com os agricultores e agricultoras, as entrevistas, o dito e o contexto no qual foi dito.

As casas de farinha e as relações de (con)vivências

Os agricultores familiares da Comunidade Santo Antônio do Piripindeua organizaram espaços específicos para desenvolverem suas práticas de fazer farinha. São as casas de farinha, conhecidas também na comunidade por "retiro" ou ainda, "retirinho". Na definição do Sebrae (2008), as casas de farinha são

estabelecimentos dedicados à produção de farinha e geralmente se referem a empreendimentos de pequeno porte, em contraste com as grandes farinheiras, que são aquelas voltadas para uma produção em escala industrial.

Na expressão de um dos entrevistados: "a gente chama de retiro, mas retiro hoje é outra coisa, o certo é casa de farinha mesmo, os indígenas chamavam casa de forno, hoje é casa de farinha" (AFC, 03). Dessa maneira, embora os entrevistados, por vezes, façam referência à casa onde se produz a farinha como "retiro", neste estudo a denominaremos de casa de farinha, pois consideramos que além da transformação da matéria prima, raízes de mandioca em farinha e em alguns casos em outros produtos como a goma e o tucupi, o fazer farinha configura-se como um processo que está para além do resultado final de um sistema produtivo, porque alberga também relações de convivência e vínculos familiares na sua execução.

Na Casa de Farinha Familiar, as práticas são dinamizadas a partir da organização da família nuclear, e com o controle de todas as etapas do fazer farinha, inclusive dos instrumentos de trabalho. Esse espaço foi, neste estudo, denominado de Casa de Farinha Familiar pelo fato de que é o núcleo familiar (pais e filhos) que constitui a força de trabalho no fazer farinha.

Na percepção de um dos agricultores entrevistados, a participação familiar no processo de produção garante sua reprodução social, conforme indica o depoimento a seguir: "A casa de farinha, para mim, é só pra gente de casa mesmo (...). Tem tanta importância que dali tô tirando o pão de cada dia, direto, toda semana, na casa de farinha" (AFF, 01). A forma de organização dessa atividade produtiva aproxima a família por meio de laços de solidariedade e de colaboração, remete à noção de sociabilidade de Martins (2008, p. 32), para quem o trabalhador "em sua produção de subsistência se produzia (e se produz ainda) um mundo de relações sociais não capitalistas", ou, no sentido familiar e comunitário.

Na Casa de Farinha Mutirão, no processo de produção, é "um ajudando o outro é muito bom, que nem hoje, hoje ela estava me ajudando aqui na farinha. Quando for a dela, eu já vou ajudar ela" (AFM, 01). A fala revela que as práticas do fazer farinha desenvolvidas no espaço desta casa, mediadas pelas relações de cooperação ou de parentesco possibilitam o socializar das experiências. Isso acontece, segundo Castro (2000), por haver uma integração entre a vida econômica e social, uma vez que a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando, entre outros, encontros interfamiliares.

Na Casa de Farinha Comunitária, as práticas de fazer farinha são dinamizadas a partir de uma diversidade de relações objetivadas no seu interior,

familiar de compadrio, de trocas, mutirão. Os agricultores organizam-se previamente em reuniões mensais para discutir a produção. Essa casa de farinha foi instalada por uma política pública, um projeto do governo federal em parceria com o poder público municipal, que teve a função de atender não apenas aos produtores de farinha da Comunidade Santo Antônio do Piripindeua, mas também aos de outras comunidades próximas.

A apropriação dos espaços das casas de farinha é materializada pelas relações de (con)vivência dos agricultores e agricultoras da Comunidade Santo Antônio do Piripindeua, que, de acordo com nossa análise, são relações construídas a partir do compartilhar momentos e experiências, uma vez que nem todas as pessoas que participam da prática de fazer farinha, possuem a vivência diária, elas convivem nos momentos necessários ao fazer farinha.

Gadamer (1990, p. 118), em sua análise, afirma que o vivenciar significa "ainda estar vivo quando algo acontece", pois, ao contrário daquilo que se pensa saber, do que se ouviu ou do intuído, "o vivenciado é sempre o que nós vivenciamos". Assim, a partir das (con)vivências dos agricultores nas casas de farinha, é possível analisar não apenas o processo de produção que dali emerge, mas, sobretudo, os processos educativos que ali estão presentes.

Conforme Gadamer (1990, p. 119), "algo se transforma em vivência na medida em que não somente foi vivenciado, mas que o seu ser-vivenciado teve uma ênfase especial". Assim, ainda que os momentos vivenciados pelos agricultores guardem relações com o processo produtivo de fazer farinha, eles estão para além da dimensão econômica. Nos depoimentos a seguir, percebe-se que há uma ênfase na vivência familiar, ainda que outras formas de relações sociais estejam presentes.

> É a família, e às vezes é mutirão, contamos com a ajuda. Quando é sábado, temos três ou quatro sacos de farinha, aí eu vou vender e é de repente. Eu trabalho com meus filhos, a gente fala antes com os vizinhos e vamos ajudar eles também (AFF, 02).
> Começa uma hora da manhã. Pra ir nesse horário, é que meus filhos estudam pra Mãe do Rio. Se eu não ir nesse horário, eu fico sozinha...Tenho que ir uma hora, porque quando é oito horas, às vezes eles tem que sair porque é prova. Aí eu fico sozinha... Eles me ajudam a fazer (AFC, 01).

Essas falas e as observações realizadas indicam que as relações de (con) vivência, mediadoras do fazer farinha, existem sob o formato de:

a) Relações familiares, que têm por base a organização social da família nuclear, em que as relações entre pais e filhos se dão unicamente em termos de participação do processo produtivo do fazer farinha. Em outras palavras, o sujeito "ajuda" a própria família;

b) Relações de cooperação, que se constituem a partir das relações entre as famílias, de ajuda mútua que envolve a participação de vizinhos, conhecidos, diaristas que, algumas vezes, são também familiares que mesmo recebendo pagamento pelo dia de trabalho não possuem carteira assinada ou salários fixos. Referem-se a essa relação como sendo uma ajuda ao parente. Em geral, estes sujeitos não participam de todo o processo produtivo, mas apenas de alguma(s) prática(s) que são previamente estabelecidas pelo "dono da farinha".

Trata-se de relações que guardam semelhanças com a concepção de relações pré-capitalistas de Marx (1985), para quem o trabalhador é o proprietário das condições objetivas do seu trabalho. Independente de qual seja, ele possui uma existência objetiva, o que permite que o indivíduo seja em relação a si mesmo, proprietário e dono das condições de sua realidade.

De acordo com as observações e os discursos dos sujeitos, são relações que permitem a realização de uma aprendizagem social, construtos importantes para o fortalecimento do vínculo social local e envolvem recursos simbólicos, como compromisso de devolver a ajuda recebida no mutirão. Assim, as práticas desenvolvidas no processo produtivo do fazer farinha pelas relações de (con) vivência, que orientam a organização e a apropriação dos espaços nas casas de farinha não são apenas distribuições de fazeres, pelo contrário, refletem práticas educativas que acionam um conjunto de saberes construídos e socializados pelas experiências que se materializam em processos educativos.

O saber cuidar das casas de farinha

Os agricultores entrevistados revelam por meio de suas falas e da dinamização do cotidiano das casas de farinha, um conjunto de saberes acumulados a partir das relações de convivência e da organização do espaço e do fazer farinha. Um desses saberes é o cuidar, um saber construído nas relações de convivência familiar ou de cooperação.

> Quando eu chego na casa de farinha, tenho que limpar lá, porque a gente tem que trabalhar pra gente vender as coisas bem. Tem que tá tudo zelado pra gente vender o produto da gente bem vendido. A gente sai daqui, quando chega lá, a gente tem que limpar (AFC, 01).

O cuidar das casas de farinha é um saber orientador e orientado por meio dos processos formativos dos agricultores. Esse discurso revela o "zelar" como categoria empírica, que está incorporada num saber materializado na limpeza da casa de farinha e que informa uma prática educativa socioambiental. Ele

emerge como uma condição para valorização do produto no mercado, "pra gente vender as coisas bem" (AFC, 01).

Essa prática educativa socioambiental antecede o processo de produção da farinha, e configura-se em um saber construído a partir da orientação dos pais e remete às considerações de educação ambiental de Leef (2007, p. 218), como processo no qual somos todos aprendizes e mestres, sendo que "os bons mestres sempre foram aprendizes até alcançarem a maestria de artes e ofícios".

Processo de ensino aprendizagem que por vezes é mediado pela comunicação verbal. Para uma das mães: "As coisas que a gente vai fazer pra não ter sujeira, seu fulano vai sujar a coxa. (...) A gente ensina ele pra não fazer seboseira. Educar pra cuidar da higiene" (AFF, 02).

Neste sentido, a mãe é a agente formadora para quem o educar configura-se nos cuidados com o espaço onde se realiza a prática de fazer farinha. Na ideia de Silva (2008) os sujeitos são capazes de construírem habilidades e atitudes frente a situações socioambientais que permitem incorporarem-se no trabalho coletivo, em práticas onde o exercício da solidariedade objetiva um ambiente saudável.

Figura 1 – Casa de farinha/A limpeza da cevadeira

Fonte: Silva, 2010.

De acordo com as manifestações dos entrevistados, o saber cuidar emerge no fazer farinha a partir da limpeza dos espaços da casa, nos gestos que higienizam os instrumentos de trabalho, como mostra a Figura 1. O cuidar da casa, guarda relação com cuidar dos artefatos que estão nela. Segundo Boff (2008), o saber cuidar implica ter intimidade, sentir, acolher e respeitar, entrar em sintonia com as coisas.

> Aqui é só eu mais os meus filhos, e aí eu digo: "olha meu filho, tem que ajeitar essas coisas tudinho". Vou dizendo: "olha meus filhos, não pode deixar as coisas sujas, porque uma pessoa chega aqui, vê tudo sujo vai, comentar". Olha, acolá é muito sebosa, farinha feia, preta e tal. Então tem que fazer desse jeito, assim e assim, que é para ficar bem bacaninha. Quando chegar uma pessoa assim e olhar, uma maravilha a farinha da pessoa. Todo mundo gosta (AFF, 01).

Essa fala revela que o pai procura formar nos filhos uma consciência de que é preciso ter cuidado com seus instrumentos de trabalho e com a casa de farinha. Percebe-se nesses ensinamentos, que o saber cuidar orienta para uma prática educativa socioambiental, que indica uma preocupação em cuidar da casa e dos utensílios com vistas a resguardar a qualidade da farinha diante do comprador. E ainda mais, o saber cuidar da casa, do ponto de vista de seu produto, das coisas materiais, amplia-se para um cuidar da imagem do lugar – a casa da farinha, pois, "uma pessoa chega aqui vê tudo sujo, vai comentar" (AFF, 01). Dessa maneira, os sujeitos procuram cuidar da casa como mostra a Figura 2 para que seu produto tenha uma boa aceitação por parte de quem vai consumi-lo.

Figura 2 – O zelar da casa de farinha

Fonte: Silva, 2010.

A partir desse mundo de experiência, os agricultores demonstraram, nos relatos e conversas, uma preocupação com o destino do tucupi, que é produzido em grande quantidade, e as consequências para a estrutura física da casa.

> Essa casa de farinha, ela se torna um intercâmbio. De repente, vem um povo aí visitar e ninguém tá sabendo que vem, como tá acontecendo. Aí onde é a casa de farinha, que queria ver, queria olhar. A gente chega lá e a primeira coisa que o cara vai olhar é a higiene, como é que é. Ontem mesmo, falei: "isso aqui está bom de limpar, está no mato. Chama o pessoal para dar uma limpeza aí". Mas eu estou preocupado pelo seguinte, por que nós temos que botar lajota nos tanques, o tucupi come mesmo. Ontem eu chamei: "vamos lajotar estes tanques". A casa de farinha deveria ser lajotada. Pelo menos o tanque, se a gente lajotar, já tem uma coisa garantida. Melhora muito (AFC, 01).
> Nós já pensemos em ajeitar recurso para comprar uma lajota pra nós lajotar tudo, porque come um cimento, descascando tudinho. Tá ficando só o seixo já, tanque. Mais que passa é quatro cinco dia, aí já tá esgotando água, porque o tucupi da mandioca come todinho. Tanto pode ser de um lado, como de outro (AFC, 06).

Os entrevistados preocupam-se com a estética da casa de farinha. Essa preocupação está relacionada com a opinião de pessoas que a visitam, porque "a primeira coisa que o cara vai olhar é a higiene" (AFC, 01), por isso os agricultores se mobilizam para, em mutirão, realizar algumas atividades na casa tornando-a um ambiente mais adequado possível à prática da produção da farinha.

Figura 3 – O resíduo da raiz de mandioca: manipueira ou tucupi

Fonte: Silva, 2010.

De acordo com os discursos dos sujeitos, e como fica demonstrado na Figura 3, as casas de farinha, não possuem lugares apropriados para o armazenamento do tucupi. No caso da Comunitária, o espaço destinado foi insuficiente para armaze-

nar a quantidade produzida, o que provocou o encharcamento do solo ao redor da casa de farinha. Preocupados com essa situação e demonstrando conhecimento dos danos provocados, inclusive para a saúde, os agricultores solicitaram à prefeitura que "abrissem buracos" para o seu escoamento, como mostra a Figura 4.

Figura 4 – "Buraco de tucupi"

Fonte: Silva, 2010.

Para Santos (2010), a manipueira[4] (tucupi) tem um grande potencial poluente, decorrente da quantidade de material não esgotado, essa poluição ambiental restringe fisicamente os locais de produção pela formação de enormes volumes deste líquido, por isso, é comum este resíduo ser jogado diretamente nos corpos d'água e no próprio ambiente circundante, formando lagos.

A fala de um agricultor revela que eles não comercializam o tucupi: "a gente podia vender, mas a gente não vende. Vem sempre uma mulher de outra comunidade pegar aí pra vender, mas a gente não" (AFC, 06). Assim, a comunidade ainda não conseguiu desenvolver formas de utilização desse resíduo. Para Santos (2010) isso acontece pela própria desorganização dos produtores de mandioca, que fortalece a inexistência de estruturas de aproveitamento desses resíduos e o próprio desconhecimento sobre o seu potencial de uso.

4 Para Pinho (2007), com base em estudos de Cereda, (2000) e Branco (1967) a manipueira é o resíduo líquido gerado na produção da farinha. Se faz necessário a retirada da água de constituição das raízes, o que é feito por compressão. O resíduo gerado é composto pela mistura de água com o líquido de constituição da raiz da mandioca. A manipueira é um dos resíduos mais prejudiciais ao ambiente, possui uma demanda bioquímica de oxigênio (DBO), e alta concentração de ácido cianídrico, elevado teor de potássio, magnésio, cálcio e fósforo.

> Já está no plano a gente fazer outro curso aí, mas em cima da conscientização. A produção de farinha que tá bom, falta mais é o povo zelar pelo patrimônio que é dele. Por que isso daí a prefeitura veio quando terminou o curso, veio com ADA. Tá aqui passou para a comunidade por meio de documento, tudo documentado. Então é da comunidade e não da prefeitura, o povo tem que levar a sério (AFC, 04).

Segundo este depoimento, o saber zelar vai além de uma condição individual dos agricultores no fazer farinha. Amplia-se numa perspectiva de cuidar da casa de farinha comunitária enquanto patrimônio público, "já que o povo tem que zelar pelo patrimônio que é dele" (AFC, 04). Neste contexto, aflora uma tensão entre os sujeitos que possuem a percepção ou a sensibilidade em manter o zelamento da casa, e os que a utilizam apenas pela necessidade do fazer farinha, sem muita preocupação com a conservação, no sentido de ser um bem comunitário.

Essa situação indica uma dimensão ética do cuidar da casa, uma vez que não é um espaço de uso individual, mas de apropriação da comunidade, e que, portanto, na percepção de alguns agricultores, exige mais cuidado dos sujeitos que deste espaço se apropriam e utilizam-no. De acordo com Boff (2008, p. 12):

> O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental do humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem – viver e das ações um reto agir.

Chama atenção o fato de que, na percepção do entrevistado, a demanda por uma formação técnica para os agricultores da comunidade, não ocorre pela necessidade de aprenderem a fazer a farinha, e sim pela necessidade de "conscientização" do zelar da casa de farinha como bem da comunidade e não da prefeitura. Seu discurso mostra uma percepção crítica em relação à utilização da casa como um bem público. Para Freire (2010), o ser humano ao distanciar-se de seu mundo vivido, possivelmente o problematiza e o decodifica criticamente, e nesse movimento de consciência, se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de experiência.

O "zelar" da casa de farinha e a demanda dos agricultores por um curso de formação que aprimore suas práticas, aproxima-se da concepção do saber ambiental, que se produz numa relação entre teoria e práxis na busca pelo conhecer, e não se encerra em sua relação objetiva com o mundo, mas sim, na produção de novos sentidos civilizatórios. É um saber forjado no "diálogo de saberes (...) no encontro entre a vida e o conhecimento, numa confluência de identidade e saberes" (Leff, 2008, p. 183).

Nesta perspectiva, os agricultores, como sujeitos de reflexão e ação, organizam estratégias que favoreçam sua formação e a transformação dos espaços das casas de farinha como espaços de trabalho, de vida ou de educação.

Algumas considerações

Um dos objetivos deste estudo foi o de discutir e transgredir a concepção de que casas de farinha são apenas espaços de produção material. Para alcançá-lo, o diálogo com teóricos de várias áreas do conhecimento amparou o estudo sobre as perspectivas de educação nesses espaços e contribuiu para a interpretação e análise de saberes e práticas educativas, que emergem dos processos de apropriação e usos desses espaços e das práticas cotidianas de fazer farinha dos agricultores familiares.

Identificamos que as relações de (con)vivência construídas pelos agricultores e agricultoras familiares são baseadas em relações familiares ou de cooperação que se caracterizam pela ajuda mútua dispensada na realização das práticas do fazer farinha. Práticas que além de orientarem a organização interna dos espaços das casas de farinha, materializam diversos saberes, dentre os quais o cuidar, manifestado como zelar ou ter higiene.

O saber cuidar é socializado pelos mais experientes e aprendido na prática, nas vivências dos aprendizes, que buscam seguir o exemplo dos que possuem mais habilidade na execução das práticas de fazer farinha e não são construídos de forma isolada, mas guardam relações de interdependência entre si, de forma que o saber cuidar da casa e dos instrumentos influencia na qualidade do produto e, portanto, agrega valor na prática da comercialização. Ou ainda, que manusear os instrumentos e utensílios, guarda relação com a prevenção de acidentes dos praticantes e informa saber cuidar de si e do outro.

Os discursos dos sujeitos permitem afirmar que o saber cuidar orienta-se para uma prática educativa socioambiental, pois estes demonstram uma preocupação em cuidar da casa e dos utensílios como uma estratégia de proteger e fortalecer a imagem de produtores de farinha de qualidade, o que confere ao produto uma valorização e uma preferência no mercado local.

Essa preocupação ficou demonstrada ao relatarem que consideram seus consumidores, principalmente, os que compram a farinha no retalho, uma vez que estes compram para se alimentarem. Essa é uma questão ética.

Em movimento espiralar, os saberes são revelados e a educação torna-se presente como ajuda, ou seja, a capacidade que o sujeito tem de contribuir na execução de uma determinada prática, na revelação de como se faz uma fari-

nha de qualidade, na troca de experiências ou de informações, no modo de zelar, no modo de cuidar, no modo de conviver.

Referências

ACHUTTI, Luis Eduardo Robinson. *Fotoetnografia*: um estudo de Antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarica, 1997.

BARTH, Frederik. A análise da cultura nas sociedades complexas, *in:* _____. *O Guru, o iniciador*: e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BECKER, K. Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1994.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana, *in:* _____. *A construção social da realidade*: Tratado da sociologia do conhecimento. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 35-53.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*: ética do humano-compaixão pela terra. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 49ª ed., 2007.

BRASIL. Diagnóstico e planejamento de desenvolvimento do território rural do Nordeste paraense. *MDA*. Capanema-PA, 2006.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais, *in:* DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação*: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GADAMER, Hans Georg. A liberação da questão da verdade desde a experiência da arte, *in*: _____. *Verdade e Método*. 3ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1990.

LEFF, Enrique. *Epstemologia ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de janeiro: Abrasco, 2000.

MOREIRA, José Roberto. *Cultura política e o mundo rural na contemporaneidade*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, abril de 2003, n. 20, p. 112-142.

_____. *Terra poder e território.*1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

PINHO, Moreira Machado Caribé. *Reaproveitamento de Resíduo do Processamento da Mandioca (manipueira)*: avaliação de impactos químicos e microbiológicos no solo e utilização como fertilizante. 65f. Dissertação de Mestrado. UFRP/ Recife PE, 2007.

SANTOS, Armínio. Usos e impactos Ambientais causados pela manipueira na microrregião sudoeste da Bahia – Brasil. Disponível em < http://www.ub.edu/medame/PSSantos.pdf>. Acesso: nov. 2010.

SEBRAE. *Estudo de mercado sobre a mandioca (farinha e fécula).* Relatório 2008.

SILVA, Cirlene do Socorro Silva da. *Casas de farinha*: espaço de (con)vivências, saberes e práticas educativas. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

SILVA, Maria das Graças da Silva. O cuidar da casa e do ambiente, *in*: TEIXEIRA, Elizabeth (org). *Rede de saberes e afetos*. Belém, 2008.

MODO DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DAS ILHAS DE ABAETETUBA/PA

Denison da Silva Ferreira[1]

Resumo

O artigo aborda alguns aspectos da dinâmica socioespacial em uma comunidade ribeirinha da Amazônia situada às margens do rio Pará, na microrregião do Baixo-Tocantins, Nordeste paraense. Partindo do exemplo empírico desta comunidade esta breve análise lança o olhar sobre a complexidade e a trajetória histórica das populações ribeirinhas da Amazônia, frequentemente esquecidas ou não devidamente retratadas na literatura, tampouco nas políticas públicas. Alguns resultados preliminares desta pesquisa (que não se encerra com este trabalho, mas que compreende parte da discussão empreendida em nossa pesquisa de dissertação de mestrado, em andamento) nos possibilitam perceber a capacidade da resiliência das sociedades ribeirinhas da Amazônia, mesmo sendo considerados, por alguns seguimentos sociais, "resíduos anacrônicos" do sistema econômico vigente. Essa capacidade de resiliência possibilita que as práticas cotidianas guardem marcas no tempo e no espaço do passado ribeirinho, refletindo, desse modo, múltiplas formas de reprodução socioespacial, à exemplo da comunidade em questão.
Palavras chave: Amazônia. Ribeirinho. Modo de vida. Uso dos recursos. Reprodução socioespacial.

Abstract

This article discusses some aspects of socio-spatial dynamic in a riverside community located on the shores of the Amazon River Pará, in the micro-Lower Tocantins, Pará Northeast. Based on the empirical example of this community this brief analysis casts its gaze on the complexity and historical trajectory of

1 Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará (PPGEO/Ufpa) – Correio eletrônico: denisonferreira2010@hotmail.com

riverine populations of the Amazon, often forgotten or not properly portrayed in literature, nor in public policy. Some preliminary results of this research (which does not end with this work, but that comprises part of the discussion undertaken in our research dissertation in progress) enable us to realize the capacity of resilience of societies of the Amazon river, even being considered by some social sectors, "anachronistic waste" of the current economic system. This resilience allows everyday practices keep marks in time and space of the past riverside, reflecting thus multiple forms of sociospatial reproduction, like the community in study.

Keywords: Amazon Riverine. Way of life. Use of resources. Sociospatial reproduction.

Introdução

Nunca é de mais lembrar que o espaço amazônico é marcado por uma sociodiversidade que reflete temporalidades desiguais e combinadas de grupos sociais distintos que produzem e organizam seus espaços de acordo com seus modos de ser e de viver configurando uma rica cultura de crenças, hábitos e mitos influenciados em muito pela herança do índio, do europeu e do negro africano.

Dessa forma, o debate sobre a Amazônia, hoje, não pode prescindir-se dos dilemas envolvendo distintos grupos sociais rurais que historicamente habitam este espaço, participando da constituição e da dinâmica desta região e, assim, compondo significativamente suas tramas de complexidades, suas peculiaridades e suas contradições atuais, vivendo e convivendo, existindo e resistindo neste universo dinâmico e plural que constitui esta vasta região cheia de contradições.

Nessa perspectiva as sociedades ribeirinhas da Amazônia, como um seguimento social compreendido no contexto do chamado *campesinato histórico*, emergem como importante referência das primeiras formas de produção e organização do espaço amazônico processadas antes mesmo do início do processo de colonização, pois considera-se que os ribeirinhos da Amazônia são, em grande parte, herdeiros legítimos do modo de vida dos índios das águas "porque estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície Amazônica na época do contato com os europeus" (Witkoski, 2007, p. 97).

Em geral, as populações ribeirinhas da Amazônia apresentam um conjunto de características que se distingue das demais populações do meio rural

ou urbano. Tais características se aproximam do que é concebido por Diegues (1996) como *cultura* ou *modo de vida tradicional* que, entre outros, é caracterizado por este autor

> a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constroem o modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais...; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente (Diegues, 1996, p. 87-88).

Em quase todos os cantos da Amazônia, sobretudo nas áreas sob influência dos rios, furos, lagos, paranás e igarapés, que configuram a rica e exuberante rede fluvial amazônica, se verifica a presença de ribeirinhos que estabelecem relações múltiplas com estes ambientes, em particular com os rios que configuram não apenas um meio de produção material da vida, mas igualmente, um referencial central da temporalidade e da geograficidade que norteia a vivência ribeirinha no espaço amazônico.

De acordo com Silva (2006) nas áreas ribeirinhas da Amazônia a relação do ribeirinho com a terra e com a água tem sido marcada de formas de uso bastante peculiares, a qual tem sido, constantemente, redefinida para garantir a reprodução social e a permanência desse agente nessas áreas.

Historicamente as áreas de várzeas do estuário paraense são ocupadas por populações que cristalizaram sistemas de uso dos recursos naturais caracterizados como manejo e manipulação complexos, pois combinam várias atividades de subsistência de acordo com hábitos e padrões culturais que se adequaram aos diversos ecossistemas típicos da região, a saber: a várzea, a terra-firme e o igapó, além dos inúmeros ecossistemas aquáticos com os quais estas populações se relacionam cotidianamente.

É nesse contexto que se inscreve o cotidiano em uma comunidade ribeirinha amazônica localizada na região do Baixo-Tocantins, Nordeste paraense, mais precisamente na porção insular do município de Abaetetuba, numa região conhecida regionalmente como Ilhas de Abaetetuba. Trata-se de uma dinâmica fortemente ligada aos rios, às várzeas, aos igarapés, aos furos, às ilhas etc., ambientes estes que fazem parte do cotidiano e constituem importantes aspectos da espacialidade que envolve a dinâmica socioespacial local.

A exemplo da maioria das comunidades ribeirinhas situadas na porção insular deste município, o uso dos recursos naturais na comunidade de Maúba enseja uma dinâmica socioespacial muito particular, pois se trata de um contexto que se efetiva entre a *terra* e a *água* ou numa *terra-água* que são as *vár-*

zeas. Assim sendo, os ribeirinhos moradores desta comunidade são possibilitados de atuar não somente em atividades ligadas ao meio haliêutico – através da pesca, por exemplo, – como, igualmente, ao ambiente de terra e floresta, conformando, assim, o que Furtado (1993) denomina "*agricultor-pescador" e/ou "pescador polivalente*", ou seja, um agente que consegue manipular os recursos de ambos os meios combinando atividades diversas em diferentes setores produtivos.

Nesse sentido, a adaptação nas áreas de várzeas das ilhas de Abaetetuba por parte dos moradores locais tem sido baseada em estratégias de uso múltiplo. Considera-se que ao longo das duas ultimas décadas estes agentes têm variado a ênfase de suas estratégias de sobrevivência em resposta às mudanças de oportunidades de mercado ligadas à economia regional. A exploração de uma série de recursos naturais diferentes, um após outro, tem sido uma constante, provendo aos moradores locais condições de subsistência estáveis e, às vezes, relativamente próspera, como é o caso do cultivo do açaí, uma das principais fontes de suprimento alimentar e geração de renda na subsistência familiar.

Nessa perspectiva, tendo em vista a dinâmica socioespacial que compreende as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, este breve enfoque visa analisar algumas formas de uso dos recursos naturais por parte dos ribeirinhos que ali vivem, em particular dos moradores de uma comunidade local, buscando dimensionar como tais, assim como os saberes tradicionais concebidos no âmbito do modo de vida, refletem peculiaridades na dinâmica de reprodução socioespacial envolvendo estes agentes.

Para o desenvolvimento deste estudo, a metodologia adotada compreendeu três fases básicas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de possibilitar melhor compreensão (teórica) acerca da problemática abordada. A segunda compreendeu a pesquisa de campo, onde o contato direto com a realidade vivenciada pelos moradores da comunidade estudada foi de fundamental importância no desenvolvimento da análise. A terceira e última fase consistiu na estruturação final da análise a partir do estabelecimento de um *link* entre os aspectos de natureza teórico-conceitual e os aspectos de natureza empírica compreendidos a partir do desenvolvimento da pesquisa de campo.

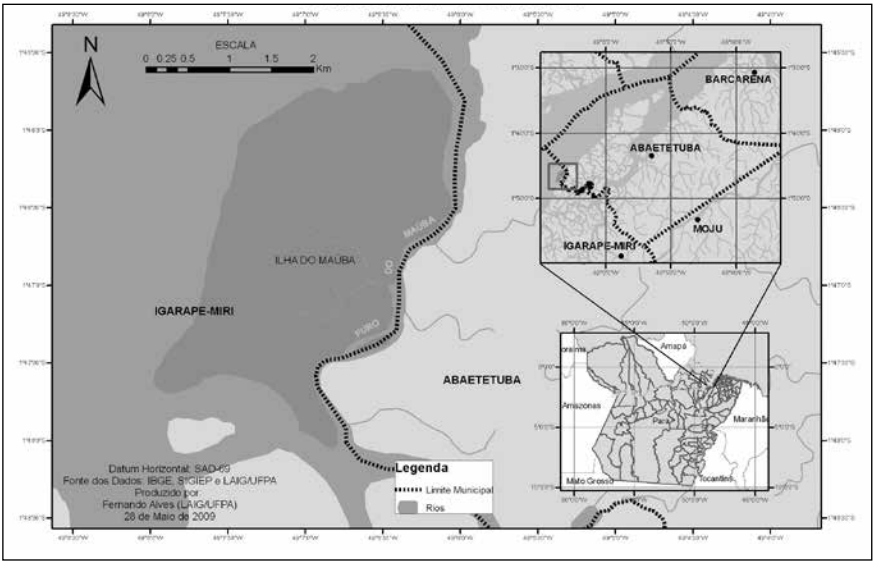
Para melhor compreensão acerca dos objetivos propostos, o trabalho encontra-se estruturado em dois eixos básicos seguidos das considerações finais. Inicialmente será feito uma breve caracterização da localidade em estudo no intuito de realçar a contextualização geográfica a partir da qual se dinamizam

as formas de uso dos recursos naturais locais. Em seguida serão apresentados alguns elementos pertinentes ao debate que envolve a peculiaridade do modo de vida ribeirinho tendo em vista a particularidade socioespacial vivenciada pelos moradores da comunidade em estudo.

Breve contextualização geográfica da localidade em estudo

A comunidade em questão está compreendida no contexto da microrregião no Baixo-Tocantins, Nordeste paraense, mais precisamente às margens de um dos afluentes do rio Pará denominado rio Maúba. Este rio constitui-se em um canal principal que divide a ilha de Maúba da foz do rio Pará, demarcando geograficamente os limites entre os municípios de Abaetetuba[2] e Igarapé-Miri, no Pará (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade de Maúba



Elaboração: Laig/Ufpa

2 O nome Abaetetuba, originalmente Abaeté, provém do topônimo indígena tupi: aba (homem), ete (forte, verdadeiro), tuba (lugar de abundância). O significado, portanto, é: terra de homens fortes e ilustres.

Nesta comunidade vivem aproximadamente 250 famílias constituídas em média por cinco integrantes cada. A única via de acesso a esta comunidade é a via fluvial, cuja distância da mesma até a sede municipal – cidade de Abaetetuba – compreende aproximadamente duas a três horas de barco.

Como se observa na representação cartográfica (Figura 1), a localidade em estudo está compreendida em um contexto geográfico de proximidade com os rios em uma região constituída por inúmeras ilhas fluviais que formam a porção insular do município de Abaetetuba denominada localmente ilhas de Abaetetuba.

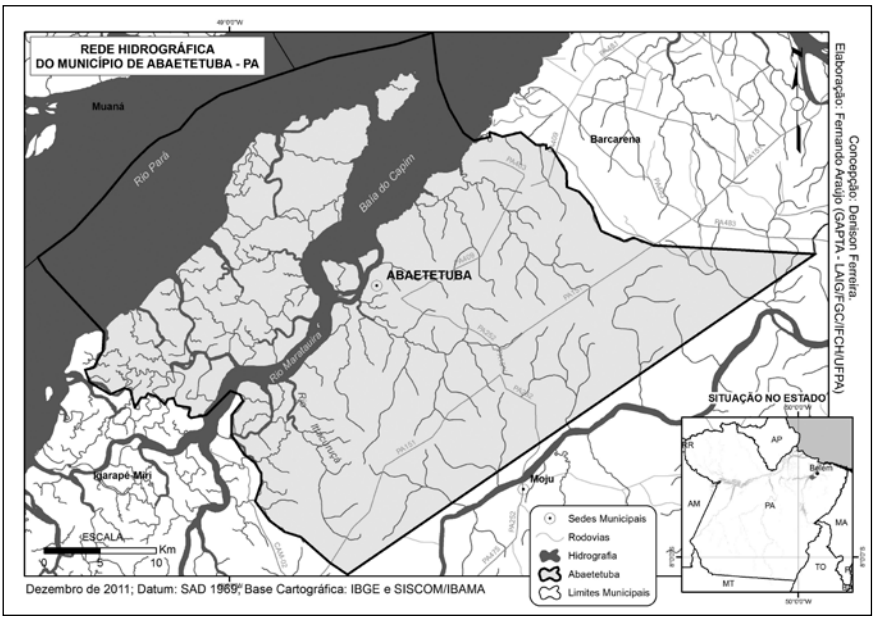
As ilhas de Abaetetuba estão geograficamente situadas no baixo curso do rio Tocantins, já na confluência com o rio Pará, no estuário paraense, em uma região constituída predominantemente de áreas de várzea e banhadas por água doce cujos principais transportes são as rabetas, canoas e barcos (Figura 2).

Em termos populacionais vivem nestas ilhas aproximadamente 45 mil habitantes que se autorreconhecem enquanto formando *comunidades*. Nota-se, porém, que o termo *comunidade* fundamenta-se em costume católico, pois, como observou Betto (1981, *apud* SILVA, 2008), tais agrupamentos foram denominados primeiramente de *Comunidades Eclesiais de Base*.

A quase totalidade da porção insular do município de Abaetetuba constitui-se como *terra da marinha*, ou seja, da União, e os moradores vivem em concordância com uma concessão de uso, emitida pelas Gerências Regionais de Patrimônio da União (GRPU), com exceção de algumas áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo que a partir de 2002 passaram a ser reconhecidas pelo Iterpa como *território quilombola*.

Deve-se ressaltar, porém, que a noção de proximidade com o rio não diz respeito apenas ao fator distância, ou seja, ao fato de estar próximo à margem do rio, pois ser ribeirinho é muito mais do que uma posição geográfica, ainda que este seja um elemento fundamental na compreensão da dinâmica socioespacial que envolve a vivência ribeirinha, a exemplo da comunidade em estudo. Conceber a vivência ribeirinha simplesmente com base na localização absoluta é cair num *determinismo geográfico* desnecessário, muitas vezes fundado numa visão naturalista e naturalizante que impossibilita a percepção da dimensão humana e histórica amalgamada no universo cosmológico que norteia a vivência ribeirinha. Ter como critério apenas a localização absoluta é conceber a vivência ribeirinha como estática, inerte à cotidianidade, é considerar apenas a aparência, é proclamar "uma geografia das ausências e uma história de silêncios", usando os termos de Cruz (2008, p. 56).

Figura 2 – Mapa de localização da rede hidrográfica do município de Abaetetuba



Elaboração: Laig/Ufpa

A dinâmica cotidiana desta comunidade, assim como das demais que habitam a porção insular deste município, conforma uma realidade tipicamente ribeirinha onde o modo de vida, os costumes, as crenças, os hábitos, as peculiaridades linguísticas etc., refletem traços socioculturais singulares e, por conseguinte, formas peculiares de reprodução socioespacial. São pessoas que vivem e convivem, existem e resistem, neste universo dinâmico e plural cheio de contradições que é o espaço amazônico. Suas histórias, diversidade social, cultural, econômica, étnica, entre outros, refletem o jeito próprio de ser e de viver destes ribeirinhos constituindo especificidades múltiplas tipicamente amazônidas e variavelmente complexas em suas múltiplas manifestações cotidianas.

Modo de vida, saberes tradicionais e uso recursos naturais na comunidade de Maúba

Paul Vidal de La Blache (1954) já dizia, "os instrumentos que o homem põe ao serviço de sua concepção de existência derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um modo de vida" (p. 275). Nesse sentido, quando

se trata da dinâmica socioespacial que envolve os ribeirinhos de Abaetetuba, em especial da comunidade de Maúba, o modo de vida emerge como elemento fundamental expressando-se na tradição, nos costumes, nas concepções de natureza, entre outros, em um cotidiano que guarda em sua história as marcas do passado ribeirinho, criadas e recriadas a cada dia.

Nesse sentido, a região das ilhas, à exemplo da comunidade de Maúba, aparece como lugar construído histórica e geograficamente na relação do ribeirinho com a natureza. Nessa dinâmica o rio continua tendo uma importância fundamental, sendo o referencial central da "geograficidade" (organização espacial, modo de vida), além de matriz da temporalidade (ritmo social) e do imaginário (lendas, mitos, crenças, cosmologias), se apresentando tanto como meio de subsistência, comunicação e transporte, quanto "mediação entre o fantástico e o real, dos significados e representações do imaginário social geográfico" (Cruz, 2008, p. 13). É no vaivém das águas (enchentes e vazantes) que se dá a reprodução da vida social e da experiência cultural num cotidiano que se realiza de maneira plural.

Nesse contexto, o modo de vida aparece como elemento central na constituição e na organização da vida. Um modo de vida *resiliente*, na perspectiva de (Cruz 2006), que resistiu (e resiste) aos processos de transformações que se colocam em questão no contexto da microrregião do Baixo-Tocantins e que vão de encontro a essas formas de vida, consideradas "tradicionais", num sentido negativo do termo.

Como uma construção histórica e social o modo de vida ribeirinho, observa Cruz (2006), pressupõe uma moldura temporal de longa duração com histórias, memórias e saberes sedimentados num conjunto de práticas e representações que tem densidade e espessura no cotidiano do "espaço vivido" por estes agentes. Essa construção social que compreende a dimensão humana da vivência ribeirinha pressupõe uma identidade: *a identidade ribeirinha*. Na visão de Cruz (2006, p. 187):

> (...) a identidade ribeirinha não é uma essência, não é uma substância, nem é naturalmente construída, ela é, sim, uma construção histórica social que tem seu conteúdo redefinido e ressignificado pelas mudanças na história, é verdade, mas em sua essência não deixou de ser *um produto de uma longa duração resultante do processo de adaptação das populações ribeirinhas na relação com a natureza* (grifo nosso).

Nessa perspectiva, é imprescindível considerar a relação do ribeirinho com a natureza, visto que o repertório técnico, cultural e social destes agentes se constitui na relação indissolúvel com seu ambiente (Oliveira Jr., 2009). Aí os

movimentos cíclicos da natureza (estações do ano, marés etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais. É nesse contexto, que as ações concretas do cotidiano ganham visibilidade se repetindo ciclicamente no pulsar das águas – movimentos das marés – que, de algum modo, regulam os horários e os comportamentos.

Nesse contexto, o uso dos recursos é um elemento fundamental na análise geográfica uma vez que compreende formas peculiares de apropriação do espaço que pressupõem não apenas um *fazer*, resultado de uma ação, mas, sobretudo, um *saber-fazer*, resultado de um conhecimento, de uma racionalidade cosmológica que reflete formas peculiares de reprodução socioespacial. Em outras palavras, uma forma de viver com e a partir da natureza que marca singularidades na relação construída com e por meio do ambiente com os quais se relacionam. Este é o exemplo da comunidade em estudo.

Nesse sentido, de acordo com Castro (2000):

> (...) todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque estar longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas tradicionais e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (p. 167).

Nesse sentido, tomando como exemplo a dinâmica ribeirinha, em particular nas comunidades das ilhas de Abaetetuba, as peculiaridades na relação entre homem e meio mostram que as práticas de uso dos recursos naturais apreendidas por estes agentes são, ao mesmo tempo, práticas socioespaciais de reprodução do próprio modo de vida. Dessa forma, dependendo do rio e da floresta para quase tudo, o ribeirinho usufrui dos recursos naturais ao mesmo tempo em que preside múltiplas dimensões de seu *modus vivendi*.

Sendo assim, a dinâmica socioespacial cotidiana, fortemente ligada aos rios e florestas, institui uma dupla realidade observada por Loureiro (2001): a *imediata*, de função material, lógica, objetiva; e a *mediata*, de função simbólica, imaginária, representativa. Isso significa que, para além da relação "funcional" estabelecida através do rio, ou seja, da dimensão *imediata*, é o conjunto saberes sedimentados no modo de vida que orientam as relações sociais e com a natureza, configurando o que Descola (*apud* Castro, 2000, p. 67) concebe como *saber ecológico*. Isso remete a um *modo de vida* peculiar que está para além da compreensão funcionalista que, muitas vezes, desconsidera as experiências constituídas a partir do *espaço vivido*.

Diegues (1995) chama a atenção para uma unicidade existente entre as sociedades ditas tradicionais entre as técnicas de produção e o campo do simbólico. Essa unicidade se faz presente, por exemplo, no *amálgama* existente entre o tempo de pescar, de plantar, de colher etc. e os mitos ancestrais que norteiam o cotidiano. Nessa direção, Castro (2000) também assinala que entre os "povos tradicionais" (onde podemos incluir também alguns grupos ribeirinhos) a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais míticos, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco.

Nesse sentido, observa-se que

> no campo dos saberes tradicionais, ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações (Castro, 2000, p. 169).

No caso da dinâmica socioespacial ribeirinha, os saberes e técnicas pelos ribeirinhos desenvolvidos para apropriarem-se dos recursos disponíveis de acordo com as necessidades, estão intimamente ligados ao universo cultural, a partir de um leque de conhecimentos específicos. São maneiras diversas de perceber, no âmbito local, de representar e de agir sobre o *lugar* de vivência. Assim, "a adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado" (Castro, 2000, p. 169).

Tendo em vista as estratégias de sobrevivência acionadas pelos ribeirinhos moradores das ilhas de Abaetetuba em relação ao uso dos recursos naturais, é possível identificar, entre outras, duas atividades socioeconômicas de caráter imprescindível na dinâmica de reprodução socioespacial local, em particular da localidade em questão: a *pesca* e o *agroextrativismo do açaí*. Tais atividades refletem uma dupla conotação, ou seja, expressam a capacidade de resiliência em relação à adaptação ao ambiente onde vivem, ao mesmo tempo em que podem ser traduzidas enquanto práticas de reprodução socioespacial do modo de vida ribeirinho.

A pesca

Como assinala Silva (2006), é comum a observação de que na região amazônica o ribeirinho habitante das margens dos rios e lagos, consequentemente, torna-se um pescador artesanal, ante o potencial ictiológico existente na

bacia amazônica. Este potencial, portanto, é atrelado ao modo de vida do ribeirinho, principalmente, do *ribeirinho-pescador* que habita estas áreas. Nesse sentido, de acordo com Furtado (1993), a utilização dos recursos hídricos na Amazônia pelas diferentes sociedades é anterior ao processo de colonização. Isso significa que a pesca é uma atividade secular e exerce influencia determinante em grande parte das áreas ribeirinhas da Amazônia, como observa Furtado (1987; 1993).

O modo de vida do ribeirinho está fortemente ligado ao uso que este personagem tem dos rios que acompanham sua vida. Desse modo, no caso dos moradores das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, sobretudo aquelas situadas às margens dos afluentes do rio Pará, como é o caso da comunidade em estudo, a pesca aparece como uma atividade imprescindível sendo, em determinadas épocas do ano, a atividade de maior importância em relação às demais desenvolvidas localmente. A pesca nos rios e igarapés da região apresenta características artesanais e é destinada essencialmente à subsistência, embora uma parcela do pescado seja destinada à comercialização. Neste caso, a comercialização está em função da própria subsistência através, por exemplo, da aquisição de utensílios de pesca, do barco pesqueiro, assim como de bens como valor de uso (televisão, rádio, roupas etc.).

De acordo com dados empíricos obtidos junto à Colônia de Pescadores do município de Abaetetuba, 7.300 moradores desde município, incluídos homens e mulheres, são cadastrados junto a esta instituição no ano de 2012 usufruindo o direito de receber o auxílio financeiro concedido pelo governo federal (seguro desemprego) no período de defeso, isto é, período em que a pesca é proibida em função da reprodução das espécies pesqueiras nesta região. Desde quantitativo 329 são moradores da comunidade de Maúba. Em termos proporcionais esse número significa que a cada cinco moradores ribeirinhos deste município, um exerce a atividade de pescador. Esse percentual é ainda maior na localidade de Maúba onde o número de pescadores associados chega a um terço da população desta localidade.

Silva (2006) expõe que os recursos naturais mobilizados pelas populações pesqueiras diversificam-se segundo os domínios aquáticos, o mesmo ocorrendo com as técnicas que objetivamente lhes permitem o acesso a esses domínios. No caso das ilhas de Abaetetuba, particularmente nas áreas de contato direto com o rio Pará, os diversos habitats estuarinos de água doce têm sustentado uma abundante população de peixes e crustáceos, que, por sua vez, servem de sustento aos moradores locais. Dessa forma, a existência de inúmeras espécies pesqueiras típicas desses ecossistemas (como é o caso do mapará e do cama-

rão) favorece o desenvolvimento da pesca na região que se realiza tanto nos pequenos rios, furos e igarapés, quanto nas áreas mais afastadas das margens do grande rio Tocantins na confluência com o rio Pará. Instrumentos diversos, como o caniço, a linha, o espinhel, a rede de bloqueio, a malhadeira, a rede de lancear, o parí, o matapí, entre outros, têm sido os instrumentos principais de pesca nos rios e igarapés desta região.

No caso dos apetrechos usados na pesca de subsistência, não existe hierarquização do uso destes, pois são utilizados de acordo com a necessidade, disponibilidade de equipamentos, e do tipo de peixe que está na safra. A maioria deles é utilizada nas proximidades das residências dos pescadores e são colocados onde há maior incidência de peixe. Existem ainda apetrechos confeccionados com a utilização de materiais extraídos da floresta, como o cipó titica e a tala de jupatí, que são usados na confecção de matapís. Estes apetrechos acabam sendo viáveis aos pescadores artesanais, pois são bens que têm o custo relativamente baixo.

Considerando a importância de algumas espécies pesqueiras na região do Baixo Tocantins destaca-se uma em particular de considerável preferência popular e valor comercial conhecida regionalmente como *mapará*. Com características sazonais, nos últimos anos esta espécie tem sido alvo principal da pesca nesta região. A pesca do *mapará* é realizada através da *pesca de bloqueio,* uma atividade que além de garantir parte da dieta alimentar dos pescadores locais representa também uma alternativa econômica na complementação da renda familiar não apenas na comunidade Maúba como também em outras comunidades circunvizinhas a essa região que praticam a *pesca de bloqueio*[3] no rio Pará.

Por ser um peixe típico da bacia do Tocantins, o mapará tornou-se um símbolo econômico, cultural e alimentar da microrregião do Baixo-Tocantins no Pará. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o desenvolvimento de técnicas pesqueiras mais eficientes, a exportação do peixe e a pesca predatória, houve um declínio considerável na disponibilidade dessa espécie, resultando no seu encarecimento e conseguinte falta do alimento para abas-

3 A pesca de bloqueio visa, principalmente, a captura do mapará e a maioria dos locais onde esta se desenvolve no rio Pará não são normatizados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. Assim o local de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, mas que se encontra em maior quantidade em determinados pontos estratégicos – os pesqueiros. O local de pesca é marcado abstratamente – a percepção espacial está relacionada à esfera cognitiva do pescador, como assinala Silva (2009).

tecer a população local. O desenvolvimento de novos instrumentos de pesca, como a malhadeira, a rede de puçá, a rede de bloqueio, tem proporcionado maior facilidade para capturar o peixe. A rede de puçá, por exemplo, muito usada na pesca do mapará, é predatória sendo confeccionada com malhas pequenas impedindo que os peixes menores escapem. Tal prática afeta de forma determinante o processo natural de reprodução desta e de outras espécies em fase de desenvolvimento. Isso remete a uma questão recorrente em algumas áreas ribeirinhas da Amazônia que é a falta de uma consciência ecológica muitas vezes protagonizada pelos próprios agentes que dependem diariamente dos recursos pesqueiros, como se verifica no exemplo observado a partir da localidade em estudo.

Figura 3 – Retirada do Mapará da rede de bloqueio no rio Pará, momento que exige força física, atenção e habilidade dos pescadores para não deixar o peixe escapar

Fonte: Emater/PA, Abertura da Pesca Mapará, 2011.
Disponível em: <http://www.emater.pa.gov.br/evento/10>

A escolha dos locais de pesca baseia-se na experiência pessoal e cotidiana de cada pescador e de sua capacidade logística – mecanismos e técnicas que possibilitam ao pescador capturar o peixe. A experiência do pescador também lhes possibilita saber como e quando pescar, pois, como diz o velho ditado popular: "nem sempre o mar está para peixe". Isso se deve ao conhecimento construído sobre os movimentos cíclicos da natureza (enchente, vazante, estações do ano etc.).

Sobre isso um dos pescadores da comunidade em estudo comenta:

> Não é só ir pra baía pescar, a gente tem que saber os horários e os lugares antes de sair de casa. Tem tempo que a maré não tá boa geralmente na virada da lua quando chega o lançante (períodos de lua cheia em que a maré atinge um nível bem elevado). Até o camarão some; aí a gente tapa o Igarapé, põe uma malhadeira na cabeceira do rio, e vai se virando até a maré melhorar (Entrevista concedida por um morador de Maúba, em 6/7/2012).

Como se observa na fala deste morador, a experiência sobre a dinâmica dos ciclos naturais é um fator fundamental na determinação de estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, pescar significa também conhecer os segredos dos rios, a dinâmica de marés, os pontos pesqueiros etc., de acordo com cada período do ano. É exatamente por isso que a prática de pesca é um exemplo de que não se trata simplesmente de considerar o *fazer*, mas, antes, o *saber-fazer*, neste caso um saber que não foi adquirido formalmente mas através de um conhecimento adquirido a partir da experiência cotidiana.

Nesse sentido, pode-se dizer que a prática de pesca entre os ribeirinhos é permeada pelo simbólico e o manejo dos recursos também deriva de tais orientações. É a isso que se referem Lima e Pereira (2007) quando sublinham:

> A pesca artesanal é uma das atividades extrativas mais tradicionais e importantes da Amazônia, por garantir o desenvolvimento produtivo e cultural das populações que se apropriam da diversidade de seus ambientes aquáticos – mar, rios, lagos, igarapés, igapós, estuários de rios – e de seus recursos, imprimindo-lhes um significado que, dentro de uma lógica própria da sociedade cabocla, alicerça sua vida material e imaterial. Exemplo disso são os rios, que não somente servem para a retirada de alimentos ou uso de suas águas nos serviços da casa, mas também são espaço produtivo de trabalho socialmente construído, local povoado de um imaginário que interfere na relação do homem com seu ambiente, contribuindo para a sua conservação (p. 114).

Assim sendo, a relação do pescador com o rio ganha particularismos pertinentes à adaptação exigida pelo ambiente em que vive. É como se o *ribeirinho-pescador* se sentisse "parte do rio" implicando, assim, toda uma simbologia engendrada a partir da relação com este. É como diria Diegues (2000, p. 56), "a alma dos pescadores parece 'embebecer' de mar, rio e peixe".

Desse modo, na prática pesqueira os pescadores são envolvidos pelos instintos *domínios naturais* que empregam sentidos peculiares em sua vida social. É sobre isso que Diegues se refere ao observar que:

> As forças naturais atuantes no universo pesqueiro e, mais especificamente, na constituição do espaço litorâneo, ganham relevância (...) como um conjunto de condições e processos que influenciam as relações entre o homem e a natureza. Ou seja, a natureza não constitui

> uma entidade estática segundo a lógica da grande indústria, que a faz parecer como fator de produção inerte ou reduzida a objeto de empreendimento, mas um sistema de produção próprio que se articula com o social. Sua dinâmica se particulariza num complexo de relações e processos que produzem e reproduzem a vida (Diegues, 2000, p. 106).

Esse sistema próprio, que revela este autor, pode ser observado na dinâmica interna da comunidade de Maúba, sobretudo nas influências que as forças naturais exercem no ritmo de vida dos pescadores. Ou seja, os tempos naturais característicos das pequenas comunidades, exercendo forte influência sobre o tempo "mercantilizado", controlado pelo relógio, como se verifica com mais frequência na lógica produtiva das grandes empresas mercantis.

Referindo-se a essa questão do tempo, Maneschy (*apud* Silva, 2009), verifica que:

> (...) o tempo dos pescadores é totalmente diferente do tempo que regula as atividades terrestres. Ele não se exprime em jornadas regulares, alternadas com períodos de descanso também fixos. Ao contrário, ele é ditado pelas marés, sendo também influenciado pelas variações climáticas (Maneschy *apud* Silva, 2009, p. 51).

Como acrescenta este mesmo autor, estas particularidades fazem com que os pescadores se tornem naturalmente conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento cotidianamente. O momento de sair ou não para pescar depende das variações de marés e das condições climáticas. Essa relatividade do tempo na pesca reflete nos horários de descanso e de trabalho, ou seja, há circunstâncias, que dependem das condições de marés e do período do ano, em que a pesca é mais produtiva no período da noite. Neste caso os pescadores realizam jornadas noturnas, chegando a ficar a noite toda nos rios.

Os níveis do rio influenciam na capacidade de captura do peixe. Quanto mais alto estiver o rio, menor é o sucesso na pesca. A variação sazonal de inúmeras espécies pesqueiras está relacionada ao regime de marés. É o caso da *pesca de camarão* que em alguns períodos do ano, geralmente em períodos de cheia *excepcional*, sofre influência do regime de marés tendo como consequência diminuição de sua disponibilidade.

A canoa a remo[4] é a embarcação mais utilizada para pescaria. A utilização deste tipo de montaria, muito comum na porta de entrada da unidade de pro-

4 A canoa a remo, movida a tração humana, é o meio de transporte comumente usado nas águas amazônicas. Como meio de transportes, possui múltiplas utilidades, sendo uma delas (talvez a mais importante) a sua utilização na atividade da pesca.

dução familiar amazônica fornece de modo imediato uma importante evidência do nível tecnológico utilizado por grande parte das sociedades ribeirinhas na Amazônia (Witskoski, 2007).

Assim como em diversas outras comunidades das ilhas de Abaetetuba, principalmente aquelas situadas às margens do rio Pará, como a comunidade de Maúba, a pesca de subsistência é praticada em todos os períodos do ano. Esse caráter permanente se faz necessário para complementar as outras atividades econômicas destes ribeirinhos, pois, por se tratar de *pescadores-polivalentes*, esta atividade não é exclusiva, podendo haver outros meios de subsistência, como é o caso do *açaí*.

O cultivo e manejo do açaí

O açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*) tem se destacado como componente típico das áreas de várzea da microrregião do Baixo-Tocantins pela facilidade de reconstituir o revestimento florístico dessa região, a exemplo do município de Abaetetuba. Graças à considerável potencialidade produtiva, favorecida pelas condições naturais propícias ao desenvolvimento desta fruticultura, e à grande aceitação no mercado, o município de Abaetetuba emerge como um dos principais produtores de açaí do estado do Pará. Nas áreas ribeirinhas deste município grandes extensões de terras são destinadas ao cultivo do açaí, que predomina em relação às outras espécies vegetais locais.

Em trabalho anterior (Pinheiro; Ferreira, 2010) analisamos a importância socioeconômica deste produto no contexto deste município salientando que o açaí vem se destacando nos últimos anos não apenas como suprimento alimentar, mas, igualmente, como fonte de renda e importante símbolo cultural dos abaetetubenses.

Através do conhecimento *autóctone*, passado de geração para geração, e em meio a ingerências externas, como uma espécie de resistência cultural viva e dinâmica, os habitantes da região das ilhas de Abaetetuba seguiram a herança ancestral, adaptando os sistemas de manejo às necessidades de sobrevivência. Na medida em que apareciam oportunidades de mercado estes ampliavam os excedentes de produção para complementar a renda familiar. Assim, a produção de frutos *in natura* que provinha quase que exclusivamente do extrativismo a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açaizais nativos manejados e de cultivos implantados. Ou seja, com o passar do tempo seu padrão produtivo vem sendo alterado (de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado), sobretudo em função da crescente procura no comércio externo a esta região.

Os ribeirinhos moradores das comunidades locais, a exemplo da comunidade de Maúba, encontram no açaí o componente básico da alimentação associado ao peixe, camarão e à farinha de mandioca. Dessa forma, o açaí tem significado um *recurso vital* na dinâmica de reprodução socioespacial ribeirinha local, sendo, em muitos casos, alimento único na mesa de inúmeras famílias ribeirinhas que ali habitam.

Em períodos de entressafras (geralmente de janeiro à junho), quando a produção diminui, os moradores aproveitam para preparar os açaizais derrubando as árvores mais elevadas e pouco produtivas, limpando o terreno e plantando novos contingentes de açaizeiros. Nesse período a pesca aparece como alternativa na complementação na subsistência da família.

Sobre isso, um dos moradores da comunidade pesquisada relata:

> Aqui pra nós é a pesca e o açaí. No inverno não dá pra vender o açaí, é muito pouco, só dá pro nosso consumo aí a saída é a pesca. Mas quando chega a safra do açaí a gente ganha um dinheiro a mais. É com esse dinheiro que a gente compra outras coisas que a gente precisa. Mas mesmo na safra do açaí, a gente continua pescando (Entrevista concedida por um morador de Maúba em 6/7/2012).

Verifica-se nesse relato que tanto a pesca quanto o açaí são atividades fundamentais na garantia da sobrevivência familiar. Tais atividades ocorrem de forma complementar de acordo com o período do ano. No caso do açaí, o cultivo do fruto *in natura* além de representar uma possibilidade economicamente viável (de excelente rentabilidade) pode significar ainda conservação enquanto recurso natural, exercendo, assim, efeito econômico e ecológico positivo sobre a conservação ambiental das áreas de várzea do estuário paraense onde se verifica a predominância de açaizais.

Em relação ao manejo, a retirada é feita pelo *peconheiro*[5] que chega a escalar até vinte metros de altura para alcançar os *cachos* de açaí. Depois da retirada dos *cachos* é feito o processo de debulha, ou seja, o processo em que o açaí *in natura* é colocado no peneiro para ser consumido pela família ou comercializado.

Nos períodos de safra do açaí, geralmente de julho a dezembro, a demanda pelo produto cresce no mercado regional. Como o abastecimento do açaí no centro urbano de Abaetetuba é oriundo basicamente da produção das ilhas, todos os dias chegam ao porto desta cidade, além do peixe e do camarão, centenas

5 Peconheiro é a pessoa que retira o açaí, geralmente o pai ou os filhos, um trabalho essencialmente masculino, embora eventualmente seja realizado por mulheres.

de embarcações trazendo o açaí para ser comercializado na feira de Abaetetuba de onde segue via terrestre até Belém e outras cidades paraenses.

Figura 4 – Comércio de açaí na Feira de Abaetetuba/Pa

Fonte: Denison Ferreira, foto tirada em 10/11/12

Nas ultimas três décadas o comercio do açaí vem se destacando por seu impacto positivo na economia paraense. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990 passou a ser obtida também de açaizais nativos manejados e de cultivos implantados, principalmente nas áreas de várzea. Ou seja, seu padrão produtivo está sendo alterado (de extrativo para manejo cultivado e/ou direcionado) em função da crescente procura no comércio externo à região.

No caso dos municípios da microrregião do Baixo-Tocantins, em particular do município de Abaetetuba, verifica-se que a partir da década de 1990 a produção passa a ser racionalizada em função das possibilidades de mercado deste produto. Desse modo, a racionalização da produção se enquadrada muito mais num padrão de cultivo agroflorestal do que de extração ou coleta. Sobre isso observa Brondízio (2006) que a habilidade do ribeirinho em participar da economia do açaí está na sua aptidão em aumentar o rendimento da produção a partir de um conjunto de técnicas de manejo existente, em vez de adotar um sistema exógeno. De acordo com este autor "isso permite uma inser-

ção progressiva e flexível no mercado, que incorre em menos riscos" (p. 226). No caso do município em estudo, a demanda de mercado e a oportunidade de bons preços tem sido as maiores motivações nas decisões dos ribeirinhos de implementar o agroflorestamento do açaí como uma das principais atividades agrícolas.

Ainda de acordo com Brondízio (2006) o caso do agroflorestamento do açaí nos ajuda a repensar a intensificação do uso da terra na Amazônia a partir de uma perspectiva sociocultural e de mercado. Daí a necessidade de se relativizar a inserção destes agentes ao mercado, pois se trata de uma racionalidade econômica incompleta, nos termos de Abramovay (2007), que pode ser enquadrada no seio da pequena produção camponesa.

Nessa perspectiva, Abramovay (2007) reitera o fundamento da produção *camponesa* que não visa, estritamente, maximização de lucro, mas, sobretudo, a maximização de "utilidades", elementares à sua sobrevivência, em uma relação de compra e venda fundamentada, principalmente, no "valor de uso", tendo no valor de troca uma das possibilidades de sua subsistência. Desse modo, a intencionalidade econômica dos camponeses (entre os quais pode-se incluir os ribeirinhos) é incompleta por haver certa "flexibilidade" das relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar sem, com isto, comprometer sua reprodução social. De acordo com Abramovay (2007),

> (...) a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais que um tipo econômico, o campesinato representa um modo de vida (Abramovay, 2007, p. 111).

Entretanto, isso não quer dizer que o caráter econômico não seja importante, e que o mercado não altere o equilíbrio interno em relação à subsistência da família. Trata-se, assim, de formas diferenciadas de racionalidade econômica que está ligada a razões diversas (não só a razão econômica), razões estas que empregam sentidos múltiplos à vida social camponesa.

Partindo desse entendimento é possível observar que no seio das sociedades ribeirinhas a dimensão econômica não está dissociada da dimensão simbólica. Neste caso essa unidade só pode ser compreendida se tomarmos como

referência um elemento central: o *modo de vida*. É a partir do *modo de vida* que as práticas socioespaciais são instituídas dando sentido às ações concretas do cotidiano. Este parece ser um caminho importante na análise das formas de uso dos recursos naturais entre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, a exemplo da comunidade em questão.

Considerações finais

Procuramos mostrar, a partir da dinâmica socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba, em particular, da realidade vivenciada pelos moradores das margens do rio Maúba, que as estratégias tomadas para o aumento da renda e, sobretudo, para garantia da sobrevivência nas áreas ribeirinhas consistem na capacidade de adaptação ao meio a partir da *diversidade de atividades combinadas* entre o meio aquático e terrestre.

No caso estudado, observou-se que a prática de cultivo e manejo do açaí tem sido imprescindível na dinâmica de reprodução socioespacial em áreas de várzea do estuário paraense. Tal atividade apresenta-se como uma possibilidade viável de sustentabilidade ambiental, pois além de constituir, de forma predominante, o revestimento florístico das áreas de várzea, representa também um meio fundamental de garantia da sobrevivência e geração de renda. O cenário futuro em relação a esta atividade parece promissor, sobretudo se considerarmos a ausência do Estado no que concerne à promoção de políticas públicas voltadas para as áreas ribeirinhas, como no caso das Ilhas de Abaetetuba.

Em relação à pesca, observou-se que esta atividade é permeada pelo simbólico e o manejo dos recursos também deriva de tais orientações. Isso implica reconhecer que não se trata apenas de um *fazer*, mas de um *saber-fazer* expressado no âmbito do modo de vida ribeirinho. Por isso pescar é mais que uma prática subsistente, é um ato de *existência* que conjuga as dimensões antropológica, mítica, cultural e ambiental na realização da vida.

O exemplo estudado nos ajuda a perceber que o conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos por parte dos ribeirinhos se reflete na elaboração de estratégias múltiplas de uso e de manejo dos recursos naturais. Isso quer dizer que, seja na água ou na terra, tais *estratégias* não geram somente *meios de vida*, mas, sobretudo, geram *modos de vida*.

Nunca é demais lembrar que a lógica produtiva do ribeirinho apresenta particularismos que exige acuidade no olhar, pois trata-se de uma lógica diferente de ver o mundo em que o viés econômico, por si só, é limitante. Desse

modo, entendemos que reconhecer estas formas de vida pressupõe considerá-la não apenas enquanto "resíduo anacrônico", um desvio da racionalidade capitalista e do modo de vida urbano industrial contemporâneo, mas antes disso, pressupõe levar em conta a complexidade que norteia as experiências vivenciadas no âmbito do *espaço vivido*. Eis então o desafio.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*: 3ª ed. *Campi*nas: São Paulo/Edusp, 2007.

BRONDÍZIO, Eduardo. S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada**,** *in*: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. (orgs.). *Sociedades caboclas Amazônicas*: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 195-236.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais, *in*: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (org.). *Etnoconservação*: novos rumos para proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 165-182.

CRUZ, Valter Carmo. *Pela outra margem da fronteira*: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. 201f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – UFF, Niterói, 2006.

_____**.** O rio como espaço de referencia identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia, *in*: TRINDADE J, Saint-Clair Cordeiro de Trindade; TAVARES, Maria Goretti (org.). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia*: Mudanças e Permanências. Edufpa, 2008, p. 49-69.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Povos e Mares*: Leituras em socioantropologia marítima. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e áreas úmidas Brasileiras – Naapaurb-USP, 1995.

_____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. (org.). *A imagem das Águas*. São Paulo: USP/Hucitec, 2000.

FURTADO, Lourdes. *Curralistas e redeiros de Marudá*: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

_____. "Reservas pesqueiras", uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas, *in*: FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza (org.) *Povos das Águas*: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Edições Cosmos. Lisboa: Portugal, 1954.

LIMA, Marta Goreth; PEREIRA, Elves Marcelo. *Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia*. Belo Horizonte, Geografias, 03 (1) jan./jun. 2007, p. 107-119.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica*: uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2001.

OLIVEIRA Jr, Jair Antonio. *Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia*: o habitat em ambientes complexos. 203f. Dissertação (Design e Arquitetura) – São Paulo: USP, 2009.

PINHEIRO, Pedro Wander dos Santos; FERREIRA, Denison da Silva. Cultura do Açaí na Várzea Amazônica: Circuito Espacial Produtivo e Comercial do Açaí nas Ilhas de Abaetetuba/PA*, in: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. RS, Anais... RS: Porto Alegre: 2010, p. 1-10.

SILVA, Christian Nunes. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara*. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Belém: IFCH, 2006.

_____. *Ocupação humana e modo de vida na Amazônia*. Belém: Vivência, v. 121, n. 33, 2008, p. 121-127.

_____. O conceito de território nos estudos sobre pesca, in: Mota, *et al. Caminhos e Lugares da Amazônia*: ciência, natureza e territórios. Belém, Gapta/Ufpa, 2009, p. 35-54.

TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida.* Uma interpretação da Amazônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

WITSKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho*: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Ufam, 2007.

FRONTEIRA CAPITALISTA, CAMPESINATO E TRABALHO – APONTAMENTOS NA AMAZÔNIA

Fabiano de Oliveira Bringel[1]

Resumo

O presente artigo parte do esforço de construir uma abordagem pelo *trabalho* de entendimento da dinâmica geográfica da *fronteira* amazônica. Focando o campesinato da região, busca-se observar como o sistema do capital desqualifica e requalifica o trabalho camponês impondo um novo sistema societal. No entanto, este mesmo camponês estabelece estratégias de (re) existência a esse processo como o *esgaçamento* de seu trabalho, exatamente para fazer frente à proletarização. Tais estratégias trazem para a *sociedade de fronteira* novas formas e novos conteúdos. Essas novas estratégias só podem ser desveladas a partir de uma mudança epistêmica de entendimento sobre a Amazônia.
Palavras-chave: Fronteira amazônica. Campesinato. Trabalho. Amazônia.

Abstract

This article brings approach based on the *peasantry labor* to interpret the geographical dynamics of the *Amazon frontier*. Focusing on the regional peasantry the article observes how the capital system disqualifies and reclassifies the peasant labor by imposing a new societal system. However, peasants establish strategies of resistance and existence to confront this process of proletarianisation , such as the *potentiation* of their labor. These new strategies bring new forms and new content to the Amazon frontier society, and can only be uncovered from an espistemic shift in understanding about the Amazon.
Key-words: Amazon frontier. Peasantry. Labor and Amazon.

1 Professor Assistente da Universidade Estadual do Pará - Uepa e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco-Ufpe. Correio eletrônico: fabiano.bringel@ufpe.br

Apresentação

Este ensaio é o resultado de uma reflexão no interior da disciplina Geografia do Trabalho, ministrada pelos professores Antonio Thomaz Jr. e Jorge Ramón Montenegro Gómez no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, desenvolvida ao longo dos dias 19 a 23 de março de 2012. Três dias destinados aos elementos teóricos e dois dias aplicados no trabalho de campo (Cooperativa Agroindustrial Batavo; Acampamento Emiliano Zapata (MST); Assentamento Contestado/Escola Latino Americana de Agroecologia (Via Campesina) e Comunidade Faxinal Campestre dos Paulas.

Para a nossa experiência, a partir de um contexto de pesquisa na Amazônia paraense, a apresentação do debate, relacionado à Geografia do Trabalho, foi um elemento novo. Elemento este que provocou uma série de reflexões sobre o avanço da fronteira capitalista, através de seus agentes que viabilizam o sistema societal do capital no interior do espaço amazônico, especialmente nas suas frentes mínero-metalúrgicas que transformam rapidamente modos de vida historicamente territorializados e modificam a paisagem na região. Provocados por isso e instigados pela pesquisa no doutoramento no PPGEO/UFPE[2], construímos o ensaio buscando a apropriação das categorias estruturantes da Geografia do Trabalho, justamente para um melhor entendimento das diversas faces territorializantes do campesinato diante do avanço dessas frentes mineradoras.

A partir de nossa ambientação com a abordagem do estudo, alguns questionamentos e tensões foram levantados os quais, consequentemente, foram incorporados em nosso esforço de pesquisa e de ação no cenário amazônico. Dentre eles, destacamos: a) como as transformações nas relações entre capital e trabalho provocaram mudanças na forma e no conteúdo da fronteira agrária na Amazônia paraense?; b) a partir das mudanças da fronteira agrária que instrumentos se incorporaram e serviram para refinar o processo de resistência do campesinato no interior de seus movimentos sociais?; c) como esses movimentos sociais estão se territorializando frente a essa nova escalada dos agentes do agro-hidronegócio na disputa por recursos na fronteira capitalista?

Levando em consideração os questionamentos acima e os debates realizados em sala de aula, construímos nosso ensaio em três momentos. Num primeiro, apresentamos o debate central que consiste em entender como as

2 Orientado pelo prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

mudanças estruturais no sistema do capital alteram as estratégias de apropriação e expropriação dos recursos na fronteira capitalista, alterando não só o seu conteúdo mais também a sua forma. Posteriormente, discutimos como se rebate essas estratégias no processo de territorialização do campesinato e, por fim, concluímos possíveis refinamentos da resistência desses camponeses no *front*(eira).

Introduzindo o debate

A mudança no paradigma industrial, como parte de uma mudança técnica no sistema capitalista em nível mundial[3], faz com que as orientações do vetor de "desenvolvimento" econômico na região amazônica se modifiquem. Passa-se de uma matriz extrativista puramente vegetal para uma matriz extrativista mineral, com base na metalurgia e siderurgia (Loureiro, 1992). É neste contexto que se territorializam os chamados "grandes projetos na região[4]. É neste quadro, também, que se fundamenta a máxima geopolítica para a Amazônia: *"integrar para não entregar"* garantindo, assim, a expansão do modelo de produção especificamente capitalista, através do deslocamento das frentes agrícolas e demográficas no interior da *fronteira* (Hébette, 2002; Martins, 1997; Oliveira, 1994).

É nesta fricção espaçotemporal entre o modelo de produção capitalista e os modelos de produção não capitalistas na Amazônia que se forja o que Mészáros (2002) chama de *metabolismo do sistema do capital*. Tal metabolismo configura-se ora como relações de cooperação entre os agentes, ora se traduz em conflito social (Martins, 1997). Este é exatamente o componente perverso da fronteira capitalista porque, justamente, resulta num processo chamado de (des)realização do trabalho (Thomaz Jr.., 2001; Antunes, 1994), na (des-re)organização do modo não capitalista de produção, materializado nas chamadas *comunidades tradicionais* de um campesinato que, ao se reinventar, se apresenta com características de uma multiplicidade sociocultural diferente daquela apresentada na literatura clássica sobre o camponês, forjada no interior do continente europeu. No seu aspecto *étnico* (como indígenas e quilombolas) ou mesmo das *águas* (como ribeirinhos e pescadores artesanais) e que mantém

3 Passagem da segunda para a terceira revolução industrial, marcada fundamentalmente pelas crises do petróleo na década de 1970 e na reestruturação nas relações entre capital e trabalho.

4 Entre os quais se destacam as UHEs de Tucuruí, Cachoeira Porteira, Samuel Cândido e Balbina. A Alumar no Maranhão e Albrás-Alunorte no Pará, além do Projeto Ferro Carajás – PFC e Projeto Trombetas também no estado do Pará.

posições sociais, espaciais e temporais distintas, porém, articuladas, no interior da fronteira. Essa (des)realização do trabalho resulta num homônimo categórico ou mesmo na consequência lógica, a *desterritorialização* de tal sociedade camponesa ou de um modo de vida camponês[5].

Assim, o objetivo central deste ensaio consiste em entender como o metabolismo do capital, a partir da mudança na sua base técnica – sobretudo na sua nova divisão internacional do trabalho (DIT) redimensiona e reconceitualiza a chamada *sociedade de fronteira* (Becker, 1982) e impõe novos desafios para um *novo campesinato* (Hébette *et al.*, 2002) em formação na Amazônia. Os instrumentos utilizados para tal empreitada procuram uma base teórico-metodológica na chamada *geografia do trabalho*. Abordagem esta que procura centrar sua análise no protagonismo da classe trabalhadora e no esforço investigativo de base interdisciplinar para que possamos, como avalia Thomaz Jr. (2001), avançar na "leitura" geográfica do real,

> O trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espaço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica (...) (Thomaz Jr., 2001 p. 128).

Assim, o entendimento da citação acima é que o trabalho é produto e produtor da dinâmica geográfica. No tópico a seguir, então, faremos uma leitura da dinâmica espacial da fronteira levando em consideração como o sistema do capital impõe novas perspectivas ao mundo do trabalho na fronteira.

O sistema do capital e sua fronteira na/da Amazônia

No final do século XIX, o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner observando o Oeste dos EUA apresentou a sua *frontier thesis.* Turner queria aliviar as tensões sociais na sociedade branca provocadas pela necessidade de terra, trabalho, alimentação, combustível, com a "ocupação" dessas "regiões" onde o branco ainda não tinha tocado.

5 Baseada na posse da terra (ou na sua busca), no trabalho agrícola, na mão de obra essencialmente familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza.

Hoje, no Brasil, percebemos que essa categoria de análise dividiu-se em pelo menos dois eixos de análise que divergem: o primeiro compreende que sua principal característica é a situação de conflito social (Hébette, 2004; Martins; 1997; Velho, 1976; Ianni, 1978) e o segundo avalia que existem diferentes etapas no processo que vai desde a formação até a consolidação da fronteira (Foweraker, 1982; Reboratti, 1989; Diniz, 2002). A primeira concepção compreende a *sociedade de fronteira* como um lugar onde se estabeleceria o diálogo com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades (Martins, 1997), que força a um ajuste, a um acordo e resulta em uma nova identidade.

A segunda concepção compreende a *sociedade de fronteira* em etapas, sustentando que os processos na fronteira apresentam uma sequência regular, cujo mecanismo de desenvolvimento determina ciclos que se repetem em cada caso. Parte da tese de que a regularidade de cada ciclo pode ser estabelecida, e que quaisquer variações podem explicar-se em cada caso pela variação relativa das relações entre os fatores constitutivos da fronteira agrária, não se tratando de um processo aleatório (Reboratti, 1989).

Independente da polêmica entre os dois eixos, o fato é que no início do século XXI, a *frontier thesis* parece estar mais viva do que nunca na Amazônia. As mudanças no regime de acumulação capitalista que se apresenta com a Crise de 1929 e ganha seu auge em 1973 com a Crise do Petróleo, reserva para Amazônia um lugar de destaque no processo de *mudialização* do capital. O resultado da articulação entre o modelo de industrialização, o regime de acumulação e o modo de regulação reservam para o espaço amazônico um *status* de *fronteira*. Entendida como um espaço de acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada de capital (Martins, 1997), essa fronteira capitalista se converte, do ponto de vista econômico, num lugar de encontro e, ao mesmo tempo, de desencontro, entre o *modo de produção não capitalista*, no sentido que reflete Chayanov (1981) e um *modo produção especificamente capitalista*. Essa fricção *entre modelos* vem substituindo, como analisa Mészáros (2009), o valor de uso pelo valor de troca, objetivando uma produção generalizada de mercadorias, através da transformação de formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os

> (...) seres humanos e com a natureza [pois] eram, em seu conjunto, orientadas pela produção para o *uso*, com um amplo grau de *autossuficiência* como determinação

> sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital, já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas. Pois nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico do capital que se manifestava dinamicamente necessitou alguma vez ou foi capaz de confinar a si próprio às restrições estruturais da autossuficiência. O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos "valores de uso" não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos – como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis – o imperativo fetichizado do "valor de troca" quantificável e sempre expansível. É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa. Ela teve de adotar o irresistível modo *econômico* de extração de sobretrabalho, como mais-valia estritamente quantificável (...) (Mészáros, 2009, p. 8-9).

No caso amazônico, o capital através de seus agentes, combina contraditoriamente, relações de produção que são marcadas pelos "valores de troca quantificáveis e sempre expansíveis" com "valores de uso não quantificáveis" para retirar o "sobretrabalho" e com isso continuar acumulando, de forma não capitalista, em áreas onde até então não se pode levar relações que são especificamente capitalistas como o trabalho assalariado (Oliveira, 1994). É no interior desta análise que constatamos a permanência e a pertinência do trabalho escravo ou da agricultura camponesa em coexistência com formas tecnicamente modernas de produção, em pleno século XXI.

A consequência lógica na dimensão sociocultural do território é a constituição de um lugar onde se estabelece um diálogo constante com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades, que força a um ajuste, um acordo, e resulta em uma nova identidade. É nesta perspectiva que não podemos pensar o sujeito camponês da mesma forma que no continente europeu. Um exemplo para ilustrar tal perspectiva é que uma das características da sociedade camponesa, segundo Mendras (1978) é a lógica patriarcal na produção. Em nossas constatações empíricas, em várias comunidades tradicionais, a figura feminina é quem controla a produção, inclusive usando o relógio, objeto marcadamente mais usado pelas mulheres do que pelos homens. Com isso, não estamos querendo dizer que tais sociedades não sejam machistas, mas que elas têm na figura feminina um elemento central no processo produtivo.

Alguns desafios para territorialização do campesinato no interior da fronteira capitalista

A partir da interpretação de Castoriadis (1982) sobre as instituições, podemos inferir que a desterritorilização do trabalho camponês na Amazônia passa pela institucionalização da *gestão do território* pelo Estado e os agentes do capital. Falamos isso, a partir de constatação empírica da existência de *territórios instituíntes* que nada, ou quase nada, sofrem de interferência das instituições que estão no marco da *construção burguesa*, portanto, no interior do regime de acumulação e que são chanceladas pelo Estado. Esse processo de fricção espaçotemporal entre estes *territórios instituíntes* e as frentes de expansão capitalista na fronteira pode ser interpretado como um fenômeno que desqualifica as sociedades tradicionais, transformando seus espaços em *territórios instituídos* e, por isso, estabelecendo a figura dos *mediadores* que, vimos muitas vezes, se converterem no que chama Neves (2001) de "tuteladores exploradores" ao avaliar o fenômeno da *mediação*.

A partir da dimensão social do território, elencaremos três casos que exemplificam a substituição do que chamamos de *instituínte* pelo *instituído*. Sobre a saúde, entre os camponeses existe a figura das curandeiras (os) que são responsáveis pelo cuidar cotidiano da saúde nessas comunidades. Quando a malha técnico-programa do Estado (Becker, 2007) se apodera e exerce seu sobrecontrole hegemônico no território, a figura dos médicos e enfermeiros aparecem e desqualificam tais sujeitos. Em nome de uma abordagem alopática desautorizam o saber popular e os usos das ervas medicinais, pelo conhecimento científico e sua manipulação de produtos da indústria farmacêutica. A desclassificação (Bourdieu, 2008) é operada, também, na dimensão espiritual já que seus líderes são marginalizados ou mesmo expulsos das comunidades, sendo substituídos, paulatinamente, pelas Igrejas "oficiais" geralmente católicas ou evangélicas. Por fim, no que se refere aos sistemas de produção, o fenômeno não é diferente. O saber camponês da roça de corte e queima, da pesca artesanal, ou da coleta, respeitando os ciclos ou épocas da floresta são desautorizados e reificados. No seu "lugar" se apresentam as figuras do técnico ou agrônomo pertencentes aos órgãos de extensão rural que impõem seus "pacotes" exógenos e que, geralmente, resultam em destruição de seus sistemas laborais e dos sistemas da natureza.

Como todo processo de desterritorialização é acompanhado pela reterritorialização (Haesbaert, 2010), os camponeses elaboram ou refinam seus

instrumentos de resistência contra alienação e o estranhamento de seu trabalho (Raniere, 2001) como foi exemplificado acima. Os estudiosos que compreendem a centralidade do trabalho na contemporaneidade precisam se debruçar sobre as diversas estratégias imprimidas pelos camponeses na região Amazônia. Uma dessas estratégias pode estar no que Thomaz Jr. (2006) chama de *esgaçamento*. Esse esgaçamento pode ser entendido no sentido horizontal, através da migração e/ou da mobilidade intra ou inter Amazônia, ou mesmo, nos deslocamentos cidade-campo. E no sentido vertical, entendido aqui como um deslocamento intergerencional, seja no mesmo setor econômico da agricultura ou transitando pelo secundário e terciário da economia capitalista. Isto não quer dizer, necessariamente, um caminho à proletarização, mais sim, estratégias que passam pela recomposição de seu tecido social.

Para não concluir – elementos para começarmos a entender a (re)existência camponesa no *front*

As diversas origens, os constantes processos de deslocamento e as diferentes ocupações são características marcantes do trabalho camponês na Amazônia. Nossa hipótese aqui é que essas características em vez de serem entendidas como um caminho à *proletarização*, podem ser analisadas como um refinamento de sua resistência exatamente à proletarização. Tais características provocam um sentimento de *estranhamento* entre outros sujeitos na fronteira, entre os quais, destacamos: a comunidade científica, os representantes do agrohidronegócio e os órgãos da mídia local. O resultado desse estranhamento é vermos e ouvirmos atribuições preconceituosas e qualificações degradantes por parte desses sujeitos.

Associado a isso existe, também, aquele sentimento de (in)diferença na relação que se estabelece entre o campo e a cidade. Pela divisão do trabalho, este sentimento é vinculado à dimensão econômica da sociedade e, por isso, ganha uma especificidade que é a (des)qualificação ligada a determinada ocupação (no caso da Amazônia a de garimpeiro[6], por exemplo). A intensa mobilidade

6 O garimpo, no estudo de Magalhães (2002), está associado à categoria aventura para os pais de família camponesa, pois "somente em momentos considerados de extrema gravidade econômica são aceitas as aventuras dos pais de família (...). A aventura legitimada se dá apenas em relação à atividade, especialmente àquela que não implica o deslocamento espacial definitivo, como o garimpo, por exemplo, em que o local de morada é preservado. Como já foi dito, ao garimpo o camponês não se dedica, se aventura. No garimpo também não se para, passa-se um verão" (Magalhães, 2002, p. 269).

do trabalho (Gaudemar, J., 1977; Hébette, 2004) se não for causadora, contribui decisivamente para isso.

As diversas formas de mobilidade, de contramobilidade e de imobilidade a que o trabalhador é submetido ou utiliza como estratégia de reprodução é um dos elementos importantes para compreendermos a *classe* no sentido de Thompson (2000), ou seja, a partir de seu conteúdo histórico e não como uma categoria estática, resumida a números e facilmente quantificáveis. Esse é o desafio para continuarmos com a pesquisa. Esse é o desdobramento necessário para este ensaio. E com isso superarmos um pensamento que exige sempre um perfil rígido de profissão quando o indivíduo que nasceu ou que passou pela cidade decide (re)tornar ao campo. Para as pessoas de origem camponesa que sofreram o êxodo, de migrações no sentido rural-urbano, este perfil é flexibilizado. Essa exigência é nenhuma ou pequena para que o camponês ou camponesa trabalhe como encanador, ajudante de pedreiro ou camelô na cidade. Thomaz Jr. (2000) ao refletir sobre essa problemática, pondera da seguinte maneira

> O mesmo se passa quando estamos diante de estudos, discursos, documentos e posicionamentos, que têm como ponto de referência o campesinato, pois o campo fica restrito a essa forma específica da realidade social, resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância. Ou ainda, sintonizadas a menor destaque caso se expressem no urbano, numa clara e inequívoca tomada de posição em favor do campo. Essa primazia equivocada também se expressa para aqueles que se dedicam unilateralmente ao operariado urbano, ou às formas de trabalho assalariado e autônomo nos centros urbanos (Thomaz Jr., 2000, p. 139).

Assim, os camponeses são esvaziados de seu conteúdo de *classe* e submetidos a uma lógica do trabalho estranhado, justamente por aqueles que se pretendem e que se julgam *mediadores* dessa categoria, dentre eles a própria academia. É por isso que, para se entender as diversas morfologias do trabalho camponês, é preciso ter claro os limites da teoria. Limites esses clarificados pela dicotomização entre o homem e a natureza, pela leitura linear sobre a territorialização do capital, pela pertinência de categorias como desenvolvimento e/ou progresso forjadas no interior do continente europeu e que pouco ou nada servem para entender as diversas sociedades do campo latino-americano, pela analise estratificada e estanque nas relações que se estabelecem entre campo e cidade. É por essas e outras razões que se impõe uma tarefa árdua para geografia do trabalho. Uma tarefa que os pesquisadores afinados com tal construção paradigmática não podem se omitir: a construção de uma filosofia a partir dos "de baixo", um olhar a partir do continente latino-americano, uma compreensão "cabloquinha" de mundo!

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia* – a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *Amazônia – geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOURDIEU, P. *A Distinção* – crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas, *in:* GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLCKE, V. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

DINIZ, Alexandre M. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. *Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, 2002.

FOWERAKER, Joe. *A Luta pela Terra*: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 315p.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, v. 4, Belém: Edufpa, 2004.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs.). *No mar, no rio e na fronteira*: faces do campesinato no Pará. Belém: Edufpa, 2002.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra*: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 158 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia*: estado, homem, natureza. Belém: Cejup, 1992.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões representações Camponesas, *in*: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) *No mar, nos rios e na fronteira*: faces do campesinato no Pará.; prefácio de Maria Conceição D'Incao. Belém: Edufpa, 2002.

MARTINS, J. *Fronteira* – a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Para além do capital* – rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional, *in: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, Belém, 2001, v. 1, p. 43-44.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1994.

RANIERE, J. *A câmara escura*. Alienação e estranhamento em Marx, São Paulo: Boitempo editorial, 2001, p. 7-8.

REBORATTI, Carlos E. *Fronteras Agrarias en America Latina*. Mimeo. Artigo. 1989.

THOMAZ Jr, A. *Se Camponês, se Operário!* Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. Mimeo. 2006.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da "leitura" geográfica, *in*: *Revista Pegada* – CEGET, v. 3, Outubro 2003. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA31/thomazv3n1out2002.pdf. Acesso: 24 mar. 2012.

THOMPSON, E. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência", *in*: *Revista Marxismo revolucionário atual*. 2000. Disponível em http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=0. Acesso em: 15 abr. 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato* – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

A POPULAÇÃO DO CAMPO E AS CONSEQUÊNCIAS DA MIGRAÇÃO INCENTIVADA NO SUDESTE PARAENSE

Rosemeri Scalabrin[1]
Ana Lúcia Assunção Aragão[2]

Resumo

Este artigo discute o processo de ocupação da mesorregião sudeste do Pará envolvendo a migração incentivada como parte da política do governo militar na Amazônia brasileira, na perspectiva de compreender as formas de colonização impostas pelo modelo de desenvolvimento econômico e as consequências sociais e ambientais desta política, as formas de resistência que emergiram, bem como, as resistências sociais como forças indutoras de processos organizativos, reivindicatórios e propositivos, e o que esse processo foi gerando.
Palavras chave: Migração. Colonização. Movimentos Sociais.

Resumen

Este artículo discute el proceso de ocupación de la meso región sudeste de Pará envolviendo la migración incentivada como parte de la política del Gobierno militar en Amazonia brasileña, en la perspectiva de comprender las formas de colonización impuestas por el modelo de desarrollo económico y las consecuencias sociales y ambientales de esta política, las formas de resistencia que emergieron, así como, las resistencias sociales como fuerzas indutoras de procesos organizativos, reivindicatórios y propositivos, y lo que ese proceso fue generando.
Palabras clave: Migración. Colonización. Movimientos sociales.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Correio eletrônico: rosemeri.scalabrin@gmail.com
2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Correio eletrônico: analuciaaragao@gmail.com

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa de doutoramento em que investiguei o curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará (Ufpa) – *Campus* Marabá, como articulador de conhecimentos (científicos e não científicos) na formação de assentados, com o propósito de perceber indicadores de mudanças (coletivas/sociais, individuais, sustentabilidade) no ensino superior no *Campus* Universitário de Marabá/Ufpa. Essa pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com professores da universidade, representantes de movimentos sociais: Movimento Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará e Amapá (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e educandos do curso de Agronomia, além da observação em campo realizada em oito assentamentos da referida mesorregião a partir das experimentações desenvolvidas por dez egressos do referido curso. A história da ocupação desta mesorregião foi analisada a partir da investigação bibliográfica e documental, tendo por referência as pesquisas desenvolvidas na área de Educação do Campo da Ufpa/ *Campus* Marabá (Geperuaz) e do Observatório da Educação do Campo.

Priorizamos aqui a reflexão sobre o processo de ocupação da mesorregião sudeste do Pará envolvendo a migração incentivada como parte da política do governo militar na Amazônia brasileira, as consequências desse processo e as lutas sociais que esse modelo de colonização gerou, na perspectiva de compreender os aspectos significantes da atuação dos movimentos sociais em rede, como forma de resistência à política governamental e o fortalecimento das lutas sociais.

A dinâmica da migração na mesorregião: expropriação e violência no campo

O sudeste do Pará é uma mesorregião de fronteira agrícola que possui sua história de expansão baseada em conflitos pela posse da terra nos últimos quarenta anos. O fluxo migratório incentivado pela Política de Integração Nacional do governo militar nacional, a partir dos anos de 1970, acelerou o processo de ocupação gerando conflitos entre posseiros e grileiros e, neste contexto, a posse da terra pelos trabalhadores é fruto das lutas sociais.

De acordo com os dados do Incra, existem 473 projetos de assentamentos, o equivalente a 67,76% dos assentamentos do estado do Pará. Estes assentamentos abrigam mais de 80 mil famílias. Ainda há, na mesorregião sudeste Paraense, inúmeras famílias acampadas em cerca de 30 áreas aguardando a desapropriação da terra.

Do ponto de vista da concentração fundiária, nessa mesorregião se encontra a maior área de terras ocupada por fazendas e projetos de extração mineral. Um estudo, realizado por Reynal (1995), em seis municípios da mesorregião, demonstra que 53% da área agrícola estava sob o domínio da agricultura patronal e empresarial e apenas 47% sob o domínio da agricultura familiar camponesa. Esta amostra representa a realidade desta mesorregião que é identificada, nacionalmente, pela violência em torno da posse da terra, ocasionada pelos conflitos entre grileiros e posseiros.

A mesorregião sudeste do estado do Pará é composta por 39 municípios agrupados em sete microrregiões. Representa 23,83% da área territorial do Pará e 19,3% da população total do Estado, sendo que dessa, 76% é composta por trabalhadores do campo (Pará, 2008), embora haja predominância da atividade pecuária.

A população do campo que habita essa mesorregião é composta por pequenos agricultores, quilombolas, extrativistas, pescadores e povos indígenas, sendo estes últimos os habitantes naturais[3] e que foram afastados de seu habitat com a intensificação da migração, como por exemplo, das áreas de castanhais. De acordo com Tuan (1983) as formas de apropriação e o uso dos recursos naturais significaram uma violência às experiências de vida, saberes e culturas das populações locais, suas estratégias de sobrevivência e relacionamento entre si e com o meio ambiente.

O processo de migração para o sudeste do Pará se deu de duas formas: a espontânea e a incentivada. A primeira, segundo Dolores (1973), pode ser identificada como sendo pelos quilombolas que habitavam a microrregião de Tucuruí, cujo mocambo, dirigido por Felipa Maria Aranhas deixou sua contribuição cultural para a mesorregião. Existem registros históricos (Velho, 1972) informando que desde o século XVIII (1653), o Padre Antônio Vieira navegou pelos rios paraenses dessa mesorregião em busca da riqueza. Mas foi a partir do século XIX que se intensificaram as investidas, pelos rios Araguaia e Tocantins, estabelecendo comunicação fluvial entre o Centro – Goiás – e o Norte Atlântico – Belém (Dolores, 1973), cuja comunicação se estabelecia por água, uma vez que a construção de estradas se deu no século XX, como parte da política estabelecida pelo Estado brasileiro, a partir do final dos anos de 1950.

Efetivamente a migração tem início no século XIX, quando um grupo composto por 100 famílias oriundas dos estados de Goiás e Maranhão, chegaram

3 Povos das etnias Suruí, Parakanã e Assuriní (tronco Tupi-guarani), Gavião (dialeto Timbira), Txikrin (tronco Jê).

à mesorregião Sudoeste do Pará, chefiados pelo Coronel Carlos Gomes Leitão (vindo de Boa Vista-GO, atual Tocantinópolis-TO), após perder a Revolução de Boa Vista. Em Belém-PA, o Coronel consegue auxílio financeiro e autorização do governador Lauro Nina Sodré e Silva, em 1895, para formar um burgo agrícola e criar gado. Este burgo não prosperou devido à exploração, extração e comercialização do caucho[4], que atraiu migrantes dos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Goiás (Carvalho, 2000).

O processo de exploração do caucho trouxe outros tipos de atividades e a organização de vários grupos de pessoas como barqueiros, tropeiros para o deslocamento de gado e/ou de mercadorias, comerciantes, mariscadores, pescadores, caçadores de peles e garimpeiros (extratores de pedras do rio Tocantins e, mais tarde, do diamante e ouro). Logo se desenvolveu uma relação de exploração desenfreada tanto do trabalho, quanto da natureza, que contrasta com os hábitos e as formas de vida dos povos indígenas e extrativistas nativos da região. Com o declínio econômico do extrativismo da borracha (caucho), a castanha-do-pará da mesorregião, em especial em alguns pontos do médio Tocantins, passou a ser importante produto de exportação do estado do Pará.

Observa-se, já neste período, a presença do capital internacional, principalmente comerciantes de origem sírio-libanesa, que detinham o controle do comércio da borracha, da castanha-do-pará, de terras, de gêneros alimentícios e de motores (para uso nos barcos, principal meio de transporte) até os anos de 1920 e, também, de diamantes nos pedrais do rio Tocantins. A partir de 1930, arregimentaram o fluxo migratório, caracterizado pela migração temporária ou sazonal[5], oriunda do norte de Goiás, do Maranhão e do baixo Tocantins. Assim, na economia extrativista, o capital comercial se associou ao controle da terra, dos meios de transporte e da mão de obra, pois o controle da terra significava a dominação dos trabalhadores.

A exploração do caucho e da castanha, inicialmente, eram livres de patrão e a organização do trabalho era de base puramente familiar, embora não escapasse da exploração comercial. Mas a doação ou venda da terra, pelo governo, para o uso dos principais castanhais (aqueles de melhor acesso) dificultou a coleta e a comercialização dos produtos extrativistas pelos trabalhadores e faci-

4 Vegetal produtor de borracha, uma espécie que se diferencia de outros vegetais como a seringueira, mangabeira, maçaranduba e outras, cujo nome científico é *Castilloa elástica*.

5 Tipo de migração que se caracteriza por estar ligada às estações do ano. É o que acontecia na mesorregião: no período da safra ocorria a coleta da castanha e na entressafra praticava-se atividades agrícolas ou na extração de pedras preciosas.

litou a formação de grupos economicos que se apropriavam do trabalho alheio para exportação do produto (Emmi, 1999).

Com o processo de arrendamento e/ou apropriação privada dos castanhais, as relações de trabalho passaram a ser o aviamento, originando o que mais tarde se caracterizou como trabalho escravo.

Nos anos de 1920, as áreas de castanhais eram terras devolutas cedidas pelo Estado e sob a forma de aforamento perpétuo a um pequeno grupo detentor do poder econômico, social e político, a chamada oligarquia de Marabá. Esses arrendatários transformaram grande parte destas áreas em pastagem, fazendo da pecuária parte complementar à exploração da castanha (Emmi, 1999).

Com a queda do preço da castanha no mercado internacional, nos anos de 1960, os arrendatários delegaram aos "seus" trabalhadores – moradores dos castanhais – a extração da castanha em troca do zelo pelas terras tidas como suas. No entanto, essas áreas eram vistas como terras livres pelos moradores e, por isso, passaram a ser ocupadas por agricultores vindos de outras regiões, inclusive por familiares desses moradores.

A mesorregião sudeste do Pará, segundo D'incao (1990), se configura com dois grupos políticos; de um lado, os "donos" dos castanhais que detinham apoio do poder político local e o latifúndio pecuarista recém-chegado ao sudeste do Pará; e, de outro, os moradores dos castanhais e os migrantes recém-chegados que se organizavam, inicialmente, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, pela criação das delegacias sindicais, forçando mais tarde a tomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais que estava sob o domínio dos grandes proprietários de terras.

Esse tipo de vida e trabalho deu origem à cidade de Marabá que, atualmente, está entre as três cidades de médio porte do estado do Pará. Audrin (1946, p. 155), ao se referir à cidade destaca que "sua importância advinha de sua posição geográfica e das riquezas de seu território (...)". Com isso, "Marabá brotara da ganância louca do dinheiro (...)". Assim, se hoje, Marabá ainda é considerada o centro econômico e administrativo da mesorregião, entre os anos de 1920 e 1960 ela funcionou como cidade polo e centro comercial a serviço da coleta da castanha-do-pará destinada ao mercado externo. Neste contexto, a importância que era dada à posse da terra variava de acordo com a economia: a extrativista e a agrícola. Na economia extrativista mercantil "o objeto do trabalho e da troca são os frutos da própria terra (...) e para isso o capital comercial é o fator determinante, na medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja". Na agrícola "a terra é o meio de trabalho essencial, o objeto

e, ao mesmo tempo, o produto do trabalho, no sentido em que se beneficia a terra ao mesmo tempo em que se tira dela seus frutos" (Emmi, 1999, p. 14).

Chama a atenção neste processo de ocupação do sudeste do Pará, diferente de outras mesorregiões do estado, a existência do latifúndio extrativista e do latifúndio pecuarista, ambos historicamente se aproximaram do poder político para obter terras, mas possuíam interesses diferenciados em relação à produção.

O primeiro dominou a economia extrativista até 1960, detendo o domínio de grandes áreas de terra para extração inicialmente do caucho e, posteriormente, da castanha. Disputou as terras de castanhais mantendo o domínio sobre a exploração e comercialização deste produto – alguns ainda hoje permanecem na mesorregião sudeste do Pará, atuando na extração da castanha, mas em menor escala.

O segundo, disputou propriedades de terras apoiado pela estratégia de integração nacional do governo militar, no pós anos 1970. São as empresas privadas nacionais e internacionais que receberam incentivos e isenções fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para adquirirem grandes propriedades pecuárias para a produção extensiva do gado (Emmi, 1999).

Os anos de 1970 foram marcados pela chegada da Política de Integração Nacional do governo federal e, como resultado dessa política, a maior parte da terra deixou de ser monopólio dos comerciantes da castanha (latifúndio extrativista) para ser, em grande parte, propriedade das empresas capitalistas privadas (latifúndio pecuarista) e das estatais como a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), das áreas de instalação de garimpos e uma pequena parte foi destinada aos colonos através do Projeto de Colonização da Rodovia Transamazônica.

Neste contexto, tem início a migração incentivada pelo governo militar, estimulando a migração em duas diferentes frentes de interesse: a dos trabalhadores e a dos grandes proprietários (latifúndio pecuarista). Os primeiros em busca de terras de trabalho e os segundos, terras de negócio para um enriquecimento fácil e rápido, como define Martins (1981), colocando em evidência interesses opostos.

Efetivamente, a migração incentivada a partir dos anos de 1970 era parte da estratégia do governo federal de integrar a Amazônia ao restante do país, o que se deu com a implementação de infraestrutura rodoviária (BR 010/ Belém-Brasília, PA-70, atual BR 222 e a BR 230/Rodovia Transamazônica), hidroviária (Hidrovia Araguaia-Tocantins[6]) e ferroviária (Ferrovia Carajás-

6 A hidrovia atinge os estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás e é um empreendimento voltado ao atendimento aos interesses dos grandes comerciantes para o mercado internacional.

Ponta da Madeira[7]); do plano de colonização agrícola oficial com o Projeto de Colonização da Transamazônica; da instalação de canteiros de obras com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí[8], do projeto Grande Carajás[9] e a descoberta de garimpos, em especial da mina de ouro de Serra Pelada, que a partir dos anos de 1980 aglutinou cerca de 25 mil garimpeiros. Isso funcionou como atrativos para a população de outras regiões do país em busca de emprego.

Dados do Censo Demográfico de 1991, sobre a migração por lugar de nascimento, demonstram que no sudeste paraense havia 44,23% de paraenses, 19,09% de maranhenses e 13,09% dos demais Estados nordestinos, 13,92% de Goiás e Tocantins, 6,60% de estados da região Sudeste, 1,21% da região Sul e 1,86% da região Centro-oeste. Isto conferiu uma diversidade cultural a essa mesorregião que a diferencia das demais, no Pará. Esta migração fez crescer a população da mesorregião e foi durante este período que a fisionomia econômica e social dessa região se transformou radicalmente (Emmi, 1989).

De acordo com Silva (2006) desde a diminuição da migração sazonal[10] oriunda do Baixo Tocantins, intensificou-se a migração nordestina[11] que desenvolvia a prática da agricultura de subsistência. Mas foi a abertura de estradas que deu lugar a um novo fluxo migratório, formando aglomerados à beira das estradas (o que até então ocorria à beira dos rios, mas em menor escala), sendo que às suas margens se fixaram as grandes fazendas e as empresas madeireiras, restando aos trabalhadores recém-chegados as áreas mais afastadas.

À medida que as matas iam sendo desbravadas para a abertura das estradas, o "desenvolvimento" e o "progresso" propostos pelo governo federal levavam os posseiros a perder suas terras para grileiros e jagunços a serviço de fazendeiros.

---

7 Interliga a província mineral de Carajás, no Pará, com o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís/MA, com a Companhia Ferroviária do Nordeste, nas proximidades de São Luís, atendendo em conjunto o Porto de Itaqui, e também com a Ferrovia Norte-Sul, em Açailândia, facilitando a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo Porto de Ponta da Madeira.

8 Situada no rio Tocantins, atinge uma área alagada de 2.430 km^2 e 8.005 km de extensão. Nesta área viviam agricultores, quilombolas e comunidades indígenas.

9 A jazida mineral de Carajás ocupa uma área de 895 mil Km^2, é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia; abrange terras do sudoeste do Pará, norte de tocantins e oeste do Maranhão. Lançado no fim da década de 1970 tem por objetivo realizar a exploração em alta escala dos recursos minerais, agroflorestais, extrativistas, agropecuários e hidrelétricos.

10 Tipo de migração que se caracteriza por estar ligada às estações do ano. É o que acontecia na mesorregião: no período da safra ocorria a coleta da castanha e na entressafra praticava-se atividades agrícolas ou na extração de pedras preciosas.

11 Essa população foi expulsa pela seca e pela cerca, uma vez que nos estados do Maranhão e de Goiás ocorreu um processo de apropriação privada de grandes áreas de terra e seu uso especulativo em função da abertura da Rodovia Belém-Brasília.

Este processo transformou a paisagem da mesorregião e expropriou as populações locais. Ou seja, esses projetos estatais e industriais alavancaram a migração, mas não absorveram a mão de obra local sob a justificativa do analfabetismo, da baixa escolaridade e/ou da ausência de formação técnica.

A divisão social do trabalho reorganizado pelo uso e posse da terra e dos demais meios de produção, levou essas populações a ficarem excluídas do processo produtivo, criando os bolsões de miséria nas pequenas vilas e cidades da mesorregião. Este é um dos principais elementos que levou as populações do campo a lutar por terra e, mais tarde, por educação.

Nessa política governamental estava latente o interesse geopolítico e econômico do sistema capitalista com discursos revestidos de relações modernas e de desenvolvimento, mas, na verdade, produziram o trabalho escravo, a violência, os assassinatos, as chacinas e as ameaças à vida dos povos do campo. Do ponto de vista econômico, a mesorregião foi enquadrada em uma visão da superabundância de suas riquezas naturais como fontes inesgotáveis e a população local como primitiva e selvagem (Loureiro, 2002).

O preconceito e a dimensão econômica do desenvolvimento estão registrados em documentos oficiais produzidos pelo Grupo de Implantação do Novo Sistema de Ação Federal na Amazônia, tanto do Banco da Amazônia (Basa) quanto da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que atuaram na região, após os anos de 1960, pela chamada "Operação Amazônia", conforme texto em destaque:

> (...) o principal desafio ao desenvolvimento econômico da Amazônia é o fato de ser um território escasso e esparsamente povoado, com uma população analfabeta (...) empregando métodos primitivos de produção no extrativismo florestal em uma agricultura nômade (...) (Basa, 1967, p. 277-285).

As conquistas essenciais, quanto à Amazônia, propostas pelo governo federal, referem-se à utilização de uma estratégia que promova o progresso de novas áreas de ocupação de espaços vazios e de integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação da Amazônia (...). O crescimento do polo de desenvolvimento do país (eixo Rio-São Paulo) tenderia, em determinado tempo a estacionar e/ou mesmo estagnar, se não estivesse direta e facilmente ligado a uma região fornecedora de matérias-primas (...) (Sudam, 1971, p. 13-14).

O Plano de Desenvolvimento da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa) desnudam os interesses pela exploração da riqueza da Amazônia em detrimento da população.

A integração nacional propagada pelo governo federal teve como interesse afirmar o modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Centro-sul do país com a exploração da riqueza natural e do trabalho das populações amazônicas, desconsiderando seus costumes, valores e seus saberes. É por isso que o processo de apropriação da terra se deu pela grilagem/expulsão violenta dos povos do campo da mesorregião e a exploração desordenada da natureza, predominando a visão da exploração da riqueza natural como inesgotável.

Isso determinou o processo de intervenção das políticas governamentais na mesorregião durante o período militar, sua intervenção, ou não, em determinados setores como a pecuária extensiva e a mineração. Tais elementos podem ser tomados como referência para compreender as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais efetivadas no sudeste do Pará.

O processo de exclusão aliado à permanente chegada de migrantes ao sudeste paraense é diretamente proporcional ao tamanho dos conflitos no campo, o que acirrou a violência transformando a mesorregião em "palco de guerra" e "palco de resistência", visto que grande parte desta população, impedida de acesso à terra ou à espera de uma oportunidade de trabalho, formou uma categoria de trabalhadores, classificados por Becker (1980) como polivalentes, isto é, um excedente de força de trabalho com baixa qualificação e disponível para qualquer trabalho. Esta população foi se aglomerando nas vilas e cidades e se ocupando de atividades diversificadas, ora no garimpo, ora em madeireiras ou empreiteiras, ora em atividades domésticas ou como peões nas fazendas, face à expropriação a que estavam sujeitos.

Dados da CPT (2008) revelam que o processo de apropriação da terra pela iniciativa privada se deu por meios legais (doação ou compra) ou ilegais (grilagem). Isso levou a um sistemático processo de super exploração do trabalho nas fazendas por meio do trabalho escravo, tornando a mesorregião responsável por 76% dos casos existentes no Estado do Pará.

Os desdobramentos do processo de migração incentivada não se deram de forma pacífica, ao contrário, os povos do campo da mesorregião resistiram por meio de ações organizadas, inicialmente, em torno da luta pela da terra que foi se configurando em um processo de organização social mais coeso em função da luta pela reforma agrária que perdura há quatro décadas. Esse contexto também explica o grande número de entidades sindicais, religiosas, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) atuantes na mesorregião sudeste do estado do Pará, como, por exemplo, inúmeros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e a Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Sem Terra (MST),

Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH), entre outras, conforme destaco no organograma 1, apresentado no item dois deste artigo.

O conflito pela posse da terra levou as populações do campo (indígenas, extrativistas, pescadores, quilombolas, agricultores) a desenvolverem um processo organizativo permanente como forma de resistência. Esse processo foi constituindo suas organizações grupais, locais, municipais, mesorregionais e estaduais, articuladas entre si e também nacionalmente.

A atuação articulada tem se dado em torno de um objetivo comum em busca de processos democráticos de inclusão social, que se dá na luta pela reforma agrária, e, também, objetivos específicos que se complementam, a partir da atuação em rede, conforme destaco no item a seguir.

O processo de organização social na mesorregião Sudeste

A discussão anterior apresentou o contexto da mesorregião sudeste do Pará, a qual traz a complexidade que envolve a apropriação dos bens e do trabalho, em que há um processo de expropriação dos bens materiais em uma relação que se dá não apenas pela exploração do trabalhador, mas também da biodiversidade pela extração crescente dos recursos minerais e florestais.

A expropriação se dá de diferentes formas e relações. Por vezes, precisa do trabalho humano direto, por vezes, do intermediário que leva o expropriador para o lugar onde se encontra a riqueza.

A organização das formas de apropriação dos bens e do trabalho foi configurando as formas de organização social pela resistência dos povos da mesorregião, mesmo sob a repressão dos anos de 1970 e 1980.

O processo de resistência se iniciou quando o sul da mesorregião ocupada há cerca de doze mil anos por povos indígenas e ribeirinhos – inicialmente nômades, caçadores e coletores, mas que nos últimos quatro mil anos se fixaram a beira dos rios – começou a ser expropriado pelo latifúndio pecuarista, composto por empresários de madeireiras, bancos privados, concessionárias de carros; e, o sudeste, ocupado pelos extrativistas da castanha e os povos indígenas, foi tomado pelo latifúndio extrativista (Castro, 2009). Ao lado disso, os , recém-chegados à mesorregião e que tinham adquirido um pedaço de terra também resistiram[12].

12 Parte desta população deu guarida à Guerrilha do Araguaia que se instalou mais a sul da mesorregião, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a qual foi dizimada em 1975 pela operação do regime militar (Marinha e Aeronáutica) que contou com mais de 10 mil homens do

Segundo Pereira (2009), às margens dos rios Araguaia e Tocantins existiam diversas comunidades de agricultores e também etnias indígenas. Os povos indígenas se colocaram no lugar de resistência, mas, mesmo assim, tiveram que se deslocar. Quem manteve a resistência, como os Carajás, foi dizimado. Num outro espaço, os moradores dos castanhais entraram em conflito com os fazendeiros e os trabalhadores que tinham experiência de migração, quando chegaram à região, não aceitavam sair da terra. Com isso, os conflitos entre o latifúndio (extrativista e pecuarista) e os povos do campo se avolumaram e os trabalhadores foram forçados a se reunir para defender suas terras por uma questão de sobrevivência.

Portanto, é ante à inoperância histórica do estado frente aos conflitos existentes na mesorregião que os assentamentos criados nos anos de 1980, segundo Guerra (2001), resultaram da pressão organizada das famílias de moradoras dos antigos castanhais e dos migrantes sem-terra recém-chegados, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, dos sindicatos de trabalhadores rurais criando, a partir daí, a consciência do direito à terra, o que levou os trabalhadores sem terra do sudeste paraense a engajarem-se na luta pela reforma agrária e em outras lutas, engrossando as fileiras dos movimentos emergentes em prol da abertura política. Neste período, agentes pastorais, religiosos, militantes políticos, advogados e outros profissionais se envolveram diretamente nas comunidades rurais em defesa dos posseiros.

Para melhor compreender esse processo que envolveu a atuação de entidades de apoio à luta dos povos do campo da mesorregião sudeste do Pará, realizei um estudo histórico identificando as entidades em quatro frentes de atuação que se articulam com o propósito de complementar as ações em torno de um objetivo comum e com responsabilidades compartilhadas numa mesma mesorregião.

O estudo sobre a atuação destas entidades se articula em torno da construção de um projeto alternativo de sociedade, não apenas se detendo a lutar por melhor qualidade de vida, de modo a obter acesso aos serviços básicos e ao consumo de bens e serviços, mas, também, como produtores de história, como forças instituintes que questionam o Estado, constroem e propõem políticas públicas, ao mesmo tempo em que questionam as suas próprias práticas, nos momentos em que, coletivamente, planejam as estratégias micro e macro da luta e avaliam os resultados. Esses movimentos sociais se caracterizam, pela

Exército. Para maior aprofundamento ver Almeida, Rogério Henrique. *Araguaia-Tocantins: fios de uma história camponesa*. Marabá, 2006.

valorização da participação ativa das populações do campo e da democracia direta; opõem-se ao autoritarismo, à violência e à centralização do poder e buscam transformações nas relações sociais excludentes existentes.

A apreensão crítica de um processo coletivo produzido enquanto espaços de socialização política propicia aos participantes dos movimentos sociais um aprendizado prático sobre como se articular, organizar, negociar e lutar. Isso produz uma identidade social e coletiva, bem como a clareza dos diferentes interesses e dos interesses comuns necessários para a permanência da luta, a consciência dos direitos e das reivindicações, em torno dos objetivos específicos a serem atingidos em curto, médio ou longo prazo, como mantêm as utopias que giram ao redor da construção de um projeto de sociedade, concebido na perspectiva de novas relações societárias.

O estudo de teses e publicações sobre a história da mesorregião sudeste paraense possibilitou identificar que há um consenso sobre a existência de práticas políticas que se desenvolvem em função de um eixo comum: a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que contribua para a construção de um projeto de sociedade, em que a educação tem papel estratégico. Este processo envolve o local e o global, o particular e o universal, o uno e o diverso nas interconexões das identidades no enfrentamento ao poderio do latifúndio e ao modelo de desenvolvimento econômico imposto na mesorregião.

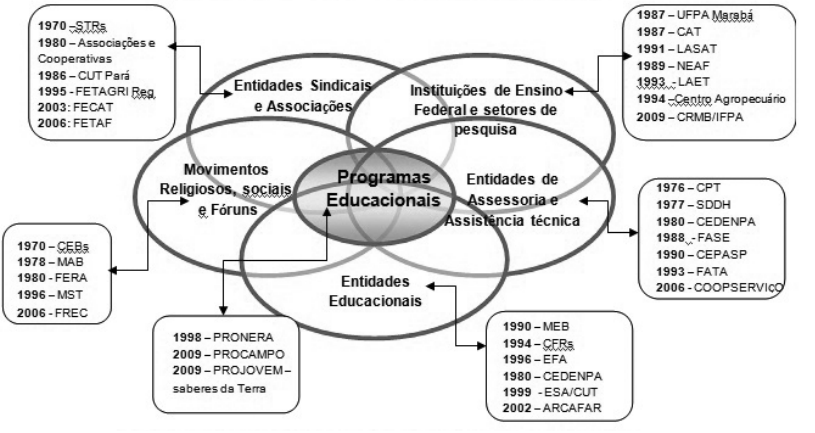
A articulação destas entidades se dá em torno do que Scherer-Warren (2009, p. 107) denominou de "movimento social em rede" que se caracteriza pela efetivação de três dinâmicas sociopolíticas e culturais e coletivas: "(...) a identificação em torno de uma causa comum; a definição de uma situação de conflito e de seus adversários; a construção de um projeto ou utopia de mudança". A atuação articulada se configura nas formas de governança em rede e se dão em diferentes espaços, como,

> (...) mobilizações de base local na esfera pública; empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil; participação em conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; representação ativa nas conferencias nacionais e globais de iniciativa governamental em parceria com a sociedade civil organizada (Scherer-Warren, 1993, p. 123).

O organograma a seguir, destaca as entidades de cunho sindical, de assessoria, de assistência e educacional; instituições do poder público; movimentos religiosos, sociais e fóruns; entidades e programas educacionais que atuam na mesorregião sudeste do Pará, identificando o período de atuação com vistas a

compreender as interfaces de ação existentes no desenvolvimento das estratégias e práticas sociais.

Organograma 1 – Articulação em rede na mesorregião sudeste paraense



Fonte: informações levantadas pela pesquisadora em sítios das instituições, dez/2009.

Segundo a CPT (2008), a Teologia da Libertação era uma ala da Igreja Católica que orientava as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da própria Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da "reflexão sobre a vida a partir da Bíblia, estudando o Estatuto da Terra, o Código Civil e a Constituição" as quais se tornaram apoiadoras da luta pela posse da terra e desempenharam papel de formar lideranças sindicais e, mais tarde, coordenaram os processos de tomada das entidades de representação dos trabalhadores (sindicatos de trabalhadores rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura) que estavam sendo assumidas por fazendeiros. Para Pereira (2009), essa ala da Igreja percebeu que era preciso fazer uma articulação entre os religiosos que viviam na mesorregião Sudeste do Pará e, diante disso, reuniram as Dioceses de Marabá (ao sudeste na mesorregião) e Conceição do Araguaia (ao sul) para discutir sobre a necessidade de documentar tudo o que estava acontecendo, apoiar juridicamente a oposição sindical, apoiar as organizações dos trabalhadores no campo sindical e realizar o suporte jurídico aos trabalhadores.

Este debate deu origem à Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, com atuação fundamentalmente jurídica, mas se consolidando, também, como construtora de consensos entre as entidades atuantes na mesorregião e no âm-

bito das denúncias sobre os conflitos e o trabalho escravo. Sua atuação resultou, na estruturação sindical na mesorregião – cujos sindicatos estavam atrelados aos empresários, fazendeiros e, sobretudo, ao poder governamental da ditadura militar – que transformou comunidades eclesiais de base em delegacias sindicais, como estratégia para a tomada dos sindicatos.

Com isso, a atuação religiosa e a sindical desenvolveram estreita relação e, em determinados momentos da história da mesorregião, mas também se confundiram em outros, atuando e convivendo com os conflitos de diversas ordens: despejos, prisões, assassinatos, execuções, perseguição e ameaça de vida.

Instituições ligadas à Igreja, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e o Movimento de Educação de Base (MEB), se somaram às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) no fortalecimento da luta pela terra e pela organização sindical da mesorregião. Para isso, promoveram espaços de formação política e técnica junto aos agricultores familiares. A Fase atuou junto aos sindicatos de trabalhadores rurais na formação política e técnica. Esse trabalho teve continuidade após a sua saída da mesorregião sudeste do Pará, no final da década de 1990, pela CPT e também pelas entidades sindicais e de assessoria.

No cenário sindical estadual tem destaque a organização da Central Única dos Trabalhadores no estado (CUT Pará), articulada à CUT Nacional e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos estados do Pará e Amapá (Fetagri) filiada à CUT, que possui uma estrutura de atuação descentralizada nas mesorregiões do estado do Pará. Na mesorregião sudeste do Pará, a atuação dessas entidades se dá de forma articulada com vistas ao fortalecimento da organização sindical e da produção familiar, por meio de atos públicos, espaços formativos (formação sindical) e também na qualificação profissional com escolarização junto aos sindicatos urbanos e rurais, no período de 1999-2003. Estas ações aconteceram através de projetos desenvolvidos pela Escola Sindical Amazônia e da assessoria às entidades sindicais (sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

A Fetagri e a Federação Agrária do Tocantins e Araguaia (Fata) atuam articuladamente na formação técnica e política, com o propósito de alcançar avanços na compreensão sobre a cadeia produtiva (produção-beneficiamento-comercialização) pelos agricultores, que previa agregar valor à produção agrícola e eliminar o atravessador. A problemática do analfabetismo levou, segundo seus discursos, não apenas à luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, mas, também a desenvolver experiências de escolarização por meio da Escola Família Agrícola, com vistas a comprovar que a escola do campo precisa aten-

der à especificidade do meio rural no âmbito do currículo, da metodologia, do calendário agrícola e, principalmente, em uma educação que pense o desenvolvimento do campo sob a ótica dos povos da mesorregião sudeste do Pará.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) atuam articuladamente no combate à violência contra os agricultores familiares, na sua proteção e de suas famílias, dando o suporte jurídico necessário aos trabalhadores ameaçados de morte, perseguidos e às famílias dos vitimados pela violência no campo. Cumprem papel fundamental na condenação de pistoleiros e mandantes. O Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp) se soma e essas entidades na elaboração de banco de dados sobre os conflitos e assassinatos; colabora, participa e produz material de suporte organizativo e formativo, como por exemplo, cartilhas, jornais, vídeos e intercâmbios regionais, nacionais e internacionais.

A Ufpa/*Campus* Marabá, por meio do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), do Laboratório Agroambiental do Tocantins (Lasat) e do Laboratório Agroextrativista da Transamazônica (Laet), atuam no âmbito da pesquisa voltada para a agricultura familiar, cujas experiências foram desenvolvidas em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Federação Agrária do Tocantins e Araguaia (Fata), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), os sindicatos de trabalhadores rurais e os movimentos sociais da Transamazônica. Esta frente de trabalho consolidou uma concepção de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento.

O Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), embora tenha uma atuação voltada para a problemática socioambiental, em função das consequências sociais provocadas pela Hidrelétrica de Tucuruí, atua articulada à Fetagri, CPT, MST e a SDDH na luta pela posse da terra dos agricultores e indígenas que tiveram suas terras inundadas.

O Centro de Estudos e Defesa no Negro no Pará (Cedenpa) tem atuação estadual contra as desigualdades sociorraciais, de gênero e outros tipos de discriminação estimulando o segmento negro a lutar por uma cidadania e em busca do aumento da autoestima coletiva, mas na mesorregião atua articulado com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará/Amapá (Fetagri) sobre a legalização de terras quilombolas.

No âmbito educacional, a Escola Família Agrícola (EFA) e a Federação Agrária do Tocantins e Araguaia (Fata) desenvolvem o ensino fundamental para filhos de agricultores. Ambas se articulam com a Fetagri e o Movimento Sem Terra (MST) na luta pelo acesso à educação além de desenvolver a educa-

ção nos acampamentos e assentamentos e no desenvolvimento dos cursos no âmbito da educação básica via projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A Fetagri também se articula com a Associação Estadual das Casas Familiares Rurais do Pará (Arcafar/PA) para a implementação das experiências de ensino fundamental, através das associações municipais de Casas Familiares Rurais na região Sul do Pará. Essas experiências assumem como referencial metodológico os princípios da Pedagogia da Alternância. Apesar de haver articulação sobre a importância do acesso à educação e do consenso que propicia atuação conjunta nos projetos, o de ensino desenvolvido com financiamento do Pronera tem estratégias que se diferenciam na mesorregião sudeste do Pará.

A dinâmica desenvolvida pelas entidades sindicais representadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pela Fetagri em articulação com a Fata e a EFA, priorizaram o ensino médio (magistério e técnico agrícola), sob a justificativa da necessidade de atender à demanda reprimida nos assentamentos, uma vez que a EFA atuou, desde 1996, no âmbito do ensino fundamental, como também realizou convênios com prefeituras municipais para ampliar o acesso dos filhos de agricultores e esse nível de ensino. Embora a Fetagri tenha demandado à universidade uma turma de Pedagogia do Campo, o ensino superior não tem sido a sua prioridade e sim, a educação básica, inclusive porque os cursos técnicos respondem às necessidades presentes nas comunidades rurais.

O Fórum de Entidades de Reforma Agrária (Fera) foi criado na década de 1980 e aglutina os movimentos, as entidades e as instituições que lutam pela reforma agrária na região. Ele aglutina o debate político nessa área envolvendo as entidades sindicais, os movimentos sociais e as entidades de assessoria.

O Movimento Sem Terra (MST), embora atue junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) na implementação dos projetos de alfabetização para assentados e escolarização para educadores dos assentamentos, tem desenvolvido uma dinâmica educacional junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em que prioriza o ensino superior, principalmente, nos cursos de Letras, Agronomia e Educação do Campo, além de enviar seus militantes para outros estados, a fim de formá-los em outras áreas. Esse programa fortalece a articulação entre as instituições de atuação educacional seja dos movimentos sociais do campo seja do poder, criando o Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e sudeste do Pará, como um espaço de elaboração de políticas educacionais na mesorregião sudeste do Pará.

Esse movimento chegou à mesorregião sudeste do Pará em meados de 1990 e contou com a influência de alguns sindicatos dos trabalhadores rurais

vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua atuação se dá pela organização dos trabalhadores sem-terra para a ocupação de áreas não produtivas e na coordenação de acampamentos e assentamentos que, de forma organizada, divide-se em quatro grandes regionais no Pará: Cabano, Eldorado, Carajás e Araguaia. Observa-se, porém, que o MST, com sua estratégia nacional e tática de enfrentamento ousada, passou a disputar a representação de uma parcela da população que, historicamente, aproximava-se das entidades sindicais rurais. Os conflitos entre essas entidades estão presentes ao longo do processo organizativo.

Apesar de disputarem abertamente o poder de representar os agricultores familiares, principalmente os assentados, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará/Amapá (Fetagri) e o Movimento Sem Terra (MST) estabelecem alianças no embate com o Estado, visando à ampliação das políticas públicas mesorregionais. Essa disputa favoreceu a articulação das ações coletivas, em especial no campo educacional, seja no âmbito reivindicatório e de denúncia sobre a falta de escolas e a baixa escolaridade das populações do campo, seja pela implantação de experiências educacionais em nível de educação básica e superior, por meio do Pronera.

O acúmulo histórico e diferenciado destas entidades na atuação política e formativa (sindical, técnica, pesquisa, escolarização) possibilitou a construção de uma matriz da Educação do Campo, que firmou princípios teóricos e metodológicos para a educação nas escolas do campo, conforme discutimos na dissertação de mestrado[13], bem como avança na construção da matriz técnico-científica de base agroecológica com a criação de instituições de assistência técnica como a Cooperativa de Prestação de serviços (Coopserviços) composta, preferencialmente, por técnicos licenciados em Ciências Agrárias e agrônomos, sendo que muitos foram estudantes da Escola Família Agrícola (EFA) ou profissionais formados pela Ufpa. A Cooperativa de Assistência Técnica se desenvolveu ancorada na concepção que articula assistência técnica, social e ambiental, rompendo com a perspectiva da extensão rural, por meio do Programa de Assistência Técnica, financiado pelo Incra.

A marca da atuação do conjunto das instituições está no âmbito do fortalecimento da organização para os processos de produção, cujo propósito tem sido construir um projeto de desenvolvimento agrícola e agrário no qual o

13 Scalabrin, R. *Caminhos da educação pela Transamazônica*: a formação de educandos/as-educadores/as do campo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

foco é a agricultura familiar camponesa. O foco nos últimos 15 anos esteve no âmbito da democratização do acesso à educação e ao crédito (inicialmente o Procera e o FNO, e mais tarde o Pronaf), assistência técnica e infraestrutura para o campo, com movimento de massa, envolvendo trabalhadores de todo o estado do Pará, denominado "Grito do Campo e Grito da Terra", visto que a agenda política do país interfere e vai mudando o foco de atuação do movimento social.

As conquistas advindas das mobilizações parecem ter atingido parcela importante da agricultura familiar camponesa, no entanto, a ausência de uma política de reforma agrária e a criação de projetos de créditos específicos e pulverizados (habitação, produção etc.) acabam por demandar do movimento social e das entidades sindicais, grande esforço de acompanhamento à organização da produção, o que acaba engessando o processo organizativo social e acomodando os trabalhadores assentados, e, muitas vezes, enfraquece os processos organizativos nos assentamentos. As cooperativas de produção se articulam com o Movimento Sem Terra (MST), com a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Fetraf), criada em 2006, e com a Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins (Fecat), criada em 2003, tendo nove cooperativas filiadas atuando no beneficiamento e comercialização de produtos regionais.

A existência dessa diversidade de entidades, instituições, movimentos, fóruns e programas na mesorregião sudeste do Pará, formou uma rede complexa de relações que estabelecem entre si formas de solidariedade social, com um processo em construção no qual a participação e a democracia são princípios fundamentais no processo organizativo. O peso dado à participação e à tomada de decisão coletiva pode ser percebido em seus documentos oficiais como planos de gestão, projetos político-pedagógicos, planejamentos estratégicos, relatórios de seminários, oficinas e congressos.

Tem destaque os programas educacionais como: Projovem Campo, Saberes da Terra e os Programas de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, voltados para a formação de professores das escolas do campo, desenvolvidos pela Ufpa Marabá e pelo *campus* Rural de Marabá (CRMB), criado em 2009, como escola agrotécnica de Marabá.

Neste contexto, as entidades (sindicatos, associações, cooperativas, federações, ONGs, fóruns etc.) não estão isoladas localmente, ao contrário, articulam-se entre si nas lutas por acesso e permanência na terra, educação, crédito e assistência técnica, social e ambiental, entre outros, buscando suporte nas entidades de apoio, jurídicas, educacionais e produtivas para enfrentar o poderio do latifúndio. Ao mesmo tempo, demandam às instituições do poder público reivin-

dicações, entre as quais se destacam o acesso à educação, pelo fato de que a própria luta vai criando a consciência do direito às políticas públicas no campo.

Características socioeconômicas da mesorregião Sudeste do Pará: potencial e limitações

Nos anos de 1970 e 1980 a mesorregião viveu, de forma acentuada, um processo de reordenamento espacial imposto pela geopolítica do Estado brasileiro, que firmava, de um lado, a incorporação de terras, e, de outro, a mobilização de mão de obra que atendesse à necessidade de força de trabalho para o capital que se expandia, entendo que tal processo ocasionou um intenso crescimento populacional, alcançando índices elevados. Já a mobilização social desencadeada, a partir dos anos 1990, favoreceu a criação de assentamentos e uma série de políticas públicas, como por exemplo, a construção de estradas vicinais, habitações, demarcação da terra e acesso ao crédito produtivo, subsidiado como o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf).

Tem destaque, segundo Costa (2000), a produção pecuária bovina com a criação da cadeia produtiva do leite que abastece o mercado internacional, o extrativismo madeireiro, a produção agrícola baseada na cultura de subsistência e na fruticultura, como também no extrativismo vegetal (produtos não madeireiros), muito presente em áreas de colonização recente, em que a floresta ocupa espaço significativo.

Entretanto, encontra-se nos lotes dos agricultores a presença de culturas anuais e semianuais como a banana, o arroz, a mandioca e o milho. Estes produtos se destacam como componentes relevantes no cultivo agrícola, porque respondem às necessidades imediatas das famílias. Encontram-se também, embora em menor escala, culturas como *Cocos nucifera* (coco), *Coffea arabica* L (café), *Carica papaya* (mamão), *Theobroma cacao L* (cacau), *Ananas comosus L* (abacaxi) e *Passiflora sp* (maracujá), que são transformados em polpas e cujo beneficiamento é feito por indústrias ligadas às cooperativas de agricultores, fábricas e despolpadoras de fundo de quintal. Percebe-se uma disponibilidade dos agricultores em aumentar a produção de frutos regionais, devido à sua aceitação no mercado (Ifpa, 2009).

A criação de pequenos animais é comum nos lotes dos agricultores familiares e é de responsabilidade das mulheres, além do investimento na piscicultura e na apicultura. Tal produção contribui significativamente na renda familiar (IFPA, 2009). Estudos realizados por Hurtienne (1999) dão conta de que existe uma predominância da agricultura familiar no Pará, cujos dados

demonstram sua importância em relação à região Norte: 82% do total são estabelecimentos familiares; 76% do total do pessoal é ocupado pela agricultura na região; 58% do valor total da produção agrícola advém da agricultura familiar; 32% da área é ocupada por atividades agropecuárias que podem ser identificadas como de agricultura familiar; gêneros alimentícios como mandioca (84%), milho (63%), feijão (59%) e arroz (46%) são produzidos pela agricultura familiar; 544.000 dos 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil (10%) e 446.000 dos 4,4 milhões estabelecimentos familiares (10%) se encontram na região Norte. Dados de estudo realizados pela FAO/Incra (1995), ressaltam que cerca de 85% dos estabelecimentos agrícolas existentes no estado são da agricultura familiar camponesa, a qual detém 77% da mão de obra ativa no setor agrícola e participa com 58% da produção estadual.

Nas áreas desmatadas, especialmente no Vale do Tocantins, os babaçuais totalizam 290.000 ha de terra (Almeida, 1995), que, de um lado, são classificados como 'praga' ou 'peste' por aqueles que têm o pasto, porque o gado é visto como única estratégia econômica e, de outro lado, como feminino, desde a época do Império. Os produtos do extrativismo sofreram com o impacto da exploração da floresta, a extração da madeira e a implantação de fazendas de gado, chegando quase à extinção. A exploração desordenada com vistas apenas ao lucro, em detrimento da mata primária e sua geração de oportunidades econômicas sustentáveis, tem ampliado a transformação das áreas de floresta densa em pastagem, provocando a perda da cobertura vegetal na mesorregião sudeste do Pará.

Observa-se que há potencial produtivo da agricultura familiar camponesa nessa mesorregião, porém, a falta de valorização dessa potencialidade por parte do poder público do Pará dificulta a comercialização dos produtos.

A realidade educacional do campo do Pará e a busca pela educação na mesorregião

O estado do Pará possui uma taxa de 29,8% de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, sendo que 48,7% residem na zona rural. Destes, 28% encontram-se nas áreas de assentamentos (Brasil/MDA/Incra, 2004).

O acesso à educação básica no estado está longe de ser universal. Embora a taxa de frequência líquida no ensino fundamental, em 2007, fosse de 92,9%, há desigualdade inter-regional, com municípios que alcançam o índice de 30%, 40% e até 50% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Já a taxa de frequência líquida no ensino médio no Pará era de 33,1% (Pará/Seduc, 2007).

No Pará há 12.599 escolas, sendo que 25% delas estão localizadas na zona urbana e 75% na zona rural (comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, rurais, praianas e garimpeiras). Destas 80,9% são multisseriadas e atuam com base em uma proposta curricular urbanocêntrica (Pará/Seduc, 2007).

Dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Pnera), no referido Estado, realizada nas áreas de assentamentos de reforma agrária, no ano de 2004, revelam que embora 71% dos assentamentos no Pará possuam escolas, em 29% deles as aulas são desenvolvidas em igrejas, barracões comunitários e residências. Quanto ao nível de ensino e modalidade, 98% dos espaços escolares atuam apenas nas séries iniciais do ensino fundamental, 27% no II segmento (5ª a 8ª séries), 16% na EJA e apenas 3% no ensino médio, o equivalente a 503 jovens (Brasil/MDA/Incra, 2004).

O campo do sudeste paraense atende 66% da população no ensino fundamental e 10% no ensino médio. Isso representa uma taxa de exclusão educacional de 34% e 90%, respectivamente. Esta realidade tem feito com que os jovens que querem continuar seus estudos saiam do campo para se fixar na cidade, ocasionando o distanciamento da vida rural, o que os impede de retornarem para a terra e, sem emprego, acabam engrossando os bolsões de miséria e a violência nas cidades. Apenas 55% da população assentada no estado do Pará se encontra na faixa etária de 18 anos ou mais de idade e 61,3% está fora da escola. Das 1.195 escolas existentes nos assentamentos do Pará, 92% delas não adotam o calendário agrícola previsto em lei e não desenvolvem currículo articulado à realidade do campo; 88% possuem turmas multisseriadas que funcionam como um apêndice do paradigma da escola seriada urbana, 66% delas mantêm a unidocência e em 79% a merenda distribuída é industrializada (Brasil/MDA/Incra, 2004).

Essa realidade de exclusão educacional, em especial das populações do campo, fez emergir também a luta pela educação que se deu em parceria entre os movimentos sociais e a academia. Segundo dirigentes do MST, a educação é tão importante quanto a conquista da terra, do crédito, da habitação, das estradas, da energia e de outras demandas para a sobrevivência das famílias, pois "sem elevar o nível de escolaridade teremos muita dificuldade de transformar a sociedade no seu conjunto". Portanto, a apropriação do conhecimento científico e das tecnologias se faz fundamental, no sentido da contraposição à matriz tecnológica predominante no campo que está pautada na lógica da monocultura.

As experiências educacionais, no âmbito da Educação do Campo, tem início na Escola Família Agrícola e nas Casas Familiares Rurais, e se ampliam na re-

lação com a universidade, inicialmente, pelos cursos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) e, posteriormente, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), constituindo a Rede Marabá-Altamira-Belém. Esse processo possibilitou a percepção da necessidade de complementar a formação dos profissionais vindos de outras instituições, com vistas a rever a formação centrada no modelo de transferência de tecnologia e/ou da Revolução Verde, motivo pelo qual se criou, no ano de 1991, o Programa de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas, que se transformou, em 1996, no curso de Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), desenvolvido pelo Centro Agropecuário (CA), criado em 1994 pela Ufpa, em Belém. A estratégia da rede teve como foco o debate sobre a necessidade da formação dos filhos de agricultores, e fez emergir a criação da Licenciatura Plena em Ciências Agrárias, em Altamira, em 1997 e em Marabá, em 1999, com o objetivo de formar profissionais das ciências agronômicas para atuar nas Casas Familiares Rurais do Estado do Pará e, também, do Curso de Graduação de Agronomia nos dois *campi*, em 2001, ambos desenvolvidos em parceria com os movimentos sociais do campo (Simões e Oliveira, 2003).

O propósito das entidades envolvidas foi o de contribuir para uma maior aproximação da universidade com a sociedade buscando identificar, a partir dessa relação, as prioridades de ações e estabelecer diálogo permanente com os agricultores, em parceria com suas organizações. Para Simões (2001), essa estratégia teve como propósito desenvolver a formação de modo a superar a fragmentação disciplinar e a dicotomia ensino-pesquisa-extensão, a desarticulação entre teoria e prática, provocando mudança de postura pela formação integral, possibilitando a compreensão da unidade de produção em sua totalidade, na perspectiva de afirmar o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável em longo prazo com uma gestão racional dos recursos naturais.

Algumas Reflexões

A política desenvolvida pelo governo federal na mesorregião sudeste do Pará ocultou o interesse geopolítico e econômico do sistema capitalista, com discursos revestidos de relações modernas, mas na prática, produziu o trabalho escravo, a violência, os assassinatos, as chacinas, as ameaças à vida e a exclusão social e educacional dos povos do campo. A integração nacional propagada pelo governo federal teve como interesse afirmar o modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Centro-sul do país com a exploração da riqueza

natural e do trabalho das populações amazônicas, desconsiderando seus costumes, valores e seus saberes e a exploração desordenada da natureza, predominando a visão da exploração da riqueza natural como inesgotável.

A visão expropriadora do trabalho e da natureza determinou o processo de intervenção das políticas governamentais na mesorregião durante o período militar, através de sua intervenção, ou não, em determinados setores como a pecuária extensiva e a mineração. A exclusão, aliada à permanente chegada de migrantes, foi diretamente proporcional ao tamanho dos conflitos no campo, o que acirrou a violência, transformando a mesorregião em "palco de guerra" e "palco de resistência". Grande parte desta população foi se aglomerando nas vilas e cidades e se ocupando de atividades diversificadas, ora no garimpo, ora em madeireiras ou empreiteiras, ora em atividades domésticas ou como peões nas fazendas, face à expropriação a que estavam sujeitos.

A exclusão social a que foram submetidas as populações da mesorregião, forçou a resistência e possibilitou um processo organizativo, reivindicatório e prepositivo junto ao poder público local, estadual e nacional que mantém as lutas sociais através de entidades que se articulam para enfrentar a diversidade de problemas existentes no campo. Esse processo fez emergir a luta pela terra e, posteriormente, pela educação, envolvendo a universidade, entidades de assessoria e os movimentos sociais do campo.

A organização social da mesorregião favoreceu a articulação das entidades dos movimentos sociais para a realização de ações coletivas no âmbito reivindicatório, prepositivo e educacional, e levaram à implantação de experiências educacionais em nível de educação básica e superior, por meio do Pronera. A linha de atuação da educação do campo desenvolvida no interior da Upfa/*campus* Marabá tem possibilitado o desenvolvimento de ações coletivas que fortalecem o processo democrático e assume a agroecologia como modo de vida, por isso se aproxima das ecologias discutidas por Santos (2004), visto que o diálogo realizado entre os diferentes conhecimentos viabiliza o desenvolvimento de experimentos que introduzem nos assentamentos da região formas de produção diversificada e/ou aprimoramento dessas formas de produção.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Quebradeiras de coco – identidade e mobilização*: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas. São Luís: MIQCB, 1995.

AUDRIN, José M. *Entre sertanejo e índio do Norte. O bispo missionário Dom Domingos Carrérot*. Rio de Janeiro: O.P. Edições Pugil; Agir Editora, 1946.

BECKER, Berta K. *Amazônia*. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária*. Brasília, 2004.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão*: subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 2ª ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CASTRO, Leonardo. *Índios no Pará*: antecedentes da Amazônia antes dos euro¬peus. 2009. Disponível em http://parahistorico.blogspot.com/2009/02/in¬dios-no-para.html. Acesso: 12 jan. 2010.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia*: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Naea – Ufpa, 2000.

CPT. *Relatórios Comissão Pastoral da Terra* 1988 e 2008, 2008.

D'INCAO, Maria Conceição. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores da microrregião de Marabá: a associação de pequenos agricultores Consulta, *in*: ALBALADEJO, Chistophe e VEIGA Iran (orgs). *Agricultura familiar*: pesquisa, formação e desenvolvimento. Vol. 1, n. 2. Belém: Universidade Federal do Pará – Neaf, 1990.

DOLORES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação, in: CASTRO, Edna Maria Ramos e HEBETTE, Jean (org). *Na trilha dos grandes projetos*: modernização e conflito na Amazônia. Belém: Ufpa/Naea, 1989.

_____. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: CFH/Naea/Ufpa, 1999.

FÓRUM DAS NAÇOES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. 1995.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. *Novos Cadernos* Naea. V. 2, n. 1, Belém, jun. 1999.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ/CAMPUS RURAL DE MARABÁ. *Projeto Político Pedagógico*, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados. São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Divisão Geográfica e Informação Populacional, 2008. Disponível em: <www.segov.pa.gov.br>. Acesso: 20 set. 2008.

_____. *Secretaria de Estado de Educação. Relatório da Política Educacional* (2003/2006), 2007.

PEREIRA, Airton. Dirigente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entrevista realizada em fevereiro de 2009.

REYNAL, V. de et al. *Agriculturas familiares e desenvolvimento na frente pioneira Amazônica*. Belém: Lasat/CAT; Gret: DAT/UAG, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e Cultura no Sudeste do Pará*: Marabá (1968-1988). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2006.

SIMÕES, Aquiles. Contribuição metodológica aos programas de Pesquisa-Desenvolvimento: reflexões acerca do processo de construção da demanda social, in: _____. *Agricultura Familiar*: métodos e experiên¬cias de Pesquisa-Desenvolvimento. Belém: Neaf, Centro Agropecuário, Gret, 2001.

_____; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, in: SIMÕES, Aquiles (org). Coleta Amazônia: iniciativas em pesquisa, for¬mação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Neaf, Centro Agropecuário, Gret, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Coleção Estudos Brasileiros. Centro João XXIII. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface*: a journal for and about social move¬ments. V. 1, p. 105-124. Jan. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAN. Guia de ação comunitária para a conservação da natureza e dos recursos naturais. Rio de Janeiro, 1971.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. Trad. de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VELHO, Octavio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1972.

ANALISANDO O PROGRAMA DE APOIO E PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI), EM BELÉM/PA[1]

Carla Kelen de Andrade Moraes[2]
Michele Lima de Souza[3]

Resumo

Este estudo propõe analisar as ações relevantes do Programa de Apoio e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implementado na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) de 2008 e 2012. A pesquisa foi baseada nos documentos oficiais disponíveis em: endereço eletrônico do Reuni, Comissão de Processo Seletivo (CPS), Superintendência de Gestão de Desenvolvimento e Pessoal (SGDP) e Pró-reitoria de Ensino (Proen). O programa Reuni possibilitou o aumento de 133,33 e 93,33% nos cursos de graduação e vagas, respectivamente, ao longo de 5 anos; contudo, não houve mudanças significativas com relação à evasão escolar nesse período, que em alguns cursos alcançou 15,13%. Também no período, os docentes efetivos aumentaram em 111% e a relação aluno-professor registrada foi de 1:13 – abaixo das expectativas do Ministério da Educação (1:18). O programa alocou recursos em infraestrutura física, pesquisa e melhoria pedagógica, mas

1 Artigo apresentado para obtenção do título de especialista em Gestão Pública e Sociedade, direcionado para políticas públicas em economia solidária. Convênio 744639/2010 – MTE/Senaes; orientado pela profa. Michele Lima de Souza, Universidade Federal do Tocantins – UFT, em parceria com a Unicamp.

2 Pós-graduanda do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, na Ufpa. Graduada em Administração com habilitação em Gestão Ambiental (Iesam) e Mestre em Ciências Florestais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais (PPGCA/Ufra). Correio eletrônico: carlakelen23@yahoo.com.br

3 Monitora do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, na Ufpa. Graduada em Serviço Social (Ufpa) e mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/Ufpa). Correio eletrônico: micheleassist@hotmail.com

são necessários estudos mais detalhados, para se avaliar os impactos dessas ações.
Palavras-chave: Gestão Pública. Política Pública. Reuni. Ufra.

Abstract

This study aims to analyze the relevant actions of the Support Programme and Reorganization and Expansion Plan of Federal Universities (Reuni) implemented the Federal Rural University of Amazonia (UFRA), between 2008 and 2012. The research was based on official documents available in: electronic address Reuni, Committee Selection Process (CPS), Management Department of Personnel and Development (PEMS) and Pro-rector of Education (Proen). The program Reuni enabled the increase of 133,33 and 93,33% in undergraduate courses and vacancies, respectively, over 5 years, however no significant changes in relation to school evasion in this period, which in some courses reached 15, 13%. In this period, the effective teachers increased by 111, and the ratio of students:teacher (1:13) was below the expectations of the Ministry of Education (1:18). The program allocated resources in physical infrastructure, research and pedagogical improvement, but most detailed studies are needed to evaluate the impacts of these actions.
Keywords: Public Management. Public Policies. Reuni. Ufra.

Introdução

A edificação de uma estratégia de desenvolvimento de novo tipo implica a adoção de um conjunto de ações articuladas entre si e que buscam induzir a um enraizamento social do desenvolvimento (Monteiro, 2007, p. 39).

A gestão pública deve estar orientada para a concepção de resultados esperados em decorrência do alcance de objetivos fixados por políticas públicas que, por definição, são políticas e públicas (Costa, 2010, p. 6). As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público (...) (Cunha e Cunha, 2002, p. 12). Nesse sentido, o Estado e as suas instituições devem estar preparados para adequar o desenvolvimento dessas políticas aos seus objetivos institucionais.

A política para o ensino superior, segundo Lugão *et al*. (2010) deveria promover uma revolução administrativa, considerando a proposta de uma administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa.

No âmbito educacional, as políticas públicas devem contemplar os interesses de todos os atores da comunidade acadêmica em questão. Segundo Conrado (Conrado, 2008, p. 2) toda política educacional carrega intencionalidade, valores, ideias e posições, estas se estendem pelas escolas atuando decisivamente na prática pedagógica em sala de aula e na construção do perfil do cidadão desejado pelo Estado.

> As políticas públicas são concebidas como o resultado de inter-relações e interdependências entre várias instituições, grupos de interesses e indivíduos que formam uma rede de influência mútua, em que as hierarquias reais nem sempre são as que formalmente se estabelecem (Serafin; Dias, 2011, p. 311).

Nesse sentido, é importante se observar o processo de construção das políticas de desenvolvimento educacional nas instituições públicas, e como se dá o envolvimento dos atores sociais direta e indiretamente envolvidos nesse processo, visto que a participação social é um fator primordial para ser considerado nos processos democráticos de tomadas de decisões e na construção de políticas públicas educacionais. Assim como, se houve alcance ou não das metas planejadas em nível nacional e local, com relação a tais políticas e/ou programas.

Diante disso, este estudo tem por objetivo analisar as ações relevantes do programa Reuni, através dos documentos oficiais, disponíveis no sítio eletrônico e nos setores da Ufra, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2012.

Referencial teórico

As políticas públicas e os programas educacionais

São muitos os programas e políticas públicas criadas pelo governo federal no intuito de minimizar o déficit educacional do Brasil. Contudo nem sempre essas ações apresentam resultados significativos com relação aos objetivos pretendidos.

Segundo Oliveira, Pizzio e França:

> A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade (2010, p. 1).

Quanto à conceituação do termo "política pública", os mais antigos fazem referência às ações do governo, como órgão executor que pode influenciar na sociedade.

> Para Azevedo (2003) "política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões"; para Mead (1995) "campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas"; para Lynn (1980), "conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos"; e para Peters (1986) "soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos" (Serafin; Dias, 2011, p. 315).

Já os conceitos mais recentes enfatizam a participação social na construção de políticas, e/ou as mudanças sociais como resultados das ações do governo.

> Política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território (Oliveira, Pizzio e França, 2010). (...) o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003). A gestão pública não só deve dar respostas às exigências de demandas atuais, mas também deve ser orientada ao desenvolvimento do município e da região (Vidal, 2012).

Com relação a políticas públicas educacionais, "dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem, (...) àquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar (Oliveira; Pizzio; França, 2010, p. 5, 8).

A razão política equaciona valores, interesses, expectativas, barganhas e compromissos em torno de projetos de interesse coletivo (Costa, 2010). Os brasileiros buscam reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às suas necessidades (Paula, 2005, p. 37).

A análise das políticas atuais de educação superior e das demandas, exigências e desafios da sociedade contemporânea permite inferir o que se espera das universidades federais na conjuntura atual, em termos de redefinição de sua identidade, particularmente no que tange à natureza e à missão institucional (Silva Jr., 2003).

O processo de avaliação para Cardinet (1993 *apud* Schneider; Preto, 2008, p. 2), contribui para a eficácia do ensino porque consiste na observação e interpretação dos seus efeitos.

> Avaliar uma instituição de ensino superior significa buscar caminhos que levam a resultados de flexibilização, informação, planejamento de gestão e que são satisfatórios e de total importância para a vida da instituição e desenvolvimento das universidades e da educação superior no país (Schneider; Preto, 2008, p. 6).

O processo de mudança das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes ocorre a partir da percepção do governo na análise de um cenário atual e, ao mesmo tempo, incapaz de atender às possíveis projeções planejadas com relação ao "desenvolvimento" das políticas educacionais para o país.

Em lugar do modelo único da indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, o governo propõe o modelo diversificado e flexível, que permita uma expansão flexível da oferta, absorvendo as demandas próprias desse processo dinâmico das mudanças sociais e econômicas em andamento no país. Nesse sentido, o governo estimula a expansão e a diversificação institucional do sistema, assim como, os processos de avaliação, credenciamento e recredenciamento, para criar um sistema de educação superior estruturado na flexibilidade, na competitividade e na avaliação contínua (Brasil, MEC, 2000a; Catani; Oliveira, 2000 *apud* Oliveira, 2000, p. 71).

Nos últimos anos houve um avanço positivo com relação ao aumento de matrículas no ensino superior do Brasil, conforme mostram os dados abaixo:

> O índice de matrículas no ensino superior, ao longo dos últimos dez anos, aumentou 134%, principalmente pela participação das instituições privadas que, em 2003, respondiam por aproximadamente 70,8% das matrículas. Apesar dessa significativa expansão, o ensino superior, no Brasil, ainda representa um desafio. O acesso às instituições públicas ainda deve ser ampliado para incluir uma proporção maior dos jovens com idades entre 18 e 24 anos, principalmente os provenientes das camadas mais baixas da população (Unesco, 2009).

Foi pensando nessa premissa que o governo federal planejou a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes – criando condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais,

respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior[4].

Abordagens sobre o programa Reuni

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, foi criado pelo Decreto 6.096/2007 e tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais de 72% para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de dez para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano das universidades federais (Decreto n. 6.096/2007).

Para atendimento da demanda governamental a Ufra, através da mobilização da comunidade acadêmica constitui uma comissão para elaborar uma proposta de ações institucionais. O Plano de Reestruturação e Expansão desta universidade no âmbito do Reuni (2008-2012) foi elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário – Consun, em 19 de outubro de 2007, e dentre as ações, a oferta de vagas é vista com maior importância, por se tratar do enfoque dessa pesquisa.

Quanto à ampliação das vagas, a Ufra planejou a criação de sete novos cursos de graduação, três no *campus* central da Ufra (em Belém/PA), dois no *campus* interiorizado de Paragominas/PA e dois no *campus* de Parauapebas/PA. Assim como a adequação dos cursos já implantados em Parauapebas (Zootecnia) e Capitão Poço (Agronomia).

A adequação dos cursos previa: a ampliação da oferta da educação superior pública; a reestruturação acadêmica curricular, com a organização dos cursos de graduação e a revisão da estrutura acadêmica; a renovação pedagógica, em que está prevista a atualização metodológica e tecnológica do ensino-aprendizagem; programas de capacitação pedagógica e articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; e ações e providências que contemplem a promoção da ampla mobilidade intra e interinstitucional que reafirme o compromisso social da instituição.

Para a gestão dos recursos provenientes do programa, foi constituída uma comissão formada por representantes institucionais, que elaboraram um plano para aplicação dos recursos (R$ 64.364.636,18). Essa comissão foi composta por todos os atores envolvidos na comunidade acadêmica da Ufra (diretores, gestores, professores, técnicos administrativos, alunos, entre outros).

4 Decreto n. 6.096/2007 do MEC – institui o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

O programa previu ainda a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos e previsão de modelos de transição (quando for o caso); renovação pedagógica da educação superior, pela articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; atualização de metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem e previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implantação de um novo modelo.

Quanto à mobilidade intra e interinstitucional, foi pensada a promoção ampla da mobilidade estudantil, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior; e compromisso social da instituição, pela política de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária.

Metodologia

Tipo de Estudo

O estudo pode ser considerado como descritivo bibliográfico e documental, visto que para Lakatos e Marconi

> Os estudos descritivos descrevem um fenômeno ou situação, mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo (...). A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, e a pesquisa documental é aquela realizada pela análise de fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada (Lakatos e Marconi *apud* Lugão, 2010, p. 8).

Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, pela importância de se poder extrair dos documentos analisados, elementos para construir considerações de diferentes significações sociais, econômicas, políticas e pedagógicas relacionadas com a realidade dos atores desse projeto. Portanto, de acordo com Bardin *apud* Lugão (2010, p. 8):

> A análise de conteúdo compreende três fases: pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos através da busca e da leitura superficial dos mesmos); exploração do material (análise e seleção final do material através da leitura completa dos documentos); e tratamento dos resultados (aplicação de um tratamento quantitativo com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração).

Coleta e Operacionalização dos Dados

A pesquisa foi baseada nos documentos oficiais de contextualização do Reuni onde se analisou os documentos oficiais disponíveis ao público (relatórios de gestão, leis, decretos, portarias, entre outros), assim como, nos dados institucionais sobre ingressos de docentes e discentes, contidos no *software* Sistema de Controle Acadêmico (Sisca), no período de 2008 a 2012.

A sistematização dos dados foi feita no programa Microsoft Excel, usado para a tabulação de dados dos relatórios gerados pelo sistema e para a elaboração de gráficos oriundos dos dados obtidos.

Análise dos dados

Foram analisados trinta documentos disponíveis no endereço eletrônico do Reuni, no *site* da Ufra, dos quais, 25 tratavam de portarias, quatro eram informes gerais e um se referia a um memorando. Outros documentos importantes também foram analisados: quatro relatórios internos e dois editais disponíveis na Comissão de Processo Seletivo – CPS/Ufra, um relatório da Superintendência de Gestão de Departamento Pessoal – SGDP/Ufra, e cinco relatórios do Sistema de Controle Acadêmico – Sisca.

Com relação às portarias: 48% referem-se aos códigos de vagas concedidas à Ufra pelo Ministério da Educação (MEC), 20% à redistribuição de cargos; 12% à descentralização orçamentária do Plano Reuni, 8% aos cargos de direção e funções gratificadas dos *campi* do interior, e 4% a sistematização e monitoramento de políticas públicas.

O aumento da oferta de vagas na Ufra

Com relação à oferta de vagas oriundas do processo seletivo (vestibular), de acordo com quatro relatórios internos e dois editais da CPS/Ufra, no período de 2008 a 2012, houve o aumento de 93,33%, devido à criação de três novos cursos na sede, localizada no município de Belém, capital do estado do Pará (Engenharia ambiental, Licenciatura em Computação e Bacharelado em Informática Agrária), e cinco novos cursos nos *campi* dos municípios Parauapebas (Agronomia e Engenharia Florestal), Paragominas (Engenharia Florestal e Agronomia) e Capitão Poço (Agronomia), como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Relação de oferta de vaga nos cursos de graduação da Ufra na sede e nas unidades descentralizadas

N.	Cursos de graduação/*Campi*	2008	2009	2010	2011	2012
01	Agronomia Belém	150	150	150	150	150
02	Engenharia Florestal Belém	90	90	90	90	90
03	Medicina Veterinária Belém	80	80	80	80	80
04	Zootecnia Belém	50	50	50	50	50
05	Engenharia de Pesca Belém	50	50	50	50	50
06	Licenciatura em Computação		50	50	50	50
07	Bach. Informática Agrária		50	50	50	50
08	Engenharia Ambiental Belém			50	50	50
09	Zootecnia Parauapebas	30	50	50	50	50
10	Agronomia Parauapebas			50	50	50
11	Eng. Florestal Parauapebas				50	50
12	Agronomia Capitão Poço		30	30	30	50
13	Agronomia Paragominas			50	50	50
14	Eng. Florestal Paragominas				50	50
15	Eng. Florestal Santarém[5]	0	30	0	0	0
Total de Oferta de Vagas		450	630	750	850	870

Fonte: elaborado pela autora, com base nos relatórios do Sisca, 2012.

5 Não houve mais oferta de vagas para o curso de Engenharia Florestal em Santarém em função da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, em 5 de novembro de 2009.

Em 2008 foram ampliadas 60 vagas nos cursos atuais da sede (15 em Engenharia Florestal, 20 em Engenharia de Pesca e Zootecnia e 5 em Medicina Veterinária), correspondendo a 15,38 %. Todavia não houve oferta de vagas para o curso de Engenharia Florestal no município de Santarém.

Em 2009, a oferta de vagas foi ampliada em 40% com a criação dos novos cursos de Licenciatura em Computação e Bacharelado em Informática Agrária (na sede), do curso de Agronomia (em Capitão Poço), assim como, a oferta de 30 vagas para o curso de Engenharia Florestal (em Santarém) e mais 20 vagas no curso de Zootecnia (em Parauapebas).

O aumento da oferta de vagas continuou em 2010, com 19,04% em função da criação dos cursos de Engenharia Ambiental em Belém, Agronomia em Parauapebas e Agronomia em Paragominas.

Em 2011, o aumento das vagas representou 13,33%, com a criação do curso de Engenharia Florestal nos municípios de Paragominas e Parauapebas. Apesar da Ufra ter realizado o vestibular para o curso de Engenharia Florestal em Santarém, a gestão das vagas ficou com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) que havia sido recém-criada.

Ainda foram ofertadas em 2012 mais 20 vagas para o curso de agronomia no município de Capitão Poço.

Assim sendo, considerada a análise do período total de desenvolvimento do Reuni, entre 2008 e 2012, observou-se o aumento da oferta de cursos em 133,33% um aumento significante e condizente com as perspectivas do programa. Contudo, apenas 11,76% das vagas ofertadas atualmente funcionam no período noturno, um percentual ainda pequeno considerando o objetivo do programa nacional.

Mesmo com o considerável aumento na oferta de vagas, a taxa de evasão universitária de 30,66% não reduziu de acordo como foi previsto no Plano do Reuni, de 7% até 2012. Não há dados que permitam indicar quais as causas da elevada taxa de evasão na universidade, mas pode-se observar que ela chegou a 15,13% no curso de agronomia Belém (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de matrículas realizadas em 2012 por curso de graduação

Nome do curso de graduação	N. de vagas 2012	N. de matrículas 2012
Agronomia Belém	152	129
Engenharia Florestal Belém	91	78

Medicina Veterinária Belém	85	71
Zootecnia Belém	51	46
Engenharia de Pesca Belém	50	46
Licenciatura em Computação	50	46
Bach. Informática Agrária	50	45
Engenharia Ambiental Belém	50	48
Zootecnia Parauapebas	50	27
Agronomia Parauapebas	50	49
Eng. Florestal Parauapebas	51	45
Agronomia Capitão Poço	50	44
Agronomia Paragominas	50	42
Eng. Florestal Paragominas	50	42
Total	880	758

Fonte: elaborado pela autora, com base nos relatórios do Sisca, 2012.

A contratação de docentes e técnicos administrativos

Das 25 portarias analisadas, 36% se referiam à redistribuição de código de vagas disponíveis para a contratação de professores e/ou técnicos administrativos, 12% ao recebimento de vagas de professores e técnicos administrativos para atender o programa, 4% à nomeação de professores e técnicos administrativos, 8% da redistribuição de cargos de direção (CD) e função gratificada (FG) e 20% de descentralização orçamentária dos recursos provenientes do programa Reuni, 8% determinava o quantitativo fixado de vagas para a contratação de professores e/ou técnicos administrativos, 4% referia-se a autorização de concurso público da universidade Ufra e 4% ao sistema de monitoramento público dos recursos. Duas portarias continham a mesma informação, mas somente uma delas foi contabilizada na pesquisa.

A Ufra recebeu 42 vagas do Reuni, dessas 91% foram para contratação de professores do 3º grau, e 9% para técnicos administrativos de nível E e D (portarias 326.327.328 de 19/3/201). Assim como, foram nomeados 9 professores e 8 técnicos administrativos (portaria 642 de 14/5/2010).

Foram redistribuídas 85 vagas para cargos de nível superior (professor e técnicos de nível E) e para técnicos de nível médio e fundamental, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Redistribuição de vagas por cargos

N.	Nome do cargo	N. de vagas
01	Assistente Administrativo	9
02	Técnico em Tecnologia da Informação	3
03	Biólogo	1
04	Engenheiro Agrônomo	1
05	Técnico em Laboratório	1
06	Bibliotecário	2
07	Técnico em Radiologia	1
08	Zootecnista	1
09	Assistente Social	1
10	Técnico em Agropecuária	2
11	Radiologista	1
12	Administrador de Edifícios	1
13	Auxiliar de Saúde	1
14	Assistente de Laboratório	1
15	Professor do 3º Grau	58
Total		85

Fonte: A autora.

O quadro de professores contratados por período determinado (substituto, visitante, temporário) no período de 2008 a 2012 evoluiu em mais de 480%, conforme mostra a Tabela 4. Contudo, é importante ressaltar que os professores de contrato temporário não podem permanecer na instituição por mais de dois anos, conforme determina a lei n. 8.745 de 9 de dezembro de 1993. Esse quantitativo serve apenas para atender à demanda temporária de excepcional interesse público da administração federal.

Tabela 4 – Quadro de contratação de docentes e técnicos administrativos

Tipo de vínculo	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Professor Efetivo	10	44	42	29	27
Professor Substituto	8	11	5	3	17
Professor Visitante	0	1	5	5	5
Professor Temporário	0	0	0	10	25
Técnico Administrativo	09	19	12	27	18
Total	19	75	64	74	92

Fonte: SGDP/2012.

Com relação aos professores efetivos, cujo quadro atual é de 235, houve um aumento de 64,6% no número de contratações no período de 2008 a 2012 e, considerando o número de alunos matriculados de 3.215, se estabelece uma relação de aluno/professor de aproximadamente 1 para 13, valor abaixo das expectativas do MEC para o programa definido em 1 para 18, ou seja, com o atual quadro de docentes a universidade poderia ofertar até 1.015 vagas que não comprometeria a qualidade de ensino (dados coletados em junho 2012).

Vale ressaltar a importância de se analisar os cálculos utilizados pelo governo para se chegar a esses indicadores numéricos, assim como, identificar se tais indicadores são baseados em pesquisas pedagógicas, e se podem ser aplicados a qualquer realidade acadêmica.

O Brasil tem uma das mais baixas taxas de alunos por docentes no ensino superior, considerando apenas o setor público federal.

> A baixa relação aluno/docente repercute, obviamente, no peso que o gasto de pagamento de pessoal tem na matriz de custo do ensino superior público. Quando consideramos apenas o sistema superior público, o Brasil tem uma das mais altas despesas de pessoal por aluno, sendo inferior apenas aos Estados Unidos e mais do dobro dos valores correspondem à França, Inglaterra e Espanha (Costa, 1998, p. 347).

Dessa forma, com relação ao quadro de servidores técnicos administrativos da Ufra, observou-se que houve 85 contratações no período de 2008 a 2012 (Tabela 6). O quadro de servidores em 2011 foi de 426, considerando todas as categorias (A, B, C, D e E) e no último concurso público da universidade realizado com os recursos provenientes do Reuni foram aprovados 73 servidores.

Quanto aos cargos de direção (CD) e funções gratificadas (FG), a Ufra recebeu do MEC: sete vagas para o *campus* do município de Capanema; cinco para Capitão Poço, cinco para Paragominas, cinco para Parauapebas e 26 para Belém. Sendo 50% para cargos de direção.

O quantitativo de vagas para professor e técnicos administrativos fixados para atender ao programa foi de 30 vagas, traduzido em 96,6% para professores e 3,4% para técnicos administrativos.

As descentralizações orçamentárias mencionadas no *site*, somaram o valor de R$ 11.815.030,97, valor abaixo do recebido para implementação das ações, de R$ 64.364.636,18.

Outras ações do Reuni

Dentre os itens disponíveis no *site,* 17% eram referentes a informativos gerais sobre as ações do programa Reuni, tais como: a) um informativo do Plano Reuni da Ufra; b) a divulgação do programa Reuni do governo federal como ação integrante ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social; c) as obras de construção dos novos prédios nos *campi* de Parauapebas, Paragominas e Capitão Poço, assim como, as obras de ampliação do SDI (Biblioteca) em Belém; d) a divulgação do VIII Seminário Nacional do Reuni - "Universidades Federais: consolidação e expansão – 2011 a 2020" ocorrido no período de 27 a 29/01/2010, em Brasília/DF; e e) a socialização da memória da reunião técnica do programa Reuni, realizada em 16/11/2009 (memorando n. 012/2009 – Reuni/Ufra).

Com relação às obras, o programa Reuni previu a construção dos prédios de Paragominas, Parauapebas e Capitão Poço, assim como, construção de mais

dois prédios com: oito laboratórios, quatro salas de aulas, 27 gabinetes de professores e ampliação do prédio da biblioteca no *campus* de Belém.

O programa também investiu na pesquisa universitária, através do fornecimento de bolsas para alunos de iniciação científica e pós-graduação, contratação de servidores de nível médio e superior e contratação de professores. No período de 2008 a 2012 foram investidos R$ 3.544.680,00 em bolsas estudantis de iniciação científica, mestrado e doutorado e R$ 910.800,00 em bolsas para professores visitantes.

No âmbito pedagógico, através do Reuni a Pró-reitoria de Ensino (Proen) iniciou a discussão sobre a implantação de uma nova metodologia que permitisse a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC da instituição[6], método instalado em 2010. Porém, em conversa informal com um representante do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Engenharia Florestal, foi possível identificar críticas com relação à reformulação do PPC.

Em relato, o representante acadêmico do PET- Florestal mencionou que a grade do PPC não foi dialogada com os alunos, sendo formulada pelo coordenador do curso, de acordo com a disponibilidade dos professores do mesmo, o que implica em mudanças significativas na grade curricular, muitas vezes, propondo ao aluno, cursar disciplinas específicas antes mesmo das disciplinas que na grade anterior, seriam prerequisitos. E isso de certa forma foi uma obrigação para que o aluno tivesse maior esforço de obtenção de média e aprovação.

As ações implementadas pelo programa podem ter reflexos positivos e negativos com relação à sua gestão, o que para Costa (2010) está relacionado à eficácia dos instrumentos de gestão, que é limitada pelo contexto em que se dá sua utilização – ambiente, objetivos, recursos (humanos, materiais, financeiros, políticos e organizativos), pois depende de onde, para que, quem e com que os utiliza.

O Plano Reuni da Ufra previu na reorganização dos cursos de graduação, reorganizar a matriz curricular de modo a abrir espaço para que o discente pudesse alocar mais tempo em trabalhos de pesquisa e projetos associados à própria formação curricular, direcionado ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão junto ao corpo docente, ao desenvolvimento de vivências em estágios de diferentes naturezas, participação na vida institucional como forma de contribuir para sua formação cultural, artística e humanística, assim como, previa a flexibilização das estruturas curriculares, visando oportunizar

6 Relatório de gestão Ufra 2011.

ao educando a oferta de disciplina optativa e de livre escolha. Porém, não foi possível avaliar a execução dessas atividades, sendo necessários estudos socioeconômicos e pedagógicos específicos. Por outro lado, ainda há a reflexão de que "existem problemas de gestão, mas existem também problemas econômicos, sociais, políticos e de muitas outras naturezas que devem ser resolvidos, politicamente, no seu campo próprio, com o uso de instrumentos de administração" (Costa, 2010, p. 7).

> Dessa maneira, refletindo sobre as políticas educacionais, foi possível perceber seus avanços e recuos, suas continuidades e descontinuidades, que submetem a educação ao poder autorregulador do Estado, hoje fortemente atrelado aos interesses econômicos dos organismos internacionais principais defensores do projeto neoliberal (Souza; Lucena, 2009, p. 8).

A proposta de pesquisa, apenas com a análise dos *links* disponíveis no sítio eletrônico da Ufra, não proporcionaria análises concretas a respeito da oferta de vagas, contração de recursos humanos, entre outros. Assim, os dados setoriais foram necessários para fundamentar as informações públicas, deixando parênteses para o conhecimento da realidade da comunidade acadêmica, sujeitos desse processo.

Considerações Finais

O programa Reuni possibilitou o aumento significativo tanto na oferta de cursos (133,33 %), quanto na oferta de vagas (93,33%), porém não houve mudanças significativas com relação à evasão escolar que, em alguns cursos, chegou a 15,13% no período final do programa, fato que remete à reflexão de que não houve participação popular no processo de criação dos cursos da universidade.

Mesmo com um grande aumento na oferta de vagas, apenas um pequeno percentual dessas foi ofertado em cursos noturnos, e ainda sem as condições ideais de atendimento aos acadêmicos com relação ao funcionamento do restaurante universitário, biblioteca e setores administrativos.

O aumento do quadro efetivo de docentes estabeleceu a relação aluno/professor de 1 para 13, número abaixo das expectativas do MEC (de 1 para 18), porém seria importante analisar os cálculos utilizados pelo governo para se chegar a esses indicadores numéricos, assim como, identificar se tais indicadores são baseados em pesquisas pedagógicas, e se podem ser aplicados a qualquer realidade acadêmica.

Das informações disponíveis no *site*, foi possível identificar o gasto de aproximadamente 18% do total de recursos provenientes do programa, provavelmente devido à não alimentação contínua das informações no ambiente eletrônico. Esse fato pode possibilitar análises e interpretações errôneas aos leitores.

O programa ainda possibilitou investimentos em infraestrutura física e de pesquisa, e melhoria pedagógica dos cursos da universidade. Seria interessante que este estudo sobre o Reuni evoluísse para além da Ufra, na perspectiva de uma análise nacional do programa, visando identificar os avanços locais/regionais das Ifes, as distintas formas de utilização dos recursos, assim como, os impactos decorrentes da implantação da política educacional, porém seriam necessários outros estudos socioeconômicos e pedagógicos detalhados.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação, *in: Políticas Públicas e Gestão Local*: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo.* 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso: 16 jun. 2012.

CASTRO, Maria H. Guimarães de. *Avaliação do sistema educacional brasileiro*: tendências e perspectivas. Brasília, MEC/Inep, 1998.

CONRADO, Nayara Lucas Dias de Menezes. O contexto ideológico das políticas públicas educacionais e a perspectiva histórica do PNE, *in*: Seminário de Educação 2008 – 20 anos de pós-graduação em educação – avaliação e perspectivas. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2008/gts.php>. Acesso: 19 mai. 2012.

COSTA, Frederico Lustosa da. Contribuição a um projeto de reforma democrática do Estado, *in*: *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 1-33, 2010.

CUNHA, Edite de Penha e CUNHA, Eleonora Schenttini M. Políticas Públicas e Sociais, *in:* CARVALHO, Alysson, SALES, Fátima (orgs.). *Políticas públicas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUGÃO, Ricardo Gandin *et al*. *Reforma universitária no Brasil*: uma análise dos documentos oficiais e da produção científica sobre o Reuni - programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária en América del Sur. Mar del Plata, Argentina, 2010.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy*: A Casebook on the Role of Policy. Analysis. Santa Monica, Califórnia: Goodyear, 1980, *apud Políticas Públicas*: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. Policy Currents, Fevereiro: 1-4, 1995. *Apud Políticas Públicas*: uma revisão de literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Um novo modelo de desenvolvimento é possível, *in: Gestão Pública*: revista do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Escola de Governo do Estado do Pará. Belém: Escola de Governo do Estado do Pará, a. 1, n. 1, p. 37-46, 2007.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex e FRANÇA, George. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática*, in: Fronteiras da Educação*: desigualdades, tecnologias e políticas, Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais*: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração Empresarial*, 2005, v. 45, n. 1, p. 36-49.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. *Apud Políticas Públicas*: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, 2006, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez.

SCHNEIDER, Paulo Roberto e PRETO, Josiane. Avaliação institucional: diagnóstico avaliativo, *in*: Mundo Contemporâneo em Revista, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.famper.com.br/site/mundo-contemporaneo-vol2.php>. Acesso: 13 mai. 2012.

SERAFIN, Milena Pavan e DIAS, Rafael de Brito. Conceitos eferramentas para análise de política pública*, in: Gestão pública e sociedade*: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Confissões, 1ª ed., 2011, p. 305-337.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A educação superior reformada: a produção da ciência engajada ao mercado de um novo pacto social, *in: Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 41-71.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Luciene Maria de; LUCENA, Carlos Alberto. Estado e Políticas Públicas Educacionais: reflexões sobre as práticas neoliberais, *in*: IV Simpósio Internacional: *O Estado e as políticas educacionais do tempo presente*. Uberlândia: UFU, 2008, v. 1, p. 1-14.

UNESCO. *Ensino médio, ensino técnico e ensino superior*. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/contextonacionalEDU/contextoEDUensino>. Acesso: 20 jun. 2012.

VIDAL, J. P. A gestão pública municipal: instrumento transformador para o desenvolvimento social do Pará, *in: Terceira Margem Amazônia*. São Paulo: Outras expressões, v. 1, n. 1, 2012.

A COLETA SELETIVA COMO ESTRATÉGIA DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NAS CIDADES: A EXPERIÊNCIA DE BRAGANÇA/PA

Edane de Jesus França Acioli[1]
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho[2]
Paulo Fortes Neto[3]

Resumo

O artigo trata sobre o desenvolvimento do trabalho do catador e sua atual inserção nas cidades através da coleta seletiva dos materiais recicláveis, sendo esta última vista como uma opção técnica de mitigação dos efeitos da geração dos resíduos sólidos nos centros urbanos. O objetivo é analisar o processo de territorialização espacial do catador nas cidades, processo possibilitado pela aprovação de legislação específica ocorrida na primeira década do século XXI, no Brasil. Este conjunto de leis permitiu avanços na prática da coleta seletiva e da reciclagem com inclusão dos catadores de materiais recicláveis no gerenciamento municipal dos resíduos sólidos. Partiu-se de um estudo de caso realizado com a cooperativa de catadores (Coomarca) na cidade de Bragança, no Estado do Pará, região Norte do Brasil. Para tanto, discutiu-se a noção de território e de territorialização dos catadores através da coleta seletiva nas cidades. Através de mapeamento das rotas da coleta, obteve-se a identificação dos locais de realização da coleta seletiva pela cooperativa, contribuindo assim

1 Doutoranda em Gestão do Território pela Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle/Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine – IHEAL em cotutela com a Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Mestra em Sociedades Latino-Americanas pela Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle. Correio eletrônico: edane.acioli@instituto3ramazonia.com

2 Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté, graduado em História pela Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: ocimarcelo@gmail.com

3 Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-USP, mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté Unitau. Correio eletrônico: paulofortes.neto@gmail.com

para nossa análise sobre o processo de espacialização e de territorialização dos catadores na cidade de Bragança, mensurando o alcance do serviço de coleta seletiva de materiais recicláveis na cidade.
Palavras-chave: Coleta seletiva. Catadores de Materiais Recicláveis. Território. Bragança.

Resumen

El artículo trata sobre el desarrollo del trabajo del catador de basura y su actual inserción en las ciudades a través de la recogida selectiva de los materiales reciclables, siendo esta última vista como una opción técnica de mitigación de los afectos de la generación de los resíduos sólidos en los centros urbanos. El objetivo es analizar el proceso de territorialización espacial del catador en las ciudades, proceso posibilitado por la aprobación de legislación específica ocurrida en la primera década del siglo XXI, en Brasil. Este conjunto de leyes permitió avances en la práctica de la recogida selectiva y de la reciclaje con inclusión de los catadores de materiales reciclables en la gerencia municipal de los residuos sólidos. Se partió de un estúdio de caso realizado con la cooperativa de catadores (Coomarca) en la ciudad de Bragança, en el estado de Pará, región Norte de Brasil. Para tanto, se discutió la noción de territorio y territorialización de los catadores a través de la recogida selectiva en las ciudades. A través de mapeamento de las rutas de la recogida, se obtuvo la identificación de los locales de la recogida selectiva por la cooperativa, contribuyendo así para nuestro análisis sobre el proceso de espacialización y de territorialización de los catadores en la ciudad de Bragança, calculando el alcance del servicio de recogida selectiva de materiales reciclables en la ciudad.
Palabras Clave: Recogida selectiva. Catadores de Materiales Reciclables. Territorio. Bragança.

Introdução

O estilo de vida dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento (no final do século XX e início do XXI), de cultura ocidental, orientados por uma convergência de valores e desejos de consumo, principalmente de bens de reduzido ciclo de vida, trouxe como consequência o aumento da geração de resíduos

sólidos no planeta (Baumam, 2008; Leff, 2009). E esse aumento tornou-se uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea: como avançar no seu tratamento sustentável, definindo um modelo de gestão, capaz de mitigar os efeitos dos resíduos no meio ambiente? Desde uma pequena cidade até as metrópoles, respeitando suas escalas de abrangência, a preocupação é a mesma: a busca por métodos, técnicas e instrumentos de controle na geração e no gerenciamento desses resíduos.

Uma das respostas que tem se consolidado é a solução através da prática dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). O primeiro R é o da redução, que significa reduzir o consumo de bens e optar por bens de baixa geração de resíduos; o segundo R é o da reutilização, onde a sociedade, de forma geral, pode aproveitar bens diversos, prolongando o uso ou dando uma segunda vida útil aos produtos; e o terceiro R é o da reciclagem, no qual os resíduos transformam-se em insumos para a confecção de novos produtos (matérias-primas para a indústria). A reciclagem propicia um novo ciclo econômico; os resíduos deixam de impactar o meio ambiente e transformam-se em novos produtos.

Para se potencializar a prática da reciclagem, é necessário o conhecimento, a adoção de boas práticas de gestão pública e o comprometimento da sociedade em geral. No Brasil, tem-se destacado a opção pela coleta seletiva de materiais recicláveis e as principais experiências no país são executadas com a participação de associações e cooperativas de catadores.

A legislação brasileira dos últimos dez anos vem apresentando significativos avanços e estímulos para a prática da coleta seletiva e da reciclagem, na perspectiva de inclusão dos catadores de materiais recicláveis no gerenciamento municipal dos resíduos sólidos, merecendo destaque a PNRS (Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei n. 12.305 de 2/8/2010).

Essa política também estabeleceu como meta o fim dos lixões em todo o território nacional até 2014, processo que provocará uma mudança na vida e no trabalho de milhares de catadores, qual seja: a mudança de seu território. Durante muitos anos, os catadores têm encontrado nos lixões a sua fonte de trabalho e sobrevivência, territorizando-se nesse espaço. O poder público municipal, responsável pela gestão dos resíduos sólidos e os próprios catadores precisam dialogar e criar estratégias para a sua inserção na cidade (novo território), direito já assegurado na PNRS, mas à espera de concretização nas diversas cidades brasileiras.

Nesse artigo, serão abordados temas relacionados ao desenvolvimento do trabalho do catador e sua atual inserção nas cidades, através da coleta seletiva dos materiais recicláveis. A pesquisa se baseia em um estudo de caso, realizado

na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis dos Caeté (Coomarca), da cidade de Bragança, no estado do Pará, região Norte do Brasil. O principal objetivo é analisar o processo de territorialização espacial dos catadores da cooperativa e sua conquista por reconhecimento profissional na cidade; para tanto, apresentaremos o estudo realizado em Bragança onde uma cooperativa de catadores desenvolve esse processo.

A pesquisa de campo foi realizada em três etapas. A primeira consistiu em levantamento de dados por meio de observação direta, na Coomarca, onde foram coletadas informações sobre a organização do trabalho da cooperativa, a forma como era executada a coleta seletiva, o número de catadores cooperados e a divisão das tarefas, além da identificação da infraestrutura existente. A segunda dedicou-se à pesquisa documental, acompanhada de entrevistas focais com cooperados, instituições não governamentais de apoio ao trabalho dos catadores em Bragança, como a Igreja Católica e a Cáritas Diocesana e funcionários da Prefeitura Municipal de Bragança, objetivando compreender as articulações que possibilitam o funcionamento da Cooperativa e sua inserção na cidade.

A terceira etapa consistiu no georreferenciamento das rotas da coleta seletiva realizada com o caminhão da Coomarca, utilizando-se como ferramenta o GPS Garmin, configurado no sistema de coordenadas Lat/Long, em formato decimal *degree* e Datum horizontal WGS 84. Em seguida, utilizou-se uma imagem de satélite Spot para a confecção do mapa das rotas, com resolução espacial de 2m, do ano de 2008, a partir da Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital (Bcimd) do IBGE, com escala de 1:1.000.000. Os dados foram tratados por meio do *software* SIG Arcgis, versão 9.3. Esse mapeamento permitiu identificar os locais onde a cooperativa realiza coleta seletiva na cidade de Bragança, contribuindo assim para nossa análise sobre o processo de espacialização e de territorialização dos catadores nessa cidade, através da coleta seletiva de materiais recicláveis.

A pesquisa bibliográfica realizada sobre os conceitos de território, territorialização e coleta seletiva, principalmente, contribuiu sobremaneira para as análises dos resultados de campo e para ampliar a reflexão sobre o trabalho dos catadores nas cidades brasileiras.

A territorialização dos catadores em lixões no Brasil

Em alguns momentos históricos, os catadores de lixo foram confundidos com animais e rejeitos humanos, que coletam restos para sobreviver, geralmen-

te nas ruas das grandes cidades. Personagens marcados por desafios estruturais, sociais e ambientais. Catar lixo se transformou em trabalho degradante, associado ao problema das latas de lixo viradas e sacolas rasgadas com o lixo espalhado pelo chão, atraindo insetos e roedores, vetores de diversas doenças, provocando problemas de saúde e higiene urbana.

Na segunda metade do século XX, os catadores se transformaram em problema social para governo e sociedade, começando a entrar na cena nacional dos grandes debates sobre a exclusão social urbana no país. O catador de rua que abre sacolas à procura de restos de comida e utensílios de valor, aos poucos foi atraído pelo e para o lixão, local onde encontrara abundância de materiais, passando a trabalhar e viver neste território, tendo esse espaço enquanto lugar de produção econômica e de reprodução social, ainda que o mesmo seja vulnerável e insalubre, transformando-se em catador do lixão.

No momento em que os catadores foram entrando nos lixões, eles também foram saindo da cidade; esse movimento nunca foi finito nem absoluto, mas perceptível, começou lentamente na década de 70 do século passado, com o crescimento dos lixões a partir da emergência e ampliação das primeiras metrópoles brasileiras e, consequentemente, do aumento da produção dos resíduos sólidos urbanos (Acioli, 2011).

O lixão entendido como espaço que contém o recurso (matéria-prima) para os catadores, tornou-se atrativo; não apenas pelo recurso, mas pela liberdade de atuação, pelo encontro com outros catadores, pela não discriminação no trabalho realizado, pois todos pareciam iguais, assim a identificação era compartilhada (mesmo sem identificação precisa e perceptível entre os catadores). O lixão foi se transformando no espaço dos catadores, códigos e normas sociais foram sendo reelaborados e recodificados para uso no local (Martins, 2007), ressituando os catadores em um microespaço em torno dos quais eles se agregaram na defesa (mesmo simbólica e sem pretensões mais elaboradas) de suas especificidades sociais. É importante reforçar que esses códigos criados (espontaneamente) não são aceitos socialmente, mas valem para as relações nesse território específico.

No contexto da exclusão social, os catadores encontraram no lixão um território de sobrevivência, apesar da vulnerabilidade social e da insalubridade do trabalho vividas por esses indivíduos.

Alguns autores ao tratarem sobre o caráter simbólico do território associado à questão da exclusão social afirmam que o mesmo é apreendido como território de coesão. Por exemplo, essa questão é tratada por Rogério Haesbaert (2004), onde o mesmo afirma que:

> A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba, em vários momentos, tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados, visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (Haesbaert, 2004, p. 92).

Para o autor acima, pode existir uma tendência a que excluídos se agrupem em busca de "preservar a identidade" do grupo e em torno de ideologias. No caso dos catadores essa tendência não se aplica, pois quando os catadores se territorializam no lixão, não é por acreditarem em ideologias similares, muito menos pela luta por preservação de identidade. A ida para o lixão, em nosso entendimento, está associada sim à busca por um refúgio da exclusão vivida na cidade, além de ser o lugar de onde se tira o sustento da família.

Para Haesbaert (2004), alguns indivíduos consideram o território como uma área-abrigo e fonte de recurso. Podemos considerar o lixão, para a realidade dos catadores, como o território que apresenta esses dois elementos; é uma fonte de recurso e é um espaço de abrigo, pois os resíduos sólidos recicláveis recuperados no lixão representam a fonte de recurso financeiro para os catadores, e o lugar-lixão se corporificou em espaço de abrigo, comunhão, encontro coletivo e mesmo em moradia para alguns. O geógrafo Milton Santos (2000), ao tratar da noção de território, apresenta-o em uma perspectiva integradora e em constante movimento; o autor defende a noção de território usado, pois, para ele:

> O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2000, p. 96).

A concepção de "território usado" de Santos é pertinente para formulação de nossa compreensão de território-lixão, este sendo a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e da vida para muitos catadores. Enquanto base do trabalho é o lugar no qual exercem, continuamente, uma rotina produtiva, onde os catadores começam o dia levando para o lixão seus equipamentos de trabalho[4]

4 Além desses equipamentos, a maioria dos catadores vão para a jornada de trabalho no lixão usando apenas botas e meias longas, camisas de manga longa, bonés e luvas.

(ancinhos[5], *bags*[6], carroças, cavalos), executam também atividades consecutivas e repetitivas. Aguardam o lixo ser despejado do caminhão, aglutinam-se próximo aos resíduos que estão sendo despejados, puxam com os ancinhos a maior quantidade de sacolas de lixo que puderem guardá-las perto de si; em seguida, rasgam as sacolas com ajuda dos ancinhos e fazem uma breve pré-seleção do material reciclável de maior valor econômico, deixando o resto no local; colocam esse material pré-selecionado em *bag*s (Figura 1) e aguardam até o final da jornada de trabalho, quando refazem a seleção dos materiais, melhorando a triagem para a venda, separando-os conforme os tipos para agregar valor ao produto (Figura 2). Outros, ainda, levam os materiais para as suas casas, onde podem guardá-los por mais alguns dias, refazendo e melhorando a triagem, até atingirem uma quantidade maior que possa ser melhor negociada no mercado local.

Figura 1 – Material reciclável armazenado em *bags* pelos catadores no lixão de Bragança

Fonte: Arquivo Cáritas Norte II, Projeto Cataforte, out./2010.

5 Ancinho, ferramenta usada pelos catadores, parecida com um anzol com a ponta bem afiada e que pode ser acoplado a uma vara de madeira ou diretamente segurado pela mão do catador, servindo para puxar os sacos de lixo que acabam de ser jogados dos caminhões, usado também para furar os sacos e fazer uma breve seleção do material reciclável de maior valor econômico.

6 São embalagens resistentes, conhecidos por *big bags*, que suportam o peso de uma tonelada de material.

Figura 2 – Transporte de material reciclável armazenado em *bags* pelos catadores no lixão de Bragança

Fonte: Arquivo Cáritas Norte II, Projeto Cataforte, out./2010.

O território-lixão, como base de moradia, é uma realidade vivida na maioria das cidades brasileiras; várias casas foram construídas nas proximidades e até dentro dos lixões; barracos improvisados, alguns cobertos de lona, montados com restos de madeira, plástico, placas de alumínio e outros utensílios encontrados no lixo, foram "casas nascidas mais da necessidade que da engenharia; [...] são vidas que parecem provisórias, mas que são as mesmas que se improvisam sempre e um pouco mais a cada dia[7]".

E a despeito de qualquer convenção social, o território-lixão é também o espaço das trocas materiais e espirituais e da vida para muitos catadores das cidades brasileiras.

A permanência de um grupo de indivíduos, em um determinado lugar, está diretamente ligada à forma de ocupação desse lugar. Cada catador interfere sobre o espaço e seus recursos diretamente, através de seu modo de utilização e com certa autonomia e liberdade em suas atividades produtivas, dentro do território-lixão. Exercendo, desta forma, um controle de ação direta em seu "espaço de ação", mas também, um controle indireto, em termos de ações cole-

7 Trecho da música "Metrópole", autoria de Clei de Souza, lançada pelo grupo musical *Coisa de Ninguém*, álbum Quase, gravadora independente: Belém, 2003.

tivas e amplas, tais como os acordos espontâneos e de cooperação de trabalho estabelecidos no lugar que servem para organizar o trabalho e a ação nesse lugar (Martins, 2007).

Os catadores são os atores em destaque no cotidiano dos lixões e conseguiram montar estratégias de sobrevivência e de organização social, nem sempre pacíficas. O território-lixão também registra conflitos similares às demais concentrações periféricas das cidades brasileiras, nas quais prevalece a pobreza.

O conceito de território, desenvolvido nesse trabalho, serve para analisar a espacialização do catador em diversos espaços (cidade, lixão, rua, centro de triagem, cooperativa), quando se fala em território-lixão é com o objetivo de descrever o espaço de vida e de trabalho de milhares de catadores no Brasil. Além de servir para a compreensão sobre os catadores que manifestam disposição para permanecem no lixão. Já que do ponto de vista da gestão e da saúde pública, o local é insalubre e prejudicial ao trabalho do catador e ao meio ambiente, portanto, deveriam sair sem contestação. No entanto, não é o que ocorre, pois existem laços de identidade e de pertencimento dos catadores com o local; laços que foram estabelecidos ao longo de décadas e que precisam ser considerados pelos gestores quando da elaboração de políticas públicas, voltadas à área em questão.

A desterritorialização dos catadores dos lixões

Os primeiros grupos organizados de catadores no Brasil surgiram no final dos anos 1980 com a criação das primeiras associações e cooperativas de catadores, nos estados de Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Esses grupos tiveram apoio de entidades ligadas à Igreja Católica que desenvolveram um papel importante no processo sócio-organizacional dessa categoria (Dias e Oliveira, 2010).

Um dos principais avanços na sua organização foi a formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Em 1999, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel. Dois anos mais tarde, em Brasília (DF), em junho de 2001, realizou-se o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, reunindo aproximadamente 1.700 representantes, no qual foi constituído oficialmente o MNCR. Durante o evento, foi elaborada a Carta de Brasília, um documento reivindicatório dos catadores que, posteriormente, foi entregue ao presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das principais reivindicações era a criação de uma política direcionada para a implantação da coleta seletiva,

nos municípios, com a participação direta dos catadores na gestão dos resíduos (Grimberg, 2007).

Aos poucos os grupos de catadores organizados se fortaleceram e ampliaram seu trabalho fora dos lixões. A principal bandeira de luta do movimento é a inclusão socioeconômica do catador em programas municipais de coleta seletiva e o reconhecimento profissional da categoria. Como reflexo de sua luta, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, enquanto categoria profissional. O Movimento dos Catadores experimentou relativa expansão, a partir de 2003, com o I Congresso Latino-Americano de Catadores, que reuniu representantes de diversos países da América Latina na cidade de Caxias do Sul (RS).

A luta dos catadores por seu reconhecimento social, profissional e político obteve algum êxito na primeira década deste século, resultando na criação de diversas políticas públicas no âmbito do governo federal. Como veremos a seguir, o contexto de mobilização e de articulação do MNCR e sua interlocução com o governo possibilitou, dentre outros, a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), em setembro de 2003.

No mesmo sentido, em 2006, o Decreto n. 5.940 de 25 de outubro, instituiu a obrigatoriedade da coleta seletiva nos órgãos públicos federais com destinação dos recicláveis para os catadores. Esse decreto foi estratégico para o MNCR, na medida em que possibilitava o acesso aos materiais e sensibilizava uma camada da população para a adoção da coleta seletiva.

Como reforço, em 5 de janeiro de 2007, foi lançada a Lei n. 11.445 que estabeleceu a permissão da contratação de cooperativas de catadores pelo poder público municipal com dispensa de licitação para a coleta de resíduos sólidos recicláveis nos municípios. Essa lei é entendida como um avanço das políticas públicas para a categoria dos catadores, pois possibilitaria a oportunidade de trabalho para as cooperativas e associações dos catadores. Vários municípios brasileiros efetivaram a contratação de grupos de catadores, a exemplo dos municípios do estado de São Paulo: Araraquara (2008), Orlândia (2009), Assis (2010) e Ourinhos (2010); no estado do Paraná, destaca-se o município de Londrina (2011); no Rio Grande do Sul, Gravataí (2009) e no Rio Grande do Norte, Natal (2011). As experiências são recentes e os resultados ainda aguardam pesquisas específicas que analisem e interpretem seus impactos tanto para os catadores quanto do ponto de vista da gestão dos resíduos sólidos nestas cidades.

O momento mais expressivo na luta dos catadores, sem dúvida veio em agosto de 2010, com a sanção da Lei n. 12.305 que instituía a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), a qual estabeleceu "as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos". A lei teve longa tramitação no Congresso Nacional; durante vinte anos de debates no parlamento, o Brasil permanecia sem legislação que disciplinasse a gestão de resíduos sólidos e a própria cadeia produtiva da reciclagem, incluindo-se aí obviamente, o trabalho dos catadores. Diversos autores criticavam a ausência de legislação e regulamentação dessa área, entre eles Calderoni (2003), Fiori e Tabalipa (2006), Pereira (2008).

Na PNRS a palavra "catadores" aparece onze vezes, sendo em dez situações diferentes, que expressam deliberadamente a inserção desta categoria, definindo as responsabilidades do poder público e dos grandes geradores com relação à atuação dos catadores.

O arcabouço jurídico-institucional supracitado foi o responsável pela articulação de políticas de inserção social e econômica dos catadores. Sua intencionalidade é no sentido de tirar o catador de dentro do lixão e o incluir em programas produtivos e sociais. A PNRS estabeleceu que, até 2014, todos os lixões deverão ser extintos, assim ocorrerá a materialização do processo de trocas de território, o catador sairá do lixão e deverá ser territorializado na cidade, pelo menos em tese.

Uma das possibilidades de territorialização dos catadores nas cidades é a coleta seletiva dos materiais passíveis de serem reutilizáveis e recicláveis, visto que, os catadores ao longo de décadas acumularam experiências nas atividades de coleta e triagem de diversos tipos de materiais, portanto, a incorporação desta mão de obra especializada dentro dos sistemas municipais de gestão dos resíduos sólidos, principalmente na coleta seletiva, poderá ser um instrumento de territorialização dos catadores e de manutenção da sua profissão e de sua identidade.

A coleta seletiva como estratégia de territorialização nas cidades

O principal instrumento que poderá convergir para a territorialização dos catadores é a legislação pertinente ao tema, com destaque para a PNRS, que no seu bojo pretende disciplinar a geração e a destinação de forma adequada dos resíduos sólidos, elencando como solução técnica a coleta seletiva e a reciclagem, assegurando a participação efetiva das cooperativas de catadores.

Na PNRS, no Capítulo II, Art. 3º, a coleta seletiva é definida como a coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição. É um sistema de recolhimento de materiais, como papéis, vidros, plásticos e metais com objetivo de reutilização ou reciclagem.

A coleta seletiva com inclusão dos catadores tem vantagens econômicas, sociais e ambientais para diversos atores da sociedade. As experiências mostram que há benefícios econômicos (geração de renda às famílias dos catadores), benefícios ambientais (reciclagem, economia dos recursos naturais, de energia elétrica etc.) e benefício social (cidadania para pessoas que sempre foram excluídas) (Ribeiro *et al*, 2009).

A primeira experiência com a coleta seletiva no Brasil ocorreu na cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro, na década de 80 do século passado. O responsável pela experiência foi o professor Emílio Eigenheer, que na época atuava na secretaria de saúde da prefeitura de Niterói. Ele argumentava que a questão do lixo urbano era associada ao estigma da morte, algo velho, inútil, mas que poderia ser transformado e conquistar uma nova vida (Eigenheer, 2003).

O manual intitulado Elementos para a Organização da Coleta Seletiva e Projetos de Galpões de Triagens, editado em 2008, pelo Ministério das Cidades, estabeleceu uma comparação entre iniciativas filantrópicas e soluções planejadas de apoio à coleta seletiva e às cooperativas de catadores. Afirma que a ação filantrópica, baseada em condição de improvisação e de precariedade de alguns programas de coleta seletiva, gerara resultados parciais e são experiências marcadas por continuas desistências, tanto da população quanto dos catadores envolvidos. As ações planejadas tencionam promover uma mudança neste cenário, é a tentativa de torná-los perenes e eficientes. Ainda segundo o Manual, é indispensável estruturar programas de coleta seletiva, de forma que possam ser sustentáveis e que não sofram interrupções por mudanças nas administrações municipais; trata-se de criar políticas públicas de Estado e não de governo (Ministério das Cidades, 2008).

A coleta seletiva, dentro de um sistema integrado de gestão, com ações planejadas e articuladas, pode representar ganhos não apenas para os catadores, mas para a sociedade e o meio ambiente. Diferentemente do que ocorre com a destinação tradicional de resíduos, disposição em aterro ou lixão, no qual os recicláveis são desperdiçados, a implantação da coleta seletiva cria um fluxo de recursos na economia local, pois os produtos coletados são comercializados e os ganhos dos catadores transformam-se em consumo no comércio local. Em outras palavras: os rendimentos dos catadores envolvidos na operação, que se

transformam em consumo local, oportunizam a geração adicional de tributos, derivados desse aumento de consumo (Ministério das Cidades, 2008).

No Brasil, a coleta seletiva foi implantada somente em 443 municípios brasileiros, o que representa somente 8% do total de municípios existentes no país (Cempre, 2010). A mesma pesquisa constata que cerca de 22 milhões de brasileiros têm acesso a programas municipais de coleta seletiva; porém, apesar de ter aumentado em relação aos anos anteriores, na maior parte das cidades, a coleta seletiva não cobre mais que 10% da população local.

A Figura 3 apresenta a distribuição geográfica dos municípios brasileiros com coleta seletiva. Pode-se observar que na região Norte do país e, especialmente no Pará, são poucos municípios que contam com o serviço de coleta seletiva. Verifica-se que a concentração está nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Figura 3 – Distribuição dos municípios brasileiros atendidos pelos serviços de coleta seletiva

Outro dado da pesquisa, na perspectiva da inclusão dos catadores, é que cresce a cada ano o apoio às cooperativas de catadores como parte integrante da coleta seletiva municipal (74%) e mais da metade (62%) apoia ou mantém cooperativas de catadores como agentes executores da coleta seletiva municipal, sendo que os apoios mais comuns são: equipamentos, galpão de triagem, pagamento de gastos com água e energia elétrica, caminhões, capacitações e auxílio na divulgação e educação ambiental (Cempre, 2010).

Analisando essa pesquisa, conclui-se que os catadores não recebem remuneração pelo serviço prestado, e sim, obtêm ganhos ou incentivos indiretos em forma de equipamentos ou insumos. Outras constatações são a baixa eficiência dos programas de coleta seletiva, a concentração nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, e ainda, sua limitada abrangência em cada cidade.

O processo de desterritorialização dos lixões e reterritorialização nas cidades, através da coleta seletiva processou melhorias nas condições de trabalho e de infraestrutura (equipamentos, centros de triagem, caminhões etc.) para os catadores, porém não refletiu ainda no aumento significativo da renda dos mesmos. Pois, a renda média dos catadores organizados em cooperativas e/ou associações, que trabalham na coleta seletiva nas cidades, não atinge ao salário mínimo (R$ 622,00), alcançando entre R$ 420,00 a R$ 520,00 (Ipea, 2012).

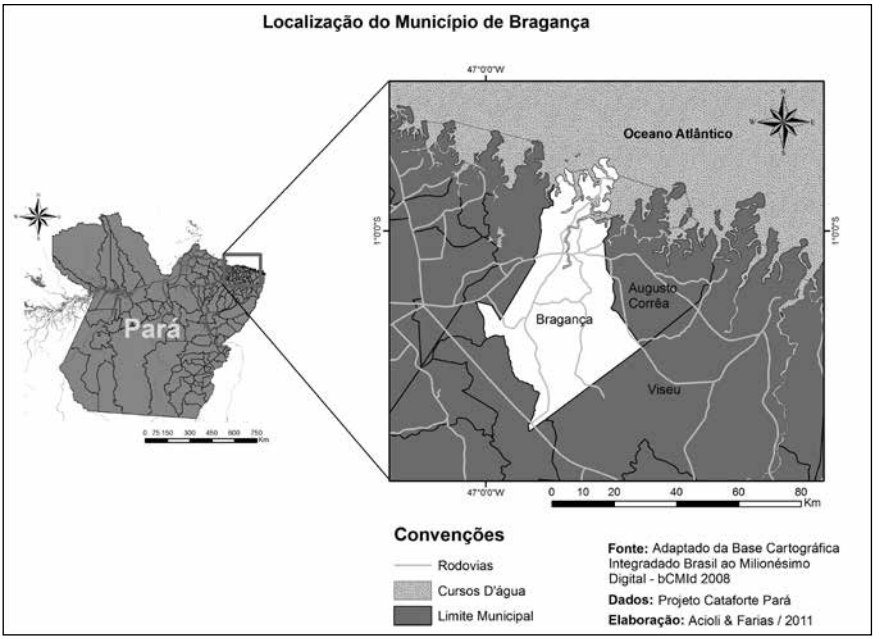
A reterritorialização dos catadores na cidade através da coleta seletiva: o caso de Bragança/PA

O município de Bragança está distante 210 km da capital do estado do Pará, Belém; faz limite ao norte com o Oceano Atlântico; possui 2.091,919 Km² de extensão territorial e registrou uma população de 113.227 habitantes em 2010, com uma densidade populacional de 54,13 hab/Km² e cerca de 60% dos habitantes deste município residem em área urbana (Figura 4).

Bragança é uma cidade de colonização antiga, sua formação histórica data por volta de 1613, na marcha em direção à conquista do território amazônico. Atualmente a cidade é um polo pesqueiro regional e a indústria da pesca se expandiu gradativamente, sendo a base de sua economia.

No município, um grupo de catadores que exerciam sua atividade no território-lixão, conhecido como lixão do Marrocos, iniciou um processo de organização que culminou na criação de uma cooperativa e na organização da coleta seletiva dos materiais recicláveis na cidade. A cooperativa está localizada na Rodovia Dom Elizeu, Km 1, no bairro do Alto Paraíso.

Figura 4 – Mapa de localização do município de Bragança



Esta cooperativa iniciou suas atividades no dia 13 de junho de 2007, ocasião em que sua sede era apenas um barraco de madeira onde os catadores realizavam a separação dos materiais. Em dezembro de 2010, foi realizada a Assembleia Geral para formalizar a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis dos Caetés (Coomarca), aprovar seu estatuto e eleger os membros da diretoria. A ata da assembleia geral foi assinada por 35 cooperados. Nesta ocasião, a cooperativa já possuía uma edificação, duas prensas, um caminhão, balanças e outros equipamentos de trabalho. Também houve a construção de casas destinadas à moradia de alguns catadores cooperados, processo que exemplifica a troca de territórios.

Aos poucos, os catadores da cooperativa começaram a se inserir na cidade de Bragança, executando a coleta seletiva em alguns bairros, em uma estratégia para conseguir o material reciclável fora do lixão do Marrocos.

No período 2009 e 2010, a coleta seletiva inicialmente era realizada de forma espontânea pelos catadores da Coomarca, não havia participação, nem apoio do poder público, além de o serviço não ser reconhecido pela administração municipal.

Os catadores da cooperativa faziam a coleta seletiva utilizando o "reciclomóvel" (espécie de bicicleta com um pequeno contêiner adaptado na parte frontal do veículo), conforme mostrado na Figura 5.

Figura 5 – Reciclomóvel, veículo inicialmente utilizado pelos catadores para a realização da coleta seletiva

Fonte: Arquivo Cáritas de Bragança, 2009.

Os moradores da cidade de Bragança também colaboravam com o trabalho da cooperativa; alguns comerciantes separavam os materiais e disponibilizavam para os catadores. Outros entregavam o material na sede da Coomarca.

Em dezembro de 2010, a cooperativa recebeu, através de um projeto, a doação de um caminhão do governo do estado do Pará (Figura 6). No início do ano seguinte, a prefeitura municipal de Bragança reconhece o trabalho dos catadores e assina um convênio com a cooperativa. Este estabelecia regras e normatizava o serviço de coleta seletiva no município com a participação dos catadores. Assim, durante o ano de 2011, a coleta deixou de ser uma ação isolada da cooperativa e passou a integrar a gestão municipal dos resíduos sólidos. Sendo reflexo, tanto da mobilização dos catadores, quanto da aprovação da PNRS.

Figura 6 – Veículo utilizado pelos catadores para a realização da coleta seletiva

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Entre as obrigações da prefeitura, constavam no documento: ceder um caminhão; pagar o consumo de energia elétrica da sede da cooperativa; fornecer 150 litros de combustível (óleo diesel) por mês; e ceder um funcionário (motorista) para o caminhão. A coleta seletiva continuou sendo executada exclusivamente pela Coomarca; saía de cena o reciclomóvel e os catadores passaram a utilizar a coleta mecanizada com dois caminhões.

A cooperativa desenvolveu uma estratégia de divulgação do seu trabalho e de inserção na cidade através da instalação nos caminhões de um pequeno sistema de som, pelo qual são veiculadas mensagens sobre a necessidade da separação dos resíduos sólidos e sua destinação para a coleta. Os objetivos foram estabelecer diálogo com os moradores sobre a importância da coleta seletiva e receber adesão da comunidade. Também foi composto um *jingle*:

Tá passando a coleta,
A coleta seletiva chegou,
Nosso bairro mudou,
Para reciclar o lixo limpo que você juntou
É só separar que a gente veio coletar
Se você cooperar todo mundo vai ganhar

A coleta seletiva ajuda a melhorar a qualidade de vida
Adote esta ideia, vamos reciclar
É só a gente unida
Para melhorar

A letra reforça o conteúdo da mensagem e tornou-se popular entre os moradores de Bragança, pois era executada quase cotidianamente na rádio local e no sistema de som do caminhão. A música alertava para a chegada do serviço no bairro e conclamava a população a separar seus resíduos e destinar para a cooperativa, afirmando que "a coleta seletiva ajuda a melhorar a qualidade de vida".

Coleta seletiva: a experiência da Coomarca

A territorialização dos catadores nas cidades não representa apenas uma mudança de local de trabalho, implica necessariamente em mudanças na forma de trabalhar, no caso específico, de conseguir o material reciclável. Retomando o conceito de território-usado de Milton Santos, compreende-se que os catadores reconstroem suas relações sociais, emergem novas representações identitárias, posto que na cidade, diferente do que ocorre no lixão, os catadores não vivem ou convivem apenas com seus iguais. Como o território é um movimento, uma ação construída cotidianamente, que forja relações complexas entre processos sociais e espaço material, no território-cidade, esse processo de apropriação faz emergir um novo papel social desempenhado pelo catador, talvez o de agente ambiental.

A pesquisa de campo revelou a experiência da Coomarca na coleta seletiva, descrita a seguir:

a) Coleta com o caminhão porta a porta

Este procedimento consiste na coleta dos materiais recicláveis nas residências e comércios, trata-se da mesma forma utilizada na coleta regular dos resíduos domésticos. O caminhão circula pelas ruas da cidade e recolhe os materiais recicláveis deixados pela população em frente às suas residências ou comércios. De acordo com a pesquisa realizada pelo Cempre, 78% dos municípios brasileiros que executam a coleta seletiva adotam este procedimento (Cempre /Ciclosoft, 2010).

b) Coleta com a utilização de Pontos de Entrega Voluntária (PEV)

A cooperativa recebeu a doação de 50 contêineres com capacidade de 240 litros. Estes foram dispostos em 46 locais (Figura 7) estratégicos da cidade, como: supermercados, lanchonetes, padarias, residências, oficinas mecânicas,

lava-jatos e pequenos residenciais. A pesquisa do Cempre revelou que 44% dos municípios brasileiros adotam esta metodologia de coleta seletiva (Cempre / Ciclosoft, 2010).

Operacionalização da coleta com o caminhão porta a porta

A pesquisa de campo objetivou conhecer e diagnosticar as formas de execução da coleta seletiva pelos catadores da Coomarca, a fim de perceber sua inserção no território-cidade e a área de cobertura do serviço.

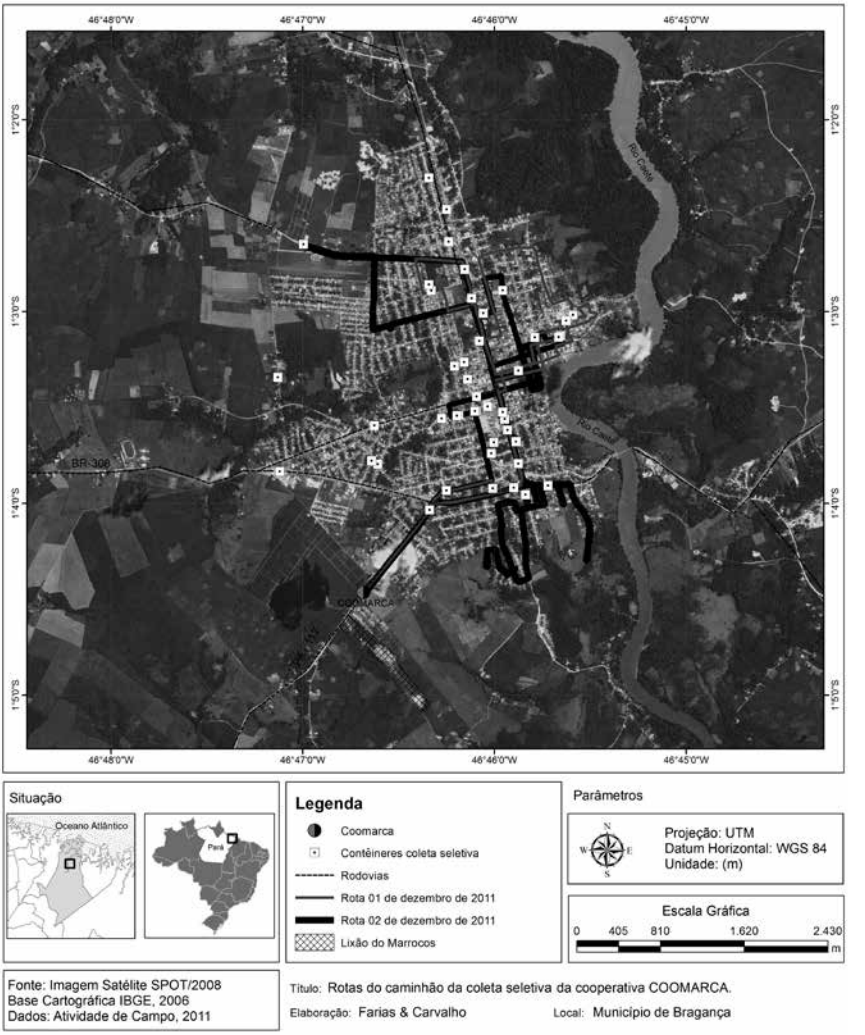
Para constatar a abrangência da coleta seletiva, mapeou-se a localização dos contêineres e dois roteiros realizados com o caminhão coletor da cooperativa. A intenção não foi auferir a quantidade coletada, e sim os bairros percorridos, com objetivo de verificar se o serviço de coleta seletiva limitava-se a uma área específica da cidade ou não.

Houve o acompanhamento durante dois dias dos roteiros realizados pela cooperativa com o caminhão. No primeiro dia, realizado em 1 de dezembro de 2011, no horário das 14h00min às 18h30min, foram percorridos 26 km, em quatro horas e meia, com média de 5,77 Km/hora. O segundo, no dia 2 de dezembro de 2011, das 13h30min às 18h30min, percorrida a distância de 31 km em cinco horas, perfazendo uma média de velocidade igual a 6,2 Km/h.

O roteiro percorrido com o caminhão da coleta seletiva é sistematizado na Figura 7, onde se apresenta também os pontos de localização dos PEV e a rota realizada. Os dois sistemas de coleta seletiva (porta a porta e PEV) aparecem de forma integrada, na qual o trajeto é fortemente influenciado pela localização dos PEV. O caminhão da coleta recolhe tanto o material depositado nos PEV, quanto os separados e deixados pelos munícipes nas portas de residências, comércios etc.

Através do mapeamento da rota, constata-se a extensão da coleta seletiva, onde o serviço abrange a maior parte dos logradouros do município. A rota do primeiro dia priorizou mais o centro da cidade e a do segundo, a que percorreu as periferias, as duas rotas somam um percurso de 57 km. A pesquisa de campo revela que a abrangência do serviço supera a média nacional apontada pela pesquisa realizada pelo Cempre, a qual informa que na maioria das cidades brasileiras o serviço é ofertado em apenas 10% de seus territórios. No caso de Bragança é possível constatar que o caminhão coletor circula por aproximadamente 80% de seu território urbano.

Figura 7 – Localização dos contêineres e rotas da coleta seletiva em Bragança



A experiência de territorialização da Coomarca através da coleta seletiva na cidade de Bragança evidencia que dois processos simultâneos, ocorridos na primeira década do século XXI, na esfera nacional, geraram resultados positivos na realidade local, quais sejam: a organização dos catadores, enquanto movimento social e a consolidação de um arcabouço jurídico-institucional em prol dessa categoria. O primeiro caracteriza-se como um instrumento de pres-

são política sobre o poder público e empoderou a categoria sobre os seus direitos. O segundo contribuiu com um marco regulatório no qual se define direitos e deveres que regularizam a gestão dos resíduos sólidos e a participação dos catadores neste processo.

A experiência da Cooperativa de Bragança permite concluir que a coleta seletiva com inclusão dos catadores é de fato uma opção, uma alternativa de trabalho, de geração de renda fora dos lixões para essa categoria. Esta e outras experiências devem conduzir as políticas públicas das diversas esferas governamentais, principalmente, se considerarmos que a meta do governo brasileiro para 2014 é extinguir todos os lixões.

Conclusões

Analisando os resultados da pesquisa, percebe-se que o cenário do trabalho dos catadores está em processo de mudança, de troca de territórios. As mudanças analisadas decorrem de fatores internos e externos aos catadores, os primeiros dizem respeito à sua organização enquanto categoria, enquanto movimento social. Os segundos são derivados da adoção de expressiva legislação federal, a qual pretendeu incluir os catadores e suas cooperativas nos planos de gestão dos resíduos sólidos municipais.

Do ponto de vista da territorialização dos catadores nas cidades podemos concluir que a coleta seletiva cumpre esse papel. Os catadores organizados na Coomarca não residem e não trabalham mais no lixão, efetivamente trocaram de territórios e estão inseridos na cidade. Alguns deles residem em casas construídas especificamente para eles, são residências com sala, cozinha, banheiro, dois quartos e dotadas de energia elétrica e abastecimento de água. As casas foram erguidas no mesmo terreno da cooperativa, numa disposição que lembra as vilas operárias do início do século XX.

Outro elemento que permite interpretar a inserção dos catadores na cidade é o convênio, assinado em 2011, entre a Cooperativa e a Prefeitura, o documento apesar de muitas limitações (a principal é não remunerar a cooperativa pela execução do serviço) e omissões (a principal é não ter uma cláusula assegurando sua renovação para os anos seguintes) é uma evidência de que os catadores passam a ser percebidos como atores principais na execução da coleta seletiva, são reconhecidos como profissionais pelo poder público.

A utilização dos PEV também pode ser um indício de inserção dos catadores no território da cidade. Os 50 PEV foram doados por diversos empresários e comerciantes da cidade, isto revela que os catadores além de reconhecidos,

também conseguem estabelecer relações e articulações para a conquista de infraestrutura para desenvolverem seu trabalho.

Entretanto, persiste um problema que os catadores enfrentam, tanto os que ainda vivem nos lixões, quanto os que foram inseridos nas cidades: a renda obtida pelos catadores ainda é baixa, não atinge um salário mínimo.

Os catadores organizados na cooperativa obtêm renda menor que os que continuam no lixão da cidade, tal realidade é parcialmente explicada em razão de que a cooperativa possui um custo em seu processo produtivo, o qual é rateado entre os sócios. Essa situação da renda baixa não se restringe ao município de Bragança, é nacional conforme demonstrado pelo Ipea (2012).

Para equacionar a questão da renda e elevar os ganhos dos catadores é fundamental que os municípios aprovem leis específicas regulamentando a coleta seletiva e o trabalho das cooperativas; desta forma, os catadores passariam a exercer o papel de agentes da limpeza pública local, recebendo remuneração pela prestação do serviço da coleta seletiva, assim sua renda deixaria de ser obtida apenas pela comercialização dos materiais coletados. Realidade já existente em outros municípios do Brasil como apresentado anteriormente.

Referências Bibliográficas

ACIOLI, Edane. Catadores de materiais recicláveis: da rejeição à inclusão social, *in*: *XXVIII Congresso Internacional da ALAS*, 6 a 11 de Setembro de 2011, Ufpe, Recife-PE, 2011, p. 1-21.

BAUMAN, Zygmun. *Vida para o consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Decreto n. 5.940 de 25 de outubro de 2006.

_____. Decreto n. 7.404 de 23 de dezembro de 2010.

_____. *Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem*. Ministério das Cidades, 2008.

_____. Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007.

_____. Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010.

CALDERONI S. Reciclagem no mundo e no Brasil, *in*: GONÇALVES, P. **A** *Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORTE II (2010). *Projeto Cataforte* "Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: Formação para autogestão e assistência técnica".

Relatórios Assistência Técnica. Cáritas Brasileira Norte II – Ministério do Trabalho, Emprego e Renda/Secretaria de Economia Solidária – Fundação Banco do Brasil – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

CEMPRE. Compromisso Empresarial para a Reciclagem. Cempreciclosoft2010. Pesquisa Ciclosoft 2010. Disponível em: <http://cempre.tecnologia.ws/ciclosoft_2010.php>. Acesso: 23 out. de 2012.

DIAS, S. M., OLIVEIRA F. G. Catadores en las políticas públicas. El rol de los Foros *Residuos y Ciudadanía en Brasil*, *in*: SUAREZ, F.; SCHAMBER P., *Recicloscopio II – III*, San Miguel: UNGS, 2010 (mimeo).

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo e Vanitas*: considerações de um observador de resíduos. Niterói: Eduff, 2003.

FIBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

FIORI, A. P.; TABALIPA, N. L. Caracterização e classificação dos resíduos sólidos urbanos do município de Pato Branco – PR. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 4. Curitiba, 2006.

GRIMBERG, E. *Coleta seletiva com inclusão social*: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiências e Desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 49, 2007, 148 p.

HAERBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Comunicados do Ipea, n. 145. *Plano Nacional de Resíduos Sólidos*: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores. Ipea, 2012.

LEFF, Henrique. *Ecologia, Capital e Cultura*: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINS, Roberto Araújo. *Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais*: uma análise das mudanças do aterro sanitário do Aurá em Belém - 1997/2006 (Dissertação de Mestrado). Belém: Naea/Ufpa, 2007.

PEREIRA, G. M. *Diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos urbanos do município de Aparecida*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade de Taubaté-SP, 2008.

RIBEIRO, H. *et al. Coleta seletiva com inclusão social*: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Ed. Annablume, 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização* – do pensamento único à consciência universal. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÕES INFORMAIS: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO LIXÃO DO AURÁ – BELÉM

Roberto Araújo Martins[1]

Resumo

A problemática do lixo urbano pode ser discutida como uma questão de saúde pública, o que exige urgência na solução do problema do gerenciamento e destinação dos resíduos produzidos nas cidades. Mas também pode ser discutida como solução para inclusão social de segmentos apartados do convívio social, através de políticas públicas que garantam condições de trabalho e de renda para esses trabalhadores. Nessa perspectiva, o Poder Público é protagonista na condução de todo o processo. Este trabalho se propõe a analisar as ações do Projeto de Biorremediação do Aterro Sanitário do Aurá, implantado em Belém no período de 1997 a 2006, sob o arcabouço teórico neoinstitucionalista.
Palavras-chave: Lixo Urbano. Políticas Públicas. Neoinstitucionalismo.

Abstract

The problem of urban waste can be discussed as a matter of public health, which requires urgency in solving the problem of the management and disposal of waste generated in cities. But it can also be discussed as a solution to social inclusion of segments apart from society, through public policies that guarantee working conditions and income for these workers. From this perspective, the Government's protagonist driving the whole process. This study aims to analyze the actions of the Project Bioremediation of Landfill

1 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável Naea-Ufpa, licenciado pleno em História – Ufpa e colaborador da Cáritas Norte II em projeto envolvendo Economia Solidária e redes de organização e comercialização de recicláveis na Amazônia. Correio eletrônico: pesquisanasilhas2@yahoo.com.br

Aurá, deployed in Bethlehem during the period from 1997 to 2006, under the neo-institutionalist theoreticalramework.
Keywords: Urban Waste. Public Policy. Neo-institutionalism.

Introdução

A dinâmica urbana das cidades brasileiras, segundo Santos (2005) apresenta uma configuração marcada por alavancagens decorrentes do processo de industrialização (1940-1950) e mais recentemente, pelas transformações societárias no padrão de produção e consumo, diretamente, relacionado às transformações no mundo do trabalho, na sociedade contemporânea. Ainda nesse contexto, é possível indicar o aprofundamento de formas tradicionais de exclusão, tais como o subemprego e o aumento exponencial da informalidade, às quais se agregam novas formas de exclusão relativas a desemprego e à precarização das condições e das relações de trabalho e pelas quais se amplia a rendição de atores políticos potenciais à irrelevância. Advindas dos processos de reestruturação produtiva e de globalização que impõem desafios à gestão urbana.

Um deles se relaciona ao gerenciamento dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, como é o caso de Belém. A problemática do resíduo sólido compõe o serviço de saneamento básico, correspondendo, a um dos maiores dilemas das grandes cidades, apresentando determinações de ordem econômica, política e socioambiental.

Na perspectiva da gestão ambiental urbana, à organização da coleta, ao processamento e ao destino final dos resíduos sólidos das grandes cidades são adicionados o aumento da pobreza e da precarização do trabalho nas metrópoles (Delmont, 2007). Uma das soluções apontadas nos estudos é o reaproveitamento de parte dos resíduos, a reciclagem de outra grande parte e o tratamento da parte não utilizada (Monteiro, 2001). Trabalhos sobre cadeia produtiva do lixo, nas grandes cidades, defendem que há grandes desperdícios de riquezas não aproveitadas nos aterros sanitários e lixões, enfatizando o grande potencial de negócio que a reciclagem representa (Damásio, 2002; Ideias, 2006).

Outros estudos apresentam análises de políticas de governos que buscam organizar uma categoria muito presente nesse contexto que são os catadores de materiais recicláveis, no entanto, ainda pouco investigada (Aquino *et al.*, 2009). Outros discutem a importância da articulação entre políticas de resí-

duos sólidos e a organização social de catadores como estratégia de conciliar dois problemas interligados: o crescente desafio da gestão dos resíduos sólidos e a melhoria das condições de vidas das pessoas que vivem desses resíduos (Jacobi, 2006).

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Naea, da Universidade Federal do Pará e faz uma análise das mudanças no município de Belém, no período de 1997 a 2006, onde a problemática dos resíduos sólidos da cidade foi enfrentada através de uma gestão compartilhada, com inclusão social, centralizada nas famílias dos catadores de lixo, evidenciando os arranjos institucionais que pautaram as mudanças. O recorte deste artigo objetiva identificar os limites impostos à política tanto pelas organizações informais como pela postura das organizações estatais na busca dos objetivos propostos.

O objeto da pesquisa foi o lixão do Aurá, que foi transformado em aterro sanitário a partir de um projeto de biorremediação, que compôs o Projeto de Saneamento Ambiental do Complexo do Aterro Sanitário do Aurá. A intervenção pública no local se deu através do Projeto de Biorremediação do Aterro Sanitário do Aurá, em Belém, que tem como objetivo principal a solução do problema da destinação e tratamento dos resíduos sólidos produzidos em Belém e em outras cidades da Região Metropolitana de Belém (RMB)[2]. O projeto está subdividido em vários subprogramas de intervenção que se estendem desde o tratamento do lixo orgânico até subprogramas governamentais de inclusão social para as comunidades do entorno do lixão. Este trabalho analisa os arranjos institucionais produzidos pela política pública para implantar as mudanças que impactaram nas relações e organização dos catadores em cooperativa.

Algumas questões nortearam a pesquisa: a) como uma política pública que se propõe, ao mesmo tempo, resolver os problemas do destino final dos resíduos sólidos e incluir os catadores de lixo através da conquista da cidadania, não deu certo? b) qual a verdadeira capacidade do poder público em programar e realizar mudanças na política? c) por que os arranjos não foram capazes de aglutinar o Estado, suas organizações e catadores em objetivos comuns? d) as mudanças foram capazes de transformar a realidade?

Com o objetivo de responder às questões propostas, algumas hipóteses foram consideradas: a) os arranjos institucionais que viabilizaram as mudanças foram precedidos de um diagnóstico, que desconsiderou "organizações

2 As cidades de Ananindeua e Marituba também depositam seus resíduos no local.

invisíveis" nas relações entre atores, antes da chegada do poder público. Isso resultou em limitações no processo de organização dos catadores em cooperativa; b) o projeto teve concepção tecnicamente avançada, mas a intervenção foi equivocada, reproduzindo posturas conservadoras das organizações, o que contribuiu para o fracasso da maioria das ações. Os arranjos institucionais não conseguiram provocar mudanças significativas na prática dos atores, principalmente quanto à capacidade de organização em cooperativa, portanto, não houve institucionalização das mudanças e tampouco continuidade do processo pela nova gestão, o que resultou em fracasso da política e retrocesso nas condições sociais e ambientais dos catadores e das comunidades do entorno.

Nesta primeira parte, introdutória, o artigo descreve, de forma sucinta, o recorte objetivo, recorte temporal, contexto, questões norteadoras e hipóteses da pesquisa. Em seguida, especifica-se o marco teórico que norteou a análise dos elementos levantados na pesquisa empírica no sentido de uma nova institucionalidade, da Teoria Econômica, de Douglass North. Na terceita parte, o artigo aborda os procedimentos metodológicos da pesquisa, ancorados em processos da pesquisa qualitativa e de estudo de caso, onde a complexidade que envolve a realidade do aterro sanitário do Aurá exigiu um esforço considerável no sentido da flexibilização das ferramentas metodológicas para coleta de dados.

A análise institucional dos arranjos como ações de mudanças propostas pelo Estado e a intervenção deste no processo de organização dos catadores são tratadas na quarta parte deste trabalho, através da análise do principal arranjo institucional da política: o colegiado, órgão gestor do projeto social, onde os parceiros institucionais realizavam o planejamento e avaliações das ações da política. Nas considerações finais estão as conclusões da pesquisa no sentido da confirmação das hipóteses do trabalho.

O marco teórico neoinstitucionalista de Douglas North

O suporte teórico da pesquisa foi fundamentado pela Teoria Institucional, sobretudo na vertente neoinstitucionalista, com ênfase na obra de Douglass North, como parâmetro de análise dos arranjos institucionais introduzidos na política de resíduos sólidos do município de Belém, no período de 1997 a 2005, assim como, da análise das instituições envolvidas no processo e como elas foram afetadas, identificando possíveis movimentos de resistências aos arranjos introduzidos, tanto a nível interorganizacional como na organização dos catadores.

O marco teórico econômico neoclássico, mesmo em suas produções mais recentes, afirma que as sociedades enfrentam um dilema entre equidade e eficiência. O crescimento, como utilização eficiente de recursos, supõe certa concentração de riqueza via poupança. Essa concentração, na visão neoclássica, sacrifica a igualdade e afirma que as políticas que punem os bem-sucedidos e recompensam os fracassados reduzem o incentivo das pessoas. Porém, considera essa concentração como uma fase rumo ao desenvolvimento e será sucedida por uma fase distributiva, quando o desenvolvimento encontrará seu ritmo. No Brasil, essa assertiva ficou conhecida como "deixar o bolo crescer para dividi-lo". Portanto, o crescimento seria de fundamental importância no combate à pobreza. Nessa perspectiva, Abramovay (2001, p. 168) afirma que: "ninguém nega que o crescimento seja uma condição necessária para combater a pobreza. Mas a indagação inovadora consiste em saber se a vitória sobre a pobreza pode ser um estímulo significativo para o próprio crescimento econômico".

Esta inversão da pergunta faz com que o tema da desigualdade não seja objeto simplesmente de políticas sociais compensatórias, mas se incorpore ao âmago da própria economia. É nessa linha da ciência econômica dos anos 1990 que trabalham Douglass North (prêmio Nobel de 1993), Amartya Sen (prêmio Nobel 1998) e Josep Stiglitz (até recentemente vice-presidente sênior do Banco Mundial e, antes disso, chefe da assessoria econômica de Bill Clinton). Essas três correntes do pensamento econômico contemporâneo contribuem de maneira decisiva para repensar o próprio sentido do desenvolvimento.

Para os objetivos da pesquisa, a opção da discussão recaiu nos aspectos da visão institucionalista do desenvolvimento de Douglass North. A questão do desenvolvimento é tema dos trabalhos de North desde os anos 1970. Em coautoria com Robert Paul Thomas, em 1973, ele formula a pergunta fundamental que norteia o conjunto de sua obra: quais os determinantes básicos deste fenômeno único que é a afluência do mundo ocidental? North afirma que a razão desse desempenho é que "a organização econômica eficiente constitui a chave para o crescimento" e completa: "A organização eficiente implica o estabelecimento de arranjos institucionais e direitos de propriedade que criam um incentivo para canalizar o esforço econômico individual para atividades que aproximam as taxas privadas e sociais de retorno" (North; Thomas, 1973, p. 5).

North coloca no centro da sociabilidade humana as instituições, a organização e as representações mentais e não unidades autônomas, atomizadas, independentes e soberanas como a teoria neoclássica. Isso permite a análise do

desenvolvimento considerando historicamente a matriz institucional das sociedades. Ao dar importância às instituições, North considera o mercado como instituições e não como espaço neutro de trocas. Portanto, o mercado não reflete somente um sistema universal de formação de preços, e sim, construções sociais que refletem o ambiente institucional.

Os conceitos de instituições e organizações para Douglass North

A principal proposição da Nova Economia Institucional (NEI) é que as instituições políticas e econômicas de uma sociedade se formam com diferentes graus de eficiência entre as sociedades para resolver o problema da cooperação entre os agentes. Torna-se importante, portanto, compreender como as fricções, que são resultados da interação humana, podem produzir resultados tão amplamente divergentes.

De acordo com North (1993, p. 46), a razão destas fricções está na existência de incertezas (próprias do meio) e na capacidade limitada dos seres humanos na tomada de decisões, devido à assimetria no acesso às informações. Neste caso, as ideias e ideologias conformam as construções subjetivas que os indivíduos empregam para compreender o mundo, o que, para a teoria neoinstitucionalista, implica na existência dos chamados custos de transação. Os custos de transação estão relacionados com as dificuldades de se garantir a exclusividade e o respeito aos direitos de propriedade dos objetos envolvidos nas transações.

Estes direitos de propriedade são aqueles que os indivíduos se apropriam em função dos frutos decorrentes de seu próprio trabalho e do uso dos bens e direitos que possuem. A apropriação é uma função das normas legais, das formas organizacionais e do cumprimento obrigatório de normas de conduta, enfim do marco institucional. E, "um conjunto de instituições políticas e econômicas que ofereça transações de baixo custo viabiliza a existência de mercados de produtos e fatores necessários ao crescimento econômico" (North, 1998, p. 8). Com relação aos custos de transação, estes podem ser divididos em dois tipos.

Os primeiros são os custos de mensuração, que se relacionam às dificuldades dos agentes em definir claramente o objeto da transação. Os segundos são as dimensões dos custos de propriedade, que por sua vez, referem-se à incerteza que os agentes têm com relação à propriedade do bem a ser trocado, e, portanto relacionam a problemas de legitimidade da transação a ser efetuada. North afirma ainda que

> a redução dos custos de transação (custos estes que diminuem a eficiência econômica), pode ocorrer, seja através do estabelecimento de contratos e distribuição mais eficiente de direitos de propriedades, bem como por meio de tradições de trabalho duro, honestidade e integridade, permitindo o intercâmbio complexo e produtivo (North, 1998, p. 8).

Como o bem-estar de uma sociedade está relacionado com a quantidade e o valor das transações econômicas que são efetuadas, em situações onde os custos de transação são elevados, os agentes econômicos reduzem seu nível de comércio, reduzindo, portanto seu nível de bem-estar. Isto ocorre porque alguns recursos podem ser desviados de finalidades produtivas, sendo empregados para verificar o andamento das transações. Em sociedades fundadas em densas redes de relações, por exemplo, os custos de produção são altos e os custos de transação baixos.

Em grande medida, os custos com a verificação e com a garantia dos direitos de propriedade podem ser reduzidos quando os vínculos entre as pessoas possuírem natureza pessoal. Este tipo de transação personalista (fundada em limitações voluntárias e no ostracismo) em sociedades mais complexas, no entanto, é ineficiente por aumentar os custos das organizações. Isto é, numa sociedade com mercado de capitais desenvolvido e empresas que empatam grandes quantidades de capital fixo, exige formas de intercâmbio cada vez mais impessoais.

Assegurar direitos de propriedade requer, então, organismos políticos e judiciais que efetiva e imparcialmente façam cumprir contratos através do espaço e do tempo (North, 1993, p. 13). Além disto, existem ambientes institucionais altamente personalizados, em termos políticos principalmente, onde as empresas se veem obrigadas a assumir custos adicionais, simplesmente para não serem preteridas por outras concorrentes.

Uma característica muito importante do mundo moderno, entretanto, é a de que os custos de transação aumentam em função da maior complexidade do intercâmbio econômico e que os custos de produção caem devido à tecnologia empregada e ao aumento da escala de produção. Nestas sociedades, as trocas são impessoais, com elevado grau de especialização e divisão do trabalho, demandando uma maior intervenção deliberada na formulação de instituições.

Para a teoria neoinstitucionalista, portanto, diante do quadro de incertezas e elevados custos de transação, existem arranjos que coordenam as ações coletivas e promovem a estabilidade requerida para o intercâmbio humano. Estes arranjos são as chamadas instituições, ou as regras do jogo em uma sociedade, que conformam os incentivos para os agentes e as organizações atuarem dentro dos seus

fins específicos. As instituições consistem de regras formais, limitações informais e os mecanismos efetivos de cumprimento de regras, constituindo-se num arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros.

As instituições devem não somente promover a avaliação dos direitos de propriedade a baixos custos e legislação sobre concordatas, como também oferecer incentivos que estimulem decisões descentralizadas e mercados efetivamente competitivos (North, 1998, p. 11).

Por sua vez, as organizações compõem-se de grupos de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com um determinado fim. As limitações impostas pelo contexto institucional (ao lado de outras restrições normais a qualquer economia) definem o conjunto de oportunidades e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas (North, 1998, p. 11) e diversificam-se conforme sua função, ou seja, firmas, partidos políticos, órgãos governamentais escolas etc. e buscam sobreviver no ambiente institucional competitivo através da especialização do conhecimento do contexto institucional onde atuam.

As organizações não só investem diretamente na aquisição de habilidades e conhecimentos como também canalizam indiretamente, através do processo político, os investimentos públicos para as áreas de especialização onde atuam com maior especialização (North 1998, p. 12). Nesse sentido, para o autor, o elemento cultural é de fundamental importância no desempenho econômico. E a ideologia tem papel central, tanto nas opções políticas como na compreensão das escolhas individuais que norteiam o desenvolvimento econômico e, consequentemente, geram custos e imperfeições nos mercados, influenciando na atuação das organizações em determinado momento histórico. As organizações econômicas ou políticas competem para transformar as instituições da maneira que mais convém aos seus interesses (North, 1998).

O contexto institucional onde atuam as organizações influencia a atuação destas num determinado ambiente. As organizações, por sua vez, também influenciam a evolução das instituições e são atores importantes no processo de mudança institucional (North, 1998).

Procedimentos metodológicos: questões norteadoras, hipóteses, variáveis da pesquisa e análise dos dados

A identificação dos atores afetados pela política foi realizado através da observação direta do pesquisador e de informações documentais nas Secretarias de Urbanismo. A obtenção dos dados pautou-se, principalmente, pela aplica-

ção de questionários para a coleta de dados da pesquisa de todos os agentes. Para os membros da cooperativa, tentou-se aplicar questionários direcionados com o objetivo de identificar a percepção deles em relação às mudanças no aterro sanitário do Aurá. Ocorreram dificuldades em coletar dados através dos questionários, devido aos catadores não aceitarem respondê-los. O receio era a presença frequente da PMB no local, o que inibia a expressão dos catadores por escrito, pois temiam represálias e a exclusão do projeto.

Sugeriu-se então, obter dados, através das reuniões da direção da cooperativa, que eram realizadas com frequência, e em conversas informais gravadas antes da chegada das equipes do projeto, o que foi aceito pelos catadores. Em 2001, existiam 39 sócios fundadores da Coopta, acrescido de mais dois sócios que entraram posteriormente. Houve o falecimento de um sócio, portanto, o número de sócios totalizava 40 pessoas no período da pesquisa. Desse total entrevistou-se 30 catadores em cerca de 20 horas de conversas gravadas. Consultou-se também, 20 atas de reunião da cooperativa com o objetivo de relacionar os encaminhamentos das decisões e a opinião dos catadores expostas nas reuniões.

Os dados sobre a percepção do Poder Público em torno das mudanças foram levantados através de questionários semiestruturados aplicados aos técnicos do projeto social, que responderam a três questionários. Porém, desses três questionários, dois foram excluídos por constarem de respostas com forte teor político partidário, o que não era o objetivo da pesquisa. Os dados gerais sobre o projeto de engenharia foram levantados através de uma visita técnica ao local em 9/10/2005. Nesta visita, o gerente do projeto atendeu ao pesquisador e ao orientador da pesquisa, fornecendo dados sobre o funcionamento geral do projeto.

Quanto à visão sistêmica da política, na visão do Estado, os dados foram obtidos através de um longo questionário enviado a Ivanize Carvalho, ex-diretora geral da Sesan, que forneceu informações sobre as mudanças propostas e as dificuldades enfrentadas pelo Poder Público no planejamento e na execução das mudanças e na atuação do colegiado como principal arranjo institucional no processo de mudança.

As questões levantadas durante as entrevistas abordaram aspectos específicos de cada agente envolvido no processo, a fim de identificar a percepção desses agentes frente às mudanças a que estavam sendo submetidos. As entrevistas gravadas tiveram cerca de uma hora cada uma e foram seguidas de visitas do pesquisador aos locais citados pelos agentes, como é o caso das denúncias contra os balanceiros. Essas visitas foram fundamentais, tanto para o

enriquecimento dos dados empíricos, como para a atuação do poder público como agente com poder de controle sobre os demais.

As entrevistas foram transcritas no aplicativo *word* e analisadas, basicamente, através do confronto das informações obtidas com o referencial teórico proposto. A análise foi feita de acordo com as respostas fornecidas pelos entrevistados com a descrição literal de todos os termos utilizados pelos entrevistados, mesmo que, alguns desses termos, às vezes, não permitam o entendimento imediato por parte do leitor, o que será esclarecido na análise. Os dados foram obtidos no período de maio de 2002 a dezembro de 2004.

A complexidade que envolve a realidade do aterro sanitário do Aurá exigiu um esforço considerável no sentido da flexibilização das ferramentas metodológicas para coleta de dados. Fatores como o receio dos catadores em fornecer informações devido à presença do Poder Público no local, um número significativo de catadores analfabetos, o discurso permeado de partidarismo político por parte de alguns técnicos e a agressividade de catadores por motivos diversos.

Nesse sentido, a escolha de método qualitativo de análise dos dados da pesquisa com o referencial teórico foi necessária, pois possibilitou a compreensão das rotinas e acordos construídos pelos agentes e como eles compreendem a política a partir dessa visão.

A análise dos procedimentos adotados visando as mudanças foi realizada através de testes das hipóteses. Para isso, partindo do referencial teórico sobre os temas da pesquisa, foram manipulados vários documentos tais como: documentos da cooperativa, relatórios dos parceiros institucionais, alguns valores de convênios firmados para a qualificação dos catadores e os dados da pesquisa empírica. Como resultado, algumas variáveis foram consideradas na análise:

a) a capacidade de intervenção estatal: está relacionada à atuação do poder público municipal como agente capaz de aglutinar os demais atores e as organizações estatais, ou seja, como instituição com poder de decisão sobre outras instituições envolvidas; b) atuação das organizações e visão dos atores: aborda a visão dos atores envolvidos na construção da política, suas frustrações e expectativas quanto às mudanças; c) arranjos institucionais e gestão da política: são os elementos que identificam o poder de deliberação do colegiado como principal arranjo das mudanças.

O material resultante dessas fontes diversas foi comparado com as respostas às questões propostas aos vários atores através da pesquisa de campo no sentido de obter a visão dos vários atores quanto aos resultados das ações implantadas. As análises consideraram os dados de forma qualitativa e a interpretação dos mesmos foi feita considerando os cuidados necessários com a

precisão nas análises das evidências, no sentido de afastar, o máximo possível, resultados tendenciosos na pesquisa (Yin, 2001, p. 132).

Análise institucional das mudanças

As mudanças no lixão do Aurá tinham, portanto, como pano de fundo o compromisso político pautado em políticas públicas de inclusão social sob uma nova perspectiva administrativa que tem suas raízes no Brasil nas mudanças ocorridas após o regime militar e no processo de redemocratização do país, que tem seu auge com a Constituição de 1988. Nesse sentido, o processo de redefinição da ação do Estado no Brasil, em particular de sua ação na área social, teve como um de seus marcos iniciais a eleição de governos estaduais de oposição em 1982, embora, como afirma Farah (2001), estes ainda estivessem fortemente condicionados pelo arcabouço institucional do período autoritário.

Ante o exposto, é pertinente considerar que as mudanças ocorridas no lixão do Aurá são reflexos de uma política mais ampla, de um governo que pretendia mudanças significativas na realidade da cidade. Portanto, a presença do poder público, através de suas organizações, tenta implantar políticas públicas com um caráter político-ideológico diferente dos governos anteriores.

Douglass North, ao teorizar sobre instituições políticas, afirma que elas modelam o desempenho econômico, porque definem e implantam as regras econômicas. Portanto, parte fundamental de uma política de desenvolvimento é a criação de instituições políticas que por sua vez criem e façam cumprir os direitos de propriedade eficientemente. Nessa perspectiva, as mudanças no lixão do Aurá têm como elemento estruturante uma nova visão da gestão dos resíduos sólidos, onde o foco das políticas deixa de ser o resíduo como problema e passa a ser a possibilidade de inclusão social dos catadores. Com esse objetivo é que foram realizadas as mudanças.

O caráter intersetorial do projeto envolveu praticamente todas as secretarias municipais no sentido de unificar as ferramentas necessárias no enfrentamento das questões inerentes ao projeto (saúde, educação, transporte, infraestrutura, organização dos catadores etc.). A estruturação da ação conjunta das secretarias necessitava de uma coordenação, já que a prioridade dada ao projeto por parte do governo exigia uma agilidade administrativa que pudesse materializar uma intervenção unificada.

Esse tipo de intervenção não tinha precedente na administração municipal, que estava estruturada de forma burocrática e descentralizada. A Secretaria de Saneamento era exemplo dessa prática, pois atuava de forma autônoma e

isolada com atribuições específicas, e deveria passar por um processo de mudança. Mas, como mudar práticas tão arraigadas que norteiam as ações das organizações estatais?

Análise institucional do colegiado gestor do projeto social do Aurá

O executivo municipal pensado como instituição com capacidade reguladora de papéis, normas e valores e, ainda, com a função de diminuir os custos de transformação e de transação para tornar mais previsível o comportamento dos atores (North, 1993; 1998), chamou para si a responsabilidade da criação do que seria o ambiente institucional[3] para viabilização das ações.

Nesse sentido, o colegiado foi criado com objetivo de garantir a participação de todas as organizações municipais e demais atores na execução de ações que materializassem a política. Portanto, um arranjo institucional importante, pois significava a instância maior da intervenção, reflexo de um novo olhar do Estado para solução das questões sociais, principalmente no que se refere à organização dos catadores. North afirma que "a organização econômica eficiente constitui a chave para o crescimento" e implica em arranjos institucionais e direitos de propriedade que criam um incentivo para canalizar o esforço econômico individual para atividades que aproximam as taxas privadas e sociais de retorno (North; Thomas, 1991, p. 5).

Considerando que mudança organizacional se dá no sentido estrutural formal, na cultura organizacional, nas metas, programas e missões das organizações, portanto mudanças de regras formais e informais, diferente de um arranjo administrativo, a atuação do colegiado foi, ou deveria ser, no sentido de garantir custos de transformação e de transação alternativos aos custos até então praticados pelos agentes.

A entrevistada, a ex-diretora geral da Sesan, Ivanize Carvalho esclareceu várias questões sobre a implantação do colegiado, assim como sua atribuição institucional e, consequentemente, suas limitações de atuação, já que o mesmo não tinha ascendência nas decisões internas das organizações municipais. As decisões tomadas no colegiado eram acatadas pelas secretarias, mas as ações eram setorizadas e executadas conforme as estruturas internas destas.

Na estrutura do colegiado, nas palavras de Ivanize Carvalho, a Sesan e a Funpapa eram as principais referências do projeto, devido ao aporte financeiro

3 Ambiente institucional seria um conjunto de regras políticas, sociais e jurídicas para a produção, troca e distribuição (Williamson, 1996).

sob a responsabilidade dessas organizações. Isso coloca em xeque a equidade dos atores evidenciada no discurso político do executivo.

Uma estrutura criada pelo Estado para garantir a redução da pobreza e risco social através de um novo modelo de custos de transformação e transação no Aurá, sequer tornou-se formal. Tampouco foi capaz de criar um ambiente institucional alternativo àquele construído historicamente pelos agentes no período de ausência estatal, como foi mostrado através da visão dos vários atores envolvidos no projeto.

O colegiado foi implantado através de portarias internas e atas de posse, mas não foi oficializado juridicamente, pois não foi transformado em decreto e enviado ao Legislativo municipal. Esse aspecto é importante porque caracteriza a fragilidade institucional do colegiado, o que contribuiu para sua extinção pela nova administração, apesar das tentativas de manutenção feitas ao novo governo.

O que os dados da pesquisa mostram quando refletem a percepção dos atores que participaram do colegiado é que, apesar de ter sido um órgão que representou um avanço na tentativa de ação conjunta, não conseguiu sair da intencionalidade. A falta de uma regularidade nas respostas às demandas dos atores representados tornou o colegiado uma instância das prioridades do discurso do executivo e não de seus atores. Portanto, essa falta de legitimidade resultou na sua não institucionalização como arranjo institucional na perspectiva de North (1998).

O colegiado como arranjo institucional com a função de viabilizar as ações concretas da política em questão não alcançou seus objetivos mais importantes, que seria viabilizar a inclusão social dos catadores e suas famílias e proporcionar melhores condições de vida a eles, já que foi extinto pela nova administração.

Portanto, não se construiu uma alternativa concreta para todos os catadores diante da possibilidade de cooperação via a economia solidária. Isto não quer dizer que o catador não seja solidário. O que se pode afirmar é que a solidariedade construída com o sucateiro, pautada na fidelidade e ajuda mútua, é, no momento, mais viável para eles que o cooperativismo.

As mudanças não foram legitimadas e institucionalizadas, caracterizando o que Farias Filho (2005) chama de "instituições forjadas". As mudanças foram feitas de forma radical e não foram capazes de subjugar modelos informais construídos historicamente que permaneceram na "memória histórica" dos agentes. As mudanças não foram capazes de transformar as organizações locais, construídas sob regras socioculturais específicas, em organizações empreendedoras, do ponto de vista da economia solidária. Não basta mudar as

regras formais de uma sociedade, porque as regras informais têm papel decisivo em qualquer processo de mudança histórica (North, 1998).

A institucionalização das mudanças exigiria, além da continuidade das ações, a estabilidade das organizações políticas, que depende do conjunto de normas, tradições e costumes que existem no sistema político. Esse comportamento vem da relação que as organizações têm com seu entorno, com a forma como definem suas preferências e como percebem a confiança (March; Olsen, 1984). Nesse sentido, as organizações são influenciadas pelas instituições que delas fazem parte. No caso do Aurá, a institucionalização das mudanças foi inviabilizada por:

a) falta de confiança dos catadores em relação às mudanças;

b) mudanças propostas não proporcionaram mudanças nos valores e crenças, tanto dos catadores como das organizações estatais e;

c) falta de tradição do sistema político em dar continuidade em políticas públicas de governos adversários eleitos.

Considerações finais

Em Belém, em 1997, foi implantada uma experiência de gestão de resíduos sólidos que tinha como objetivo a solução de dois problemas urgentes. Por um lado, resolver o problema da destinação dos resíduos sólidos da cidade e, por outro, a inclusão social dos catadores de lixo excluídos da lógica econômica das relações de trabalho. A experiência teve como parâmetro técnico e pedagógico experiências bem sucedidas em Porto Alegre e Belo Horizonte. Este trabalho teve como objetivo analisar a política implantada, e mostrar que o motivo do fracasso da maioria das ações implantadas foi ocasionado pela não observação, por parte do poder público, de organizações informais construídas historicamente, que acabaram por se tornar obstáculos intransponíveis às mudanças formais.

A pesquisa mostrou que o principal arranjo institucional foi imposto de maneira radical, transformando abruptamente, as relações construídas no local pelos agentes antes da ação pública com objetivo de implantar mudanças que resultassem em uma nova institucionalidade. A nova institucionalidade só seria possível através da destruição das relações informais. Ao desconsiderar essas relações, os arranjos não foram capazes de criar uma nova institucionalidade que garantisse novas perspectivas aos atores sociais envolvidos na coleta e comercialização dos recicláveis. A estruturação do arranjo não foi capaz de transformar a forma de atuação das próprias organizações estatais, o que resul-

tou em intervenções equivocadas e reproduzindo posturas conservadoras na "forma de fazer". Na perspectiva dos catadores, houve inclusive perdas financeiras para quem se envolveu diretamente com a cooperativa.

As organizações informais, ao mesmo tempo em que não tinham condições socioculturais para compreender e aceitar a intervenção estatal, funcionaram como obstáculos às mudanças, procurando permanecer com suas relações informais. Essas instituições informais, ao se fortalecerem, atuaram de maneira contrária às tentativas de construção de uma nova institucionalidade por parte do Estado, ao buscar organizar o sistema socioprodutivo, conforme os resultados da pesquisa já expostos. Os objetivos da pesquisa foram alcançados, já que as hipóteses que nortearam a mesma confirmaram-se. As hipóteses trabalhadas na pesquisa foram:

a) Os arranjos institucionais que viabilizaram as mudanças foram precedidos de um diagnóstico, que desconsiderou "organizações invisíveis" nas relações entre atores, antes da chegada do poder público. Isso resultou em limitações no processo de organização dos catadores. A pesquisa demonstrou que, ao elaborar o projeto, o poder público se deteve somente na situação de exclusão das famílias envolvidas na catação tendo como base um diagnóstico com características meramente quantitativas e na força política de uma proposta de governo que se propunha a fazer mudanças radicais na cidade. Essa postura resultou em ações que, apesar de refletir a vontade política por parte do governo municipal, não foram suficientes para transformar a realidade vivida pelos catadores.

Na verdade, ao desconsiderar os elementos de uma "economia subterrânea" caracterizada pela relação de dependência econômica e social do catador em relação ao sucateiro e baseada nos princípios do "aviamento" como produtor e reprodutor dessa dependência, as mudanças radicais não foram capazes de eliminar a presença do sucateiro e seus atravessadores do local. Isso não foi possível devido à não institucionalização das mudanças e, consequentemente a opção dos catadores pela relação mais direta com o sucateiro.

b) O projeto teve concepção tecnicamente avançada, mas a intervenção foi equivocada, reproduzindo posturas conservadoras que contribuíram para a fragilidade dos arranjos e, consequentemente, para os resultados distantes dos objetivos propostos com a política. O colegiado, como principal arranjo institucional das mudanças formais, não foi capaz de aglutinar as organizações municipais, que são caracterizadas por posturas isoladas, com funções definidas e com divergências profissionais e políticas entre elas, não se adaptaram no esforço de uma ação intersetorial proposta pelo governo municipal.

Apesar da intencionalidade do governo municipal nas mudanças, a cultura organizacional vigente na esfera municipal resultou em incompatibilidade entre instituições informais e ações de mudanças formais. A percepção equivocada do poder público de que as organizações municipais e os outros agentes mudariam suas posturas após a nova estruturação proposta no projeto resultou em prejuízos às ações.

Ao final da gestão petista, o descrédito era generalizado, entre catadores e outros agentes, na capacidade da cooperativa como solução para a organização dos catadores. Muitos catadores qualificados estavam voltando para a catação. Na gestão atual, a degradação é latente e a prefeitura já está sendo denunciada por instituições de direitos humanos por omissão quanto à volta do trabalho infantil no Aurá, como já demonstrado nesta pesquisa. Portanto, o colegiado não se tornou uma instituição consolidada, reconhecida e legitimada pelos vários agentes do processo. O que a pesquisa apurou é que as experiências bem sucedidas de gerenciamento de resíduos sólidos com inclusão social estão pautadas numa forte presença do Estado, inclusive no monopólio do assessoramento dos catadores aos mecanismos de mercado. Ao abrir mão desse monopólio, na verdade, o poder público deixa os catadores numa situação inferior frente aos sucateiros e outros atores envolvidos na cadeia de comercialização.

Essa inferioridade aprofunda a dependência e elimina a possibilidade de melhora nas condições de vida dos catadores, já que estes não têm como concorrer num mercado bastante disputado. Na verdade, o que a pesquisa levantou nas respostas dos vários atores envolvidos foi que o poder público não fez os investimentos necessários para garantir o fluxo de entrada e saída de material e em outros setores que poderiam garantir a autogestão por parte dos catadores do material reciclável.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Razões e ficções do desenvolvimento, *in:* ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Desenvolvimento e instituições*: a importância da explicação histórica. São Paulo: Unesp; Edusp, 2001, p. 165-177.

AQUINO, I. F. de; CASTILHO JUNIOR, A. B.; PIRES, T. S. de L. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor. *Gestão e Produção*, v. 16, n. 1, p. 15-24, jan.-mar./2009.

DAMÁSIO, João *et al. Cadeia produtiva da reciclagem e da reciclagem e organização de redes de cooperativa de catadores*. Relatório de Pesquisa. Fapesb/Ufba, 2002.

DELMONT, Luís Gustavo. *Análise dos impactos econômicos oriundos da reciclagem de resíduos sólidos urbanos para a economia brasileira no ano de 2004*: uma abordagem insumo-produto. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Ufba, 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. *Organizações burocráticas e instituições forjadas*: as mudanças no poder executivo do estado do Pará (1995-2005). 2005. 244f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

JACOBI, P. (org.). *Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil*: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

MARCH, J.; OLSEN, J. The new institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, Los Angeles, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984.

MARTINS, Roberto Araújo. *Inclusão social através de políticas públicas*: uma avaliação do cooperativismo no aterro sanitário do Aurá – 1997 a 2004. Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. *Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais*: uma análise das mudanças do aterro sanitário do Aurá em Belém (1997/2006). Dissertação de Mestrado, 2007.

MONTEIRO, J. H. P. *et al. Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos*. Rio de Janeiro: Ibam, 2001.

NORTH, Douglass C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998. (Série Ensaios & Artigos)

_____. No solo de macroeconomia vive el hombre. *Estrategia Económica y Financeira*, n. 30, jun. 1996.

_____. Que queremos decir cuando hablamos de racionalidad? *Estudios Públicos*, Santiago, n. 53, p. 5-11, verão 1994.

_____. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Tradução de Gustán Bárcena. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

_____. *Desempeño en el transcurso de los anos*. Conferência em Estocolmo, Suécia, 19 dez. 1993b. Disponível em: <www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>. Acesso: 18 abr. 2007.

NORTH, Douglass C.; Robert Paul Thomas. *El nacimento del mundo occidental*. Uma nueva história econômica (900-1700). Tradução de Javier Faci Lacasta. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WILLIAMSON, Oliver E. *The mechanisms of governance*. New York: Oxford University Press, 1996. Cap. 9 e 13.

YIN, Robert K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NOTA DE PESQUISA

PLANTAS MEDICINAIS, ERVAS AROMÁTICAS E PRODUTOS PARA USOS IMATERIAIS NA FEIRA DA 25, EM BELÉM DO PARÁ

Elielson Soares Farias[1]
Gutemberg Armando Diniz Guerra[2]

Resumo

Em tempos em que o termo "biodiversidade" parece pular do seu lugar para encontrar-se com outros mundos pouco conhecidos, o tradicional ganha contornos que sugerem uma releitura das experiências e práticas das "populações tradicionais", particularmente com plantas e animais, como elo de ligação entre o natural, o cultural e o simbólico, revelando o valor e o sentido de outro termo importante, a conservação. Este texto tem como objetivo apresentar dados de observações feitas na Feira da Rua 25 de Setembro, em Belém do Pará e das relações sociais que envolvem o comércio das plantas, ervas e óleos medicinais. É resultado de entrevistas feitas intercaladas por atendimento aos clientes pelos feirantes informantes desta pesquisa. Os eleitos para este procedimento foram os proprietários das barracas de comercialização de plantas ornamentais, ervas medicinais e óleos para banhos, massagens e defumações. Relata como sugiram as barracas e parte da história dos seus proprietários. Descreve e analisa os espaços de sociabilidade da Feira da 25 de Setembro.
Palavras-chave: Magia. Biodiversidade. Saberes Locais. Amazônia. Mercados.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: elielsonfarias@yahoo.com.br

2 Professor Associado do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: gguerra@ufpa.br

Abstract

At times when the term "biodiversity" seems to jump from its place to meet other unknown worlds, the traditional gets contours that suggest a reinterpretation of experiences and practices of "traditional peoples", particularly with plants and animals, connecting the natural, the cultural, and the symbolic, showing the value and meaning of another important term: closure. This text aims to present data from observations made at the 25 Street Market, in Belem, Pará, Brazil; and social relations involving the trading of medicine plants, herbs and oils. It is the result of interviews interchanged with customer service by informant merchants of this research. Those elected for this procedure were the owners of tents marketing ornamental plants, medicine herbs and oils for bathing, massage and fumigation. It reports how the tents began operating and the history of their owners. It describes and analyzes the spaces of sociability at the 25 Street Market.
Keywords: Magic. Biodiversity. Local Knowledge. Amazon. Markets.

Introdução

Data do século XIX e início do XX a presença da "medicina dita como popular, praticada pelos curadores e herbários (que curavam doenças com uso de ervas e plantas medicinais), pelos feiticeiros, rezadores, benzedores e parteiras e era a terapêutica mais usada pela população nas suas enfermidades cotidianas" (Rodrigues, 2008). Este dado revela dois aspectos interessantes sobre o tema: o primeiro é que até início do século XX a medicina no Brasil era predominantemente praticada pelos curandeiros, que misturavam suas experiências práticas a saberes dos africanos, índios e dos jesuítas; o segundo são as primeiras tentativas de hegemonizar as práticas da medicina, a partir da desqualificação das práticas dos curandeiros e parteiras, com a introdução de métodos técnico-científicos, quando o termo "ciência" começava a entrar no vocabulário dos brasileiros (Nava, 2003, *apud* Rodrigues, 2008).

No estado do Pará este processo foi lento e os próprios defensores da medicina sentiram-se decepcionados quando, ao propagandear os sucessos das novas práticas médicas, baseados em conhecimentos do Novo Mundo, não viram mudanças nos comportamentos dos belenenses. Estes continuavam a buscar as curas com os curandeiros e a parir seus filhos pelas mãos das parteiras, que foram chamadas, preconceituosamente, de "perigosas mulheres". O professor

Faustino, protagonista destas práticas, depois de passar pelo Sudeste e Nordeste do Brasil, aportou em Belém no final de 1904 e curava com a imposição das mãos sobre as enfermidades e realizava curas que os médicos não conseguiam realizar. Teria feito muito sucesso e atendia a um público diverso: políticos, autoridades policiais, senhoras ricas da sociedade, inclusive o próprio governador do estado, Augusto Montenegro, teriam sido por ele atendidos (Rodrigues, 2008).

Um jornal de ampla circulação no estado do Pará apresenta a importância do uso de plantas medicinais em manchete: "Ervas populares: arma contra o diabete" (*Diário do Pará*, 2012), demonstrando que o debate continua atual e que as querelas do século passado continuam presentes no cotidiano dos 80 barraqueiros que trabalham com vários tipos de ervas e chás medicinais em Belém. O conflito entre a validade dos métodos de cura e, particularmente, a medicina tradicional e moderna, mexem com o imaginário e opinião de muita gente. Nesta matéria, o endocrinologista Francisco Pedrosa, afirma que "não existe nenhum estudo médico demonstrando definitivamente a ação eficaz dos flavonoides no controle do diabetes". Dona Beth Cheirosinha, erveira, afirma que a pesquisa apenas concretizou algo que já fazia parte da sabedoria popular paraense desde os tempos de sua avó (*Diário*, 2012).

A questão central é que as práticas da medicina tradicional ainda ocupam seu espaço não só nas prateleiras das barracas das ervas, mas na memória e nas práticas de cura dos paraenses, sejam materiais ou imateriais. Um destes espaços comerciais está localizado na Rua 25 de Setembro, nas imediações da Estação Rodoviária de Belém. É conhecido pela população local por nela existir uma grande variedade de produtos hortifrutigranjeiros, em particular as farinhas. Para efeito deste texto, foi feito investimento para conhecer a ocorrência de produtos estéticos, medicinais e de uso religioso naquele espaço. Este conteúdo articula-se com o Projeto do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia – BioSE, liderado pelo professor Flávio Bezerra Barros, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Verificou-se que na Feira da 25, como é conhecido este entreposto comercial, existem duas barracas que comercializam plantas medicinais, ervas aromáticas e produtos utilizados para magia, feitiçaria, simpatias, sortilégios e mandingas. Este espaço revela que estas práticas são importantes para uma parcela significativa da sociedade belenense, do Pará e da Amazônia, em que pese a hegemonia das práticas da medicina. Elaborado como exercício acadêmico, esta nota de pesquisa apresenta percepções da relação entre comerciantes e clientes, que têm em comum a crença e a sabedoria no manejo das plantas, ervas e óleos.

O que move o comércio

Em primeira visita foi possível identificar duas barracas[3] que se identificam pela comercialização de plantas, ervas e óleos medicinais. Este tipo de estabelecimento oferece outros produtos, como a castanha-do-Pará (Bertholletia excelsa, H. e B.K.) *in natura*, condimentos e produtos industrializados em Belém, nas regiões metropolitana e vizinhas ou nos Estados da região Norte, como o Maranhão.

As barracas pertencem, uma a dona Nívea e a outra ao Sr. Celso. Em que pese as duas estarem caracterizadas como "barracas das ervas", nelas se comercializam mais que isso. Na da dona Nívea, por exemplo, comercializa-se vassoura de cipó; castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa,* H. e B.K.); cominho (*Cuminum cyminum,* L) e pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, L), óleos, banho de cheiro e outras variedades. A do Sr. Celso concentra-se nos banhos, sabonetes e uma grande variedade de medicamentos caseiros sintetizados, como os xaropes e os anti-inflamatórios.

Foi possível identificar várias espécies de plantas, óleos e ervas e para qual tipo de doença são indicadas. Embora as duas barracas comercializem quase os mesmos produtos, dona Nívea se destaca por demonstrar ter um cabedal de conhecimentos sobre seu manejo. Sua considerada habilidade com as receitas, maneiras variadas de manuseio das plantas e óleos e as fórmulas de preparo, ilustram o domínio de práticas que envolvem os ministérios das plantas medicinais e suas aplicabilidades e, com isso, dialoga e transmite segurança aos seus clientes.

Na segunda barraca, o Sr. Celso, em que pese ter mais de 20 anos de trabalho na feira com este tipo de comércio, não demonstrou, pelo menos durante esta visita, práticas com as plantas, ervas e óleos *"in natura"*, embora seu estabelecimento seja mais sortido com produtos sintetizados pelos laboratórios locais, regional e de outros estados. Isto não quer dizer que os produtos sintetizados tenham menor importância e um comércio desprezível, o que merece maior investimento em pesquisa.

A relação vendedor/cliente, neste tipo de mercado é um tema para ser aprofundado, pois pode revelar outros domínios de conhecimentos que não sejam os repassados na escola formal, mas calcados em vivências em áreas tradicionais, passados de geração a geração. Dona Nívea, por exemplo, é a segunda geração neste comércio e já encaminha a terceira, pois sua filha de 15 anos já coopera com o negócio da família.

Abaixo segue uma tabela que revela a variedade e o domínio dos conhecimentos sobre o manejo de ervas, óleos e banhos. A tabela pode indicar o quan-

3 Barraca é o termo usado para caracterizar pequenos espaços de concreto, ou madeira e às vezes combinando madeira e alvenaria, onde se expõem e se armazenam produtos que são comercializados todos os dias da semana nas feiras públicas.

to este tipo de conhecimento tem validade e sugere que esta é somente uma das parcelas dos variados conhecimentos existentes e disponibilizados por este tipo de comerciante.

Tabela 1 – Plantas mais encontradas na feira e tratamentos indicados

Plantas	Doenças/sintomas
Pião – branco (Jatropha curcas L.), manjericão (Ocimum basilicum L.), laranja-da-terra (Citrus, spp), alfavacão (Ocimum gratissimum L.)	Tosse, bronquite e resfriado
Pariri (Arrabidae chica H&B Verlot), sucuuba (Himatanthus sucuuba, Spruce) e marupazinho (Eleutherine plicata Herb)	Afecções Renais
Mastruz (Chenopodium ambrosioides L), andiroba (Carapa guianensis Aubl.), cabacinha (Luffa operculata Cogn) e gengibre (Zingiber officinale Roscoe)	Fratura, reumatismo e baque
Pirarucu (Arapaima gigas) e vassourinha (Scoparia L.)	Afecções da pele, erisipela
Pau de verônica (Veronica officinalis L.), Amapá (Parahancornia amapa (Poir.) Benoist), pinhão roxo (Jatropha curcas L.)	Usos mágicos e fortificantes
Alfavacão (Ocimum gratissimum L.), limãozinho (Citrus limonum (Risso), pião-branco (Jatropha curcas L.) e arruda (Ruta graveolens L.)	Dores de cabeça
Cabacinha (Luffa operculata Cogn), sucuuba (Himatanthus sucuuba, Spruce), sucurijú (Eunectes murinus)	Afecções hepáticas
Andiroba (Carapa guianensis Aubl.) e copaíba (Copaifera sp)	Afecções da garganta
Mastruz (Chenopodium ambrosioides L), e Arruda (Ruta graveolens L.)	Verminoses
Sabugueiro (Sambucus nigra L.,), milho (Zea mays L.)	Doenças infecciosas em crianças (sarampo, papeira, catapora)
Trevo-roxo (Oxalis atropurpurea Regnellii)	Afecções nos ouvidos
Vassourinha (Scoparia L.)	Circulação do sangue
Erva cidreira (Melissa officinalis L.)	Calmante

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Gênero e geração

Dona Nívea é a segunda geração de vendedores em seu estabelecimento comercial e tem a barraca como a principal fonte de renda da família. Trabalha no ramo há mais de 20 anos e seu pai foi um dos pioneiros da feira, quando ela, ainda criança, o ajudava na comercialização. Este dado revela que aprendeu e herdou do seu pai grande parte do que sabe sobre plantas, ervas e óleos medicinais.

Sua filha de 15 anos participa no manuseio e no comércio das ervas e demonstra-se interessada no aprendizado destas práticas, o que indica que os conhecimentos herdados estão sendo transmitidos para a próxima geração. A considerar este fato, uma terceira geração com domínio das práticas comerciais está sendo preparada para continuar este tipo de atividade, mantendo-se na mesma família.

O Sr. Edilson, companheiro da dona Nívea, no que se refere ao comércio de ervas medicinais, aromáticas e mágicas, tem suas atribuições bem definidas neste universo. Apesar de estar há mais de 20 anos com dona Nívea, confessa não dominar as práticas, nem os conhecimentos tradicionais que envolvem o uso e manuseio das plantas. Toda e qualquer receita demandada é repassada para dona Nívea. O Sr. Edilson trabalha na organização, montagem e desmontagem da barraca, além de transformar alguns produtos, como a castanha-do-pará: é ele quem assume a tarefa de descascar, fazer a propaganda e comercializar as mesmas.

A irmã do Sr. Edilson também trabalha nesta barraca descascando castanha-do-pará, executando outras atividades de transformação dos produtos e organização na barraca.

Não foi possível ouvir a filha da dona Nívea, para saber suas expectativas para o futuro e se está disposta a continuar trabalhando com o "negócio" da família na feira. Porém, o fato de estar presente pode indicar uma afinidade pelo comercio na feira. É necessário investir em outras observações para entender como se dá o processo de reprodução e transferência deste tipo de conhecimento e patrimônio aos membros da família.

Na barraca do Sr. Celso não foi possível identificar nenhuma relação com outras pessoas, pois trabalha sozinho. Quando foi perguntado sobre o assunto, declarou que toda renda familiar advém do comércio que realiza na feira.

Perguntado sobre o que mais as pessoas têm procurado em sua barraca, ele prontamente contou a estória do banho do tamacuaré (*Uranoscodon superciliosus*). Espécie de lagarto, vendido desidratado, é muito procurado pelas mulhe-

res que querem deixar seus homens "mansos", "bestas", "matutos". Os homens, em contrapartida, procuram pelo conhaque do "catuabão", segundo o comerciante, um afrodisíaco poderoso que promete recuperar a mulher perdida para o amante ("Ricardão").

Este tipo de assunto aliado a estas estórias ilustram o lado hilário e brincalhão dos feirantes da Feira da 25 de Setembro, que começam a trabalhar antes do sol e só largam quando ele também já se escondeu.

Origem dos Produtos

A preocupação com a origem dos produtos tem servido como referência de qualidade para os consumidores, principalmente no que a distância implica de tempo entre a colheita e a chegada do produto na feira. Este é um dado que encontra barreiras no fornecimento, principalmente para produtos que estão sujeitos à fiscalização oficial. Quando perguntados sobre a origem dos produtos a resposta ficou confusa e dispersa, indicando que este tem sido um elemento pouco claro na relação entre as partes. Pode indicar uma indefinição, ou a variedade de fornecedores tão grande quanto a variedade dos produtos. Nas respostas dos fornecedores houve referência aos municípios de São Miguel do Guamá, Moju, Abaetetuba, Benevides para produtos como os óleos; o bairro de Curuçambá, em Belém, foi citado para as ervas que são consumidas no dia a dia. Benfica, nas imediações da capital paraense, aparece na relação como localidade onde existem hortas de produção de ervas medicinais e aromáticas.

Estudo realizado no universo de 178 plantas encontradas nas feiras indica que 67% são originárias da região Amazônica e os nomes, 42% tem origem no tupi (Amorozo, 1988). Isto mostra que, em que pese a variedade das localidades, sua grande maioria está localizada na Amazônia, o que dá uma dianteira à região para pensar políticas públicas que possam dialogar com os caboclos e populações que estão mais próximas das fontes fornecedoras destes recursos naturais.

Clientes Preferenciais das Ervas

Em poucas horas de um movimento intenso de comercialização de produtos, foi possível observar o público que frequenta a barraca da dona Nívea. Identificou-se visualmente um público que já passou dos 50 anos de vida e principalmente composto de mulheres. Foi possível verificar que a relação comerciantes/clientes guarda diferenças das observadas em supermercados e *hipercenters*. Pelo fato da relação ser direta, clientes e fornecedores se conhe-

cem. Permitem-se, muitas vezes fortes apelos de intimidade entre um e outro. Talvez pela peculiaridade deste tipo de negócio, esta relação exige confiança no outro e certa cumplicidade. Os clientes parecem ter plena confiança no seu fornecedor e seguir suas recomendações.

Mesmo com as limitações de uma única visita, foi possível observar que o comércio das ervas medicinais atende as várias camadas sociais. Pessoas bem vestidas, com chaves do carro na mão, procuram dona Nívea para orientações e consumo de produtos medicinais. Pessoas de aparência mais humilde fazem parte deste mesmo universo, o que permite concluir que este é um comércio que vai além das ervas, vendendo bens imateriais que se articulam a produtos que atendem a diversificados interesses.

Considerações finais

Em que pese o exposto acima ser o resultado de observações diretas realizadas no contato com os comerciantes e seus clientes, este tipo de trabalho carece de aprofundamento. No estudo realizado por Amorozo & Gely há uma indicação da possibilidade de maior elaboração, com vista a promover política de saúde ajustada a este tipo de percepção e reação de uso de plantas na cura de enfermidades.

Este aprofundamento pode avaliar o poder simbólico que tem o uso de determinadas plantas, frente a situações que os remédios convencionais não conseguem reagir. Além da pajelança que existe por traz do uso de vários tipos de produtos como o olho do boto, que o homem usa para atrair as mulheres e os banhos de cheiro que as mulheres usam para atrair os homens.

Referências

AMOROZO, Maria Christina de Mello & GELY, Anne. *Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazônia*. Barcarena, Pará, Brasil. Bol. Mus. Pará. Emilio Goeldi, Sér. Bot. 4 (1), 1988.

DIÁRIO DO PARÁ, A17, de 26 de novembro de 2012.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889-1919). 2008. Dissertação (Mestrado)– Ufpa, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém-Pará, 2008.

ROQUE, A. A.; ROCHA, R. M.; LOIOLA, M. I. B. Uso e diversidade de plantas medicinais da Caatinga na comunidade rural de Laginhas, município de Caicó, Rio Grande do Norte (Nordeste do Brasil). Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu, v. 12, n. 1, 2010, p. 31-42.

Figura 1 – Placa colada na barraca da dona Nívea

Foto Elielson Soares Farias, 2012.

Figura 2 – Plantas já sintetizadas ou desidratadas prontas para o preparo e uso

Foto: Elielson Soares Farias, 2012.

Figura 3 – Variedades de produtos na barraca da dona Nívea

Foto Elielson Soares Farias, 2012.

Figura 4 – Dona Nívea em frente sua barraca

Foto Elielson Soares Farias, 2012.

Figura 5 – Sr. Celso em frente sua barraca

Foto Elielson Soares Farias, 2012.

Figura 6 – Produto afrodisíaco

Foto Elielson Soares Farias, 2012.

RESENHA

Por Armando Lírio de Souza[1] e Everson Luan Monteiro Castro do Carmo[2]

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento*: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

O livro de Carlos Antonio Brandão, *Território e Desenvolvimento*, é referência das primeiras reflexões do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão Territorial na Amazônia Oriental que está sendo organizado no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Trata-se de um grupo de pesquisa de caráter multidisciplinar, contudo, centrado na problemática do desenvolvimento, com ênfase no estudo sobre a mobilidade do trabalho e a mobilidade do capital e suas repercussões, em termos de desterritorialização, particularmente no Território da Cidadania do Baixo Tocantins no estado do Pará. A obra de Brandão (2007) é resultante de vários anos de estudos sobre dois temas: desenvolvimento econômico e questão regional e urbana. O objetivo é aproximar essas duas temáticas do campo da economia política do desenvolvimento. O destaque é a valorização da dimensão territorial, articulada com a dimensão do desenvolvimento econômico. O autor parte de uma argumentação da existência de forças endógenas, exógenas e hierárquias, as quais ganham uma nova significação a cada momento histórico particular, tendo em mente que, enfrentar essas forças envolve uma visão sólida sobre a produção social do espaço, classes sociais, conflitos, decisões e poder. Isso requer reflexões mais concretas sobre desenvolvimento e território, em contraposição a uma noção de "desmaterialização" ou "fenomênica" dessas duas categorias. Em termos gerais, as bases dessa formulação são apontadas, a partir de quatro conceitos essenciais: homogeneização, integração, polarização e hegemonia. Segundo Brandão (2007), esses conceitos permitem analisar as estruturas e dinâmicas sociais, historicamente determinadas, em sua dimensão espacial, visto que, a expansão e apropriação territorial, a extensão e o controle

1 Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (Facecon/Icsa/Ufpa), doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/PGDR), com experiência na elaboração e coordenação de vários projetos no âmbito da temática do cooperativismo e agricultura familiar e líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Gestão Territorial na Amazônia Oriental.

2 Graduando em Economia pela Facecon-Ufpa e bolsista de iniciação científica do Pibic-Ufpa.

da propriedade foram funcionais às equações políticas e econômicas que se estruturam no país, redefinindo a política de desenvolvimento a uma escala nacional. Por fim, o autor propõe uma perspectiva orientada para a construção de estratégias democráticas de desenvolvimento. No primeiro capítulo, ele problematiza a temática do desenvolvimento, particularmente a forte influência de um localismo exacerbado, normalmente desconectado das decisões sobre os instrumentos de política macroeconômica. Isso reduziu a noção de política de desenvolvimento regional e urbana a formatos institucionais, na maioria das vezes, orientado pelas agências multilaterais, por meio de recomendações, já tradicionais, mas apresentadas como instrumentos de modernização institucional pautadas na parceria "público-privado", poder de "governança" das organizações cooperativas e associativistas, proliferação de agências e comitês. Segundo o autor, há uma propaganda sobre possíveis vantagens comparativas, portanto, de competitividade e eficiência. Isso seria capaz de inserir a dinâmica local na modernidade, tendo em mente que o espaço local passa por um novo padrão de desenvolvimento. Afinal, qual é este padrão de desenvolvimento? Quais as condicionantes que determinariam um sentido de desenvolvimento que não estivessem vinculados à produção capitalista do espaço? Em certo sentido, essa posição localista abstrai os conflitos e fortalece uma visão institucionalista, baseada em práticas comunitárias e de reciprocidade. Dessa maneira, ignora os movimentos de resistência ou contra movimentos de resistências que buscam a emancipação das condições de exploração do trabalho. Segundo o autor, o pensamento único localista defende a visão de que haveria um processo de aprendizagem e de aquisições diferenciais em acúmulo coletivo, isso proporcionaria vantagens pela proximidade física e pelo exercício de criatividade, de geração e apropriação de "sinergias coletivas". Por exemplo, no caso da ação pública, esta deveria promover externalidades positivas, desobstruindo entraves microeconômicos e institucionais, atuando sobre as falhas do mercado. Isso requer pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisitos de um verdadeiro processo de desenvolvimento nacional. No entanto, segundo o autor, há desafios de várias ordens, principalmente aqueles relacionados às transformações recentes no novo padrão de desenvolvimento capitalista, tendo em mente, que é preciso tentar responder às intrigantes questões, qual o papel que desempenham, nesse novo contexto, o local, a região, o espaço nacional? Assim argumenta Brandão (2007): o certo é que o sistema capitalista aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive com capacidade de manejar de maneira mais ágil a utilização do espaço construído, tendo em vista, a maneira de atração do capital. Haveria um dua-

lismo: primeiro, haveria estruturas em redes centradas em grandes empresas transnacionais ou em tecidos localizados de pequenas empresas. No segundo caso, o ambiente fragmentado seria reforçado por uma lógica autônoma, com a crença na força de potencial endógeno de enfrentamento às forças da globalização, ou seja, bastaria cumprir a agenda das agências multilaterais para obter vantagens competitivas. No segundo capítulo, o autor fala sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, onde ele explica o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista, partindo-se de abordagens locacionais, baseadas no individualismo metodológico e nas escolhas racionais e maximizadoras, pois as regiões são conhecidas como meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno, o espaço é plenamente identificado à distância, ou seja, são meros recipientes. Há uma despolitização do território. Contudo, deve-se atribuir ao território um papel ativo, multidimensional, enquanto construção social. Nesse sentido, deve-se partir da análise das relações entre processos sociais e forma espacial. Assim, o autor dá ênfase às lutas que se travam entre capital e trabalho, no entanto, relata que foram feitas tentativas acerca de formulações abstratas dos fenômenos regionais e urbanos, porém em sua avaliação não houve um aprofundamento em seus elementos teóricos. Dessa maneira, propõe que é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica. A proposta é dar destaque à divisão social do trabalho, visto que esta deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento. Todavia, o autor relata que o desenvolvimento capitalista é marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias, levando-se em consideração uma perspectiva crítica que a dimensão espacial dos processos econômicos e sociais assume, tendo em vista, que o autor em seu texto relata que esse processo não delimita "regiões", mas, sobretudo, "desfaz" fronteiras territoriais. Valendo-se disso, ele cita alguns conceitos que precisam ser atualizados como: homogeneização; polarização; integração; hegemonia. Estes conceitos foram concebidos e utilizados em realidades bastante diversas da apresentada pelo novo momento de mundialização do capital. Em síntese, cada um deles possui um significado contemporâneo: o processo de homogeneização busca a valorização unificada e a universalização da mercadoria; o processo de integração é descrito como um processo contínuo e de difícil reversão, dessa forma, ela recondiciona as economias aderentes, como os mercados regionais que passam a ser expostos à pluralidade das formas superiores de capitais forâneos; a polarização nos dá ideia de hierarquia como

medida de processo de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço; hegemonia é concebida como direção e domínio e, portanto, como conquista, através da persuasão, do consenso, mas também como força para reprimir as classes adversárias. No terceiro capítulo, o autor discute sobre a integração do mercado nacional e a construção social de uma "economia urbana complexa", entretanto a construção dessa sociedade se valeu, primeiramente, da constituição de uma economia exportadora capitalista. O autor relata que a pecuária desempenhou um papel fundamental na extensividade e pulverização da acumulação de capitais mercantis interiorizados, na cristalização e preservação de grandes latifúndios, na ocupação dos sertões e na fixação de contingentes populacionais marginalizados. Nesse momento, Brandão (2007) passa a tratar da diferença entre o campo e a cidade tendo como síntese, grandes unidades produtoras (agrícolas, mineradoras e extrativistas), rígida ordem escravocrata e senhorial, altíssima concentração de renda, riqueza e poder, orientação para o exterior, são características "monótonas" dos três primeiros séculos da economia colonial, que muito pouco se transformou com a criação de um Estado nacional. Nesse contexto de incipiente divisão social do trabalho e de não oposição dialética entre campo e cidade, o "caudilhismo" local prevaleceu, embotando as possibilidades de constituição de uma sociedade menos autoritária, que legou como herança formas atrasadas (que se perenizam) de convivência social. Ao analisar a dinâmica urbano-regional até 1929 no Brasil, é relatado no livro, que São Paulo com a economia cafeeira, possuía a mais consistente economia da época, onde o autor também faz menção a outras economias no território brasileiro. Ele cita a economia vivida na Amazônia, com a expansão da extração da borracha, baseada na economia de aviamento, que gerou ponderável excedente, sobretudo entre 1890 e 1920, mas teve dificuldades de retê-lo, e assim diferenciar sua economia, constituindo um complexo sólido. Portanto, na Amazônia, o capital comercial atravessador dos inúmeros produtores independentes se pulverizou em aplicações que não se dirigiam para sua metamorfose em capital produtivo, enquanto que, em São Paulo foi criado um novo modelo de "urbano" no estado e no país, e com isso, empurrando-o para um processo de urbanização com mudanças significativas no setor de transportes e energia. O país passou por um processo de alterações, e São Paulo é considerado o centro do comércio e crescimento. Todavia, em um contexto de modernização conservadora e de taxas milagrosas de crescimento, embora com alta concentração geográfica no Centro-sul, pode-se proceder a uma exitosa "fuga para frente", sancionando interesses representativos do atraso estrutural, a partir do alargamento e da integração de um

mercado interno complexo, típico de um país de dimensões continentais, agora sob o domínio do capital industrial. Um pouco depois, ocorre um processo de desconcentração industrial, em direção ao interior desse polo dinâmico-concentrador. Um exemplo é a região de Campinas que se transforma em um grande polo industrial no território paulista. Tendo em vista essas condições, diversas dimensões e dinâmicas favoreceram esse processo de interiorização da economia paulista: a expansão da pecuária; os impactos do Proálcool; as políticas estaduais de descentralização e as ações locais; o avanço de sua economia urbana; o porte e a densidade de seu mercado consumidor e de trabalho. Contudo, no quarto capítulo, o autor destaca a crise estrutural do Estado nacional brasileiro, a qual considera uma "crise de civilização", porque "(...) construímos talvez a mais veloz máquina capitalista de crescimento e constituímos a mais desigual estrutura social, e, provavelmente, a mais eficiente máquina de exclusão social do planeta" (Brandão, 2007, p. 148). A proposição de reforma do Estado, difundida ao longo dos oito anos de governo do FHC, ao invés de promover desenvolvimento, provoca o aprofundamento das desigualdades inter-regionais. Agora o desafio seria romper com a trajetória de configuração de "(...) uma verdadeira massa de não cidadãos, e uma pequena minoria privilegiada que goza de direitos civis e garantias sociais plenos" (Brandão, 2007, p. 180). Portanto, o debate economicista não é suficiente. "Deve-se, sim, partir das alternativas concretas de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática e redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado, reconstruindo politicamente novas escalas para as políticas de desenvolvimento, sobretudo a nacional" (Brandão, 2007, p. 182). No quinto capítulo, o autor disserta sobre a construção de uma escala nacional, se utilizando de definições como taxas de câmbio, taxa de juros, salários e a questão fiscal, tendo em vista, uma construção da escala nacional com o objetivo de buscar neutralizar as determinações destrutivas e predatórias da mercantilização, levando-se em consideração que se necessita de estudos de políticas macroeconômicas sobre diferentes espaços urbanos, como exemplo de uma passagem de uma macroeconomia do emprego e da renda para uma macroeconomia da riqueza patrimonial e financeira das economias urbanas complexas. Segundo o autor, houve uma interiorização e um avanço territorial da urbanização, onde uma rede de cidades com diversos tamanhos e tipos, submetida a diferentes lógicas que variam por classe de tamanho, no tempo e no espaço, conduz a que as decisões de inversão, individuais e agregadas, se tornem múltiplas, tendo a dispersão espacial e as diferenciações do setor produtivo possibilitado estratégias de valorização múltiplas, tendo em vista, que se

vive em um país continental que logrou construir uma decisiva unidade nacional através da integração e expansão de seu mercado interno de grande potencial. Portanto, o grande desafio de uma proposta multiescalar, ou seja, fazer operar no Brasil, tendo como base sua imensa diversidade e criatividade, avanços sociais, políticos e produtivos. Tendo em vista que é necessário romper com as forças desarticuladoras e os pactos de dominação interna, e estabelecer estímulos à identidade/diversidade/diferenciação, que deve, em seu percurso, ser pedagógica, procurando orientar as classes subalternas a lutar pela publicização do Estado, repolitizando as administrações públicas, para, através de decidida pactuação federativa, republicanizar o Brasil. O autor finaliza o livro com o seguinte relato: qualquer caminho perspectivo para o Brasil, em termos de discussão do desenvolvimento socioeconômico e do avanço político, terá de ser o de resgatar a potência virtuosa de nossa diversidade. Sempre houve a defesa de que as heterogeneidades estruturais e a diversidade do país seriam problemas. Considera-se isso uma ideia equivocada. Segundo o autor, podem-se trabalhar todas essas assimetrias como um campo interessante de diversidade de um país continental muito rico e complexo em todos os sentidos. Logo, pode-se concluir que o autor, em seu livro, faz uma discussão acerca do espaço e do território brasileiro, levando-se em consideração as políticas públicas adotadas. No entanto, o processo de globalização deixa mais evidente as diferenças sociais marcantes enfrentadas pelo país, dentro do seu complexo de regiões. Portanto, a ideia-força é o desmonte das forças do atraso estrutural, como condição para a promoção do desenvolvimento com inclusão sociocultural-produtiva.

TESES E DISSERTAÇÕES

Autor	Solange Maria Gayoso da Costa
Título	Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia
Orientador	Orientadora: Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin Coorientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Resumo	A presente tese objetiva analisar as estruturas sociais do campo de produção de soja na Amazônia Legal, bem como as diversas estratégias utilizadas pelos principais agentes sociais. A constatação primeira deste trabalho é a de que o crescimento dos plantios de soja na Amazônia não configura mera expansão agrícola, mas é fruto de uma planejada estratégia expansionista do agronegócio de grãos assentada em quatro elementos estruturais: a migração especializada, o mercado de terras, a infraestrutura logística de transporte e escoamento da produção e a influência do fator ambiental na organização da atividade produtiva. Para demonstrar tal estratégia, toma-se como referência teórico-metodológica a teoria de campo de Bourdieu e como empiria o campo de produção da soja na mesorregião do Baixo Amazonas, com a identificação da dinâmica social de cada um desses elementos e suas respectivas relações, assim como o posicionamento dos agentes sociais nesse campo econômico. Demonstra-se também que, no campo de produção da soja, os principais agentes envolvidos organizados em redes associativas de posições hierárquicas internas em determinadas conjunturas e momentos detêm interesses comuns. Assim, identifica-se a existência de duas grandes redes integradas pelos agentes sociais do agronegócio (a dos produtores e a da agroindústria) e uma terceira formada pelos agentes sociais que sofrem os efeitos do campo (agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais). Na terceira rede, os agentes têm em comum a "frágil" condição de impor seu modo de vida e manter seu território diante da agressiva estratégia expansionista do agronegócio, capitaneada por seus agentes e pelo próprio Estado. O estudo evidencia, ainda, que o campo de produção da soja é um território de luta entre formas antagônicas de apropriação e uso dos recursos naturais da Amazônia.
Instituição	Universidade Federal do Pará (Ufpa)/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU)
Referência	COSTA, Solange Maria Gayoso da. *Grãos na floresta*: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

Autor	José Guilherme Carvalho da Silva
Título	Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira
Orientador	Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Resumo	Esta tese se assenta na concepção de que o universo, a nossa sociedade e nós mesmos vivenciamos diferentes tempos profundamente imbricados. Isto quer dizer que passado, presente e futuro não podem ser compreendidos apartados entre si e/ou como uma sucessão de etapas. Contudo, a modernidade consolidou a ideia de que o tempo é linear, uniforme, eterno e universal. Tal perspectiva se tornou hegemônica em nossa sociedade e com ela a noção de que o tempo é ascendente e progressivo. O trabalho ora apresentado tenta demonstrar que pensar o tempo dessa maneira nos impõe barreiras à inteligibilidade do mundo em que vivemos, dos fenômenos sociais e da natureza. Com o apoio de diferentes contribuições teóricas da Física, da História, da Sociologia e da Geografia, entre outras ciências, questionamos os pressupostos da modernidade sobre o tempo, para em seguida apresentarmos outra perspectiva que compreende as três dimensões temporais de maneira plural e integradas. Como consequência desse percurso analítico passamos a falar de passados, presentes e futuros, bem como resgatamos o acaso e a incerteza como parte integrante da própria história. Utilizamos esse referencial para analisar os conflitos decorrentes da construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, em Rondônia, as repercussões sobre as populações locais, particularmente sobre as comunidades ribeirinhas. Aos embates, travados por estas contra empresas e outros setores interessados no erguimento das barragens, denominamos de conflitos temporais. É sobre a multiplicidade do tempo e os conflitos temporais que se travam nas águas do Madeira o ponto focal da nossa reflexão.
Instituição	Universidade Federal do Pará (Ufpa)/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU)
Referência	SILVA, J. G. C. *Hidrelétricas em Rondônia*: tempos e conflitos nas águas do Madeira. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

Autor	Armando Lírio de Souza
Título	Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia Oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins (PA)
Orientador	Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Resumo	Trata-se de um estudo sobre a formação socioespacial e da rede de desenvolvimento rural do território do Baixo Tocantins no estado do Pará – Amazônia Oriental. O objeto de análise é o contexto de organização dessa rede de desenvolvimento rural e a caracterização da dinâmica produtiva e socioambiental do Baixo Tocantins, tendo como eixo metodológico a articulação dos temas trabalho, território e desenvolvimento (noção de longa duração e curta duração). De certa maneira, tentar compreender as formas de socialização dos indivíduos por meio da constituição de suas identidades e participação no processo de desenvolvimento. O objetivo é investigar as estratégias das organizações do movimento social dos trabalhadores rurais em conjunto com organizações governamentais e não governamentais na constituição de um arranjo institucional em prol de um projeto alternativo para a agricultura familiar no estado do Pará, ao longo das décadas de 1990 e 2000. Mais precisamente, a experiência do projeto de valorização das frutas regionais e suas repercussões na região do Baixo Tocantins. Observa-se, nas duas últimas décadas, o surgimento de organizações associativistas (agroindústria familiar e redes sociais de agricultores familiares), portanto, a estruturação de uma nova lógica de reprodução econômica e social (reprodução da vida material). Isso gerou novas estratégias no sistema de produção familiar e no sistema de comercialização, por meio de maior integração ao mercado, em decorrência do surgimento de demanda no mercado nacional e internacional por uma fruta nativa, o açaí. A problemática central reside no significado das organizações associativistas serem representativas de um papel de mecanismo de gestão da força de trabalho ou se há possibilidade de se configurar uma estratégia política de resistência no interior do modo de produção capitalista, portanto, constituir-se um campo de autonomia dos trabalhadores.
Instituição	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-FCE-UFRGS).
Referência	SOUZA, Armando Lírio de. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia Oriental*: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins (PA). 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Autor	Francisco Perpetuo Diniz
Título	Relações entre práticas educativas, saber ambiental-territorial ribeirinho e o desenvolvimento local
Orientador	Dra. Maria das Graças Silva
Resumo	O desenvolvimento sustentável, da forma como foi mundialmente pensado, carregado de carga ideológica, política e econômica, está longe de atender às necessidades de sobrevivência das populações amazônicas, especialmente as tradicionais-ribeirinhas. Portanto, partindo da premissa de que na Amazônia, especialmente em contextos ribeirinhos, os saberes socioambientais e práticas educativas orientam a construção de territórios da sustentabilidade fundados em relações estabelecidas com o meio físico, pois, para estas populações, a natureza acaba se tornando a extensão de suas vidas e assegura a reprodução socioeconômica, identitária e cultural. Este processo foi estudado e sistematizado na comunidade ribeirinha de Igarapé Grande, ilha João Pilatos, Ananindeua – Pará. Este estudo teve como sujeitos da pesquisa sete famílias que habitam a localidade. Como objetivo geral da pesquisa buscou-se analisar as interfaces entre saberes e práticas socioeducativas ambientais dos ilhéus e suas repercussões para a sustentabilidade da Comunidade Igarapé Grande. Já os objetivos específicos procuraram: examinar processos educacionais ribeirinhos fundados nas relações estabelecidas com a natureza; compreender processos de territorialização das práticas socioeducativas ambientais e/ou de educação ambientais desenvolvidos pelos ilhéus; analisar formas que práticas educativas cotidianas interferem positivamente na sustentabilidade local e analisar processos sociais que interferem negativamente na sustentabilidade local. Entre os procedimentos metodológicos mais significativos da pesquisa podemos elencar: o caráter qualitativo por levar em consideração o significado das falas dos sujeitos, não havendo preocupações com a quantidade de pessoas entrevistadas; a cartografia deleuze-guattariana, especialmente o registro e acompanhamento de mapas e territórios: de percursos, da pesca, da religiosidade, da sustentabilidade e não sustentabilidade, de espaços de usos comum e do território do turismo. Houve o registro da construção de saberes e territórios da sustentabilidade socioeducativa nos locais de lazer, trabalho e socialização cultural dos sujeitos. Prática que marca muita semelhança com a etnografia. Na análise dos dados foram utilizados procedimentos da análise do discurso e da iconografia. As entrevistas foram filmadas e a revisão bibliográfica foi realizada ao longo de toda a pesquisa. Os saberes socioambientais e práticas educativas foram pesquisados em ambientes não escolares e inserem-se na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Mestrado da Uepa. Fica o registro de que cotidianos ribeirinhos e as relações que mantêm com a natureza dão fundamentos para o entendimento de saberes e processos educativos que ocorrem de forma singular e que asseguram a permanência de hábitos e saberes ao longo de gerações.
Instituição	Universidade do Estado do Pará (Uepa) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Referência	DINIZ, Francisco Perpétuo. *Relações entre práticas educativas, saber ambiental-territorial ribeirinho e o desenvolvimento local*. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará (Uepa), Belém, 2012.

Autor	Alex Conceição dos Santos
Título	Dinâmica do mercado de gemas e joias no território do sudeste paraense: arranjo produtivo local, economia solidária ou mercado oligopolista?
Orientador	Dr. Farid Eid
Resumo	A dissertação apresenta inicialmente uma análise crítica sobre a teoria do crescimento econômico como base para o desenvolvimento. Entretanto, no cenário atual a economia do Estado do Pará, por um lado, fundamenta-se em manter uma política de crescimento com base na pauta de exportação de produtos *in natura* e, em menor valor produtos pouco manufaturados; por outro lado, mantém patamares de pobreza e miséria entre os maiores do país. A partir dos argumentos, o trabalho centrou-se em apresentar três correntes de pensamento com o intuito de discutir a realidade do mercado de gemas e joias do território do Sudeste do Pará, por meio de atividades extrativas de pedras preciosas, prata e ouro. Diante das três vertentes, buscou-se responder à pergunta problema: estaria em processo de formação de um APL ou a reprodução da dinâmica do mercado oligopolista controlado pelas firmas mineradoras ou a gênese de práticas de economia solidária no território do Sudeste paraense, através do segmento de gemas e joias? A metodologia adotada para responder tal questionamento se inicia com a apresentação de uma pesquisa bibliográfica acerca desta temática, retomada para dialogar com os atores chave como a Associação de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Parauapebas – Adlisp, a Mineradora Colossus Minerals Inc., instalada em Serra Pelada, com destaque para a gestão estratégica da mineradora em conjunto com a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – Coomigasp, e os ourives e lapidários dos municípios de Marabá e Parauapebas. Os resultados mostram que não há um APL, tampouco pode-se afirmar que as práticas de economia solidária, nesta região, indicam um processo de consolidação. Observa-se que as estratégias adotadas pela empresa multinacional canadense em consonância com a cooperativa dos garimpeiros e a empresa Vale seguem uma tendência de absoluto controle territorial e de mercado, sobre a totalidade da produção de ouro em Serra Pelada, mesmo que ainda venha transferindo volume de recursos financeiros significativos para a Coomigasp, em uma nítida estratégia de poder de mercado. Quanto à contribuição do ramo de atividade da mineração para o desenvolvimento econômico e social da região, os resultados da pesquisa apontam uma tendência à elevação no nível de emprego e remuneração de trabalhadores e, ao mesmo tempo, uma elevada pressão por resultados financeiros no curto prazo para pagamento de dividendos aos acionistas da empresa canadense.
Instituição	Universidade Federal do Pará (Ufpa)/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Icsa) – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE).
Referência	SANTOS, Alex Conceição D. *Dinâmica do mercado de gemas e joias no território do sudeste paraense*: arranjo produtivo local, economia solidária ou mercado oligopolista? Dissertação (Mestrado em Economia com ênfase no Desenvolvimento Econômico Regional). Belém: Ufpa/Icsa, 2012.

Autor	Jondison Cardoso Rodrigues
Título	Educação ambiental e estratégias empresariais na área portuária: um estudo da Companhia Docas do Pará (CDP)
Orientador	Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Resumo	Desde a ECO-92, houve um crescimento substancial de ações de Educação Ambiental (EA) no Brasil e no mundo, ligadas aos mais diversos segmentos da sociedade, como movimentos sociais, associações de bairros, ONG's, escolas, universidades, instituições de pesquisa e empresas. As ações de EA ganharam visibilidade no setor empresarial, particularmente, na área portuária, objeto de interesse deste trabalho. Esta dissertação objetiva analisar criticamente a lógica da inserção da EA no setor empresarial portuário e seus impactos, a partir da análise da Companhia Docas do Pará (CDP). Essa pesquisa apresenta relevância, pois a maioria dos estudos da EA no setor portuário, não elucida as intenções de "ordem econômica" para o uso da EA em portos amazônicos. Seguindo a noção de campo de Pierre Bourdieu, procuramos mostrar que a lógica da inserção da EA é acumular "capital simbólico" (crédito/reconhecimento) para conseguir a legitimação do *modus operandi* empresarial, mostrando suas ações como sustentáveis. Isso permite promover uma boa imagem da empresa (aumento do preço de suas ações e também de seus parceiros como Albrás, Alunorte, Cargill, Vale, com a conquista de selos e certificados. Observou-se que houve a construção de um *habitus eco-lógico*, um 'condicionamento'/'ajustamento', reproduzido nas relações de trabalho pela qualificação profissional, isto é, para o gerenciamento ambiental dos negócios da empresa; e a apropriação crescente da dimensão intelectual e cognitiva, procurando *envolver* os trabalhadores mais intensamente pelo disciplinamento, e, consequentemente, obtendo ganho de *performance* empresarial. Conclui-se que a lógica de inserção da EA é a acumulação de "capital simbólico", para se conseguir a legitimação do *modus operandi* empresarial, mostrando suas ações como sustentáveis, assim promovendo uma boa imagem da empresa (aumento do preço das ações, como também de seus parceiros) e a diminuição de investimentos em tecnologias e planejamentos para mitigar ou compensar os impactos ambientais. Como eixos ainda conclusivos dos impactos da inserção da EA identificamos: 1) a qualificação profissional; 2) o engajamento colaborativo do trabalhador, no gerenciamento ambiental como forma de evitar a perda de capital simbólico da empresa e 3) a violência simbólica nos trabalhadores. Em síntese, esses são elementos da reestruturação logística das Companhias Docas no Brasil.
Instituição	Universidade Federal do Pará/Ufpa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/PPGCA, Área de Concentração: Ecossistemas Amazônicos e Dinâmicas Socioambientais.
Referência	RODRIGUES, Jondison Cardoso. *Educação ambiental e estratégias empresariais na área portuária*: um estudo da Companhia Docas do Pará (CDP). Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais, Ecossistemas Amazônicos e Dinâmicas Socioambientais). Belém: Ufpa, 2012.

PRÁXIS

ENTREVISTA

Fernando Sarmento Favacho

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA AMAZÔNIA: O CASO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL – PARÁ

Por Revista Terceira Margem Amazônia:
Edane França Acioli
Lilian Campelo
Lindomar de Jesus Sousa Silva
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho

Fernando Sarmento Favacho, ex-aluno, professor, pesquisador e diretor geral do IFPA – campus *Santarém/PA*

Os pais de Fernando Favacho se mudaram de Macapá/AP para Castanhal quando ele ainda era pequeno, com 8 anos de idade. O local de residência escolhido é o mesmo até hoje; sua casa faz fundo com o terreno da antiga Escola Agrotécnica de Castanhal – Efac (atual Ifpa). Quando menino, ele entrava na fazenda da escola, carregando sua própria vasilha para comprar leite para a sua mãe. Passava suas tardes brincando no campo aberto da escola. As ruas, as salas de aula, a fazenda-laboratório, cada recanto desse lugar fizeram parte de sua infância. Quando jovem, ingressou na escola como aluno no curso Técnico em Agropecuária, no ano de 1988. Fugia pelas janelas para estudar e interagir com outros colegas do internato durante a noite. Ao concluir o curso técnico, entrou na antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, formando-se em 1999 em Agronomia. Retornou para ser professor dessa escola em 2000, assumindo turmas como horista. Depois se tornou professor substituto, no ano de 2004, e em 2006, efetivou-se na cadeira de Zootecnia, principalmente na parte de pequenos e médios animais. Sempre trabalhando com a produção animal, com uma perspectiva integradora e analisando os processos pedagógicos, refletindo sobre

a prática de ensino e aprendizagem. Apesar de ser originalmente das ciências agrárias, enveredou para a área da educação, é especialista em educação profissional, na modalidade do Proeja. Essa tendência se fortaleceu a partir do mestrado, concluído em 2010, em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Neste, fez uma pesquisa sobre o ensino médio integrado, tentando compreender o processo da politecnia e como ela pode ocorrer na escola profissionalizante pública. Quando terminou o mestrado, entrou na coordenação estadual do Programa *Projovem Campo Saberes da Terra;* nesse período teve um contato mais próximo com a educação do campo, área que também pesquisa, além de estar envolvido no Fórum Regional e no Estadual de Educação do Campo. Atualmente o Prof. Fernando Favacho é diretor geral do *campus* Santarém do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e professor de Zootecnia de Pequenos e Médios Animais; coordenou a Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia e ministra tópicos do eixo temático Sistema de Produção e Trabalho no Campo.

Revista Terceira Margem – *Sabemos que a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal surgiu no início da década de 20 do século passado em Outeiro. Você pode nos explicar como começou essa história?*

Fernando Favacho – A Escola começou mesmo na década de 1920 na ilha de Caratateua em Outeiro (Pará) com o nome de Patronato Agrícola Manoel Barata. Essa instituição foi fundada em 1º de dezembro de 1921, por meio do Decreto n. 15.149. Nesse período tinha função correcional; há evidências de que havia captura de jovens considerados "desprovidos da sorte" na periferia de Belém para serem internos na Escola. Nos anos 1930, o nome mudou para Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, onde, a partir da ética do trabalho de Vargas, passa a formar mestres agrícolas no formato de operários agrícolas. Já nos anos 1940-1950, entra em cena a concepção da Revolução Verde, em que, agora, deveria haver um profissional que deveria aprender sobre os novos pacotes tecnológicos da época. No período da Ditadura Militar, a Escola vem para Castanhal, exatamente em 1972, com o objetivo de formar Técnico Agropecuário de nível médio. No final dos anos 1980 e toda a década de 1990, a Escola passou por uma crise, tanto de investimento quanto de objetivo e cogitou-se até em fechá-la. No final dos anos 1990 [entre 1995 e 1998] a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal não conseguiu se transformar em Cefet, ela não se "cefetizou", continuando como Escola, mudando apenas em 2008 no processo de criação dos Institutos Federais, quando foi transformada em Instituto Federal do Pará, *campus* Castanhal.

RTM – *No começo da Escola, o ensino já era profissionalizante com o objetivo de formar técnicos agrícolas?*

A função do Patronato Agrícola Manoel Barata era correcional e o grande pano de fundo para a criação desta instituição era o de formar "feitores de campo". A internação no patronato era compulsória. Belém passava por um processo social muito difícil do ponto de vista da marginalidade, registravam-se muitos assaltos, havia muita gente desempregada. Eles [alunos] ingressavam na instituição, muitas vezes, capturados, detidos e levados para a ilha, era até difícil fugir de lá. Isso para alguns; outros, eram os próprios pais que não aguentavam seus filhos "rebeldes" e os mandavam para a ilha. Mas da mesma forma, o pai internava compulsoriamente, não era o aluno que ia porque se identificava, era quase uma profissionalização forçada. Assim, não diria que era profissionalizante, mas foi sendo construída nesse sentido. Mesmo correcional o foco já era a agricultura. Era a de formar feitor de campo. Por exemplo, aqueles seringais ou fazendas que ainda funcionavam na região, que estavam em decadência, precisavam ter mão de obra, que não era mais a escrava, tinham que ter pessoas para trabalhar, que não eram mais os escravos, então, tinha que ter gente [capacitada] para "controlá-los", que era o capataz, que ia ser o gerente da fazenda. Capatazes para tomarem conta daqueles que não eram mais escravos na época, seriam os futuros operários das fazendas.

RTM – *Nos anos 1930, a ética do trabalho de Vargas provocou mudanças na Escola?*

FV – Sim. O Patronato Agrícola passou a se chamar Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, com um novo formato, não mais o de formar capatazes nem feitores de campo, mas o de formar "mestres agrícolas" [uma das formações]. Com uma nova classe social surgindo, com a organização dos trabalhadores, com o surgimento de nova organização produtiva e das fazendas patronais, o mestre agrícola era aquele profissional que iria introduzir novas técnicas da profissão agrícola. A política da época "oferecia" um ofício para quem estava precisando, para quem estava perambulando pelas ruas da cidade, sem ocupação e sem trabalho. Então o Patronato surgiu com essa função, a de transformar essas pessoas, vistas como "desocupadas" em pessoas adestradas para o trabalho agrícola. Parece chocar quando se fala isso, mas na verdade era o adestramento de pessoas para uma nova lógica de produção, de organização socioeconômica. Esse período era de formação de mão de obra para a nova ordem, digo na minha dissertação, inclusive, que é a formação de uma nova classe social, onde os escravos passam a ser trabalhadores em uma lógica capitalista de produção.

RTM – *No pós-guerra (anos 1940-1950) com a Revolução Verde e a necessidade de aumentar a produção de alimentos para o mundo, houve algum impacto ou mudança na organização da Escola?*

FV – Sim. No período das décadas de 1940 e 1950, começa outra organização da agricultura a nível mundial, que se chama Revolução Verde e o advento de novos pacotes tecnológicos para amenizar a questão da fome e da miséria no mundo; essa instituição teve um papel fundamental nesse processo, porque os Estados Unidos, que foi o grande líder dessa concepção, da Revolução Verde, passa a introduzir em várias regiões do mundo, por meio de instituições de pesquisa e ensino, técnicas modernas na agricultura. O objetivo era amenizar a miséria pela modernização da agricultura. Em 1972 o Colégio Agrícola Manoel Barata se tornou Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Completando mais de quarenta anos que essa instituição está aqui em Castanhal, com o objetivo de formar técnicos agropecuários de nível médio, que iriam, justamente, introduzir esses pacotes tecnológicos da agricultura moderna, sob três bases: agroquímica, motomecanização e genética.

RTM – *A mudança da Escola de Outeiro para Castanhal ocorre no processo da Revolução Verde acentuado com o Regime Militar. De que forma a política de colonização da Amazônia promovida pelo Regime Militar interfere na organização e infraestrutura da Escola?*

FV – Com a Revolução Verde, através dos Estados Unidos e da Cooagri[1], principalmente nas décadas de 1960 e 1970, foi realizado um investimento muito grande na instituição, através de recursos para a formação de profissionais que iriam se apropriar desses pacotes tecnológicos. Esse processo coincidiu um pouco com a ditadura militar. A principal mudança quanto à infraestrutura foi a localização. Mudaram a instituição da ilha de Caratateua de Outeiro para Castanhal, porque entendiam que esse lugar seria um polo importante para dar resposta aos projetos de desenvolvimento da Amazônia. O fato é que esse período foi de "vacas gordas", de grandes investimentos. A instituição estava em um ritmo de crescimento muito grande, chegamos a ter 300 alunos na década de 1980. Contudo, mesmo vindo para Castanhal na época da ditadura militar essa instituição não perdeu a função correcional. Funcionava como um lugar corretivo para os "filhos rebeldes", segundo os militares, pois nessa época havia muitas lideranças ligadas às organizações políticas de esquerda que lutavam contra a ditadura, assim a instituição era vista como local de controle da rebeldia.

1 Cooperativa Agropecuária e Industrial

RTM – *O final dos anos 1980 foi marcado por crise, fim de um ciclo (Revolução Verde). Como essa crise foi vivida pela Escola?*

FV – A escola sentiu as consequências quando esse sistema, essa lógica de introdução dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde chegou ao fim e os investimentos injetados também acabaram. Como os Estados Unidos, que tinha o objetivo claro de utilizar as escolas agrotécnicas, por meio da disseminação desses pacotes tecnológicos não investiram mais, então, para que serviriam as escolas agrotécnicas? Não servia para nada, porque qualquer fazendeiro, empresário agrícola poderia pagar para ter essas técnicas [já estavam apropriadas], então não precisava mais investir na formação profissionalizante de um técnico agrícola; o objetivo de introduzir técnicas modernas já havia sido cumprido. Assim começa uma crise na instituição, que coincide com o momento de instauração do modelo neoliberal, que perdurou ao longo da década de 1990. Muita coisa mudou constitucionalmente, como a separação do ensino médio do ensino técnico sob intervenção do governo federal, assim começou uma nova lógica de profissionalização, com os cursos "aligeirados" e mais duais que nunca. Essa mudança visava atender ao mercado imediato, ao modelo neoliberal, empregos temporários. Foi um momento de crise na instituição, o que quase ocasionou o fechamento da escola.

RTM – *O governo Lula proporciona uma mudança de fluxo no ensino profissionalizante e na Escola em particular, esta se transforma em Instituto Federal. Como você avalia esse processo?*

FV – Bem, no início dos anos 2000, experimentou-se uma mudança com o arrefecimento do modelo neoliberal. Ele não se extinguiu, mas em comparação às medidas muito drásticas tomadas pelo governo com relação à venda das estatais e com a forte crise social isso causou um grande impacto na sociedade e, tem-se a impressão de que o governo arrefeceu.

Na verdade o governo Lula veio para amenizar esse processo anterior, não eliminar, mas amenizar. E uma das mudanças se dá na educação profissionalizante. Ele [Lula] revogou a lei[2] do Fernando Henrique

2 Lei Federal n. 9649 de 27 de maio de 1998, art. 47. O art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos: "§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.§ 6º (vetado). § 7º É a União autorizada a realizar investimentos em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para a execução de projetos a serem realizados em consonância ao disposto no parágrafo anterior, obrigando-se o beneficiário a prestar contas dos valores recebidos e, caso seja modificada a finalidade para a qual se destinarem tais recursos, deles ressarcirá a União,

Cardoso[3], que impedia a expansão da rede federal. Conseguiu-se com isso, através da valorização do ensino técnico e com a revogação dessa lei, a volta de investimentos no ensino profissionalizante no Brasil e, assim para as escolas agrotécnicas, que começaram a respirar de novo.

Então no início dos anos 2000, essa instituição passa a pensar em oferecer cursos superiores, passa a pensar em pesquisa, que até então era só formação técnica. Em 2008 foi formulada a lei[4] de criação das Instituições Profissionalizantes Federais. A lei determinava que a criação dos Institutos Federais fosse criada a partir da junção entres escolas técnicas já existentes. No Pará a criação do Instituto Federal se organizou da junção entre a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, o antigo Cefet de Belém e a recém-criada Escola Agrotécnica de Marabá e assim foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (Ifpa) oferecendo uma estrutura *multicampi*. É a partir dessa época que também começa o debate por um grupo de professores da instituição sobre a inserção de mulheres na Escola. Antigamente ela possuía uma estrutura de internato apenas para alunos do sexo masculino. É apenas em 2004 que se cria a residência feminina. Essas mudanças se devem aos novos conceitos que estavam sendo implementados, como a própria verticalização do ensino, disposto na lei dos institutos de 2008. Então eu acho que dos 15 *campi* do estado do Pará, se o MEC quiser entender o que é a verticalização na prática, precisa incluir a experiência de Castanhal. Porque os alunos estão entrando desde o fundamental, com os "Saberes da Terra" até o mestrado, aprovado recentemente. O mestrado profissional em desenvolvimento rural sustentável terá a primeira turma formada em março de 2013.

---

em sua integralidade, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis. § 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação do disposto no § 5º nos casos das escolas técnicas e agrotécnicas federais que não tenham sido implantadas até 17 de março de 1997". Disponível no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>.

3 De acordo com Georgia Sobreira dos Santos, p. 4, este decreto durante muito tempo promoveu a "(...) desvinculação entre a formação para o trabalho e a elevação dos níveis formais de escolaridade (...)". Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt09-2565--int.pdf>.

4 "(...) a Lei 11.892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), muitos dos quais são o resultado da mescla de Escolas Técnicas Federais pré-existentes, que juntas passam a integrar uma única autarquia". Moacir Gubert Tavares, Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil. 2012, p. 9. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>.

RTM – *Com a mudança da escola para instituto, amplia-se a visão da formação do técnico agrícola, o currículo busca refletir uma visão holística da produção rural, que inclui aspectos políticos, sociais e culturais da realidade rural. Como essa transição ocorreu no Instituto?*

FV – A principal mudança foi desenvolver um currículo que integrasse três paradigmas: agroecologia, agricultura familiar e educação no campo. Esse processo começou com a vinda do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) para dentro do instituto, o currículo integrado se fortaleceu com a turma do Pronera, que era para assentados de reforma agrária, ou seja, educação profissional, formação de técnicos agrícolas para reforma agrária. Formamos uma primeira turma de 40 alunos e a partir daí, nós começamos a construir o que a gente chama de currículo integrado.

Formamos um coletivo de professores para discutir o currículo integrado a partir de um grande eixo integrador, que se chama: *desenvolvimento sustentável com base na politecnia e valorização dos sujeitos do meio agropecuário e extrativista da Amazônia*, então esse é o nosso grande eixo integrador não sei como é que esse debate está agora, mas eu estava no grupo que liderou esse movimento de currículo integrado.

Sempre evitamos ao máximo o processo "polemização" nos debates, por exemplo, quando foi para criar esse eixo integrador, dos 80 professores, tínhamos na sala aproximadamente 37 professores para a criação do eixo, foi um dia inteiro de debate, não teve votação; foi em 2005, uma quarta-feira, foi muito difícil, porque escrevemos vários eixos para chegar ao final, escrevemos várias coisas, houve muito debate, existem grupos organizados daqui que defendem o agronegócio como única alternativa e outros que defendem a agricultura familiar campesina. Então, explicávamos, não é bem assim, existem outras formas diferentes de se organizar economicamente, existe, por exemplo, a economia solidária, que é outro paradigma que está sendo muito discutido na instituição, hoje tem a incubadora que está trazendo todo mundo para dentro do debate (cooperativas sendo incubadas, assistência técnica, jovens bolsistas indo para campo e ajudando na formação de agricultores etc.).

Sabíamos que esse eixo não daria conta de unir todos os saberes nem todos os conhecimentos propostos pelas disciplinas. Então nós criamos vários eixos temáticos que estavam ligados a esse grande eixo integrador. O primeiro eixo temático é em torno da discussão da identidade, do gênero e da etnia desse meio agropecuário-extrativista; assim quando se estudava identidade, se valorizava a identidade do sujeito do campo, desta forma, em um segundo momento, discutia-se o sistema de produção e o trabalho no campo, que é a linha de pesquisa da qual eu faço parte.

Então, esse técnico agropecuário, depois que estudava o trabalho do campo e passava a conhecer o trabalho camponês, num terceiro momento, a organização e as políticas públicas e no quarto eixo, o desenvolvimento sustentável e agroecologia, que seria um arremate final para a formação desse técnico.

Mas essa reformulação do currículo baseado na interdisciplinaridade foi criada em um processo mais recente, em 2004, pelo Decreto 5154[5] instituído pelo presidente Lula que revoga o Decreto 2.208[6] criado na década de 1990, pelo então Presidente Fernando Henrique, que estabelecia uma visão mecanicista da educação profissionalizante, o que significou uma ruptura do ensino técnico com o ensino médio.

Com a vinda do novo decreto alguns gestores das escolas técnicas e agrotécnicas só aceitaram o 5.154, que é o do ensino médio integrado, porque previa mais recursos na sua adoção. Só aceitaram por causa disso. Não foi por uma questão de concepção, de querer fazer uma formação mais ampla, integrada e integral. Eu falo isso porque participei de fóruns nacionais da rede federal e o debate é antigo, tem gestor que está sob a égide do novo decreto e ainda está falando em competência e habilidade; aqui na instituição ainda se fala. Isso deveria ser mais discutido, digo, a concepção de competências e habilidades, pois é uma concepção pragmática, que fortalece uma antiga dualidade entre pensar e fazer. E não é isso que prevê o ensino integrado. Mas é um debate.

Bem, essa nova dinâmica contribuiu para uma mudança na formação do aluno no que tange ao aspecto cultural, social e político. Agora, a formação prima por não ser mais mecânica e não visa tão somente formar e capacitar profissionais para atender exclusivamente ao mercado hegemônico. Esse aprendiz de hoje, na sua formação, precisa de uma visão ampla, em consequência do curso técnico aliado à educação do ensino médio.

RTM – *Existe uma disputa na formação profissional dentro do IFPA – Campus Castanhal, onde duas visões se conflitam, o agronegócio e a agroecologia. Como ocorre a mediação desse processo?*

FV – O conflito é ideológico. Há uma disputa entre a produção hegemônica que visa atender ao mercado, representado pelo agronegócio; do lado

5 Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>

6 O Decreto n. 2.208/1997 assinala no Art. 1º IV que tinha como objetivo – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>.

oposto encontra-se a produção de agricultura familiar campesina, orientada ao desenvolvimento sustentável e pautado pela agroecologia. E em uma instituição tradicional como essa, vamos dizer assim, a agroecologia passou a ser um debate muito frequente na comunidade: alunos, servidores etc. Começou-se a discutir o que é agroecologia, a introduzir e a compreender conceitos sobre as agriculturas familiares. Agregue-se a isso o paradigma da educação do campo.

Tivemos muitos problemas com isso porque em uma instituição tradicional de formação para o agronegócio, do ponto de vista da agricultura capitalista, transformar esse técnico em um profissional que vai ter uma compreensão mais ampla, não somente do agronegócio, mas também da agricultura familiar campesina, discutindo outras formas de produção que não somente as hegemônicas, torna-se um desafio muito grande.

Então, isso tem causado uma situação de conflito curricular, o que eu avalio como sendo saudável para esta instituição, pois é a partir desse conflito que surge o primeiro curso de agronomia. Essa contradição presente no cerne do referido curso tem gerado formação ampla para os sujeitos.

RTM – *Para que se criar um curso de agronomia? Em que medida esse curso se diferencia pelo ofertado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)?*

FV – Para proporcionar ao aluno outra visão sobre produção agrícola, que não contemplasse somente a visão de produção do agronegócio. Foi a partir dessa perspectiva que criamos um curso de agronomia, que tivesse uma rota diferente dos objetivos da Ufra, porque não faz sentido ter dois cursos com a mesma concepção.

Foi criado o colegiado, uma comissão de constituição do projeto político-pedagógico da agronomia e nós tivemos o primeiro vestibular para o curso e também para tecnologia em aquicultura, *métier* dos institutos, que são os cursos tecnológicos de dois anos, três anos para a formação em nível de superior, mas também muito para a formação tecnológica, já pensando na formação do técnico para prepará-lo, para pensar na indústria etc.

O curso de agronomia veio diferenciado porque ele passou a fazer o diálogo realmente com os sujeitos do campo, mas, por outro lado, também sofre pressão do agronegócio para que esses profissionais sejam formados também para os plantadores de soja, de dendê etc. Portanto, o curso de agronomia hoje não é um curso que tem como verdade absoluta o agronegócio.

RTM – *No campo das parcerias, como a instituição se relaciona com comunidades, associações e outras instituições de ensino e pesquisa? Ela tem uma proposta pedagógica ou metodológica de organização para essas parcerias? Ou de incluir essas outras instituições que estão ao redor, também para a formação de intercâmbio?*

FV – Sim. A instituição tem um projeto definido para guiar a formação de parcerias, elas ocorrem por definições das políticas educacionais e de pesquisa do *campus*, sendo às vezes, positiva, outras não. Por exemplo, nos anos 1990 tivemos a Embrapa aqui dentro, havia uma sala da Embrapa e os pesquisadores vinham, faziam suas pesquisas e iam embora; a interação era muito superficial. Já nos anos 2000, fizemos uma parceria com o *campus* de Castanhal da Universidade Federal do Pará (Ufpa) para o curso de veterinária e hoje nós temos um hospital de referência veterinário dentro da nossa Instituição, associando ensino, pesquisa e extensão. Acredito que hoje, o *campus* de Castanhal da Ufpa está totalmente vinculado ao *campus* de Castanhal do Ifpa. Temos próxima uma estrutura de ponta para formação de veterinários, em que os nossos educandos passam a ter acesso aos laboratórios da veterinária. Eu acho que isso é uma parceria que realmente a gente dá as mãos.

Recentemente a Embrapa se voltou novamente para o Ifpa de Castanhal. Sua equipe técnica e de gestão, provavelmente irá passar a ter uma política de fomento para a formação de técnicos agropecuários para a região de Tomé-Açu e outras localidades que possuem sistemas agroflorestais, visando fazer uma formação diferente. A inserção da Embrapa foi um ganho para o processo, porque passou a experimentar um dos princípios do IF que é alternância pedagógica. Os nossos educandos vão para o campo, para a sua realidade, problematizam através das ferramentas de pesquisa a sua própria realidade e trazem para sala de aula para que os professores ministrem as aulas a partir dessa realidade, então esse é o grande diferencial.

RTM – *A crítica que se faz ao ensino médio de escolas profissionalizantes é que não se forma para o ensino técnico, se capacita o aluno para fazer vestibular para outra área. Aqui tem a mesma dinâmica?*

FV – Tem, e esse é outro conflito. Temos dito que essa instituição não foi feita para preparar para o Enen ou para o vestibular. Aqui temos doutores dando aula de história, geografia, filosofia, matemática, física, que com certeza melhora a qualidade da instituição. Essa ideia acaba sendo propagada.

Os nossos educandos que se formam aqui, não quer dizer que vão ser somente técnicos. Não. Eles terão que galgar outros patamares, devem pensar no

curso superior. Mas essa é que é a polêmica, eu digo que a formação tem que ser desinteressada do vestibular, ela tem que fazer a formação profissional ampla; se o aprendiz vai passar ou não em um curso superior, isso é uma questão de consequência e não de objetivo central.

Quando chega o processo seletivo é difícil, quem está hoje na diretoria vai enfrentar esse problema que eu enfrentei. Fizemos o primeiro diagnóstico com os educandos, sobre questões de identidade, de gênero e etnia. Fizemos um exercício com os alunos e pedimos a eles que desenhassem o que tinham em suas residências. Os alunos começaram a desenhar computador, ele chegando da escola pública, indo para casa, acessando internet... Ai eu percebi que esse aluno não era filho de agricultor. Desta forma, ser técnico agrícola seria um segundo plano para esse educando.

Assim, temos que fazer uma reflexão séria sobre isso, então, vem a questão da decisão política, não queremos excluir ninguém, aqui é um processo público aberto para todos, mas nós precisamos valorizar também a gente do campo, porque eles são nosso público principal e precisam voltar para desenvolver o seu local de origem.

RTM – *Sobre os técnicos formados pela Escola, quais são as suas aspirações? Que movimentos estão criando (articulando)?*

FV – Hoje eu tenho essa discussão a partir da inserção dos nossos egressos no mundo do trabalho. As pessoas formadas aqui se organizam. Lutam por questões da sua profissão. Veja o exemplo do técnico agropecuário, este profissional está ganhando o direito, a nível nacional, de fazer o receituário agronômico, ele poderá assinar como agrônomo na aquisição de veneno que vai ser aplicado lá na lavoura etc. Ah, Favacho, mas você está comemorando um negócio desses? Não, eu não estou comemorando, mas é uma conquista dos técnicos, eles se organizaram e têm conquistado direitos. Os técnicos se constituem como uma classe que vem obtendo conquistas. Isso é influência da formação ampla nas escolas agrotécnicas? Não sei. Pode ser, tem que ver de fato. É difícil dizer qual é o impacto dessa proposta educacional, nós temos visto muitas lideranças importantes por aí, pelo estado, construindo debates significativos para a sociedade.

RTM – *Como está sendo a preparação dos campi do Ifpa para as eleições?*

FV – O desafio é convencer e dialogar com os professores no sentido de construir. Muito do que eu aprendi em Castanhal, como professor e nas coordenações, estou passando essa experiência para Santarém, para se prepararem

para quando tiver eleição direta lá. Então, a gente vai preparar, assim como fizemos aqui, preparar a comunidade, preparar um projeto institucional, isso, tenho dito para os IFs que vão ter eleição. E eu falo onde tenho ido que não devemos pensar em nomes, e sim em projetos. Depois que o projeto está pronto, é que se decide, indica o nome de quem vai dirigir e liderar esse projeto que foi construído pela comunidade. Pode ser qualquer professor que tenha o perfil e que está dentro da lei para assumir.

O grande problema nosso é que ainda se insiste em dizer: o nome tal é candidato a reitor e o nome tal a diretor de *campus*. Isso está errado, já começa errado. Porque a primeira coisa que a comunidade deve perguntar é qual o teu projeto? E as pessoas [os candidatos] falam assuntos que são óbvios que você vê que não é concreto, que não foi construído.

Eu aprendi muito aqui com o professor Cícero Paulo, que é uma pessoa em quem eu me espelho muito, pela humildade dele, já foi diretor de ensino do *campus*, esteve na reitoria, é consultor do MEC, entre outros. Ele diz: não adianta muito discurso, você tem que primeiro fazer e depois as pessoas te reconhecem pelo o que você fez, se não reconhecerem, não tem problema, mas pelo menos você fez alguma coisa. O importante é fazer.

Assim, eu acredito que primeiro a gente tem que construir um projeto e depois tirar nomes para indicar, eu tenho dito isso em Santarém e acho que o pessoal está gostando da ideia.

DEBATE

A UHE BELO MONTE E OS POVOS DO XINGU: REPETINDO HISTÓRIAS JÁ CONTADAS

Antonia Melo Silva[1]
Dion Márcio C. Monteiro[2]

Elementos históricos

Em Altamira, cidade escondida entre os enlaces dos rios, entrelaçada pelos galhos das matas da Terra do Meio, Sudoeste do Pará, as notícias que hoje circulam sobre o município que, em extensão territorial, é maior que países como Portugal, Bélgica, Holanda, Suíça, entre outros, entristecem.

No início da década de 70 (século XX) o governo federal pregava "integrar para não entregar"; era a ditadura militar trazendo para a região amazônica milhares de famílias, homens e mulheres de todas as partes do país, em especial do Nordeste brasileiro. Se a intenção foi colonizar, o resultado foi o abandono. Infelizmente, a malfadada história não acaba por aqui.

As lembranças do fatídico episódio das "crianças emasculadas de Altamira" ainda não cicatrizaram em quem mora na região. Agora os problemas apresentados aos xinguaras são motivados por uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – o complexo de hidrelétricas que se inicia com a construção da denominada Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte.

É importante observar que este complexo já vinha sendo estudado desde 1975, porém, após a realização do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, momento em que foi denunciado o "Complexo Hidrelétrico do Xingu", o projeto de construção destas usinas teve seu processo interrompido. O principal motivo foi a repercussão negativa, tanto nacional quanto interna-

1 Educadora popular, ativista socioambiental e coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS).

2 Pesquisador do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (Iamas).

cional, afastando o capital que, naquele momento, financiaria a obra, quase que totalmente oriundo de bancos internacionais.

Esta situação forçou o governo a recuar em suas intenções, mudar sua estratégia e refazer seu projeto. Em agosto de 2005, já na gestão do ex-presidente Lula da Silva, a Eletrobrás firmou acordo de cooperação com as construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da UHE Belo Monte.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) foram entregues ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2009. No mesmo ano foi disponibilizado ao Ibama e ao Ministério Público Federal (MPF) um relatório com 230 páginas, chamado de "Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte", contendo uma análise detalhada do EIA/Rima de Belo Monte.

Este documento foi elaborado por um conjunto de pesquisadores, todos vinculados às mais destacadas universidades e centros de pesquisa, nacionais e internacionais, que se organizaram no denominado "Painel de Especialistas". A leitura do relatório do painel, em conjunto com o próprio EIA/Rima, é bastante reveladora, conforme se pode verificar na sequência deste texto.

A UHE Belo Monte em números

Verifica-se inicialmente que o objetivo central da UHE Belo Monte é atender com energia barata as empresas do Centro-sul do país (com aproximadamente 80% da energia gerada) e as empresas eletrointensivas localizadas no estado do Pará (com aproximadamente 20%). Nem um quilowatt (KW) está previsto para as comunidades amazônicas que ainda não possuem energia elétrica.

A energia prometida, 11,2 mil megawatt/hora (MW/h), só será possível durante 4 meses/ano. Em outros 4 meses esta usina funcionará somente com 30% a 40% de sua capacidade máxima, e nos 4 meses restantes gerará em torno de 1 mil MW/h, pouco mais de 10% do teto informado.

A média anual será de 4,5 mil MW/h, ou seja, a energia média efetivamente entregue ao sistema será de aproximadamente 39% de sua capacidade máxima de geração. Isto a torna economicamente inviável, pois a recomendação técnica é que se produza pelo menos 55% de energia firme para que um empreendimento deste porte tenha este tipo de viabilidade.

O estudo entregue ao Ibama não informa com precisão o total de pessoas que serão remanejadas compulsoriamente de suas moradias. A este respeito, o

MPF conseguiu recentemente na justiça que o governo federal e a Norte Energia S/A (Nesa), empresa vencedora do leilão, sejam obrigados a utilizar o estudo feito por especialistas da Universidade Federal do Pará (Ufpa) para a definição da chamada cota 100, limite de altura de 100 metros acima do nível médio do mar.

Abaixo dessa altura pode haver alagamento permanente se a usina for construída, sendo obrigatória a retirada de todos os imóveis. Isto quer dizer que em uma estimativa técnica preliminar a população passível de ser atingida alcança cerca de 25.500 pessoas, somente considerando o núcleo urbano de Altamira, conforme os estudos da Ufpa/MPF, e não 16.420, como apontado no EIA/Rima da Nesa, feito pelas empreiteiras a pedido do governo federal.

Estima-se que no mínimo 40 mil pessoas serão remanejadas compulsoriamente de suas moradias, rurais e urbanas, caso a UHE Belo Monte seja construída.

O EIA/Rima de Belo Monte observa que 11 municípios sofrerão impactos socioeconômicos, e consequentemente ambientais, perfazendo uma população de mais de 360 mil habitantes, porém somente ocorreram audiências públicas em três destes municípios (Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu), a quarta audiência ocorreu em Belém, impossibilitando a participação, amplo debate, e os esclarecimentos à população afetada.

Por ocasião da realização do leilão, o governo federal estimava que Belo Monte fosse custar 19 bilhões de reais. Porém, atualmente, o governo avalia que Belo Monte custará 28,9 bilhões, segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As empreiteiras sempre afirmaram que seu custo não sairá por menos de 30 bilhões de reais (sem considerar as linhas de transmissão e subestações). Até o momento o BNDES já repassou para a Nesa o equivalente a 8,1 bilhões de reais.

A Eletrobrás observa no EIA/Rima que 18 mil empregos diretos serão gerados no pico da obra, durante dois anos (a obra está prevista para durar dez anos), e 23 mil empregos indiretos serão obtidos, totalizando 41 mil postos de trabalho. Em contrapartida, os próprios empreendedores dizem que aproximadamente 100 mil pessoas migrarão para o local.

No final da construção a quantidade de empregos estimados é de apenas 700 diretos e 2.700 indiretos. O EIA/Rima avalia que 32 mil migrantes deverão ficar na região após o término da obra, a maioria na cidade de Altamira.

De acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) o metano (CH_4) é um gás de efeito estufa que causa um impacto 25 vezes maior no aquecimento global que o gás carbônico, por tonelada. As hidrelétricas são responsáveis pela liberação deste gás, pois a vegetação que fica submersa com a formação do lago, que no caso da UHE

Belo Monte terá mais de 500 Km^2, ao se decompor, começa a liberar grandes quantidades de metano. A produção de CH_4 também ocorre com o processo de passagem da água pelas turbinas e vertedouros da hidrelétrica. O EIA/Rima de Belo Monte ignorou este elemento.

Abordando a redução na vazão de água do rio Xingu em um trecho de 100 km (ficando aproximadamente 30% do que se verifica hoje), após o barramento, o parecer técnico n.114/2009, assinado por seis analistas ambientais do Ibama, é claro. Diz o parecer: "o estudo sobre o hidrograma de consenso não apresenta informações que concluam acerca da manutenção da biodiversidade, a navegabilidade e as condições de vida das populações do TVR [Trecho de Vazão Reduzida]".

O Parecer Técnico n. 114/2009 afirma ainda: "Tendo em vista o prazo estipulado pela Presidência [do Ibama], esta equipe não concluiu sua análise a contento. Algumas questões não puderam ser analisadas na profundidade apropriada, dentre elas as questões indígenas e as contribuições das audiências públicas". O Parecer Técnico n. 06, elaborado no mês de janeiro/2010, reforça as pendências em relação à avaliação ambiental do empreendimento. A Nota Técnica n. 04/2010, também de janeiro/2010, confirma essas pendências.

A Licença Prévia n. 342/2010, emitida no dia 1 de fevereiro de 2010, pelo Ibama, mesmo após os pareceres contrários de seus técnicos, apresentou 40 condicionantes específicos para sua validade. Destaca-se que alguns dos elementos que foram objeto destes condicionantes, como o hidrograma de consenso, que auxilia na identificação de impactos na qualidade da água, navegação e modo de vida da população da Volta Grande do rio Xingu, entre outros, somente serão completamente testados após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal, já próximo ao final da obra.

O EIA/Rima de Belo Monte aponta que os índios Juruna do Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Juruna do Quilômetro 17, serão diretamente afetados pela obra. Somam-se a estes os Xicrin do Bacajá. Mesmo assim, o governo federal ignorou o parecer dos técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), que consultados sobre a emissão da Licença de Instalação (LI) de Belo Monte, afirmaram, através da Informação n. 565, de novembro de 2010, o seguinte:

> Devido aos atrasos, aparente falta de priorização no cumprimento das condicionantes, incluindo aí aquelas que foram eleitas como prioritárias, não existem elementos técnicos para um posicionamento da Funai em relação à solicitação de LI de obras iniciais. Em relação à LI "total", a Funai só poderá se manifestar tecnicamente após o cumprimento integral e irrestrito de todas as condicionantes do empreendedor, além da aprovação do PBA [Projeto Básico Ambiental] do componente indígena.

Na Informação n. 22, de janeiro de 2011, os técnicos da Funai afirmaram que a Nesa não cumpre suas obrigações e explicitaram que "uma vez que as condicionantes indígenas ainda não apresentaram resultados concretos positivos para as comunidades indígenas, não recomendamos que a Funai manifeste-se favoravelmente à emissão de qualquer licença de instalação".

A resposta da presidência da Funai, constante do Ofício n. 13/GAB-Funai de janeiro de 2011, foi "A Funai não tem óbice para a emissão da Licença de Instalação - LI das obras iniciais do canteiro de obras da UHE Belo Monte, considerando a garantia de cumprimento das condicionantes". Apoiado nesta manifestação, o governo federal emitiu imediatamente a Licença de Instalação parcial n. 770, de 01/2011.

As ações articuladas entre o governo brasileiro e a empresa têm caminhado sustentadas por uma série de arbitrariedades e irregularidades jurídicas, tendo como resposta, até o final de 2012, mais de 50 ações propostas pelo MPF, Defensoria Pública do Estado do Pará e Organizações da Sociedade Civil, além de uma petição internacional que resultou no parecer emitido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA), em abril de 2011, recomendando que o Estado brasileiro não desse seguimento às obras de Belo Monte enquanto não fossem realizadas as oitivas junto aos povos indígenas do Xingu. Recomendação que não foi seguida, gerando inclusive uma grave crise institucional entre o Brasil e a CIDH/OEA, que perdura até hoje.

Mesmo que o governo federal esteja afirmando que somente a UHE Belo Monte será construída, a clara inviabilidade econômica desta usina faz com que se mantenham as intenções originais de novos barramentos ao longo dos rios Xingu e Iriri, afluente esquerdo do Xingu. No médio ou longo prazo o governo federal retomará, inevitavelmente, no todo ou em parte, o projeto que previa cinco barragens no Xingu (originalmente conhecidas como Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô) e uma no rio Iriri (Cachoeira Seca), totalizando seis barramentos (Sevá *et al.*, 2005).

Considerações finais

O governo federal prometeu grandes avanços para Altamira e região, com investimentos da ordem de meio bilhão de reais, somente por parte da Norte Energia. Infelizmente o que tem sido visto é o inverso. Altamira tem se tornado um espaço inviável de se viver e conviver. Histórias que se repetem.

Um levantamento feito a partir dos dados da Superintendência de Polícia Civil do Xingu, comparando a escalada do crime antes e depois do início da

obra, avaliando o período entre janeiro e novembro de 2010 e janeiro e novembro de 2011, apresenta os seguintes resultados: aumento de 18,75% na quantidade de crimes sexuais; aumento de 67,8% nas lesões corporais; aumento de 138,7% no número de armas apreendidas; aumento de 42% nas prisões em flagrante; aumento de 85,5% nas prisões por tráfico de drogas; aumento de 45,5% no número de prisões (por delitos diversos); aumento de 119% no número de adolescentes detidos; aumento de 500% no número de latrocínios (*A violência…*, 2011).

Iludidos pela propaganda do grande empreendimento, renovaram-se antigas esperanças com a possibilidade de melhorias. Porém, o resultado foi a intensificação dos conflitos agrários em toda a região, tendo as terras indígenas e as unidades de conservação como foco principal; saúde; educação; saneamento urbano; melhorias nas estradas vicinais; asfaltamento da Transamazônica; investimento na agricultura familiar; atenção aos povos indígenas, todos direitos fundamentais, viraram moeda de troca para a Nesa.

Com aproximadamente 15% da obra construída, tudo ainda relacionado à parte infraestrutural, já se pode ver o resultado do "desenvolvimento" prometido. Além do aumento na criminalidade, observado anteriormente, também se verifica um grande aumento populacional; hospitais lotados e sem capacidade física, bem como no número de profissionais para atender à demanda; grande elevação na quantidade de atropelamentos e acidentes de trânsito; intensa especulação imobiliária.

Outro problema é o intenso aumento na quantidade de casas e casos de prostituição, inclusive infantil. No dia 13 de fevereiro de 2013, a Polícia Civil do Pará libertou 14 mulheres e um travesti, que estavam em regime análogo ao de escravidão, em uma boate que fica na área declarada pelo governo federal de interesse público, próximo ao sítio Pimental (*Prostíbulo…*, 2013).

Finalmente, verifica-se grande pressão sobre áreas ainda não impactadas, causando elevação no desmatamento. Esta situação já era verificada em maio de 2011, quando o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) identificou o município de Altamira como o campeão de desmatamento na Amazônia, desmatando 22 quilômetros quadrados de floresta, o dobro do registrado em abril.

Os técnicos deste Instituto avaliaram, naquele momento, que uma das explicações era a expectativa sobre a construção da UHE Belo Monte. A mesma coisa aconteceu em Porto Velho/RO, que ficou em segundo lugar entre os maiores desmatadores daquele período. Vale lembrar que em Porto Velho estão sendo construídas as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio (Imazon, 2011).

Domar a Amazônia é o desejo histórico dos homens e mulheres do Palácio do Planalto, ditadores e "democratas". Nivelar os rios para escoar o produto do agronegócio, liberar os territórios indígenas e de populações tradicionais para as grandes mineradoras, construir hidrelétricas para garantir energia barata às indústrias nacionais e transnacionais. Transformar mata e rios em concreto é o projeto de desenvolvimento pensado para a região. Neodesenvolvimentismo impulsionando o neocolonialismo.

Embora no processo de licenciamento tenham sido estabelecidas inúmeras condicionantes, quase nada foi cumprido pela Nesa. O Instituto Sócio Ambiental (ISA), em matéria publicada em seu sítio no mês de janeiro/2013, tendo como fonte informações obtidas junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), observa que a execução do Plano de Proteção às Terras Indígenas impactadas pela hidrelétrica de Belo Monte está atrasada em quase dois anos (*Plano de…*, 2013). Mesmo assim, a licença permanece válida. Governo e setores do judiciário, coniventes, engavetam processos em todas as instâncias, a despeito das cobranças dos injustiçados.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) se transformou em um instrumento utilizado para ludibriar, mas também para calar diversos setores, inclusive setores dos próprios movimentos sociais. Organizações e interesseiros de todos os tipos disputam projetos e recursos no Comitê Gestor do PDRSX.

Recentemente o cientista Célio Bermann, professor da USP e integrante do Painel de Especialistas, em entrevista ao sítio O Eco, disse com todas as letras: "Eu afirmo, Belo Monte atende ao interesse das empreiteiras e empresas ligadas à sua construção, e não à população e à economia brasileira" (*Belo Monte…*, 2013). Ainda segundo Bermann, as perdas de energia na ordem de 15,4%, pela ineficiência dos sistemas de transmissão e distribuição, são um desperdício absurdo e ignorado pelo governo.

Investimento em eficiência energética; repotenciação das usinas hidrelétricas; diversificação das matrizes com a implantação de sistemas eólicos, solar, biomassa, entre outros, tidos como mais eficientes e menos danosos ao meio ambiente e à sociedade; e principalmente, democratização do setor elétrico, são encaminhamentos fundamentais. Sem isso, exemplos como o de Belo Monte continuarão ocorrendo Amazônia afora.

Apesar do "rolo compressor" e da postura concretamente ditatorial do governo federal, Belo Monte não é fato consumado. É necessário que a resistência avance. Impedir esse desastre deve ser a principal missão dos povos da Amazônia. É imperativo que os governantes entendam que barrar e destruir

florestas, biodiversidade, povos e culturas, promover o saque de recursos naturais, faz parte de um modelo ultrapassado, que deve ser interrompido. É por isso que os povos do Xingu pedem – *Belo Monte: justiça já!!!*

Referências

EIA/RIMA DA UHE BELO MONTE – RELATÓRIO DO PAINEL DE ESPECIALISTAS

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer Técnico n. 114/2009.

_____. Parecer Técnico n. 06/2010.

_____. Nota Técnica n. 04/2010.

_____. Parecer Técnico Conclusivo n. 001/2010.

_____. Licença Prévia n. 342/2010.

_____. Licença de Instalação parcial n. 770/2011.

_____. Fundação Nacional do Índio. Informação n. 565 de novembro de 2010.

_____. Informação n. 22, de janeiro de 2011.

_____. Ofício n. 13/GAB-Funai de janeiro de 2011.

BRAGANÇA, Daniele. *Belo Monte é um absurdo e termelétricas são desnecessárias*. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/reportagens/26851-belo-monte-e-um-absurdo-e-termeletricas-sao-desnecessarias>. Acesso: 6 fev. 2013.

COSTA, Flávio. *A violência que veio com a usina*. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/183241_a+violencia+que+veio+com+a+usina?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso: 22 dez. 2011.

ISA. *Plano de proteção a Terras Indígenas afetadas por Belo Monte está atrasado em quase dois anos, diz Funai*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3718>. Acesso: 6 fev. 2013.

REPORTER BRASIL. Prostíbulo estava em área declarada de interesse público para Belo Monte. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/02/prostibulo-estava-em-area-declarada-de-interesse-publico-para-belo-monte/> Acesso: 22 fev. 2013.

SEVÁ FILHO A. O. (org.). *Tenotã-mõ*: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. IRN, 2005, 341 p.

INSTRUÇÕES PARA COLABORAÇÃO

A revista Terceira Margem Amazônia divulga trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre questões relacionadas direta ou indiretamente à Amazônia, que estimulem o intercâmbio e o debate entre comunidade acadêmico-científica e atores sociais que colaboram na produção de conhecimentos sobre a Amazônia.

A revista aceita contribuições para as seguintes seções:

Corpus

Artigos – científicos: textos analíticos, resultantes de estudos e pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento; e/ou de revisão: textos analíticos e/ou ensaísticos com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema, com até 25 laudas de texto.

Notas de pesquisa – relato preliminar sobre observações de campo, dificuldades e progresso de pesquisa em andamento, ou em fase final, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados, em até 12 laudas de texto.

Resenhas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas nos últimos cinco anos na forma impressa ou eletrônica, relevantes para a Amazônia ou obras que viraram referência e que há muito tempo não foram reeditadas. Até 5 laudas de texto.

Teses e Dissertações – descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Até uma lauda de texto.

Práxis

Entrevistas – seção que se dedica à apresentação de personalidades da comunidade acadêmico-científica e de atores sociais, que contribuem com conhecimentos sobre a realidade amazônica de forma direta ou indireta. Esses documentos serão transcritos parcial ou integralmente. Até 10 laudas de texto.

Debates – seção dedicada à divulgação de debates entre a comunidade acadêmico-científica e os diversos atores sociais, que contribuam com conhecimentos sobre a realidade da Amazônia. Assim como debates, comentários e réplicas a trabalhos publicados na revista. Até 12 laudas de texto.

Normas Gerais

A revista será publicada semestralmente a partir de um processo de seleção de trabalhos. Como norma geral, os artigos apresentados passam por uma avaliação prévia do Conselho Editorial, em seguida, submetidos a especialistas (avaliação por pares). Podendo ter, em caráter excepcional, autores convidados de notório conhecimento em determinado domínio de interesse da Revista.

Sobre os direitos autorais: os materiais recebidos para publicação serão cedidos gratuitamente para a revista sem ônus para a mesma.

Serão aceitas colaborações em quatro idiomas (português, espanhol, francês e inglês). Os textos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em português, quando o texto original não for neste idioma. Todos os textos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em um dos demais idiomas acima citados, quando o texto original estiver em português.

São de responsabilidade do(s) autor(es): o conteúdo do trabalho e traduções para outros idiomas.

Os artigos deverão seguir as recomendações da ABNT para uso e apresentação dos elementos bibliográficos: Resumos NBR 6028; citações em documentos NBR 10520; referências bibliográficas NBR 6023; apresentação de artigos em publicação científica impressa NBR 6022.

A Revista publicará apenas em preto e branco.

Imagens digitalizadas (fotos, mapas, gráficos e outros) devem ter resolução mínima de 300 dpi em formato JPEG.

Quadros e Tabelas devem ser em formato de texto, sequencialmente numeradas, com claro enunciado e referência no texto. O texto deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações utilizadas.

VOL. 1 – Nº 1 (JUN. 2012):

ARTIGOS

A gestão pública municipal: instrumento transformador para o desenvolvimento social do Pará
Josep Pont Vidal

O conflito legítimo na luta pela terra dos mediadores dos movimentos sociais no espaço agrário paraense: discursos, novas configurações e mudanças sociais
Henry Willians Silva da Silva, Wilson José Barp

Organização de cadeias produtivas sob controle dos trabalhadores e desenvolvimento rural
Farid Eid, Caio Luis Chiariello

Produtos da floresta: usos e sustentabilidade em uma comunidade amazônica
Dulcilene Alves de Castro

O trabalho que alinhava o tecido social no Ver-o-peso
Rosa Maria Ferreira da Rocha

Desenvolvimento sustentável: reflexões conceituais para a Amazônia
Adilson Viana Lima

O direito à educação infantil na Amazônia brasileira: desafios e disputas
Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho

Roteiro de pesquisa e roteiro de obra cinematográfica: buscando instrumentos de ensino
Gutemberg Armando Diniz Guerra

Da tierra firme à Amazônia
Romero Ximenes

NOTA DE PESQUISA

A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

RESENHA

A Amazônia e a cobiça internacional,
por Maria Goretti da Costa Tavares

ENTREVISTA

Alfredo Kingo Oyama Homma - "Amazônia: o olhar de um descendente de japonês sobre a região",
por Gutemberg Guerra, Socorro Ferreira e Rogério Almeida

DEBATES

Fomos capazes de dizer não à divisão do estado do Pará
Maria de Fátima da Fonseca

Depois que o plebiscito passou
Lúcio Flávio Pinto